Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Maria Ilidiana Diniz

Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro
2014

Maria Ilidiana Diniz

Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.ª Dra. Elaine Rossetti Behring

Co-orientador: Prof. Dr. Guilherme Almeida da Silva

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

C585m Diniz, Maria Ilidiana.
Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte / Maria Ilidiana Diniz. – 2014.
336 f.

Orientador: Elaine Rossetti Behring.
Co-orientador: Guilherme Almeida da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Assédio – Teses. 2. Assédio sexual as mulheres - Teses. 3. Trabalho feminino - Teses. I. Behring, Elaine Rossetti. II. Silva, Guilherme Almeida da. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. IV. Título.

CDU 396:343.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Maria Ilidiana Diniz

Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 01 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Elaine Rossetti Behring (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof. Dr. Guilherme Almeida da Silva (Co-orientador)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Carla Cristina L. de Almeida

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Maria de Fátima G. de Lucena

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof.ª Dra. Mirla Cisne

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

_____

Prof.ª Dra. Silvana Mara Morais dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres trabalhadoras, pobres, negras, imigrantes que são vitimizadas pelas inúmeras formas de opressão e violência presentes dentro e fora do mundo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao “núcleo duro” da minha família, meus pais, Dezinho e Salete por estarem presentes e entender minha ausência física do cotidiano, às minhas irmãs Ivete, Inecleide, Melry e Ithaely, meu irmão Eurismar, e aos meus sobrinhos (as) Nagylla, Iule, Luan, Iago, Giovanny, Isabella, Ithauã, Júlia, Kaiky e Caio, por serem a representação do amor e do afeto mais puro e sincero.

À querida Fernanda Marques, minha sempre companheira, que me inspirou e me inspira em toda essa trajetória. Suas ricas contribuições, seu desprendimento, seu apoio estrutural e emocional, em todo o percurso dessa caminhada foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por ter apostado em mim, pelo amor dedicado, pela paciência, pelo exemplo, sou e serei eternamente grata por você querer sempre tentar tirar as pedras mais pesadas desses duros percursos trilhados por nós.

Agradeço as colegas da turma de doutorado pelo apoio na minha chegada ao Rio de Janeiro, pelo carinho e por partilhar momentos únicos de aprendizado e respeito.

A Guilherme Almeida, pela paciência, carinho, por aceitar me co-orientar, pelas conversas sobre o trabalho e a vida. Pelo exemplo de homem, pela determinação com que conduziu e conduz os desafios da vida.

À Elaine Behring, por aceitar o desafio de me orientar, por compartilhar de ricos e profundos momentos de discussão e aprendizado, pela generosidade, solidariedade feminista, pelo carinho e atenção.

À Jules Falquet, pela generosidade, por me deixar partilhar de momentos únicos de aprendizado de vida e militância feminista em Paris. Pelas bibliografias indicadas e por me apresentar discussões tão caras a este trabalho.

À querida Fátima Lucena, pelo carinho dispensado ao meu convite de compor a banca de qualificação e de defesa da tese e pelas ricas contribuições ao projeto que culminou nesse trabalho.

Ao Marcelo Braz, pela disponibilidade em contribuir na qualificação do projeto

A Carla Almeida pela disponibilidade em participar da defesa da tese, por me proporcionar esse prazeroso reencontro.

À Silvana Mara que já é parte muito significativa dessa trajetória, como professora me acompanha desde o mestrado, me dando a honra de participar pela segunda vez da conclusão de um ciclo acadêmico.

À Mirla Cisne, amiga, companheira, incentivadora, que me acompanha nessa trajetória desde a graduação, dividindo momentos acadêmicos, de vida e militância feminista.

Ao querido amigo Flávio Rêgo, pelo acolhimento, carinho, cuidado e risadas nos dias de verão e inverno na “Cidade Maravilhosa”. Pelos almoços e jantares, pelos passeios, e fundamentalmente pela amizade despretensiosa e ao mesmo tempo intensa que nos une.

À querida amiga-irmã Janaiky Almeida, pela amizade, preocupação, cuidado e amor que partilhamos nesses últimos 10 anos.

Ao querido amigo Elias Veras, pelo carinho, por me buscar sempre, pelos agradáveis momentos que temos partilhado na vida.

Aos queridos Cristian Paiva, Vitor Luz e Bráulio Chaves, pelos lindos momentos de descobertas em Paris, pela companhia, pelos debates e pelas inúmeras risadas.

As queridas amigas presentes nas minhas idas e vindas, Socorro Rodrigues, Rivânia, Priscilla Mesquita, Séphora Edith, Fernanda Abreu, Joana D’arc Lacerda, Marwyla Gomes e Lidiane Alencar.

À Dona Mirian pela sempre carinhosa acolhida em Fortaleza e no coração, desde o projeto dessa tese, pude contar sempre com seu apoio e cuidado.

Ao Marco Aurélio pelo incentivo e por me fazer lembrar sempre de minha história de vida, de onde vim e pra onde vou.

À CAPES pelo apoio estrutural expresso na minha bolsa de estudos, tanto no Brasil como para cursar o doutorado sanduíche na Université Paris VII.

À todas as mulheres que gentilmente concederam as entrevistas.

DESABROCHAR

Não sei se estou alegre ou triste, não sei se canto ou choro, não sei se amei, se descobri, ou sou apenas a pétala murcha que um dia exalou seu cheiro e sua cor. Nos orvalhos suados do meu corpo descansa o medo, a ânsia do que foi um pequeno botão. Agora pareço nua, me fiz nua, mas sem o frio costumeiro expresso nas pequenas ondulações dos poros. Não sei se me despi por amor ou medo, porque ficar nua? Porque não ficar? O que a nudez tem a ver com as vestimentas que cobrem o meu corpo cansado? Não tenho teorias para isso, talvez a resposta mais próxima seja só isso: a busca por minha alma não permitia indumentos, dado a fragilidade dos olhos que me buscaram.

Não criei espinhos, cicatrizes talvez, marcas dos espinhos, algumas tão pequenas que desconfio sejam de outros tempos, tão longe que se esvaziam em sombras deformadas pela escuridão que já posso recriar imagens sobre a luz. Em torno desses desenháveis seres também estou nua, também sou sombra que convoco e evoco como uma catadora de escuridão.

Nessa escuridão eu me afastei e me aproximei da morte, do murchar das pétalas, mas aprendi a cortar bem o caule para aumentar a duração, e assim o fiz, acendi as luzes que ainda hoje me iluminam, e como um jardineiro, planto outras tantas roseiras que tornam minha vida um constante nascer e morrer, regar e secar, plantar e colher. Mas assim como no meu quintal, no jardim da vida a terra, o mar, o sol, a lua, a água, e tão importante quanto o orvalho da noite.

Assim em certos momentos fui mar, fui sol, fui luz, fui orvalho, fui água, mas também fui noite, sorvi cada gota que me sobrava dos tórridos anoiteceres de verão. Por breves instantes estive fadada a secar, os olhos, a boca, a saliva delirante que vinham como ondas vívidas do não poder. Nunca aspirei ser sombra, mas a luz me cegou, estilhaçou aos poucos minha retina. Na verdade eu sempre aspirei ser lua, ser botão, ser pétala, ser rosa. Mas compreendi que ser escuridão é como ser farol: é ponto.

O farol velho que poucos veem na costa numa noite de tempestade, o mar avançou bastante, talvez minha capacidade de iluminação não assegure aos marinheiros perdidos a doce chegada à terra firme. Lançam ancoras nesse mar que

se fez em mim, nobre viajante, cuja solidão se aproxima da languida vermelhidão que minha fraca luz te orienta.

Muito provavelmente me esqueceram aqui para prender o tempo, para os ninhos das gaivotas, a vinda dos pássaros que regressam na mesma estação. Nesse esperadouro me lembrei de tantas chegadas e partidas, de tantos gorjeares, do solitário vai e vem do mar náufrago.

Não sei se emergi. Estive assim, por tantos anos naufraguei em mares revoltos, exilada de mim, plantando jardins e recriando sombras.

Ainda não sei o tamanho do jardim e de todas as rosas que plantei, mas cavei tão profundamente cada nova cova que temi que as sementes não fossem fortes para irromper a terra. Terra que ainda cravam minhas unhas, que me deixam mais perto do que realmente sou, quando passo por mim, logo me reconheço. Às vezes quero me entregar um botão, outras acho que mereço uma rosa, ou simplesmente ignoro esse rosto sisudo em meio a tantos outros sem cultivo.

Desespero de noite, a quem queres enganar? Ao bêbado que vaga pelas sobras balbuciando alucinações, a louca que arranca as vestes e chora entoando à sôfrega aria do devaneio? Ao teu amor desconhecido de todos? Ao amor por ti desconhecido? Dentro da tua pele que ferve pelo gozo que te inebria, na espera incessante que os raios do dia sanem a chama que te consome no quarto da solidão.

Nos míseros segundos da tua letargia carnal, aconchego em teu abraço morno buscando os braços como extensão do meu corpo, e como se buscasse parte do meu esquecido por entre os caminhos do desespero. Devo cantar talvez, ensinar-te a ninar o meu sono cansado e sôfrego de tantas despedidas que enfeitaram minhas poucas lembranças.

Tantas vezes minha vida se mudou, deu adeus que tive que buscar minhas lágrimas nas funduras mais profunda da alma. Acumulei poeira das ruas sujas, beijei bocas imundas que ousaram profanar a minha imaculada culpa. A rosa teve que ser muitas vezes pau-ferro, esperando a primavera para renascer, mas também nascia na flor do mandacaru, e morria ao escutar o lamento de dor das cerejeiras ceivada pelo frio machado de grito estridente.

Todo este tempo, me enfeitei de lembrança. Aprendi a ser flor minúscula enfloresço em mim, quando polinizo pelos ventos, me liberto da prisão e da loucura de ser o pólen petrificado que se esconde entre a casca rígida e doce mel que

inebria o beija flor e a abelha rainha. Sou a flor cujo nectário expele mais que atrai. Mas sou eu, a rosa flor, nascida entre os espinhos que ousou ser orquídea que mora na gruta intocável onde os olhos não poderão admira-la, este dia, como todos os outros antes deste, sou fugitiva dos arranjos, que a efemeridade do belo me caça como um troféu, a ser exposto ante olhares incapazes de verdadeiramente decantar.

Nua, farol, flor, rosa, este dia, especialmente, rosa branca decorarei o palco sobre o qual atuarei nessa tragicomédia que me aflige, e me instigam a rir o riso dos insanos tão próximos aos que assim como eu, tem apenas sete dias, sete longos dia para morrer, a morte que virá no despetala das pétalas que cultivei no jardim que muitos regaram.

Ilidiana Diniz

RESUMO

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras:** desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

As transformações no âmbito do trabalho e sua repercussão entre homens e mulheres no contexto da sociabilidade capitalista, bem como, as tendências atuais do trabalho feminino, que, dentre outros aspectos acentuam os processos de hierarquização têm sistematicamente se traduzido em violências no mundo do trabalho sob a forma de assédio moral e sexual que se caracterizam pela exposição dos (as) trabalhadores (as) a situações humilhantes e constrangedoras prolongadas durante a jornada de trabalho relativa ao exercício de suas funções, tendo, por sua vez, as mulheres como as mais vitimizadas, de modo que, tais aspectos intensificam a divisão sexual do trabalho e trazem sérios comprometimentos para a liberdade desses sujeitos. Vale ressaltar que esses tipos de assédio se dão tanto no âmbito das relações hierarquicamente superiores, como no âmbito das relações sem hierarquia superior, podendo ocorrer entre colegas do mesmo nível hierárquico. Contudo, a tendência é a prevalência nas relações a qual está presente alguma forma de hierarquia, seja ela de gênero ou de função no interior da empresa. A questão central que orientou este trabalho foi: como se objetivam o assédio moral e o assédio sexual em situações de precarização do trabalho das comerciárias no Estado do Rio Grande do Norte? Realizamos pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Essa última foi desenvolvida por meio da realização de dezessete entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras do comércio das cidades de Natal, Mossoró e Pau dos Ferros. Em nível dos aspectos conclusivos destacamos: 1. O assédio moral e o assédio sexual potencializam a intensificação da precarização do trabalho feminino se concretizando fundamentalmente a partir do medo nas mais variadas formas: (a) medo de perder o emprego; (b) medo de ser perseguida, caso denuncie as práticas de assédio (c) medo de ser agredida verbalmente (d) medo de ver expostos aspectos da sexualidade; 2. O assédio moral e o assédio sexual se constituem como expressões da violência sexista contra as mulheres no âmbito do trabalho na contemporaneidade; 3. As mulheres que vivenciam/vivenciaram situações de violência na esfera laboral não identificam os serviços púbicos para os quais recorrer, haja vista os governos seja nas esferas municipal ou estadual não disporem de serviços de prevenção e combate a este fenômeno agravando a precarização do trabalho feminino; 4. O enfrentamento a essas violações pressupõe, no meu entender, um movimento ampliado de contestação das condições de degradação humana impostas pelo capitalismo e ao mesmo tempo enfrentar as nefastas consequências do patriarcado, do racismo e da opressão sofridas pelas mulheres, construídos e legitimados historicamente, mas que são passíveis de serem desconstruídos e transformados, exigindo organização coletiva para tal. Qualquer esforço de prevenção/intervenção não pode deixar de levar em conta a natureza genrada do assédio sexual e moral, o qual se constituem numa das formas mais perniciosas de violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Assédio moral. Assédio sexual. Trabalho. Mulher. Violência sexist

ABSTRACT

DINIZ, Maria Ilidiana. **Women like me, women like the others**: unveiling the moral and sexual harassment in labor within the saleswomen of the State of Rio Grande do Norte. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The changes in scope of work and its impact between men and women in the context of capitalist sociability, as well as current trends in women's work, which, among other things, accentuate the processes of hierarchyzation are systematically translated into violence in the workplace under and the form of sexual harassment which is characterized by the exposure of the employees to humiliating and prolonged awkward situations during working hours on the exercise of its functions, having, for its turn, women as the most victimized so that such aspects intensify the sexual division of labor and bring serious commitments to freedom of these subjects. It is noteworthy that these types of harassment occur both within the superordinate relations, as in relations with no upper hierarchy, and it can occur between mates of the same hierarchical level. However, the trend is the prevalence in the relationship in which is present some form of hierarchy, as in gender or function inside the company. The central question that guided this study was: how is it concretized the moral and sexual harassment in situations of precarious work of the saleswomen of the State of Rio Grande do Norte? We conducted literature, documentary and field research. This was developed by conducting semi-structured interviews with seventeen workers of the commerce in the cities of Natal, Mossoró and Pau dos Ferros. In terms of conclusive aspects we highlight: 1. moral and sexual harassment potencialize the increasing of the precarization on female labor, materializing fundamentally out of the fear in various ways: (a) fear of losing their jobs; (b) fear of being persecuted if they denounce the practices of harassment (c) fear of being verbally harassed (d) fear of viewing exposed aspects of sexuality; 2. Moral and sexual harassment constitute themselves as expressions of sexist violence against women in the workplace in contemporary times; 3. Women who experience/ experienced violent situations in the labor sphere do not identify pubic services to recourse, given that governments whether in municipal or state levels show a lack of prevention and combating services for this phenomenon, aggravating the precarization of female work; 4. Facing these violations implies, in my view, an expanded movement of protest against the conditions of human degradation imposed by capitalism and at the same time facing the dire consequences of patriarchy, racism and oppression suffered by women, historically constructed and legitimated, but, that are capable of being deconstructed and transformed, requiring collective organization to do so. Any effort at prevention/ intervention cannot fail to take into account the generalized nature of the moral and sexual harassment, which constitute one of the most pernicious forms of violence against women.

Keywords: Moral harassment. Sexual harassment. Work. Woman. Sexist violence.

RÉSUMÉ

DINIZ, Maria Ilidiana **Les femmes comme moi, les femmes comme les autres**: dévoilement le harcèlement moral et sexuel dans la sphère de travail dans le commerce de l'État de Rio Grande do Norte. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Les transformations dans l´espace de travail et son impact entre hommes et femmes dans le contexte de la socialité capitaliste, ainsi que les tendances actuelles dans le travail des femmes, qui, entre autres choses accentuent les processus de hiérarchisation sont systématiquement traduits dans la violence au travail sous la forme de harcèlement moral et sexuel qui se caractérisent par l'exposition de les travailleurs à des situations difficiles et humiliantes prolongées pendant au cours de la journée de travail sur l'exercice de ses fonctions, et à son tour, les femmes étaient les plus victime de sorte que ces aspects intensifient la division sexuelle du travail et apporter des engagements sérieux à la liberté de ces sujets. Il est à noter que ces types de harcèlement se produisent aussi bien dans les relations d'ordre supérieur, comme dans les relations avec pas de hiérarchie supérieure, peuvent se produire entre pairs du même niveau hiérarchique. Toutefois, la tendance est la prévalence des relations qui est présent sous une forme de hiérarchie, que ce soit le genre ou d'un rôle au sein de l'entreprise. La question centrale qui a guidé cette travail était: comme visent le harcèlement moral e sexuel dans les situations de précarisation du travail des travailleuses du commerce de l'État du Rio Grande do Norte? Nous avons effectué les recherches bibliographique, le documentaire et de terrain. Ce dernier a été développé par la conduite d'entretiens structurés avec dix-sept travailleurs de commerce dans les villes de Natal, Mossoró et Pau dos Ferros. En termes d'aspects concluants: 1. Le harcèlement moral e sexuel accentuent la intensification de la précarisation du travail des femmes qui a été principalement matérialisent par crainte de diverses façons: (a) la crainte de perdre leur emploi; (B) la crainte d'être persécuté si dénonce les pratiques de harcèlement (c) peur d'être agressés verbalement (d) la crainte de voir les aspects exposés de la sexualité; 2. Le harcèlement moral e sexuel constituent comme des expressions de la violence sexiste contre les femmes en milieu de travail dans la contemporanéité ; 3. Les femmes vitimes de situations de violence dans le marché du travail ne d'identifient pas les services publiques pour lesquels faire appel, les gouvernements dans les niveaux municipaux ou d'État, n´avons pas des services de prévention et de lutte contre ce phénomène mettant l'accent la précarisation du travail des femme; 4. À mon avis, la lutte contre ces violations implique un mouvement élargi de protestation contre les conditions de dégradation humaine imposée par le capitalisme et en même temps faire face aux conséquences désastreuses de patriarcat, le racisme et l'oppression subie par les femmes, historiquement construit et légitimés, mais qui sont susceptibles d'être déconstruit et transformé, exigeant l'organisation collective. Tout effort de prévention/intervention ne peut pas ne pas tenir compte la nature de genre du harcèlement moral e sexuel qui constituent l'une des formes les plus pernicieuses de la violence contre les femmes.

Mots-clés: Harcèlement moral. Harcèlement sexuel. Travail. Femme. Violence sexiste.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AVFT	Associação Europeia contra Violência às Mulheres no Local de Trabalho
BIT	*Bureau International du Travail*
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLASCHES	*Collectif de Lute Anti-sexiste contre L´Harcèlement Sexuel dans l´Enseignement Supérieur*
CEDREF	*Centre d´Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Etudes Féministes*
CHSCT	*Comité D'hygiène, de Sécurité et des Conditions de Travail*
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CRESPPA	*Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris*
DARES	Direction de L'ANIMATION DE LA Recherche des Études et des Statistiques
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
ENVEFF	Ênquete Nacional sobre Violência dirigida às Mulheres na França
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GEF	Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Sociais de Gênero e Feminismo
GTM	*Genre, Travail Mobilités*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOP	*L´Institut Français d'Opinion Publique*
INHES	*Institut National des Hautes Études de la Sécurité et de la Justice*

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NEM	Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDEN	Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIA	População de Idade Ativa
PINA	População em Idade Economicamente Não Ativa
PNST	Política Nacional de Segurança e Saúde
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
SESC	Serviço Social do Comércio
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAMOTRACE	*Santé Mentale ObservatoireTravail Rhône Alpes Centre*
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SIESAL	Sindicato da Indústria do Sal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

1 **SUJEITOS, CENÁRIOS E ENREDOS: A TRAMA DA VIDA COTIDIANA. PESQUISA DE CAMPO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**...26

2 **OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E AS PARTICULARIDADES DAS MULHERES**.....53

2.1 "**Porque quem não trabalha nem bem visto é, o mundo em que vivemos é assim, só tem valor quem trabalha (Palma)**.....54

2.2 **A gerência como processo de estruturação do poder nas organizações capitalistas**.....63

2.3 **Divisão sexual do trabalho como fundante das desigualdades entre homens e mulheres no mundo produtivo e improdutivo**.....66

2.3.1 "Ah! É porque mulher menstrua, mulher tem aqueles dias ruins, é mais sensível". (Algaroba) Análise histórica da inserção das mulheres no espaço de trabalho.....88

2.4 **Engels e a origem da opressão das mulheres**.....98

2.5 **Tendências do trabalho feminino na atualidade e a precarização no contexto da flexibilização produtiva**.....105

3 **"EU SOU UMA MULHER, UMA PARTE COMUM, DE UM JOGO QUALQUER" (GONZAGUINHA): O TRABALHO DAS MULHERES NO SETOR DE COMÉRCIO VAREJISTA** 124

3.1 **"Eu sou essa gente que se dói inteira, porque não vive na superfície das coisas" (Raquel de Queiroz). O Estado do Rio Grande do Norte no contexto econômico, social e político brasileiro**.....137

3.2 **O mito da "nova classe média" e o papel das mulheres nessa trama**.154

4 **RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DESVELAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL**...164

4.1 **Relações patriarcais de gênero: aproximações conceituais**.....165

4.2 **O sistema capitalista patriarcal como mediação para desvelar o *contínnum* do assédio moral e assédio sexual contra as mulheres no âmbito do trabalho**.....192

4.3 **A imbricação classe, sexo e "raça" na produção acadêmica feminista francesa** 201
4.4 **A sexualidade feminina: "Quando se trata da sexualidade deixa a gente mais frágil, principalmente nós mulheres" (Erva Cidreira)**.....210
5 **ASSÉDIO MORAL E O ASSÉDIO SEXUAL ENQUANTO VIOLÊNCIA SEXISTA NA VIDA DAS TRABALHADORAS**.....224
5.1 **Conceituando o assédio moral e o assédio sexual contra as mulheres**.....227
5.2 **O assédio sexual: "[...] Até porque a gente sente vergonha de se expor, quem vai querer falar: eu fui violentada sexualmente no meu trabalho? Ninguém vai falar isso". (Algaroba)**.....252
5.3 **Assédio moral e assédio sexual na realidade brasileira: uma experiência solitária**.....265
5.3.1 Descortinando a violência sexista no âmbito do trabalho.....271
5.3.2 As mordaças invisíveis que silenciam e aprisionam as vitimas de assédio moral e sexual..... 274
5.4 **O assédio moral e o assédio sexual como expressões da questão social**.....276
5.4.1 Repercussões do assédio moral e do assédio sexual no adoecimento das mulheres no espaço de trabalho.....279
5.5 **O debate feminista sobre o assédio moral e sexual na realidade francesa**.....289
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....300
REFERÊNCIAS 312
APÊNDICE A - Quadro com levantamento bibliográfico de dissertações e teses sobre Assédio Moral e Assédio Sexual.....328
APÊNDICE B - Roteiro semi-estruturado da entrevista.....332
APÊNDICE C - Termo de Consentimento livre e esclarecido.....336

INTRODUÇÃO

O tema das violências contra as mulheres no âmbito do trabalho, em especial o assédio sexual e moral, mesmo sendo uma questão tão presente e relevante no cotidiano das trabalhadoras brasileiras, raramente é foco de discussão, seja na teoria e/ou na pesquisa acadêmicas, nos processos de negociações coletivas ou mesmo na elaboração de leis e regulamentos. Ao explorar esta questão me deparei com uma realidade na qual prevalece uma espécie de invólucro que escamoteia uma realidade cada vez mais presente nas relações de trabalho.

Nesse sentido, a indagação sobre por que é importante trazermos para o debate o assédio sexual e moral praticados na esfera do trabalho ganha mais sentido. Em primeiro lugar, trata-se de uma forma de violência sexista que expõe as vítimas a vários tipos de sofrimentos, sejam de ordem física, psicológica ou moral, se constituindo, portanto, num grave problema de saúde pública, além de se configurar como uma expressão contemporânea da questão social[1].

Reafirmo, portanto, a necessidade dessa problemática ser mais debatida tanto no âmbito público, quanto no universo acadêmico, para que os sujeitos que cotidianamente sofrem esse tipo de violência tenham subsídios para identificá-lo e para de algum modo desenvolver estratégias de resistência, mesmo entendendo as dificuldades advindas do estabelecimento de padrões de produção, marcados pela flexibilização e eliminação dos direitos trabalhistas que tem sistematicamente ampliado e complexificado as relações de trabalho, especialmente a feminina.

Portanto, esta tese parte de um esforço teórico metodológico no sentido de dar visibilidade às violências no mundo do trabalho. Tem como base epistemológica o trabalho, as relações patriarcais de gênero, a divisão sexual do trabalho como pressupostos norteadores para a análise do assédio sexual e moral na esfera do comércio no Estado do Rio Grande do Norte.

Fruto destas reflexões surgiu o interesse pela temática fundamentado em duas dimensões articuladas: a militância política feminista e o interesse acadêmico em explorar a complexidade deste objeto. Ainda na graduação em Serviço Social na

[1]Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) no ano de 2004, me aproximei dos estudos acerca das relações patriarcais de gênero, focando especialmente na violência doméstica e familiar contra a mulher. Daquela aproximação, resultou a elaboração da dissertação de mestrado que versou sobre a problemática da violência contra a mulher prostituta. Emergia já naquele momento, portanto, a preocupação de discutir de forma simultânea as condições materiais de produção, as relações de gênero e sexualidade. Além disso, pude participar da equipe de pesquisas que versaram sobre violência contra as mulheres, a implementação da Lei Maria da Penha e as políticas públicas voltadas para este segmento[2].

Entretanto, optei por aprofundar a análise das repercussões das relações de gênero na esfera do trabalho por considerar essa problemática de extrema relevância acadêmica e social e por constatar, como dito anteriormente, que a produção acadêmica sobre um aspecto específico destas repercussões, as modalidades de assédio, não vem sendo discutido a contento.

No âmbito acadêmico acredito que a presente investigação é de suma importância, no sentido de produzir uma reflexão crítica acerca das várias determinações que perpassam o mundo do trabalho estruturado num campo permeado por desigualdades, opressões, dominações e violências.

É claro que existem também comprometimentos e afinidades pessoais com o tema sem os quais esse trabalho não seria realizado da mesma forma e que me possibilitaram compreender um pouco melhor as mulheres e a própria negação ou o não reconhecimento do assédio, principalmente o sexual.

Assim como muitas meninas/mulheres pobres, nordestinas, principalmente, na década de 1990, sem perspectivas de vida diferentes das dos pais, alcei voo para a cidade que mais nos recebia (ao mesmo tempo em que mais nos explorava) na qual mais alimentava os sonhos, São Paulo.

Com 17 anos, me deparei com a “dura poesia concreta de tuas esquinas[3]” enfrentei a selva de pedra e, assim como a música, “foste um difícil começo, afasta o

[2] Políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Norte - (2005-2007) e Aplicação da Lei Maria da Penha no Estado do Rio Grande do Norte: possibilidades e limites ao combate à violência contra a mulher (2008-2010), ambas aprovadas por editais do CNPq em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

[3] Fragmento da música “Sampa” de Caetano Veloso.

que não conheço, e quem vem de outro sonho feliz de cidade, aprende depressa a chamar-te de realidade, porque és o avesso do avesso do avesso do avesso" [...].

Passei por todos os tipos de emprego precarizados: vendedora, doméstica, cozinheira, secretária, dentre outros. Tentei voltar aos estudos, mas me deparei com dificuldades concretas que atentavam contra minha própria integridade física. Abandonei a escola e assim como muitos (as) como eu, movidos (as) por sonhos, perambulei. Essa é a palavra que mais se aproxima da definição desse momento por inúmeras fábricas, lojas, engrossei fileiras infindáveis de desempregados (as), muitos (as) como eu sem nenhum tipo de qualificação profissional, sem escolarização, movidos (as) pelo instinto, alimentados pela fome, de tudo, que saciá-la demandava romper laços de afeto e atirar-se num vácuo sem rosto, modelado tão somente pelo afã de sobreviver.

Passados três anos fui convidada a trabalhar na cidade de Osasco, para administrar um pequeno comércio de vendas em domicílio. Sem hesitar. Dois dias depois, estava morando em uma casa e lidando diretamente com mais ou menos dez homens, todos nordestinos. Vale dizer que a relação não se processava sem atritos constantes, fundamentados principalmente na minha condição de mulher. Depois de uns seis meses, um homem contratado pelo dono, veio de outra cidade ocupar minha vaga. Apesar da tristeza e decepção, encarei o processo com naturalidade, pois entendi que ali se expressava a divisão sexual do trabalho, e eu estava, do ponto de vista do machismo, ocupando uma função que não competia a uma mulher, muito menos da minha idade.

Hoje, acredito que meu interesse pelas questões de gênero provavelmente está vinculado à minha própria experiência como mulher atenta às coisas que ainda, muito jovem, vivi e observei.

Tal condição se agravou quando no processo de transição do trabalho, comecei a sofrer constantemente assédio sexual por parte do novo encarregado do comércio. As investidas a princípio se produziam de forma velada, posteriormente, elas passaram a ser mais incisivas na presença de funcionários. Convites impertinentes, apalpação das minhas pernas, observações deslocadas de contexto sobre sexo, fotos de mulheres seminuas em revistas me eram sistematicamente apresentadas.

Contei tais investidas para um dos trabalhadores mais próximos a mim. Todas as noites além de trancar a porta do meu quarto, arrastava junto com este amigo, o

guarda-roupas para reforçar a segurança. Depois, ele pulava por uma janela que dava para o quarto onde eles ficavam. Essa estratégia era utilizada porque o novo encarregado quase todas as noites, insistentemente, ficava forçando a fechadura da minha porta. Lembro-me de que eu fingia dormir.

Lembro também que não compartilhei isso com minha família, por uma mistura de vergonha, medo, decepção. Apenas com esse meu amigo, que sabia das investidas e me aconselhava a ir embora o quanto antes pois, segundo ele, eu estava correndo muitos riscos ali. Quando faltavam uns três dias para terminar meu contrato, fomos ao banco fazer as últimas transferências, ele retornou para casa e eu fui resolver outros compromissos. Ao retornar à noite vi que a porta do meu quarto estava arrombada e a fechadura tinha sido arrancada.

Um misto de pavor e revolta tomou conta de mim, pedi auxílio ao meu amigo e de outros rapazes que me ajudaram a conseguir um transporte para minha mudança. Em menos de três horas, deixei para trás amigos (as), colegas, que nunca mais voltei a ver e levei comigo uma sensação de asco, de impotência, de todas as dores que a condição de opressão e violência pode causar a uma mulher.

Hoje, ao me defrontar com a temática desta tese percebi como isso interferiu na minha vida profissional. Depois desse episódio, passei muito tempo me sentido fracassada, incompetente, não tinha mais motivações e, no auge da minha vida produtiva eu sempre encontrava subterfúgios para não procurar trabalho. O final dessa história talvez ainda seja uma página que revisitei depois de dezoito anos e, apesar de alguns parágrafos escritos, sinto que permanecem as reticências.

Retomei sem muitas forças aos mesmos trabalhos que havia deixado para trás, afinal, “a vida tem pressa”, na casa dos trabalhadores de um pequeno comércio do meu irmão, fui uma espécie de “faz tudo”, até montar o meu próprio comércio. Entretanto, mais uma vez, as relações patriarcais apareceram fortemente, pois se tratava de uma mulher num papel a ser desempenhado por um homem e **sem um homem**. Tais condições me tornaram embrutecida, violenta, submergida num universo marcado pelo machismo que exigiram de mim comportamentos e ações que, por muitas vezes me faziam buscar, sob essa densa camada, o que restava da minha essência.

Fui roubada, ameaçada de morte e vendi os poucos bens adiquiridos para quitar as dívidas. A partir dessas dificuldades refiz o caminho de volta, sem muitas perspectivas resolvi realizar o “mais revolucionário” que poderia ser naquele

momento: encarei os estudos e conclui o ensino médio na minha cidade natal – Tenente Ananias[4] no ano de 2002. No ano seguinte, prestei vestibular para o curso de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), porém o mesmo só era disponibilizado no campus central em Mossoró/RN, fui apenas com uma mala, para desespero da minha mãe, pois não conhecia ninguém na cidade, tentei vaga para ingressar na residência universitária, o que só veio há ocorrer um mês depois, enquanto isso, contei com a solidariedade de uma parente, que mesmo não me conhecendo, abriu as portas de sua casa para mim.

O restante dessa história passou a ser contada a partir do ingresso na graduação em Serviço Social na UERN, no mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, por fim, no curso de doutorado aqui na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), culminando em um doutorado sanduíche na Universidade Paris VII-França. Como podem observar minha vida acadêmica adentrou em todas as demais instâncias da minha vida, como uma alquimia, progredi a partir da transmutação.

Aqui fui ora leoa, ora borboleta, mergulhando em um universo que esteve tão atrelado a mim, que negá-lo, pareceu-me subjugar a minha condição de mulher, trabalhadora, nordestina que, muitas vezes, esteve presente em cada relato, em cada desabafo e, por que não dizer? Na própria naturalização das violências às quais somos vitimizadas, aqui, especificamente, o assédio moral e o assédio sexual.

Assim como muitas mulheres, também levei muito tempo para identificar que fui vitimizada pela violência sexista do assédio sexual, a partir do aprofundamento nas discussões dos assédios é que despertei para as inúmeras expressões que fizeram parte da minha trajetória profissional, desde o trabalho como atendente de farmácia com 13 anos na minha cidade natal, até o trabalho em um supermercado no interior da Bahia.

Nesse sentido, a simbiose dará a tônica em muitos momentos em que expus aspectos vivenciados pelas interlocutoras. Acredito que sujeito e objeto estão entrelaçados num sucessivo bailar, às vezes ritmado, outras em total desalinho, mas fundamentalmente, todos buscando como fim, adentrar nesse universo ainda pouco explorado do assédio.

[4] Tenente Ananias, município localizado na região Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte, com uma população estimada de 10.558 habitantes. Está localizada a 413 quilômetros da capital do Estado. Censo (2012).

De modo que o propósito deste estudo é discutir como se objetivam o assédio moral e o assédio sexual em situações de precarização do trabalho das comerciárias no Estado do Rio Grande do Norte. Buscarei ainda identificar as formas de resistências desenvolvidas pelas mesmas, em relação a esse tipo de violência no mundo do trabalho. Num esforço de compreender de forma mais aprofundada essa problemática, parti dos seguintes questionamentos. Em que medida o assédio moral e sexual precarizam o trabalho das comerciárias? Assim como a compreensão destas mulheres acerca do que é assédio moral e sexual? E por fim, as possíveis formas de enfrentamentos/reações utilizados pelas comerciárias diante de tal fenômeno.

A partir destas questões foram formulados os objetivos abaixo relacionados, os quais norteiam a análise da temática a ser apresentada neste estudo: Dentre eles: mapear as possíveis manifestações de assédio moral e sexual incidentes entre as comerciárias do comércio varejista no estado do Rio Grande do Norte (RN); identificar a compreensão das trabalhadoras do comércio norteriograndense sobre o que seja assédio moral e assédio sexual, bem como se as mesmas os relacionam às relações desiguais de gênero no espaço laboral; averiguar as possíveis repercussões do assédio moral e sexual nas relações e condições de trabalho; conhecer as possíveis estratégias de resistência/enfrentamento do assédio sexual e/ou moral acionadas pelas mulheres em seu cotidiano laboral; compreender a dinâmica da exploração das mulheres no setor de comércio e por fim, identificar a compreensão destas mulheres acerca do que venha a ser assédio sexual e assédio moral.

Ressalto que iniciei o Doutorado com a intenção de aprofundar as discussões relacionadas ao trabalho sexual de mulheres. Contudo, recentemente, fui motivada pelos resultados preliminares da pesquisa, bem como por seu ineditismo - *A violência contra a mulher na esfera do trabalho: a realidade das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte*[5]*,* da qual participo na qualidade de pesquisadora e como membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações Sociais de

[5]Financiada pela CNPq e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Realizada nas cidades de Natal e Mossoró.

Gênero e Feminismo (GEF)[6] da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), ao qual a referida pesquisa se filia.

Acrescenta-se a esta trajetória minha atuação como professora substituta durante os anos de 2009 e 2011, a qual ministrei, dentre outras disciplinas, “Gênero e Serviço Social”. Ocasião em que discuti as condições de vida e trabalho das mulheres, o que reforçou meu interesse pela temática “mulher e trabalho”.

Destaco ainda, a minha inserção como militante[7], no Núcleo de Estudos sobre a mulher Simone de Beauvoir (NEM), sendo este um espaço fecundo de reflexões acerca da temática objeto de minha tese de doutoramento.

Por fim, a realização do doutorado sanduíche no *Centre d´Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Etudes Féministes (CEDREF) da Universidade de Paris 7 - Diderot e no Genre, Travail Mobilités (GTM) do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA)*, vinculado à Universidade de Paris 8 durante um período de dez meses sob orientação da professora doutora Jules Falquet. A essa experiência dispenso um carinho especial, pois foi a partir dela que eu tive oportunidade de me aprofundar no fecundo terreno das discussões que tem como eixo o feminismo materialista francófono, a divisão sexual do trabalho, as relações sociais de gênero, o trabalho feminino e da relação de consubstancialidade sexo/raça/classe.

Adiciono a essas experiências a oportunidade ímpar de partilhar de momentos de aprendizados com autoras que até então me acompanhavam, somente, por intermédio dos livros, nos dias e noites de árduos e solitários trabalhos.

A tese se estrutura em cinco capítulos. No primeiro deles discorro sobre os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa e os objetivos; traço um panorama do campo e, por fim apresento as interlocutoras que fazem parte do universo deste trabalho.

No segundo capítulo apresento discussões teórico-conceituais e ontológicas sobre as categorias “trabalho” e “divisão sexual do trabalho”, buscando analisá-las a partir da compreensão do movimento histórico que determina as suas relações com

[6] Cadastrado no Diretório de Grupo de Pesquisas do CNPq.

[7] Principalmente na luta pelo fim da violência doméstica e famíliar contra a mulher, desenvolvendo capacitações para profissionais da rede de atendimento a mulher em situação de violência, bem como, divulgando tanto em Mossoró, como em outras cidades a Lei Maria da Penha, para profissionais de saúde e educação, além de universidades.

os homens e as mulheres, levando em consideração suas particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais.

O segundo capítulo privilegia ainda alguns sub-temas, tais como: o trabalho doméstico; a análise histórica da inserção das mulheres no espaço do trabalho mundial e brasileiro e por fim Engels e as origens da opressão das mulheres.

No terceiro capítulo apresento o trabalho das mulheres no setor de comércio varejista. Levaremos em conta ainda aspectos como a jornada de trabalho, a remuneração, a sindicalização e a desigualdades de gênero no trabalho. Finalmente, faço um breve percurso histórico acerca do Estado do Rio Grande do Norte para entender um pouco melhor o terreno social em que se forja o processo da formação econômica, social e política desse Estado no contexto brasileiro.

O quarto capítulo, busco compreender alguns fundamentos teóricos e políticos das relações patriarcais de gênero e como essa mediação é capaz de desvelar a totalidade do assédio sexual e moral contra as mulheres no âmbito do trabalho. Igualmente, busco compreender tais relações consubstanciadas com sexo, “raça” e classe, fundamentada no feminismo materialista francófono e do *Black Feminism* estadunidense. Ainda neste capítulo, discuto alguns aspectos da sexualidade feminina, contextualizando-a a partir da compreensão dos princípios sociais, culturais, políticos e econômicos do momento histórico em que se insere.

O quinto capítulo apresento a conceituação sobre o assédio sexual e assédio moral contra as mulheres e abordo a realidade brasileira na vivência desse tipo de violência no âmbito do trabalho. Posteriormente, apresento as principais definições de assédio sexual e assédio moral no âmbito do trabalho com base na literatura brasileira e francesa. Relaciono ainda o assédio moral e sexual como expressões da questão social, as repercussões do mesmo no adoecimento das mulheres e, por fim, o debate feminista sobre o assédio moral e sexual na realidade francesa.

Por fim, apresentarei as considerações finais advindas da pesquisa e de todo seu percurso teórico metodológico, as apreensões absorvidas no processo de investigação, bem como as possíveis contribuições do estudo para o desvelamento da temática sobre a qual me debrucei.

Espero que a reflexão em torno desses conteúdos possa contribuir com o desvelamento do assédio moral e assédio sexual e sua relação com a precarização do trabalho feminino no contexto capitalista patriarcal e racista; com as desigualdades no mundo do trabalho entre homens e mulheres oriundas da divisão

sexual do trabalho e com as reflexões das trabalhadoras que vivenciaram, vivenciam ou poderão ser vitimizadas por esse tipo de violência cada vez mais presente nas relações de trabalho. E, finalmente, pretendo contribuir com o debate do assédio sexual e assédio moral, por compreendê-lo como uma expressão da questão social, portanto, matéria de intervenções, estudos e debates no Serviço Social e Políticas Públicas.

1 **SUJEITOS, CENÁRIOS E ENREDOS[8]: A TRAMA DA VIDA COTIDIANA, PESQUISA DE CAMPO E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A seguir apresento o perfil sociodemográfico das minhas interlocutoras, que assim como milhares de mulheres brasileiras tentam, para além da sobrevivência, aplicar na vida prática a frase de Simone de Beauvoir na qual a filosofa afirma: “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”.

Foi justamente nessa perspectiva, que essas mulheres tão distintas nos seus interesses, nas suas concepções de vida, nas suas relações com a família, com o trabalho, tivessem algo comum: a busca incessante por segurança material que fundamentalmente as fizessem, segundo apontaram, capazes de superar qualquer tipo de dependência financeira de um homem. Essa, aparentemente, é uma das molas propulsoras que fez e faz com que muitas busquem, por intermédio de uma maior escolarização, principalmente no ensino superior, concentrar-se nesse objetivo, principalmente as mais jovens.

Pelo exposto, a reflexão sobre essas questões deve levar em consideração o seguinte aspecto: a condição de assalariamento dessas mulheres, mesmo trabalhando em tempo integral não as possibilita ter ganhos suficientes para que em vez de “co-provisão”, elas não estejam na categoria de “dependente econômica”. Ou seja, o trabalho no comércio, para a maioria, só é capaz de suprir as necessidades básicas.

Das dezessete entrevistadas, doze são solteiras, quatro casadas e uma divorciada. Cinco tem filhos (as), as rendas variaram entre R$ 200,00 e R$ 1.200,00. Esses valores são atravessados por algumas especificidades. Algumas recebem o salário mais comissão sobre as vendas, outras somente o salário mínimo, as que disseram receber duzentos reais pela jornada integral de trabalho, desenvolvem ou desenvolveram a atividade em pequenas cidades do interior do Estado, onde parece

[8] Esta opção metodológica de trabalhar a introdução e a metodologia no início da tese tem a pretensão de se apresentar como uma tentativa de “cura” da síndrome cada vez mais presente em muitos trabalhos acadêmicos nos últimos tempos, a “síndrome do objeto escondido”. Expressão cunhada por Silvana Mara (2007) que me acompanha até hoje.

“inexistir” a obrigatoriedade de um salário mínimo[9]. Como não há fiscalização e os postos de trabalho são reduzidos, elas se submetem a receber quantias por vezes irrisórias pelos trabalhos realizados.

As idades das entrevistadas variam entre 18 e 42 anos. Das dezessete interlocutoras, apenas cinco concederam a entrevista no local de trabalho, três na universidade e nove em suas residências.

No que diz respeito à escolaridade, 09 estavam cursando o ensino superior, sendo que apenas 01 em universidade pública, 02 cursavam o ensino médio, 02 obtiveram curso superior, mas não trabalhavam na área de formação e 04 concluíram o ensino médio.

A escolha das entrevistadas seguiu o critério da amostra intencional que é composta por elementos da população selecionados intencionalmente pelo(a) investigador(a), porque este considera que esses elementos possuem características típicas ou representativas, tendo como critérios de inclusão, além de trabalhar no comércio, o interesse de participar da pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Realizei a pesquisa nos municípios de Natal[10], Mossoró[11] e Pau dos Ferros[12].Sendo, sete mulheres em Natal, sete em Mossoró e três em Pau dos Ferros perfazendo um total de dezessete entrevistas.

Em relação à raça doze se auto definiram como brancas e cinco pardas. Presumo que esse dado, referente ao marcador social “cor da pele”, está inteiramente imbricado ao denominado “critério de boa aparência”, o qual mesmo

[9] Segundo o Art. 78 da CLT - Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona.

[10] Capital do estado do Rio Grande do Norte, pertencente à Região Metropolitana de Natal, à microrregião de Natal, à mesorregião do Leste Potiguar e ao Polo Costa das Dunas. É conhecida como a *“Cidade do Sol”* ou *“Noiva do Sol”* por ser uma das localidades com o maior número de dias de sol no Brasil, chegando a aproximadamente trezentos. Capital menos violenta do Brasil, décima-quarta cidade mais segura do Brasil e capital com melhor qualidade de vida do Norte-Nordeste, é a vigésima cidade mais populosa do país, detendo em 2010 uma população de 803.311 habitantes, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[11] Segunda cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Norte, distando 285 quilômetros da capital Natal. Localiza-se às margens do rio Apodi-Mossoró, na região oeste do estado e na microrregião homônima. Principal município da Costa Branca Potiguar. Segundo Censo do IBGE/ 2010, possui uma população de 259. 886 habitantes.

[12] Pau dos Ferros é a principal cidade do auto Oeste potiguar, com quase 30 mil habitantes, segundo o último senso do IBGE, é responsável pelo principal comércio da região, bem como pelo setor bancário que abarca as demandas de inúmeras cidades circunvizinhas.

sendo proibido pela justiça brasileira[13], ainda é utilizado de forma recorrente pelos (as) empregadores (as) para o acesso ao trabalho no comércio.

A exigência de determinados padrões estéticos (cor de pele, por exemplo), para se adequar às demandas do mercado de trabalho põe a nu o preconceito racial que perpassa o espaço social e abrange o cotidiano dos sujeitos, em especial as mulheres negras, inclusive os dados divulgados pelo IBGE[14] demonstram que essa era uma afirmação que para muitos (as) brasileiros (as) era extremamente "radical" e desprovida de "base".

Coadunando com os dados da supracitada pesquisa, a realidade concreta aponta que no Brasil ainda persiste o racismo estando longe de verdadeira democracia racial.

Não há novidade alguma na afirmação de que historicamente o processo de ascensão da mulher negra na sociedade foi e continua a ser árduo, principalmente, quando os espaços em disputa são postos de trabalho tidos como "superiores" e que exprimem prestígio e *status* social. Acrescenta-se a isso as dificuldades vividas por esse segmento da população que sofre uma tripla discriminação/opressão de gênero, raça/etnia e classe, tendo em vista que a maioria da população negra em nosso país é pobre.

O que me parece atual é a reedição das desigualdades raciais no Brasil, um racismo estrutural que toma sua forma mais perversa e segregadora à medida que se avançam as lutas coletivas pela minimização ou mesmo a superação das inúmeras formas de exploração, discriminação e violência para com esse segmento específico.

O "chicote" continua a ser utilizado pelo viés da violência verbal, física e psicológica, pelas mãos de "feitores (as)" que jogam bananas, que imitam macacos, os seguranças (na sua maioria negros(as) que segue seus semelhantes pelas lojas dos *shoppings centers*, as redes sociais, as escolas, os trotes universitários, dentre

[13] Refiro-me aqui a Lei 1905 de 24/11/1998 que proíbe o termo "exige-se boa aparência" nos anúncios de recrutamento.

[14] Segundo dados da "Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça" (PCERP). O trabalho é citado como a situação mais influenciada por cor ou raça. Sobre situações em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil, em primeiro lugar aparece "trabalho", resposta que foi dada por 71% dos entrevistados. Em segundo lugar aparece a "relação com justiça/polícia", citada por 68,3% dos entrevistados, seguida por "convívio social" (65%), "escola" (59,3%) e "repartições públicas" (51,3%), (IBGE, 2011).

outras inúmeras expressões a que estão sendo cotidianamente violentados/as milhares de negros (as) no país.

Quando particularizamos as mulheres negras, acrescente-se a esses aspectos a excessiva mercantilização do corpo, o abuso sexual na infância e a violência doméstica, construídas sobre uma base patriarcal, racista e classista que perdura por séculos e que as colocam numa condição de tripla opressão: de gênero, de etnia e de classe, aqui contundentemente expresso a partir dos dados que apontam para as formas mais concretas e perversas sob as quais se traduzem tais discriminações.

Segundo dados do estudo sobre feminicídio no Brasil, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), das mulheres assassinadas entre os anos de 2001 e 2011, 61% eram negras, se concentrando principalmente nas regiões Nordeste (87% das mortes de mulheres), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%) isso significa que em mais um espaço de violações de direitos, as mulheres negras encontram-se no topo das estatísticas.

Esses dados são a tradução concreta de que o feminicídio no Brasil tem raça e classe. E a meu ver, tem a marca do pouco investimento nas políticas públicas que possam vir a enfrentar esse tipo de violência derradeira para inúmeras trabalhadoras que têm suas vidas ceifadas e viram estatísticas de um Estado ainda bastante omisso diante da luta pela superação das desigualdades de gênero, raça e classe no país.

Com relação aos limites e dificuldades os quais enfrentamos durante a realização da pesquisa de campo, vale destacar o fato de que as comerciárias que concederam as entrevistas no local de trabalho tinham assegurado anteriormente os horários que poderiam falar sem a interferência dos/as proprietários ou chefes, se efetivaram em horários de almoço ou sabiam do itinerário diário dos/as mesmos/as. Mesmo diante da apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa algumas só aceitaram falar depois de inúmeras tentativas. Algumas entrevistadas deixaram de responder os nossos contatos telefônicos ou ainda, marcavam em determinado local e não apareciam. Por outro lado, as que aceitaram participar da pesquisa geralmente atenderam as solicitações de informantes-chave da pesquisa, mas cercavam-se, quase sempre, de muita precaução, principalmente após explicitarmos o tema da pesquisa.

O medo estava quase sempre relacionado a expor as condições de trabalho, de falar coisas que poderia “comprometê-las” junto à empresa, além do receio de perder o emprego por socializar questões restritas ao âmbito privado do local em que trabalham.

Essa é a síntese das relações às quais me deparei que retratam situações e talvez revelem, por sua vez, o assédio moral e sexual e como o mesmo se baseia no gênero. Além do que, os relatos apresentados são ainda reflexos de um fenômeno a ser desvendado pela academia, pela sociedade e pelos (as) próprios sujeitos que o vivenciam e/ou vivenciaram.

O ato de pesquisar é teórico - político, ou seja, um tipo de práxis social que se expressa num conhecimento provisório e inacabado, por ser uma atividade de aproximação do real, tendo em vista que tal aproximação nunca é definitiva, pois o real é bem mais complexo do que podemos extrair por meio da pesquisa, como afirma Martinelli (1999, p. 19): “assim como a vida, também a pesquisa só é possível reinventada”.

Compreendo que a atividade científica não se limita à repetição do que já foi descoberto, pois “se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução” (GRAMSCI, 1999:174).

Neste sentido a pesquisa é composta por diversos elementos. Ela articula teoria e dados, pensamento e ação, de tal modo que é uma atividade complexa, por vezes exaustiva, pois envolve vários esforços, entretanto muito instigante por possibilitar o desvendamento dos fenômenos sociais a partir de alguns prismas e análises.

Ao abordar a metodologia da pesquisa, adentrei em um complexo debate permeado por consensos e dissensos. Assim, discuti metodologia implica necessariamente desvendar sua natureza, métodos, técnicas e instrumentos.

Inicialmente quero sinalizar que para a realização de uma pesquisa é necessário adotar um método que ilumine a apreensão do objeto investigado, pois a realidade investigada não se mostra em sua aparência/imediaticidade.

Neste sentido, é imprescindível compreender os fenômenos por meio de sua processualidade, totalidade e contradição, trazendo a singularidade, a particularidade e a universalidade das questões em articulação com as categorias de

análise que iluminam a investigação em conjunto com os dados produzidos no campo.

Portanto, o método de pesquisa expressa a postura do(a) pesquisador(a) frente ao objeto pesquisa, mas também proporciona apreender que as categorias de análise são historicamente determinadas.

As relações sociais e os fenômenos vivenciados na sociedade, no caso em tela - o assédio sexual e moral praticados contra as mulheres na esfera laboral, fundamentam-se no modo como mulheres e homens produzem materialmente a sua existência, bem como em estruturas de poder de classe, raça e sexo numa relação de imbricação e consubstancialidade.

Os fenômenos do assédio moral e sexual neste trabalho são compreendidos como violências sexistas historicamente interligados à totalidade da vida social. Tal compreensão leva em consideração as particularidades dos fenômenos, mas não desconsidera que a totalidade é composta por vários fenômenos em articulação constante e que neles há uma retroaliamentação recorrente de polos contraditórios, que analisados de forma crítica e dialética resultarão no desvendamento do mesmo enquanto conhecimento aproximado da realidade investigada.

A partir desta perspectiva busco compreender como se objetivam o assédio moral e o assédio sexual em situações de precarização do trabalho das comerciárias no Estado do Rio Grande do Norte, à luz das categorias trabalho, assédio sexual, assédio moral e relações patriarcais de gênero.

A respeito da natureza da pesquisa, norteada pelas formulações de Minayo (2010), esse estudo coaduna com a pesquisa qualitativa devido a mesma se adequar ao estudo da história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões dos sujeitos sobre diversos fenômenos, bem como sobre si e seus modos de vida, possibilitando um viés interpretativo para os dados tendo como pressuposto a singularidade do sujeito, compreendido como um ser histórico, detentor de um modo de vida que lhe particulariza, ao mesmo tempo em que o situa em suas relações sociais, sendo, portanto, privilegiada para estudos que abordam sujeitos coletivos.

Contudo, à luz do pensamento da referida autora pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa não são incompatíveis e nem se opõem, podendo inclusive, ser integradas em uma mesma pesquisa. Apontando nesta direção Minayo afirma:

> (1)elas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa; (2) uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar questões passíveis de serem respondidas só por meio de estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa; [...] (5) que em lugar de se oporem, os estudos quantitativos e qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, enseja o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas (2007,p.76).

Ao realizar a pesquisa de campo, a partir da abordagem qualitativa, esta me proporcionou definir melhor as técnicas e instrumentos de produção de dados utilizada. Desta forma, realizei entrevistas semiestruturadas[15] e observações sistemáticas em meu percurso investigativo.

Com relação às observações realizadas, me referenciei em Minayo (2010) que define a observação como indispensável para o trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Neste sentido, durante as observações que consegui realizar, o uso do diário de campo[16] foi de extrema importância tendo em vista que o mesmo me possibilitou registrar diariamente minhas impressões, questionamentos, informações e até mesmo dúvidas e angústias.

Dentre as impressões mais comuns está a naturalização por meio da qual as práticas, principalmente de assédio moral, se apresentam para as interlocutoras. Como apontarei durante o desenvolvimento desse trabalho, o “não sentir” ou “um sentir resignado” caracterizou a maioria das apreensões que perpassaram a análise desse objeto.

Tal resignação se espalha pelas ruas, pelas bocas, pelas filas, pelas vidas e passam perigosamente a tornar-se algo inerente as relações de poder oriundas **do** e **no** trabalho feminino. E quando essas relações são de algum modo confrontadas, se restringem exclusivamente ao espaço de trabalho, fugindo, portanto, dos domínios das demais relações sociais.

Outro aspecto recorrente entre as interlocutoras, diga-se de passagem, muito bem tecido pelo sistema capitalista, é que parte delas, identificam a problemática do

---

[15] Consideramos que este instrumento tornou-se mais viável para o desenvolvimento de nossa pesquisa na medida em que permitiu um maior grau de liberdade e criatividade para as informantes, essencial, portanto, para os estudos de cunho qualitativo.

[16] Se constitui num instrumento utilizado para registar/anotar os dados recolhidos susceptíveis de serem interpretados. Neste sentido, o diário de campo é uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados. Cada investigador(a) tem a sua própria metodologia na hora de levar a cabo o seu diário de campo, o importante é que o pesquisador(a) aponte no diário aquilo que observa ao longo do seu processo de investigação para posterior análise.

assédio moral e sexual apenas como um problema individual que reflete uma opressão isolada, e, portanto, elas individualmente é que devem lutar para assegurar que não venham a sofrer esse tipo de violência sexista.

Evidentemente que tudo isso reflete uma das bases elementares da perspectiva neoliberal cujo reforço da lógica individualista e cotidianamente alimentada, destroi progressivamente quaisquer práticas potencializadoras de lutas coletivas. Remar contra essa “corrente” em que a liberdade pessoal não é um produto imediato do controle do (a) trabalhador (a) coletivo sobre o conjunto dos meios de produção, pressupõe a construção de uma base forte sobre a qual se estruture a luta permanente, específica e multifacetada, onde todos (as) sejam capazes de identificar e resistir às inúmeras formas de opressão presentes nas dimensões da vida cotidiana, em especial no âmbito do trabalho.

Muitas interlocutoras no momento da pesquisa cursavam ensino superior, contudo, tal nível de escolaridade, pouco influenciou nas apreensões das mesmas acerca da origem das desigualdades no trabalho. Algumas até apontaram as desigualdades de gênero evidenciadas pela dificuldade de ascensão profissional ou mesmo a forma de relacionamento diferenciada para homens e mulheres. Entretanto, ao serem indagadas se de algum modo isso se relacionava a um sistema mais amplo de exploração e opressão, as respostas apesar de serem afirmativas, eram quase sempre perpassadas por justificativas culturais, históricas e mesmo de habilidades diferenciadas. E isso se traduzia muitas vezes em resignação diante das condições desiguais presentes tanto no trabalho como nas demais dimensões da vida.

Essa lógica me faz lembrar o poema de autoria desconhecida, denominado horário de trabalho:

> Depois das treze poderei sofrer: antes, não. Tenho os papéis, tenho os telefonemas, tenho as obrigações, à hora-certa. Depois irei almoçar vagamente para sobreviver, para aguentar o sofrimento. Então, depois das treze, todos os deveres cumpridos, disporei o material da dor com a ordem necessária para prestar atenção a cada elemento: acomodarei no coração meus antigos punhais, distribuirei minhas cotas de lágrimas. Terminado esse compromisso, voltarei ao trabalho habitual.

A delimitação do campo de pesquisa é de fundamental importância em qualquer processo de investigação científica. Contudo, não basta sinalizar os motivos pessoais que impulsionaram a escolha do tema, mas explicitar sua importância e a necessidade de pesquisa e análise.

Neste sentido, quando iniciei minha trajetória acadêmica e de pesquisadora, uma das primeiras frases que ouvi e que atuou como um pêndulo capaz de equilibrar uma espécie de “ansiedade teórica” e descartar elementos deveras importantes como o campo, em sua perspectiva genérica e que também tratei de disseminar entre meus alunos (as) na minha recente experiência na docência é que a “realidade é sempre mais rica do que qualquer teoria”.

Ademais, é fundamental compreender a dinâmica pela qual o movimento do real interpreta a realidade e isso deve ser pautado, do ponto de vista da pesquisa, a partir da teoria na qual, “[...] é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (NETTO, 2011, p.21). O que significa que a teoria é o próprio conhecimento do objeto, de sua “estrutura” e “dinâmica”. E esta produção (que compõe propriamente o conhecimento teórico) será mediada pela relação de fidelidade entre sujeito e objeto.

A partir dessa compreensão o referido autor argumenta que o objetivo principal de um (a) pesquisador (a) deve ser a distinção entre “aparência e essência”, ou seja, é apreender a essência (a estrutura e a dinâmica) do objeto. Assim sendo, o método de pesquisa que, por meio de procedimentos analíticos, proporciona o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto (NETTO, 2011).

Seguindo esse pressuposto, aqui me deparo mais uma vez com essa verdade, não absoluta, mas que se revigora à medida que desenvolvemos temas tão complexos e que demandam ir muito além da aparência.

Nessa trajetória me vi embebida pelo imperativo de desvelar um objeto que se mostrou tão desafiador no seu decantar que termino com a sensação de que fui tomada pela leveza do ar.

Assim, Oiticica, Velame, Jurema preta, Palma, Catingueira, Malva, Jitirana, Algaroba, Guabiraba, Camaratuba, Favela, Carnaúba, Amburana, Anil, Aroeira, Camapum, Erva Cidreira[17], foram a realidade que reconstruiu as hipóteses iniciais que apontavam na direção de buscar no universo da pesquisa trabalhadoras do comércio sindicalizadas. Anteriormente à entrada no campo da pesquisa, construí a hipótese de que a condição de filiação destas a uma entidade sindical de classe

[17] Para resguardar a identidade das entrevistadas optamos por nomeá-las como ervas e plantas da flora nordestina.

potencializaria uma maior consciência crítica acerca do assédio sexual e assédio moral, bem como o fato de que tal problemática tem sido objeto de preocupação dos sindicatos devido à grande incidência deste fenômeno na esfera do comércio, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006).

Entretanto, essa hipótese teve que ser revista a partir de um argumento concreto: a reduzida participação das trabalhadoras no sindicato, mesmo se tratando de um setor de maioria feminina. Pelo que pude observar, há pelo menos duas razões para essa restrita participação: a primeira é a própria dinâmica sociocultural marcadamente fundamentada numa sociedade capitalista/patriarcal que tem como aporte práticas que incidem diretamente na sobrecarga de trabalho feminino, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, caracterizada pela jornada extensiva de trabalho.

Outro aspecto vem da própria transformação no mundo do trabalho que com o advento da reestruturação produtiva afetou principalmente as trabalhadoras, além de causar a fragmentação da mesma e enfraquecer sua ação sindical e política. Acrescente ainda que essa fragmentação se reflete diretamente na identidade, não somente sindical, mas também política.

De modo que apesar das conquistas advindas, sobretudo das lutas feministas na busca pela igualdade de gênero, ainda persiste obstáculos concretos a consolidação de tais igualdades nas esferas de poder e decisão. Esses limites se dão principalmente pela lógica patriarcal e pela divisão sexual do trabalho que persiste em nossa sociedade caracterizando o poder como masculino e sobrecarregando as mulheres com as tarefas domésticas e de cuidado. E isso historicamente tem acarretado limites para a ascensão feminina.

Ademais, o reflexo da pouca participação feminina nos sindicatos também pode ser observado nas próprias diretorias, uma vez que, como em outras instâncias do espaço público, nas relações sindicais ainda incidem práticas discriminatórias e sexistas. De modo que, mesmo com o aumento da participação, os principais cargos de direção ainda são exercidos por homens e, mesmo integrando algumas diretorias, as mulheres são secundarizadas. Segundo dados do Relatório Global Data Base *of Quotas for Women,* mesmo as mulheres brasileiras representando 52% da população, está ainda se encontram na 118ª posição no ranking da participação política das mulheres nos 198 países pesquisados (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). Portanto, a nosso ver, é fundamental a

democratização das relações sindicais no Brasil, que adianto, somente será possível mediante a incorporação das demandas de equidade de gênero.

Segundo dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) de 2013, apesar das iniciativas desenvolvidas em busca de maior inserção das mulheres nos espaços de poder e decisão, a exemplo da política, como a Minirreforma Eleitoral de 2009. A Lei 12.034/2009 que determinou alterações nas leis 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), 9.504/1997 e 4.737/1965 (Código Eleitoral). A referida lei, dentre outras ações prevê um percentual mínimo de candidaturas femininas inscritas por partido para as eleições legislativas, ainda persiste enormes disparidades.

Levando em consideração que o direito de votar e de ser votada já está na "terceira idade" com oitenta e um anos e que as mulheres representavam em 2012, 52% do eleitorado brasileiro, a concretização dessa participação ainda se constitui um dos maiores desafios que estão postos para as mulheres, exigindo uma construção permanente desse processo democrático para que se tenha equidade no número de deputados (as) federal e estadual. Todavia, esclarece os mesmos que apesar dos dados serem animadores, "o que prevalece como perfil de candidato é o homem, branco, casado, de meia idade e com instrução" (MANO ; SPECK, p.01, 2014).

O sindicato o qual direcionei minha abordagem as questões relacionadas à participação das mulheres no sindicato aparecem como secundárias, embora em sua estrutura político-organizativa haja um Secretaria de Mulheres. Tem como demanda preferencial questões salariais, rescisão do contrato de trabalho[18] e de fiscalização do cumprimento das jornadas de trabalho, dentre outras ações.

Todos esses elementos concorreram para a incipiente participação das comerciárias no sindicato que as representa. Em alguns casos, o mesmo era visto de modo depreciativo pelas trabalhadoras, percepção advinda, sobretudo, da exigência da contribuição sindical descontada no salário, que criava uma espécie de aversão, pois as mesmas não achavam justo pagar por algo que elas não reconhecem ou não tem alguma motivação específica para contribuir.

Tal pensamento reflete uma forma de negação da luta política, o que é extremamente preocupante, visto que, o espaço do sindicato pode ser

[18] Até um ano de trabalho com carteira assinada, os contratos de trabalho são rescindidos no sindicato da categoria.

potencializador do conhecimento teórico imprescindível para uma prática emancipatória. É de suma importância que as trabalhadoras observem sua inserção mundo do trabalho, pois isso poderá instigar à busca pela inclusão nas ações que potencializem lutas coletivas capazes de enfrentar o desafio imposto pela dominação do capital na contemporaneidade.

Apenas duas interlocutoras são sindicalizadas, este é um dado preocupante frente ao contexto de arrefecimento das lutas da classe trabalhadora aos desmandos do capital.

Os depoimentos a seguir ilustram a falta de interesse em participar das atividades promovidas pelo sindicato[19], bem como a ausência de consciência crítica acerca da importância do papel deste nas lutas históricas por conquistas para a classe trabalhadora.

> Eu sei que tem o sindicato dos trabalhadores, mas nunca me interessei de saber o que eles fazem (AROEIRA).
>
> Não participo das atividades, apesar de que esse ano descontaram um dinheiro d'agente pra pagar o sindicato. Mas da minha parte não. Foi o pessoal do escritório que fizeram […] (JUREMA PRETA).
>
> Até sou filiada ao sindicato, pagamos vinte e poucos reais, eu acho, ao sindicato do comércio, SECOM, mas eu nunca participei de nada (VELAME).

Por todos os aspectos mencionados e, mesmo diante de uma mobilização tanto minha, como de integrantes do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir da UERN, quanto do Sindicato dos Empregados do Comércio de Mossoró e Adjacentes (SECOM), os seminários não deram conta, do ponto de vista da representatividade, de construir número representativo para o desenvolvimento da pesquisa.

O seminário sobre assédio moral e assédio sexual no ambiente de trabalho se realizou nos dias 05 e 06 de julho de 2013, com a participação do procurador do Ministério Público do Trabalho da cidade de Mossoró, uma advogada, bem como

[19] O SECOM assegura ser bastante atuante no que concerne à conscientização do papel do sindicato junto à categoria profissional, nas visitas aos comércios, na apuração das denúncias que chegam relativa aos descumprimentos às leis trabalhistas. Entretanto, apesar de promover inúmeras atividades como: palestras e seminários a participação dos (as) comerciários (as) é muito incipiente. A justificativa para essa não participação são sempre as extensas jornadas de trabalho no comércio.

contou com a minha participação, debatendo aspectos do assédio moral e sexual, as leis do assédio, o papel do Ministério Público do Trabalho e do sindicato.

Apesar da grande mobilização e participação, o público alvo do seminário- mulheres trabalhadoras do comércio- pouco se fez representar, sendo os principais interlocutores (as) os dirigentes de sindicatos dos comerciários e de outras categorias, estudantes dos cursos de Direito e Serviço Social, professores (as), técnico-administrativos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outros.

Vale destacar que minha proposta inicial de produção dos dados foi modificada, dada à dinâmica da exequibilidade da pesquisa, pois tive que fazer uma busca ativa no comércio por intermédio de contatos via estudantes universitárias, devido a este segmento ter várias trabalhadoras do comércio, bem como estabeleci contato com algumas informantes-chave[20]que me possibilitaram ter acesso às interlocutoras.

Em Natal, quando estava fazendo uma entrevista com uma funcionária de uma ótica em um *shopping,* a mesma me indicou uma loja na qual havia três funcionárias, jovens estudantes do interior do estado que saíram para a capital para estudar e na falta de condições financeiras para se manterem na cidade buscaram empregos no comércio.

Fui até a loja no horário do almoço, a princípio foi uma conversa informal, procurei conhecer um pouco o ambiente de trabalho, bem como a dinâmica que daríamos em relação ao desenvolvimento da pesquisa.

No início, elas se mantiveram mais polidas em relação aos relatos de assédio moral que vivenciavam quase que cotidianamente. A loja estava vazia, roupas de bebês enfeitavam as prateleiras bem divididas: de um lado o rosa, do outro o azul. Convidei para sentarem ao meu lado em um dos provadores, para ficarmos mais próximas, entretanto, adiantaram, ainda em grupo, que devido às normas da empresa, elas não poderiam sentar-se durante a jornada de trabalho.

Enquanto eu, em um dos provadores conversava com a primeira funcionária, uma se mantinha no caixa e a outra, fazia uma espécie de vigilância para assegurar que um (a) dos (as) donos (as) da loja (que era de origem familiar), não apareceria de surpresa como era característica, segundo narraram. Mas do que a contribuição

[20] Consideramos como informantes-chave aquelas pessoas que mantivemos contato que nos indicaram pessoas potencialmente público-alvo da pesquisa.

para um trabalho acadêmico, via naqueles rostos assustados uma forma de pedir ajuda, de demonstrar a revolta pelas condições de exploração e assédio moral que vivenciavam.

Posteriormente, elas me mostraram um dossiê que mantinham, contra o dono da empresa, escrito em um caderno, já que não podiam registrar nada no computador, que era, segundo apontaram, “vasculhado” mensalmente por um técnico designado pelo mesmo, e se algo estivesse registrado lá, certamente alguém seria penalizado, inclusive com demissão sumária. Neste, continha exposições de cunho preconceituoso perpetrado pelo dono da empresa, além de xingamentos, ameaças, trocas de turnos sem aviso prévio, jornadas além do contrato, não pagamento de horas extras e pagamento por produtos danificados que apareciam na loja. Enfim, narrativas de uma “neo escravidão” que causa nessas jovens mulheres trabalhadoras uma total perda de sentido do trabalho.

Quando chegava alguma cliente, tínhamos que parar a entrevista, esperar que uma delas atendesse e retomar as questões. Já nas últimas perguntas da última entrevista, observei sutilmente a aproximação de uma moça jovem que ficou simulando estar procurando por algum produto. Imediatamente, os rostos se transformaram, aparentando pânico. Rapidamente Guabiraba quase que sussurrando falou: “É a filha do dono”. Assim, sem que ela percebesse também fingi que estava deixando meu contato telefônico para fazer uma encomenda de algo que não havia encontrado na loja.

Observei que havia naquele espaço, mesmo que elas não identificassem alguns dos estereótipos comuns à imagem das mulheres que são “recrutadas” pelas lojas, principalmente de atendimento ao público. As três funcionárias eram jovens, brancas, magras, dentro do que se convencionou classificar no Brasil de “boa aparência”.

Inúmeras emoções se passaram naquele momento: tristeza, revolta, indignação, vontade de gritar, mas minha jornada estava apenas se iniciando e provavelmente, esse cenário se repetiria em inúmeros outros espaços.

Em relação ao assédio moral e sexual as questões surgiam mais como indagações do que identificação de alguma expressão concreta. A título de ilustração segue a fala do dono da empresa no intuito de ameaçar demitir uma das funcionárias, conforme ressaltou Aroeira em seu depoimento: *“De onde você é?*

Nossa! Lá tá uma seca terrível, morrendo tudo. Imagine seu pai ter mais uma boca para alimentar?".

Essa fala foi identificada pela interlocutora como uma ameaça velada de demissão, embora para mim, dado certo distanciamento de tal cotidiano, era de fato uma ameaça explícita, como tantas outras, segundo expuseram, visto que tais práticas eram recorrentes na relação que o proprietário estabelecia com as funcionárias.

> Assim que eu entrei (no trabalho), em novembro, tinha uma menina que estava de licença. Quando ela voltou, eu tinha quase um mês de trabalho. Aí eu lembro que ela voltou querendo mandar e me humilhava todos os dias, que às vezes eu chegava em casa e dizia: eu não quero voltar pro trabalho, eu dizia, "mãe eu vou desistir". Ela chegou até a querer ir no meu trabalho conversar com algum superior. Ela me destratava dizia: "você não sabe fazer isso", ou tipo, "você tem saber fazer aquilo", sendo que eu estava há um mês lá. E ela me destratou por muito tempo, uns três a quatro meses. Aí no final quando ela percebeu, porque assim, eu ficava muito na minha, aí ela percebeu e foi amenizando. [...] Eu chegava em casa derrotada, quando ela falava alguma coisa, me humilhava [...] É tanto que quando chegava domingo, eu já começava a sofrer por antecipação, porque eu sabia que na segunda-feira eu tinha que trabalhar. Aí eu ficava contando as horas, eu contava segunda, terça e quarta, quinta. Quando chegava a sexta feira era o dia mais feliz da minha vida, tipo assim, eu me livrava daquilo durante o final de semana. Minha mãe dizia: "eu vou lá falar com essa moça, por que ela não pode te destratar". Só que quando você é humilhada, tipo assim, alguém diz alguma coisa com você e você se mantém firme, sem dizer nada e respeitando a pessoa, mostrando a diferença entre nós duas, de certa forma, foi assim durante uns três meses. Depois que ela viu que eu estava sempre na minha, eu nunca falei nada das humilhações que ela fazia. Só para minha mãe. Acho que por vergonha. Na época, eu não entendia como assédio, mas naquele dia que a gente estava lá no seminário, aí eu fiquei pensando, sobre assédio. Aí vocês falando tudo e eu lembrando as coisas que sofri e conclui que tudo aquilo que eu vivi foi um assédio.

As falas das interlocutoras elucidam as reiteradas formas de negação de direito, sensação de impunidade e exploração a que estavam expostas. Além de situações vexatórias para humilhar e sobrepor o poder que lhe é autorgado por ser o detentor da mercadoria, e isso aparentemente os (as) credencia a tratar os (as) funcionários (as) como serviçais de um longínquo passado escravovrata que ainda teima em mostrar suas mais cruéis e retrogradas faces.

> A princípio eu recebia 150 reais por mês. Entrava ás oito e saía às cinco horas. Dois meses. Aí no terceiro, subiu pra 200 reais. E você tinha algum direito trabalhista? Nenhum. Só o domingo de descanso. Ele queria assinar minha carteira. Me pediu pra levar toda a documentação. Aí eu perguntei você vai me pagar um salário? Aí ele disse: "Não" (ANIL).

> São duas filhas, uma delas é arrogante. Essa semana, ela queria que eu dobrasse sem ser o meu dia de dobra. Eu não podia dobrar porque tinha uma prova no meu curso e, se eu perdesse essa prova, eu tinha que pagar 40 reais e eu não vou faltar o curso e pagar 40 reais pra vir aqui dobrar e não ganhar nada. Ela pegou e disse que eu tinha que priorizar o meu trabalho, porque era do trabalho que vinha o sustento do meu curso. Ainda tem uma coisa: se ele chegar aqui e nos ver com os cabelos fora do lugar, ele pergunta se eu, nós, vamos lavar roupa... Sem maquiagem, ela briga. Diz que o lápis de olho está borrado e que é para irmos arrumar imediatamente.

O contexto, a vida cotidiana passa a ser permeada pela constante reprodução das formas de desigualdades, opressão e violação dos direitos, tendo em vista as promessas neoliberais de crescimento econômico e estabilização financeira dos países, principalmente os pobres, o que implica num cruzamento das desigualdades de sexo, de classe e de "raça", expressa segundo (FALQUET, 2012, p.130): "[...] pela multiplicação de milionários e novos ricos de um lado e uma explosão da pobreza, da indigência e da miséria, de outro".

Tal realidade assume particularidades e se agrava quando se trata das mulheres que são alvo preferencial da violência sexista em suas diferentes formas e da dominação que se realiza historicamente em uma sociedade patriarcal-capitalista-racista, qual traz sérias limitações à liberdade das mulheres.

Nesse sentido, é importante entendermos quais as consequências da mundialização neoliberal para o emprego levando-se em consideração as relações patriarcais de gênero.

A seguir, apresentarei as interlocutoras que fizeram parte desse trabalho contribuindo para as análises dessa problemática que está profundamente presente em uma das dimensões mais caras da vida cotidiana, o trabalho. Buscarei aqui, de maneira sucinta, falar um pouco da apreensão que tive dessas mulheres nordestinas, jovens e pobres, que dentro dessas particularidades, me mostraram sua força e fé, nelas principalmente, todas, de algum modo, traçando caminhos distintos do que a condição de classe e gênero lhes reservou. Parafraseando Gonzaguinha, apontarei alguns traços dessas mulheres que lutam por "colher seu fruto flor do seu carinho"[21].

[21] Fragmento da música "Eu apenas queria que você soubesse" de Gonzaguinha.

OITICIÇA[22], 19 anos universitária, sem filhos, natural de Mossoró trabalhou em um escritório como "menor aprendiz". Foi minha primeira interlocutora da pesquisa. Tímida, um tanto angustiada. Quando a procurei foi bastante solícita em conceder a entrevista, que teve que se dar em momentos distintos, visto que o único horário disponível para ela era entre as aulas da faculdade, já que ela resistia marcar em qualquer outro local. Apesar da juventude, ela aparentava carregar o mundo nas costas.

Antes de começarmos a entrevista propriamente dita, falou um pouco da sua vida, da relação com a mãe e a irmã, da separação dos pais, da necessidade que tinham de trabalhar e da dificuldade de frequentar um curso matutino e conciliar com algum emprego. Acrescentou ainda a falta de um estágio que pudesse ajudar a mãe a mantê-la na universidade apenas com o trabalho de ASG[23] em um dos *shoppings* da cidade.

O tempo estava se esgotando, marcamos outro encontro para um dia mais calmo e em que pudéssemos ficar por um pouco mais de tempo. No segundo encontro, Oiticiça estava mais descontraída. Nem por isso, ela deixou de ter a imagem introspectiva na própria forma de se vestir, de se expressar. Parecia esconder-se do mundo, o que é muito atípico para uma universitária de 19 anos.

Nosso último encontro foi na minha casa. Ela chegou ao final da tarde. Conversamos um pouco sobre o curso (Serviço Social), sobre perspectivas futuras, sonhos e, finalizamos a entrevista. Apesar de minha insistência para deixá-la em casa, ela resistiu, agradeceu, mas disse que era bastante distante e difícil de voltar. Ficamos nessa discussão por alguns minutos, mas fui vencida, não por esses argumentos objetivos, mas pelo respeito a sua individualidade.

VELAME, 22 anos, universitária, solteira, sem filhos, natural de Apodi/RN era vendedora em uma loja produtos ortopédicos e me foi indicada como interlocutora por uma amiga, que é sua professora em uma universidade privada na cidade de Mossoró. Apesar disso, não foi fácil nem rápido conseguirmos marcar um encontro. Depois de várias tentativas frustradas por inúmeros motivos, especialmente, ligados à falta de tempo, já que ela trabalhava os dois expedientes e à noite estudava. Tentei nos finais de semana, mas ela viajava para uma cidade

[22] Atribuí às interlocutoras da pesquisa nomes de plantas típicas do nordeste brasileiro, a fim de preservarmos seu anonimato.

[23] Auxiliar de Serviços Gerais.

próxima, para a casa dos pais. Quando já pensava em desistir, fiz a minha última tentativa, ela me sugeriu que a pegasse no final do expediente e que fossemos a “algum lugar”. Sugeri minha casa que era próxima do local de trabalho dela, ela aceitou e começamos a entrevista.

Velame era muito segura, com objetivos traçados, contudo um pouco frustrada com o trabalho que realizava, não o via como algo prazeroso, mas como uma estratégia de sobrevivência para financiar seu curso universitário e projetar “coisas melhores para o futuro”. Não era resignada, em alguns momentos da entrevista, mostrava-se revoltada com algumas atitudes e situações advindas nesse trabalho, mas o via como um processo de transição para algo melhor, e isso, segundo ela, a fazia suportá-lo.

Assim como outras meninas da sua origem, Velame também começou a trabalhar como babá de uma prima. Somente posteriormente conseguiu sair de casa e “tentar a vida” em uma cidade um pouco maior com uma variedade de opções de trabalho. Segundo ela, seu trabalho não exigia farda, colocavam apenas uma espécie de jaleco por cima da roupa que, pelo que pude observar, tais vestimentas eram típicas das meninas da sua idade, quando estão dentro dos padrões do que se determina como “bem vestida”: um jeans apertado, uma blusa fina, e um salto bastante alto. Cabelos lisos com mechas louras, um batom vermelho, e ao lado, um capacete rosa das meninas superpoderosas. Sua Indumentária demarcava, sem sombra de dúvidas, as características de feminilidade que a sociedade espera das meninas/mulheres dessa idade, classe social e dessas regiões geográficas.

JUREMA PRETA, 30 anos, tinha ensino médio completo, era solteira, sem filhos (as), era natural de Mossoró-RN, vendedora em uma ótica de Natal/RN. É uma mulher segura, forte, alegre, e bastante solícita. Ela me recebeu no local de trabalho, uma ótica em um *shopping* de Natal. Era por volta do meio dia, a ótica estava sem clientes, apenas ela e outra funcionária que ficava em uma parte mais interna, permaneciam no local. Perguntei se não havia problema em conceder a entrevista ali ela assegurou que não, que os donos, geralmente, só vinham no final da tarde, fechar o caixa, e que, portanto, poderíamos conversar sem problemas.

Sentei em uma das mesas de atendimento aos (as) clientes, quase não tivemos assunto além da entrevista em si. Somente ao final, conversamos um pouco sobre estudos. Ela me confessou a vontade de fazer um curso de nível superior, aliás, isso apareceu algumas vezes no decorrer da entrevista, como uma espécie de

justificativa para estar naquele emprego e não em outro. Ela era muito espontânea nas suas respostas, falava, ria e em alguns momentos, pedia a concordância da outra funcionária que acompanhava tudo ao longe, mas ouvia atentamente, por vezes até gritava, gesticulava com os braços. Contou-me da sua trajetória de vida, dos sonhos, das decepções, mas pareceu feliz com o que a vida já lhe havia proporcionado, apesar, de segundo ela mesma destacou, do fato de que no trabalho, alguns (as) clientes as destratavam, humilhavam, demandando coisas que não eram da sua competência e, por vezes, eram ameaçadas pelos (as) mesmos (as).

Jurema vestia a farda do trabalho: um terno preto, com uma camisa branca e sapatos pretos. Estava maquiada, tinha cabelos lisos e longos com mechas louras. Despedimo-nos, pois ela teria ainda que almoçar a marmita que levava todos os dias para o trabalho pois, segundo informou, era impossível com o seu salário, almoçar no *shopping.*

PALMA, tinha 42 anos, ensino médio completo, era divorciada, e mãe de três filhos (as), natural de Maranguape/CE. Trabalhava como auxiliar de serviços gerais em um shopping Center em Mossoró. Palma hesitou bastante em conceder a entrevista, depois de inúmeras tentativas via telefone e, por intermédio da sua filha, uma das interlocutoras, ela resolveu aceitar. Contudo, cercava-se de garantias de todas as ordens, tais como: que isso jamais "chegaria aos ouvidos dos donos do *shopping*" no qual ela trabalhava. Expus o sentido do trabalho, onde seria utilizado, as garantias do termo de consentimento, que não utilizaria seu nome, enfim, depois de um longo processo de convencimento, ela aceitou.

A princípio, falou mais das dificuldades da vida, de criar duas filhas adolescentes sozinha, da gratidão por estar nesse emprego e de como tratava as outras funcionárias, já que se encontrava na condição de supervisora dos serviços gerais do *shopping*.

Falou também da relação com os patrões: tudo isso, como uma espécie de justificativa introdutória para se eximir de qualquer fato que viesse a "escapar" de certo *script* que ela internamente pensou em expor na entrevista. Falou-me que somente estava concedendo a entrevista porque a filha insistiu, dizendo que eu era "muito legal e que esse trabalho era muito importante para a questão do assédio moral e sexual contra as trabalhadoras".

Palma era tipicamente a expressão da mulher pobre, nordestina, que cria as filhas sozinhas, em empregos precarizados e que para complementar a renda, vendia informalmente produtos de beleza [Natura][24]. Ela em seguida falou da falta de tempo para se relacionar afetivo-sexualmente, que buscava "uma pessoa", mas a vida cotidiana, não deixava tempo para investir em relações desta ordem. Pareceu "cansada de guerra" tal qual a obra Tereza Batista de Jorge Amado, seus 42 anos, se traduziam em lutas diárias pela sobrevivência, pelo amargor das perdas, pela solidão, pela falta de oportunidades. Ao mesmo tempo, sua narrativa, se apresentava como uma espécie de relicário que ao ser aberto mostrava uma vida completamente diferente da que até então vinha vivenciando.

Isso tornava Palma uma mulher muito instigante, que intercalava tristeza e esperança, resignação e cólera, numa dança sincronizada e tão pura que, ao simples balbuciar dela, caimos nesse encantamento, acreditando mesmo que essa transformação poderia se concretizar a partir do simples desejo individual.

CATINGUEIRA, tinha 21 anos, era universitária, solteira, sem filhos (as) e natural de Pau dos Ferros/RN. Trabalha como cozinheira em uma Pizzaria. Catingueira chegou à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros, quase correndo, pedindo desculpas, primeiro para a minha informante chave, depois timidamente, ela me olhou, como se estendesse as desculpas e apenas sorriu.

Fazia o curso de Educação Física, vestia roupas despojadas, um boné na cabeça e um capacete na mão. Ela me indicou a sala na qual iríamos fazer a entrevista. Aparentemente ela era bastante conhecida naquele local, visto os inúmeros cumprimentos até chegarmos lá.

Falei sobre a pesquisa e ela me observava atentamente, embora quase não me olhasse nos olhos. A timidez dela só aumentava, por mais que eu tentasse deixar a conversa mais casual, antes de entrevistá-la.

A forma de sentar de Catingueira, suas roupas, seu jeito de falar, demonstravam uma inquietação que se dissiparam apenas gradativamente. De pronto, ela falou sobre sua sexualidade, disse que era lésbica, mesmo eu não tendo em nenhum momento apontado para a necessidade de que falasse sobre isso.

[24] Grande rede de cosmésticos presente em sete países da América Latina e na França. É atualmente a indústria líder no mercado brasileiro de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal. Caracteriza-se pelo comércio de vendas diretas através de consultoras e consultores, cujo modelo foi inaugurado no país pela Avon.

Posteriormente, entendi que isso poderia demarcar dois caminhos distintos: para minha relação com Catingueira, eu poderia considerar que ao se afirmar como lésbica algumas questões teriam que levar em conta esse corte.

Senti que havia ali um conflito que não era sobre a homossexualidade em si, mas relacionado à compreensão dela de que a pesquisa preferiria um "tipo" pré-estabelecido de mulher. Neste caso, tratava-se de uma questão para mim: se "serviriam" suas identidades e comportamentos no espaço de trabalho, ou seja, se ela como lésbica, "serviria" para a pesquisa, mesmo rompendo com muitos dos padrões da feminilidade hegemônica que compreendi no decorrer das suas falas.

Aspectos relacionados à homossexualidade permearam grande parte da entrevista de Catingueira, seja demarcados diretamente por ela, ou pelo comportamento de outras pessoas por ela descritas em relação a isso, seja ainda quando mencionou a orientação sexual das outras meninas que trabalhavam junto com ela, ou ainda ao descrever a relação entre ela e o patrão, a partir da sua orientação sexual.

Havia uma total naturalização na forma de Catingueira analisar a precarização do trabalho por ela vivenciada. Em alguns momentos, a informalidade dessa relação de trabalho ficava evidente, como uma extensão de atividades corriqueiras que ao final do dia rendiam algum dinheiro. Os sentidos do trabalho apareciam unicamente quando ela relatava que o que recebia como pagamento custeava "as farras" e o combustível para a moto ao final das jornadas de trabalho.

Já passava das 19h quando encontrei **MALVA, de 23 anos, tecnóloga, casada, natural de Mossoró/RN, e que trabalhava como auxiliar administrativa numa loja de vendas de Consórcio.** Esperei Malva no lado de fora da loja em que ela trabalhava temporariamente, substituindo uma funcionária efetiva que estava em licença maternidade. Nossos contatos iniciais foram por intermédio de uma informante chave que trabalhava na mesma empresa e que falou a ela da pesquisa e pediu para que ela contribuísse.

A princípio Malva resistiu alegando que "não tinha no que contribuir", já que nunca havia sido vitimizada nem pelo assédio moral, nem tampouco, sexual, ela ressaltou. Com insistência da amiga, entretanto, ela concordou e fomos até a casa da informante-chave por sugestão de Malva.

Sentamos na cozinha da casa e ficamos conversando um pouco antes de começarmos. Ela estava apreensiva com o horário, pois tinha sido na última

semana, vítima de um assalto na porta de casa. Começamos a entrevista, com ela respondendo de forma monossilábica. Só depois de algum tempo de perguntas, ela começou a narrar as formas de assédio moral que tinha vivenciado num emprego anterior em uma grande rede de lojas de roupas de cama, mesa e banho na cidade.

Seus relatos destacavam aspectos de humilhação, desrespeito e ameaças que sofreu durante um determinado período por um colega de trabalho. Contudo, não havia nenhum tipo de associação a qualquer tipo de assédio, “apenas” relações que, segundo ela, muito a “entristeceram” e que contribuíram para, nas suas palavras “transformar o dia de trabalho num verdadeiro inferno” (*sic*). No decorrer da entrevista, Malva ficou mais espontânea, falou do emprego atual, da vontade de atuar na área na qual havia se formado, da iminência do desemprego, dentre outros temas.

JIRITANA, tinha 27 anos, ensino médio completo, era solteira, sem filhos (as), natural de Pau dos Ferros (RN), trabalha em um posto de gasolina em Natal/RN. Jiritana me recebeu na sua casa às 20 horas, atuava como frentista de um posto de gasolina. Fez parte das interlocutoras que menos falaram, mas isso foi o reflexo, além do tema, por tratar-se de uma tese de doutorado e de nosso pouco contato. Essa “turma” tinha algumas características comuns: achavam que o que tinham para falar era “menor”, que não tinham elementos importantes para contribuir e que suas vidas e trabalho tinham pouca ou nenhuma importância. Estabelecemos um contato, primeiro por telefone, que se estendeu por algum tempo: recusas, falta de interesse, que depois vi se tratar em uma timidez comovente.

A insegurança de Jeritana nas respostas, era sempre acompanhada de argumentos como: “estudei pouco, sou do interior, tem muita coisa que não vou entender”. A condição de frentista de posto de gasolina, a colocava, potencialmente, numa condição de exposição a expressões de assédio sexual, pela condição de erotização que tal tarefa dispensa, fetichizada pelo uso do macacão, a introdução do bico da bomba no tanque do carro, são alguns deles. Ela destacou algumas situações, mas, atribuídas aos clientes, que ela tratou de ignorar, ou de “levar na brincadeira”.

Sua casa simples, mas acolhedora, foi mostrada como uma conquista pessoal, pois para “uma menina simples do interior”, ela estava morando dignamente na capital do Estado, por meio “do suor do seu trabalho”. Isso era algo grandioso para ela e, portanto, merecia ser lembrado.

ALGAROBA, tinha 20 anos, ensino médio completo, era solteira, sem filhos (as), e natural de Santa Cruz/RN, e vendedora em loja de *shopping center*, Natal/RN. Algaroba era a típica garota da sua idade, com projetos grandiosos, mas também "baladeira" adorava festas, roupas, namorar, amigos (as), redes sociais virtuais, ela me pediu logo para adicioná-la a minha, pois queria acompanhar as "coisas que eu fazia e falava sobre assédio". Muito arrumada, com frequência ela olhava se a sua maquiagem estava perfeita. Vez por outra, ela retirava um pequeno espelho de uma bolsa guardada embaixo do caixa.

Falava sempre buscando anuência das demais vendedoras e entre risos e indignação ela foi trazendo as narrativas do seu trabalho.

GUABIRABA, tinha 19 anos, ensino médio completo, era solteira, sem filhos (as), natural de Natal/RN, vendedora em uma loja de *shopping center*. Bastante maquiada, que posteriormente, vim, a saber, que era exigência da loja, que todas se mantivessem impecavelmente arrumadas, mesmo se tratando de uma loja de venda de roupas infantis. Guabiraba era bastante espontânea, uma espécie de líder entre as quatro funcionárias da loja. Mesmo com sua pouca idade era a que mais se mostrava conhecedora dos direitos trabalhistas e de como acioná-los e, aparentemente era a "escolhida" para as reivindicações das demais funcionárias, junto ao patrão, com isso era também a que estava em conflitos diretos com o mesmo. Sem sombra de dúvidas, se pudesse elencar categorias para designar minhas interlocutoras, certamente a que pensaria para definir Guabiraba era das "revoltadas". Sua indignação era evidente, na disposição de falar, quase um desabafo, foi assim a nossa entrevista.

A juventude e a disposição para enfrentar as injustiças, por ela atribuídas, davam a tônica de tudo que ela descrevia como violências e expressões de assédio moral que sistematicamente vivenciavam.

FAVELA, tinha 34 anos, era universitária, solteira, tinha um filho, era natural de Umarizal/RN, e vendedora em uma loja de tecidos. Meu contato com Favela foi mediado por uma informante-chave que estudava com a mesma. Ela morava com os pais em uma cidade a duas horas de onde fazia o curso superior. A rotina de idas e vindas diárias, além de desgastante, era difícil, fundamentalmente porque impedia a conciliação de estudos e trabalho. E, por isso, ela estava desempregada, já que o deslocamento e a rotina do curso tomavam todo o seu

tempo. De modo que as narrativas que ela trouxe para a pesquisa se referem ao seu último emprego.

Como já a conhecia previamente, a entrevista com Favela foi mais “solta”. Narrativas de explorações e assédio moral por ela vivenciadas no trabalho foram expostas e reconhecidas, contudo, a necessidade de criar um filho sem um cônjuge, fez com que ela se submetesse a trabalhos extremamente precarizados e como ela mesma narrou, “engolia a seco” as práticas de violência no trabalho.

CARNAUBA, tinha 21 anos, era universitária, solteira, sem filhos (as), natural de Apodi/RN, e trabalhava numa loja de venda de peças de motos. Passava das 11:30 da manhã quando nos encontramos, o sol quente denunciava as características do local. Ao longe passos apressados corriam em minha direção, tentando sobreviver ao calor e ganhar tempo para conceder a entrevista e, com sorte, preparar algo para comer e retornar ao trabalho às 14h. Quatro andares de escada ainda se encontravam como desafio a essa finalidade.

Um pequeno cômodo nos esperava, extremamente quente, um acanhado ventilador tentava, sem êxito, abrandar um pouco da sensação, causticante produzida pelo sol quente. Pediu desculpas pela “bagunça”, segundo informou, dividia o pequeno espaço com mais duas amigas que estavam no Campus. Enquanto sentávamos numa pequena mesa de canto, Carnaúba falava do percurso que fazia a pé, diariamente, pois não havia na cidade um sistema de transporte público, apenas mototaxistas, mas que esse recurso é muito caro e, portanto, sua única forma de locomoção era a pé.

Calça preta e camisa branca, que respondeu ser a farda da loja (uma das maiores da cidade). Carnaúba estava no emprego havia apenas dois meses, era seu primeiro emprego. Loira, alta, cabelos bem cuidados, muito bonita, características que, aparentemente, ainda são levadas muito em conta para determinados tipos de trabalho feminino que envolve vendas. Ela falou da primeira experiência de trabalhar, de como era importante ter seu próprio dinheiro, dos planos para o futuro, da profissão que escolheu, do curso, e seguimos para as questões da pesquisa que ela respondeu sem demonstrar muito conhecimento.

UMBURANA, tinha 23 anos, era assistente social, solteira, natural de Mossoró/RN, e trabalhava numa loja de vendas de consórcio de carros. Mantivemos contatos por telefone por alguns dias, tentando articular o melhor dia e horário que pudéssemos nos encontrar. Esperei que ela saísse do trabalho no início

da noite, vestia a farda da loja de vendas de consórcios de carros, um terno verde musgo com camisa branca. Fomos até sua residência e recebidas pelos pais dela. Seguimos para um dos cômodos de sua casa que ficava nos fundos de um bar que o pai administrava. Umburana é da categoria das que “falam muito”. Ela identificava muitos aspectos da discussão do assédio e foi discorrendo fatos relacionados ao trabalho e como esse fenômeno aparecia com muita frequência no seu cotidiano e que, inclusive ela mesma tinha sido vitimizada.

MANDACARU, tinha 24 anos, universitária, era solteira, sem filhos (as), natural de Tenente Ananias/RN, e tinha sido vendedora em uma loja de materiais de construção civil. Recebeu-me em sua casa em Natal (RN). As falas se seguiram naturalmente: apontou as tristezas do primeiro emprego, os abusos ocorridos, a exploração, os assédios sexuais que sofria do ex-chefe. Entretanto, ela ressaltou que, naquele contexto, encarava tudo isso como fatos “comuns do trabalho”, que a falta de experiência e a necessidade de trabalhar e de ter uma renda, (mesmo que insatisfatória), tinha e continuava tendo um “peso enorme”, principalmente em cidades como a dela, onde trabalhar fora de casa ainda era um privilégio de poucas mulheres, e onde para as mais jovens sem formação ou experiências anteriores, sobravam “esses tipos de trabalho”, quando não queriam o trabalho doméstico assalariado.

AROEIRA, tinha 26 anos, ensino médio completo, era casada, tinha três filhos (as), era natural de Natal/RN e vendedora em loja de um *shopping center* em Natal. Aroeira era a síntese mais perfeita da capacidade de se transportar pela arte, inclusive para enfrentar a realidade concreta, sem máscaras ou maquiagens. Seu sonho era ser atriz, vindo de um trabalho que havia desenvolvido anteriormente, mas que ainda tinha um significado demasiadamente forte na sua vida mesmo tendo sido havia dez anos. O relato do trabalho para a Secretaria de Transportes Urbanos da prefeitura municipal de Natal com o recurso de teatro para a conscientização do trânsito, foi sistematicamente utilizado para referenciar aspectos positivos daquele trabalho. Assim como para ela confirmar o desejo de “trabalhar com a arte” para se sentir verdadeiramente feliz. Mas segundo ela relatou a existência dos (as) filhos (as), do atual trabalho e outras dificuldades, vinham sendo capazes de adiar esse sonho, mas nunca de esquecê-lo.

CAMAPU, de 26 anos, tinha ensino superior completo, era solteira, sem filhos (as), natural de Encanto/RN e promotora de vendas de posto de gasolina

em Natal. Meu encontro com Camapu foi mediado por uma informante chave, ficamos em contato por alguns dias até ela conseguir conciliar os horários e finalmente nos encontrarmos. Camapu me recebeu na casa de uma amiga no final do seu expediente. Marcamos às 20h ela estava muito calma nas suas ponderações. Assim como as demais interlocutoras, o emprego tinha um caráter provisório, mesmo já estando nele há quatro anos. Formada em Letras, ela estava se preparando para a seleção de um mestrado que, segundo ela me relatou, esse seria o caminho a trilhar para concretizar o sonho de ser professora universitária.

ERVA CIDREIRA, tinha 32 anos, era casada, tinha um filho, era universitária, natural de Aracati/CE e atendente de uma clinica médica privada. Minhas tentativas de contato com Erva cidreira foram demoradas. Marcamos alguns encontros, mas somente na terceira ou quarta tentativas é que conseguimos efetivamente fazer a entrevista. Eu a percebi como uma mulher forte, batalhadora, com projetos definidos de trabalho, mas com um constante olhar triste e vazio. Sentada em minha sala de estudos ela me falou da vida e do trabalho mas, principalmente, das perdas recentes e bruscas que a vida lhe trouxe. O pai, o tio e, em seguida, o filho em um intervalo de seis meses. Ela acrescentou: “Estou te falando isso porque entra o trabalho, porque com cinco meses eu tinha que voltar ao trabalho assim... não deu tempo de me recuperar, você tem que trabalhar, por que você depende do trabalho pra se manter, pra ter uma condição de vida digna, uma casa, uma alimentação né? porque só a renda do meu esposo não daria”. “[...] Então, assim: tem muita gente que usa o trabalho para um alívio, para não pensar, mas eu queria antes curar minha dor, mas não pude. Teve que ser na marra mesmo, chorando, me escondendo, porque quem vai ali, também vai com problemas, não quer saber dos outros”.

CAMARATUBA, tinha 31 anos, era universitária, era casada, tinha três filhos (as), era natural de Mossoró/RN e atendente de um consultório médico privado. Camaratuba teve sua trajetória de vida semelhante a muitas mulheres pobres nordestinas, que encontraram no trabalho doméstico a única porta de entrada para o mundo do trabalho. Com apenas dez anos de idade, ela já fazia pequenas tarefas na casa de parentes: a já clássica “ajuda” em troca de algum dinheiro, de objetos para higiene pessoal ou de roupas etc. Posteriormente, ela começou a trabalhar em casa de terceiros. Falava desse período com resignação, entretanto, dizia trabalhar duro para assegurar que suas filhas nunca passassem

pelo que ela passou quando criança. Quanto ao trabalho atual, ela se dizia “satisfeita”, já está nessa atividade há nove anos, mas estava cursando o ensino superior e queria trabalhar como assistente social.

Apresentadas minhas interlocutoras, devo advertir aos (as) que me acompanham nesta leitura, que não esperem um capítulo específico em que analiso as falas das mesmas, que assim como as plantas e árvores as quais as denominei, por intermédio de um geotropismo positivo[25], elas se ramificaram por entre todos os espaços e cresceram se fixando no solo adubado pelas teorias, absorvendo todos os “nutrientes” para crescer e florecer para além do meu simples regar.

[25] Geotropismo positivo é o crescimento das raízes na direção da força de gravidade, ou seja, para baixo.

2 OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E AS PARTICULARIDADES DAS MULHERES

Canção do Remendo e do Casaco

Sempre que o nosso casaco se rasga
vocês vêm correndo dizer: assim não pode ser;
isso vai acabar, custe o que custar!
Cheios de fé vão aos senhores
enquanto nós, cheios de frio, aguardamos.
E ao voltar, sempre triunfantes,
nos mostram o que por nós conquistam:
Um pequeno remendo.
Ótimo, eis o remendo.
Mas onde está
o nosso casaco?
Sempre que nós gritamos de fome
vocês vêm correndo dizer: Isso não vai continuar,
é preciso ajudá-los, custe o que custar!
E cheios de ardor vão aos senhores
enquanto nós, com ardor no estômago, esperamos.
E ao voltar, sempre triunfantes,
exibem a grande conquista:
um pedacinho de pão.
Que bom, este é o pedaço de pão,
mas onde está
o pão?
Não precisamos só do remendo,
precisamos do casaco inteiro.
Não precisamos de pedaços de pão,
precisamos de pão verdadeiro.
Não precisamos só do emprego,
toda a fábrica precisamos.
E mais o carvão.
E mais as minas.
O povo no poder.
É disso que precisamos.
Que tem vocês
a nos dar?

Bertold Brecht

Este capítulo objetiva situar minha perspectiva teórico-metodológica sobre a compreensão das categorias trabalho e divisão sexual do trabalho, fundamentada no feminismo materialista francófono e no marxismo, destacando que essas categorias

são fundamentais para o entendimento do objeto de estudo: o assédio moral e o assédio sexual contra as comérciarias do Estado do Rio Grande do Norte.

2.1 **“Porque quem não trabalha nem bem visto é, o mundo em que vivemos é assim, só tem valor quem trabalha” (PALMA)**

Marx (1988) ao se referir ao trabalho o apresenta como um ato essencial entre o homem e a natureza, onde o mesmo exerce em relação à natureza, a função de uma força natural específica. Assim, Marx acrescenta que: “[...] o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põe a nu o modo de formação de suas relações sociais e das idéias (*sic*) que fluem destas” (1983, p.149).

Destarte, o trabalho como condição de existência do homem em todas as formas de sociedade é objetivação indispensável do ser social. Nas palavras do próprio Marx (1988, p.142),

> Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças ao seu próprio domínio.

Ademais, como processo entre homem/mulher e natureza, o trabalho se apresenta como condição da existência e da vida social. É o alicerce sobre o qual se funda o mundo humano. Trata-se, portanto, de uma categoria central para a apreensão do modo de ser dos sujeitos e da sociedade, em suas determinações históricas e sociais, fundadas na produção e reprodução da vida objetiva e subjetiva, na matéria e na consciência.

No processo de trabalho a atividade humana é corporificada ou objetivada em valores de uso. Ou seja, “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores

de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...].” (MARX, 1985ª, p.153).

Nessa perspectiva o trabalho se apresenta, nos seus elementos simples, como produtor de valores de uso, visto que a aparência:

> [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985ª, p.50).

Marx analisa o trabalho, a partir de um ponto de vista mais geral, como a interação entre o homem e a natureza, objetivando transformar a natureza em bens necessários à sobrevivência do homem. Portanto, mediante essa abordagem, só se caracterizaria como trabalho a atividade que originasse esta interação e, por conseguinte, só seria trabalho produtivo o que resultasse em um produto. Vale ressaltar que esta é uma determinação primária do trabalho em Marx. Todavia, o referido autor lembra que “essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples do trabalho, não basta de modo algum, para o processo de produção capitalista.” (MARX, 1985ª, p.151). Nisto, ele contrapõe o trabalho, do ponto de vista do processo simples, compreendendo que o mesmo deve ser apreciado do ponto de vista específico da produção capitalista, ou seja, mediado pelas determinações históricas.

Nessa linha de raciocínio, Hirata e Zarifian (2009), apresentam duas abordagens para a compreensão do trabalho. A primeira se apresenta na perspectiva “antropológica no qual o trabalho constitui uma característica genérica da ação humana”, portanto, o trabalho se coloca como eixo fundamental da sociabilidade humana. E é por essa atividade que nos tornamos seres portadores de uma natureza distinta dos outros seres naturais (animais, aves e insetos). A segunda abordagem é uma espécie de reinterpretação da primeira, ou seja, as trocas entre homem/mulher e natureza produzidas em condições sociais determinadas. Daí cabe a indagação: nos encontramos nas condições do artesanato, da escravidão ou do assalariamento?

Nesse contexto, há que se ter clareza das condições objetivas e nos remeter aos fundamentos do trabalho, buscando reflexões como as apresentadas por Hirata e Zarifian (2009, p.252): “o trabalho útil é executado sob a chibata do feitor de escravos ou sob o olho interessado do capitalista?”. Em resposta as autoras admitem que:

> Essa dupla definição tem o mérito de situar a atividade do trabalho no ponto preciso de imbricação de dois tipos de relação (homem-natureza e homem-homem), porém ela é ainda muito insuficiente. Primeiro, porque parte de um modelo sexuado de trabalho. O sujeito do trabalho, o homem, é apresentado nessa definição como universal. Em segundo lugar, ela também é problemática apreendida de maneira idêntica (2009, p.252).

Nos termos de Hirata e Zarifian, “ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida” (2009, p.253).

A análise de Braverman sobre trabalho e força de trabalho parte do princípio de que todas as formas de vida nutrem-se do seu meio ambiente natural:

> Assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade (1977, p.49).

Contudo, acrescenta aquele autor, o que realmente se deve levar em consideração em relação ao trabalho humano não é sua semelhança com o trabalho de outros animais, mas o que os coloca em condições opostas. Nessa perspectiva, entra em ação a teleologia como pressuposto fundamental na execução das atividades que resultam do processo de trabalho: “O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo” (BRAVERMAN, 1981, p.50).

À medida que o trabalho se caracteriza como fundador da sociabilidade humana, isso implica no reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade (desde as mais antigas) sempre se pautaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida e, assim, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários para cada período da história humana.

Portanto, ele não é somente meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identidade e de auto-estima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de obter participação nos objetivos da sociedade (NAVARRO ; PADILHA, 2007).

Na perspectiva do trabalho como um elemento que compõe as várias dimensões da vida cotidiana, uma das interlocutoras do presente estudo descreveu como essa identidade, apesar das dificuldades presentes no cotidiano do trabalho, ainda é capaz de permear a construção dos processos identitários pelos sujeitos na sua relação com o trabalho:

> Além da questão financeira, serve assim, pessoalmente. Você vai aprendendo no dia-a-dia, você vai conhecendo novas pessoas. A gente costuma muito reclamar, eu trabalho com essas coisas de prótese, eu tô muito acostumada a ver gente sem membros, sem perna, crianças que vem aqui e nem sabem que estão no mundo... Então, pra quê reclamar da vida se eu sou perfeita? Então assim sem contar com o financeiro, porque já me ajudou bastante. Graças a Deus tenho meu transporte, tô conseguindo comprar, ou melhor, consegui comprar minha casa. Além disso, tenho a minha estabilidade financeira, o pessoal também me ajuda muito, é uma experiência... Eu não me vejo sem trabalhar, eu acho que assim, pra tudo tem seu tempo. Eu falava muito: perdi 4 anos da minha vida, porque já era pra eu estar terminando a faculdade mas preferi trabalhar, conseguir o meu transporte, conseguir ajudar a minha mãe. Com isso como eu não consegui passar numa faculdade pública, eu tô pagando, através do meu trabalho, do meu salário. Então assim: quem disser que não precisa, não é necessário, eu não acredito [o trabalho] é de extrema importância (VELAME, 22 anos).

Há também na fala de Velame, outros aspectos que caracterizam o trabalho na vida das mulheres. A dimensão da sociabilidade, de transformação pessoal, de tecer fios de cumplicidade, de criar novas redes de amizades, além da vivência do espaço público, bem como a possibilidade de potencializar, (evidentemente para um número ainda bastante reduzido de mulheres), algum tipo de autonomia diante dos homens.

Segundo Dejours (2007a), o trabalho “é e continuará central em face da construção da identidade e da saúde, da realização pessoal, da formação das relações entre homens e mulheres, da evolução da convivência e da cultura” (p. 21).

Destarte, a centralidade do trabalho no processo de constituição do ser social é histórica e clara. Nesse sentido, compreender tal processo nas suas dimensões objetivas e subjetivas, é condição essencial para desmistificar a lógica de dominação que está presente na sociedade burguesa, inclusive como a forma mais

desenvolvida da subsunção e da opressão da maioria dos (as) trabalhadores (as), que sob ela, se desumaniza e se coisifica mais e mais.

No modo de produção capitalista, acrescenta Marx (1988), o trabalho adquire forma histórica típica desse modo de produção de mercadoria. De concreto, socialmente útil, transforma-se em trabalho abstrato, no simples dispêndio de força de trabalho humana.

Ademais, nesse sistema, os (as) trabalhadores (as) são reduzidos (as) a meros (as) produtores (as) de valor de troca, o que se reflete na negação de sua existência natural, ou seja, isto significa afirmar que o (a) trabalhador(a) e, por conseguinte, a sua produção, estão determinados integralmente pela sociedade.

Reproduzo na sequência a fala de uma interlocutora que traça elementos que se confundem. De um lado ela ressalta o trabalho como uma quase extensão da existência. Do outro lado identifica no trabalho os aspectos vinculados exclusivamente a sua percepção como meio de sobrevivência material. Por mais que ela o classifique como “cem por cento na vida”, não fica evidenciado o mesmo como um meio de realização profissional, nem tampouco pessoal. Fica, portanto o trabalho alijado das potências através das quais o homem e a mulher poderiam dialogar com seu meio social e com seu tempo:

> O significado do trabalho na minha vida é pra mantimento, pra manter minhas coisas, pra se sentir segura, né mulher?! Porque a pessoa sem trabalho hoje, pelo amor de Deus! Tem significado nenhum. Sem trabalho, eu não conseguiria viver. Tudo que eu tenho tudo que me mantem é através do meu trabalho. Sem trabalho, eu não tenho nada. Eu não vivo, eu não saio, não compro roupas, num faço nada, é 100% a importância do trabalho hoje (JUREMA PRETA).

É salutar destacar que o trabalho sempre passou por significativas transformações ao longo da história da humanidade. De desvalorizado nas sociedades antigas, tornou-se a “grande integrador” da sociedade moderna, a “condição da liberdade”. É a partir do trabalho que se constrói a identidade social, desenvolve a autoestima, possibilita-se o reconhecimento recíproco no coletivo. Entretanto, sob a ordem capitalista, “estamos longe de a libertação do homem através do trabalho” (ENRIQUEZ, 2005, p.15). Aliás, os (as) trabalhadores (as) são um objeto totalmente substituível, sujeitos as recorrentes intempéries financeiras.

Todavia, o sentido de prazer proporcionado pelo trabalho surge quando: “o trabalho cria identidade”. Ele possibilita aprender sobre um fazer específico, criar,

inovar e desenvolver novas formas para a execução da tarefa, bem como são oferecidas condições de interagir com os outros, de socialização e transformação do trabalho" (MENDES, 2007,p.51).

Para uma análise atualizada desse processo, buscarei em Marx os aportes que identificavam o trabalho como uma atividade vital, autodeterminada, dotada de sentido.

Para Antunes (2005), desde o mundo antigo e sua filosofia, o trabalho é compreendido de forma controversa, expressão da vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e escravidão. Essa controvérsia acompanhou o pensamento de muitos filósofos. Ora cultuava-se o lado positivo do trabalho, ora acentuava-se o traço de negatividade do trabalho. Como descreve o autor:

> Hesíodo em *Os trabalhos e os dias*, uma ode ao trabalho, não hesitou em afirmar que "o trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é". Ésquilo, em *Prometeu acorrentado*, asseverou que "quem vive de seu trabalho não deve ambicionar a aliança nem do rico efeminado, nem do nobre orgulhoso" (ANTUNES, 2005, p.11).

Acrescenta Antunes que, com a evolução humana, o trabalho se transformou em "*tripaliari"*, originário de *tripalium*, um instrumento de tortura utilizado na Roma antiga, de punição e sofrimento. O ócio, por sua vez, se converteu num caminho para a realização humana: "De um lado, o mito prometeico do trabalho; do outro, o ócio como liberação" *(Ibidem*, 2005, p.11).

Segundo Antunes (2005), essa controvérsia acompanhou todo o pensamento cristão, ao conceber o trabalho como martírio e salvação, um acesso para o reino do céu e um caminho para o paraíso. Já no final da Idade Média, São Tomás de Aquino, considerou o trabalho como "um ato moral digno de honra e respeito".

O autor acrescenta que Max Weber, a partir da discussão da ética do trabalho, reconferiu positividade a tal prática: "O caminho para a salvação, celestial e terreno, fim mesmo da vida. Selava-se, então, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio) que veio sepultar o império do repouso, da folga e da preguiça" (p.12).

Somente a partir de Marx, é que o trabalho conheceu sua síntese sublime, de modo que trabalhar era, concomitantemente, "uma necessidade fundamental para a manutenção do metabolismo social entre o homem e a natureza", contudo, "sob o

império (e o fetiche) da mercadoria, o trabalho transforma-se em uma atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória (*Ibidem*, 2005, p.12)".

Ademais, é o dimensionamento complexo e contraditório no mundo do trabalho que cria, ao mesmo tempo em que subordina, humaniza e degrada, liberta e escraviza, emancipa e aliena, mantendo o trabalho como atividade vital em nossa vida.

Como já adiantei anteriormente, para Marx, é por intermédio do trabalho que o homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, é por ela transformado. "trabalho que é a expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem" (Antunes, 2004, p.102). Entretanto, de auto-realização humana, de concretização de desejos, de construção do mundo, o trabalho passa a ser instrumentalizado para outros fins com determinações em todas as esferas da vida social. Sobre essa perspectiva Marx acrescenta que:

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em produção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral (2004, p.144).

Nesse sentido, o que está posto, é a coisificação, a objetivação do trabalho, à medida em que o que o trabalho produz, o seu produto final, surge como um ser estranho, como um poder independente do produtor. De modo que, a efetivação do trabalho é, por sua vez, a sua objetivação: "esta efetivação do trabalho aparece ao Estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação [...]" (MARX, 2004, p.80).

Em relação à efetivação do trabalho, Antunes acrescenta que ele:

> Tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos de trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e

> com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*Entfremdung)* que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica o domínio do seu produto, o capital (2004, p.144).

Como consequências desse estranhamento do trabalhador em relação com o produto do seu trabalho Marx descreve que:

> Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio [...]. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem, além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se defronta hostil e estranha (2004, p.81).

Sob essa perspectiva o trabalho, por conseguinte, não serve mais para a satisfação de uma carência humana, mas tão-somente para que o homem e a mulher possam satisfazer suas necessidades fora dele: O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência [...] o trabalho aparece como um fardo, como “auto-sacrifício”, como “mortificação (MARX 2004, p.83-85).

Nos moldes capitalistas na forma da “divisão do trabalho, troca, propriedade privada” a atividade teleológica se torna trabalho assalariado. Ao oposto de ser uma objetivação, o trabalho, nesse modo de produção, transforma-se no seu contrário, aliena o homem ao invés de objetivá-lo, passa a ser o que o avilta e castra, aparecendo como a base de toda a alienação:

> O mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo que produzem (DEBORD, 1997, p. 28).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorre a separação entre o trabalho e os meios de produção, de forma que o proprietário (a) do trabalho, mais especificamente, da força de trabalho, obriga-se a vendê-la aos (as) proprietários (as) dos meios de produção em troca de um salário. Isto se dá porque o (a) trabalhador (a) foi expropriado (a) previamente de toda propriedade e para sua sobrevivência e de sua família vende a única coisa que dispõe sua força de trabalho em troca de um salário, tornando-se assim um (a) trabalhador (a) assalariado (a).

Essa condição, nos moldes capitalistas de produção, faz com que o trabalho sofra profundas transformações, tanto do ponto de vista da materialidade quanto no âmbito da subjetividade (ANTUNES, 1999). Dissipa-se do seu sentido humano, socialmente útil, para se transformar em uma obrigação compulsória (vê se obrigado a vender a força de trabalho por não ter acesso à propriedade): “o que não significa deixar de ter relevância social. Passa a ser exterior ao trabalhador, à medida que deixa de ser a expressão das necessidades deste. Ou seja, deixa de expressar sua prévia ideação [...]” (DIAS, 2010, p.52).

Outrossim, a alienação do produto do trabalho conduz à alienação de homens e de mulheres, de modo que a importância das relações interpessoais é geralmente medida pelo seu significado em termos de mercadorias e dinheiro, inclusive os (as) trabalhadores (as) adquirem um caráter de mercadoria, e isso advém do fato de sua força de trabalho ser comercializada, como qualquer outro produto, no mercado. Isso faz com que o (a) trabalhador (a) se torne um ser despojado de sua humanidade.

Como apresentado até aqui, o trabalho exerce uma capacidade transformadora para ambos os sexos. Sua existência remonta desde o momento em que o homem começou a transformar a natureza e o espaço ao seu redor.

No item seguinte, farei uma suscinta abordagem sobre a gerência, visto ser fundamental para o desenvolvimento da estrutura do poder que se erige nas organizações capitalistas. Tal função faz parte da organização do trabalho. O (a) gerente, ou encarregado (a), é um (a) trabalhador (a) que faz a separação das tarefas entre diferentes trabalhadores (as), o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, controla as fases do processo e o método de execução visando o lucro (BRAVERMAN, 1981). Geralmente é melhor remunerado (a) que os (as) demais trabalhadores (as), representa e se articula com os (as) proprietários (as) do capital.

Para esse estudo em especial, a análise da gerência se faz necessária pela condição de hierarquia presente nesse processo e que, não raro, o sujeito que representa tal posição, se cerca de procedimentos impositivos, autoritários e, por vezes, antiéticos, submetendo o (a) trabalhador (a) à vexames, constrangimentos e humilhações de forma repetitiva e prolongada, caracterizando, portanto, assédio moral.

2.2 **A gerência como processo de estruturação do poder nas organizações capitalistas**

Ao longo do desenvolvimento capitalista ocorreram mudanças que requerem uma ponderação histórica que sirva como norte para a compreensão da consolidação desse sistema a partir das transformações dos processos de trabalho, com ênfase nas relações que materializaram e influenciaram as dinâmicas gerenciais e de poder no interior das organizações capitalistas.

Nesse sentido, buscamos em Braverman (1977) os fundamentos para a compreensão da origem da gerência como um processo pelo qual a estruturação do trabalho organiza, dentre outros aspectos, a hierarquização no interior dos sistemas produtivos.

A partir de uma perspectiva histórica, Braverman (1977) situa como marco do início do capitalismo industrial a aglomeração de um determinado número de trabalhadores empregados por um único capitalista, sem alterações nos processos de trabalho, executada tal como as formas de produção eram anteriormente desenvolvidas. Esses, por sua vez, já eram habilitados nos métodos tradicionais da indústria de produção feudal e no artesanato das guildas, como fiandeiros, tecelões, vidreiros, oleiros ferreiros, latoeiros, serralheiros, dentre outros, e continuaram a desenvolver essas atividades no emprego ofertado pelo capitalista.

Ainda segundo o mesmo autor, essas primeiras oficinas eram simples aglomerações concentradas em pequenas unidades de produção. Não refletiam, portanto, significativas mudanças nos métodos tradicionais, ou seja, sob o controle dos produtores, que contavam com o conhecimento e domínio dos seus respectivos ofícios (BRAVERMAN, 1977). Contudo, ele acrescenta que imediatamente à reunião

dos produtores, surgiu o problema da gerência, evidentemente, ainda de modo rudimentar.

Logo, surgiram funções de gerência pelo próprio exercício do trabalho cooperativo: “até mesmo uma reunião de artesãos atuando independentemente exigia coordenação” (BRAVERMAN, 1977, p.61). Essas exigências advinham da dinâmica de ordenação dos processos, tais como: a concentração dos suprimentos de materiais; as definições, mesmo que rústicas, das prioridades; as atribuições de funções; a manutenção dos gastos; a folha de pagamentos; as matérias-primas; enfim, atividades comuns à estrutura organizacional.

Outro aspecto ressaltado pelo autor, diz respeito às empresas de maior porte, como estaleiros e fábricas de viaturas que demandavam exigências mais complexas, já que mantinham distintos tipos de trabalho, a exemplo da engenharia civil. Sendo assim,

> De novo não demorou e surgiram novas indústrias, possuindo pouca experiência manufatureira anterior, entre elas as refinarias de açúcar, fábricas de sabão e destilarias, enquanto ao mesmo tempo vários processos importantes como fundição de ferro, laminaria de cobre e latão, equipamentos bélicos, papel, pólvora, foram totalmente transformados. Tudo isso exigia funções de concepção e coordenação que na indústria capitalista assumiram a forma de gerência (BRAVERMAN, 1977, p.62).

Quem a princípio assume funções gerenciais é o capitalista, já que era o possuidor do meio de produção, e como tal, mantinha as relações de troca e o tempo dos (as) trabalhadores (as) era propriedade dele, tanto quanto qualquer matéria prima e/ou os produtos produzidos na sua oficina.

Essas relações a priori não eram totalmente compreendidas. Exemplo disso é que a própria dinâmica da produção ainda estava voltada para as regras do aprendizado e dos estatutos legais presentes nas formas anteriores de produção, que permaneceram por algum tempo, até serem gradativamente abolidas. Isso se deu “à medida que o capitalista consolidava seus poderes na sociedade e destruía os aspectos jurídicos das formações sociais pré-capitalistas” (BRAVERMAN, 1977).

Portanto, as fases iniciais do capitalismo industrial foram assinaladas por um contínuo esforço por parte do capitalista para desconsiderar a distinção entre força de trabalho e o trabalho que era obtido dela, bem como, para comprar trabalho semelhante ao processo de aquisição de matérias-primas: “como uma determinada

quantidade de trabalho completa e incorporada no produto" (BRAVERMAN, 1977, p. 62).

Outra tendência apontada pelo referido autor, como condicionalidade presente naquele período específico de produção, era o trabalho domiciliar, baseado numa rudimentar divisão do trabalho, tanto nas tecelagens, como em outros ramos de atividades. O capitalista, já buscando estratégias de superexploração, distribuía entre os (as) trabalhadores (as) os materiais de base, necessários para a produção em suas casas, por intermédio de subcontratadores e agentes em comissão.

Os primeiros sistemas de tarefas domiciliares e de subcontratação reapresentavam uma forma de transição, fase durante a qual o capitalista não havia ainda assumido a função essencial de direção no capitalismo industrial e o controle sobre o processo de trabalho: por essa razão era incompatível com o desenvolvimento geral da produção capitalista, e sobrevive apenas em casos especiais (BRAVERMAN, 1977, p.64).

Portanto, essas formas de apreender o trabalho permaneciam como marcas das origens do capitalismo industrial no capitalismo mercantil, que envolvia a compra e venda de mercadorias, mas não sua produção, que tratava o trabalho como qualquer outra mercadoria.

Segundo Braverman (1977), dentre esses moldes produtivos, logo passa a ser assumida como forma de controle sistemático para a reorganização do processo produtivo: a gerência capitalista. Dentro das oficinas, a gerência primitiva assumiu formas rigorosas e arbitrárias, visto que a "educação" de uma 'força de trabalho livre' "prescindia" de métodos coercitivos para habituar os (as) trabalhadores (as) às suas tarefas e mantê-los produzindo.

Por fim, o referido autor acrescenta que o verbo *to manage* gerenciar, administrar, vem do manus, do latim "mão", que guarda similaridades com o adestramento de cavalos, utilizando-se, muitas vezes, de ferramentas, para impor sua vontade ao animal. Desta forma, o capitalista empenha-se, por intermédio da gerência para controlar e esse controle é critério fundamental dos sistemas gerenciais.

Todavia, esse trabalho tem o caráter eminentemente voltado a uma perspectiva de gênero, o que não significa necessariamente dizer que suas aproximações analíticas terão como centro as mulheres e como as mesmas se situam diante da dinâmica da divisão sexual do trabalho.

2.3 **Divisão sexual do trabalho como fundante das desigualdades entre homens e mulheres no mundo produtivo e improdutivo**

Segundo Kergoat (1996) as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho formam um sistema indissociável. Tal reflexão é, segundo a autora, em termos de relações sociais de sexo, anterior, e posterior em termos de divisão sexual do trabalho. Ou seja, esta última preexiste como noção e, posteriormente, como problemática. A condição de preexistente surge a partir da conquista do movimento feminista, por intermédio da emergência de *categorias de sexo como categorias sociais*, no intuito de desmistificar que os papéis sociais de homens e mulheres são produtos de um destino biológico, mas sim de construções sociais com base material.

A partir dessa constatação *a priori* surge a necessidade de compreender a teoria analítica sobre a qual partiam as análises feministas (ou, em outras palavras, carecia provar essa teoria). Foi este esforço que permitiu a formalização em termos de divisão sexual do trabalho apresentando um quadro para conhecer respectivamente "um trabalho considerável, geralmente de primeira mão, para conhecer a realidade (e não mais os estereótipos) do trabalho feminino em todos os seus aspectos e por especificar sexualmente o trabalho masculino" (KERGOAT, 1996, p.01), bem como:

> Um trabalho paralelo de desconstrução/reconstrução dos conceitos usualmente utilizados e de desvendar sua "neutralidade" mostrando as suas características sexuadas, conduzindo, necessariamente, a uma crítica dos modos de conceituação no conjunto das Ciências Sociais (KERGOAT, 1996, p.01).

Como aponta Hirata (2009), as teorias sociológicas a propósito da divisão sexual do trabalho surgiram na França nos anos de 1970. Entretanto, nos países anglo-saxônicos e em algumas disciplinas acadêmicas, o termo já vinha sendo utilizado. Como precursoras desse conceito, a autora destaca a antropóloga britânica *Kate Young* (1978), a antropologia francesa nos trabalhos de *Nicole-Claude Mathieu* (1985) e *Maurice Godelier* (1982).

A referida autora acrescenta que, nos anos de 1950, os estudos feministas de matriz sociológica francesa centravam-se nas mulheres e na condição feminina, sem

muita ênfase sobre a divisão sexual do trabalho ou mesmo sobre as relações homem/mulher (HIRATA, 2009).

Atualmente, distintas categorias analíticas são utilizadas no intuito de compreender as assimetrias do trabalho entre homens e mulheres. Dentre elas, destacam-se: “a divisão sexual do trabalho e as relações sociais do sexo; o gênero e as relações de gênero; as diferenças de sexo; a discriminação e as desigualdades” (HIRATA, 2009, p.80).

É importante recuperar aqui a advertência de Kergoat (2005) de que tais termos não são permutáveis entre si, apesar de se referirem ao tratamento diferenciado que a sociedade dispensa os “grupos sociais de sexo”. Em direção semelhante, Hirata acrescenta que:

> A divisão sexual do trabalho tem como campo de referência o trabalho, enquanto as relações sociais de sexo transversalizam todos os campos do social. [...] hoje, na França, utiliza-se de maneira relativamente indiferenciada gênero e relações sociais de sexo, mas a história conflituosa dessas duas categorias mostra bem que esses termos nem sempre são permutáveis (2009, p.81).

Há, segundo Hirata (2009), duas teorias que problematizam, no campo dos estudos sociológicos na França, a divisão sexual do trabalho.

A primeira delas aponta para a ideia de complementariedade entre os sexos ou a perspectiva de conciliar os papéis mantendo-se um vínculo social. Tal perspectiva fundamenta-se num paradigma funcionalista no qual a divisão dos papéis é estabelecida a partir da suposta “natureza masculina e feminina”.

Essa teoria reforça o modelo tradicional de mulher; reafirmando o padrão no qual as mulheres se constituem como as únicas que conciliam a dimensão profissional e familiar. Ela também amortiza a contradição inerente à distribuição do trabalho doméstico, naturalizando o processo de delegação do mesmo a outras mulheres.

A segunda abordagem teórica sobre a divisão sexual do trabalho no debate francês se pauta numa perspectiva de “parceria”. Vale ressaltar que essa perspectiva foi utilizada durante a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres organizada pela ONU em Pequim, em setembro de 1995.

De acordo com Hirata (2009, p.82): “O “principio da parceria” vem muito mais de uma lógica de conciliação dos papéis do que do conflito e considera mulheres e

homens como parceiros e suas relações são vistas mais em termos de igualdade do que de desigualdade ou de relações de poder".

O que aparece em ambas as teorizações que cercam as perspectivas funcionalistas ou neofuncionalistas expostas nas teorias sobre a divisão sexual do trabalho no campo dos estudos sociológicos franceses, é o pressuposto de que há uma equivalência de papéis entre homens e mulheres na sociedade, e, que, portanto, os espaços estão abertos a negociações. Desse modo, tais abordagens subestimam a força presente nas relações sociais de gênero e desconhecem a opressão vivenciada por milhares de mulheres, motivadas pelas assimetrias de fato existentes.

Acrescenta Hirata e Kergoat (2005) que esta teoria sociológica da divisão sexual do trabalho serve de uma espécie de renovação dos paradigmas da sociologia do trabalho, visto que ela vem ampliar o conceito de trabalho. Ademais, o trabalho é caracterizado no seu aspecto profissional e doméstico, ou seja, é conferido ao trabalho doméstico o *status* de trabalho; "o trabalho é considerado remunerado e não remunerado, formal ou informal, este último tipo de trabalho sendo dominante nos países ditos em vias de desenvolvimento e em franco crescimento nos países capitalistas desenvolvidos" (HIRATA, 2010, p. 02-03).

A (atual) divisão social e sexual do trabalho se expressa na forte tendência de feminização, encontrada, como aponta Antunes (2005), no espaço dos trabalhos *part-time,* flexíveis e, na maioria das vezes, mais precarizados e desregulamentados.

Os determinantes desta situação muitas vezes são alicerçados no determinismo biológico, a partir do papel das mulheres na reprodução biológica, procurando naturalizar assim a divisão sexual do trabalho. O determinismo biológico é, entretanto, uma construção ideológica que obscurece outro fenômeno, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, ainda prevalece o trabalho em tempo parcial em atividades com menores graus de exigência, concentradas no setor de serviços ou nas linhas de montagem, sob ritmos impostos. O determinismo biológico serve de argumento para a constituição de outros aspectos da desigualdade no mercado de trabalho, como descreve Antunes:

> Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e frequentemente

> fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos/as trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (2005, p. 13).

Tais características acompanham o trabalho feminino desde o taylorismo-fordismo[26], em que essas qualidades supostamente naturais eram ressaltadas, a ponto de não somente explicarem, mas legitimarem a crença de que as mulheres seriam as únicas detentoras de um saber-fazer voltado para o cuidado e a minúcia, e de um saber-ser caracterizado por virtudes como paciência, bondade e sensatez.

Entretanto, Kolontai (2000, p.17), aponta que, em relação ao trabalho das mulheres,

> [...] as virtudes femininas – passividade, submissão, doçura – que lhe foram inculcadas durante séculos, tornaram-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. Ou seja, a dura realidade exige outras qualidades nas mulheres trabalhadoras. Precisa agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas virtudes que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem.

Em síntese, historicamente, o trabalho feminino foi permeado por relações de desigualdade, discriminações, preconceitos, subordinações e violências (entre elas, o que contemporaneamente é chamado de assédio sexual e moral).

Na atual conjuntura, essas dificuldades se acirram pela crise estrutural do capitalismo, que vem sistematicamente se norteando pela [...] “busca de superlucros, de valorização do capital e sua acumulação, por meio da produção de mais-valia, o que implica a permanência do valor-trabalho como determinação fundamental das relações sociais de produção” [...] (BEHRING, 2010, p.15).

Federici no seu livro “Calibán e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação originária” descreveu alguns elementos acerca do que significa a caça às bruxas para o capitalismo e os processos de expropriação dos corpos, dos saberes e a

---

[26] No início do século XX duas formas de organização de produção industrial o Taylorismo e fordismo provocaram significativas mudanças no espaço fabril. A principal delas se caracterizou pela racionalização extrema da produção e, consequentemente, à maximização da produção e do lucro.

reprodução das mulheres advindas da diferente posição das mesmas na sociedade capitalista se comparada a dos homens.

Segundo a autora, em entrevista à Revista espanhola *La Hiedra* (2013), estas discriminações não estão baseadas na tradição, na verdade, é algo que foi construído nas sociedades capitalistas. Em outras palavras, o patriarcado não é um legado do passado, mas foi reconstituída pelo capitalismo.[27]" (p.01).

Federici contextualiza sua interpretação acerca dos posicionamentos políticos nos quais desenvolveu, junto com outras autoras, (a partir de uma tradição anticapitalista, marxista, de luta de classes) mas também com uma posição crítica com respeito a clássica interpretação marxista da posição das mulheres na sociedade. Segundo ela descreve: "nossa visão era que as mulheres estão discriminadas no capitalismo, não pelo sistema produtivo que cria a divisão do trabalho, e não porque o trabalho que fazem não seja importante, mas porque o trabalho não é remunerado[28]" (FEDERICI, 2013, p.02). Acrescenta a autora:

> Desenvolvemos a idéia de que, no capitalismo, há uma organização do trabalho que tem dois componentes: a produção de mercadorias e a força de trabalho para o mercado. As mulheres levam a cabo a produção da força de trabalho e a discriminação vem do fato de que este trabalho tornou-se invisível. Assim, o poder social, por mais limitado que seja, o trabalhador masculino, porque ele tem um salário e que o seu trabalho é reconhecido, as mulheres não têm. Mas a realidade é que, se observarmos o capitalismo através do trabalho assalariado, que inclui trabalho assalariado e trabalho não assalariado, veremos como a relação salarial é muito mais complexa do que se só tivermos em conta o trabalho assalariado, considerarmos apenas o trabalho assalariado como trabalho assalariado inclui também mecanismos de exclusão; inclui, como, aliás, Marx, os mecanismos para a extração de trabalho não remunerado[29] (FEDERICI, 2013, p. 02).

---

[27] [...] esta discriminación no estaba basada en la tradición, sino que, de hecho, es algo que fue construido en las sociedades capitalistas. Dicho de otro modo, el patriarcado no es un legado del pasado, sino que más bien ha sido refundado por el capitalismo.

[28][...] Nuestra visión era que las mujeres están discriminadas en el capitalismo, no por el sistema productivo que crea la división del trabajo, y no porque el trabajo que hacen no sea importante, sino porque el trabajo no es remunerado.

[29] Desarrollamos la idea de que, en el capitalismo, existe una organización del trabajo que tiene dos componentes: la producción de mercancías y la de fuerza de trabajo para el mercado. Las mujeres llevan a cabo la producción de la fuerza de trabajo, y la discriminación viene del hecho de que este trabajo se ha vuelto invisible. Así que el poder social, por muy limitado que sea, que tiene el trabajador masculino, debido a que cobra un sueldo y que su trabajo está reconocido, no lo tienen las mujeres. Pero la realidad es que, si observamos el capitalismo a través del trabajo asalariado, que incluye trabajo asalariado y trabajo no asalariado, veremos como la relación salarial es mucho más compleja que si sólo tenemos en cuenta el trabajo asalariado, puesto que el trabajo asalariado incluye también mecanismos de exclusión; incluye, como de hecho dice Marx, mecanismos para la extracción de trabajo no asalariado.

Desse ponto de vista, o trabalho das mulheres toma uma importância fundamental, pois é a partir dele que se estruturam as condições materiais para a criação dos sujeitos que trabalham, uma vez que não se pode construir carros por exemplo, se não há quem os faça. É nesse sentido, portanto, que a autora afirma que a cadeia de montagem começa na cozinha, no lavabo, em nossos corpos. Ademais, o capitalismo tem percebido isto, visto que é o sistema de exploração que mais enfatizou a importância do trabalho e da família nuclear burguesa onde existem fortes separações de papeis entre homens e mulheres. De modo que fica evidenciado, como aponta Federici (2013, p.03,) que "as mulheres são o sujeito produtivo mais importante, mas para manter esta produção da forma mais barata possível, este trabalho tem-se feito invisível". Em síntese, para a mesma autora,

> [...] O trabalho contratual dentro do capitalismo está acompanhado de uma quantidade imensa de trabalho não livre, não assalariado e não contratual. É então quando começa a entender porque através da história do capitalismo existe colonização de uma forma continuada, semelhante às diferentes formas de escravidão. Aceitar que o trabalho não livre e não assalariado é fundamental, e que não tem somente como objetivo extrair riqueza das pessoas trabalhadoras, mas também uma forma de organizar a sociedade, é muito importante. A sobrevivência das relações não livres é algo fundamental e forma parte da maquiagem genética das sociedades capitalistas [...][30] (FEDERICI, 2013,p.04).

Nessa linha de raciocínio tomamos emprestadas as apreensões de Marx quando ele apontou inúmeras vezes que quando se fala de acumulação primitiva, do que se está falando verdadeiramente é da acumulação de trabalho. Nesse sentido o que faz o capital em sua primeira fase de desenvolvimento é a acumulação da classe trabalhadora, sendo o outro aspecto da acumulação a divisão, a acumulação da divisão é o momento inicial do racismo e do sexismo (FEDERICI, 2013). Nas palavras da autora:

[30] El trabajo contractual dentro del capitalismo está acompañado de una cantidad inmensa de trabajo no libre, no asalariado y no contractual. Es entonces cuando empiezas a entender por qué a través de la historia del capitalismo tienes colonización de una forma continuada, igual que las diferentes formas de esclavitud. Aceptar que el trabajo no libre y no asalariado es fundamental, y que no sólo tiene como objetivo extraer riqueza de la gente trabajadora, sino también una forma de organizar la sociedad, es muy importante. La supervivencia de las relaciones no libres es algo fundamental y forma parte del maquillaje genético de las sociedades capitalistas.

> Eu sempre insisto na importância disso, inclusive hoje em dia. O fato de que o capitalismo possa organizar diferentes regimes de trabalho tem sido uma das armas mais poderosas que os capitalistas têm utilizado para parar os processos revolucionários. Primeiro, porque divide as pessoas, segundo, porque pode utilizar alguns grupos aos quais delega poder, como, por exemplo, delegando poder aos homens para que controlem o trabalho das mulheres. Outro exemplo: através do uso do salário, o capitalismo tem podido esconder muitas áreas de exploração, como o trabalho doméstico, e fazê-las aparecer como naturais. A construção ideológica das diferenças está estreitamente relacionada com a construção material (FEDERICI, 2013, p. 06).

Faria (2005) complementa este caminho reflexivo, quando explicita que o neoliberalismo[31] traz como consequência para o conjunto das mulheres a existência de uma polarização. De um lado, uma parcela pequena de mulheres aufere ganhos significativos, tanto no trabalho quanto no acesso a liberdades individuais e mesmo na vida pública. Apregoa-se o fato de que, sob as políticas neoliberais, aumentou o trabalho assalariado das mulheres em quase todo o mundo e que isto é necessariamente positivo.

Não resta dúvida, que nos ditames das políticas neoliberais, ocorreu a ampliação e diversificação do trabalho feminino. Por outro lado, devemos analisar mais profundamente esse tipo de empregabilidade, visto ser a mão de obra das mulheres "considerada adequada para o tipo de emprego ofertado, o emprego flexível que, de fato, inclui menos direitos, com o trabalho muitas vezes feito em domicílio, em longas jornadas e sob ritmo intenso, e não raro sazonalmente" (FARIA, 2005,p. 21).

Hirata também enfatiza que esta inserção se dá massivamente no setor de serviços e em condições de precarização e vulnerabilidade:

> A participação feminina no mercado de trabalho aumentou, tanto no setor formal quanto nas atividades informais, com especial incremento dos empregos no setor de serviços. Entretanto, e este é um dos paradoxos da globalização, tal aumento foi acompanhado da precarização e da vulnerabilidade crescente dos novos empregos. Com muita frequência (*sic*), trata-se de ocupações mal remuneradas, desvalorizadas socialmente e com possibilidade quase nula de promoção e de carreira, além de amparadas

[31] O Neoliberalismo consiste em um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a mínima participação estatal nos rumos da economia de um país: "para manter os lucros, o capital precisa estar constantemente explorando novos mercados". (HELD, McGREW, 2001, p.16). Ou seja, deve haver total liberdade de comércio, o propagado (livre mercado).

> por direitos sociais frequentemente limitados ou inexistentes; isso vale para a Ásia tanto quanto para a Europa e América Latina (2009, p.149).

Ademais, nesse complexo cenário de transformações que atinge toda a classe trabalhadora, por intermédio do acirramento da diversidade do trabalho e seu modo de contratação, as mulheres em particular são as mais atingidas pelas transformações conjunturais da economia fundada num novo paradigma e numa nova relação entre *espaço* e *trabalho* denominada regulação flexível. Nela, como sugere Dias, as mulheres,

> Vêm sendo atingidas em seus papéis ativos no âmbito do setor produtivo e reprodutivo, sobretudo em países pobres da América Latina, que, desde o início da crise estrutural do capital, evidenciada pelo esgotamento do ciclo de acumulação taylorista e fordista, redução da taxa média de lucros e intensificação das lutas de classes ao final dos anos 60 e início dos 70, têm sido duramente afetados (2010, p.23).

Como aponta Kergoat (2009) a divisão sexual do trabalho possui dois princípios norteadores, a saber: o da **separação**, pois existem trabalhos de homens e outros de mulheres e o da **hierarquização**, visto que o trabalho masculino é mais valorizado do que o trabalho feminino. Sobre esse aspecto Federici (2013, p.05) acrescenta:

> As diferenças não são o problema, o problema é a hierarquia. A hierarquia faz com que as diferenças se tornem uma fonte de discriminação, de desvalorização e de subordinação. Não é necessário construir uma sociedade onde não haja diferenças, e quiça decidamos que algumas diferenças são boas.

Embora a natureza da divisão sexual do trabalho tenha variado ao longo da história, as atividades ditas femininas estão geralmente ligadas à esfera reprodutiva, sendo atividades associadas ao espaço privado, à produção de valores de uso para o consumo da própria família. Já o que é reservado ao público, ou seja, as tarefas destinadas à produção social, na maioria dos espaços, ainda são tidas como atribuição masculina.

Segundo Faria (2005) as mulheres concentram-se nos setores da produção internacionalizados, a exemplo do setor agrícola nos países produtores de

fruticultura e de outros produtos agrícolas ou oriundos do extrativismo como, por exemplo, na Bolívia, a castanha, na Colômbia, as flores e, em outros países, o pescado. Esse tipo de emprego vem reforçar o estatuto já precário e subvalorizado dessas ocupações, geralmente associadas à força de trabalho feminino. Tais tarefas trazem consequências negativas para as condições de trabalho, de saúde, de salários, caracterizadas pela nova reconfiguração do mundo do trabalho[32].

Ademais, a divisão sexual do trabalho se apresenta tanto no espaço produtivo como no reprodutivo com implicações diretas de opressão/exploração no interior das relações patriarcais. Como afirma Kergoat: "[...] a exploração, tradução bem conhecida da relação antagônica capital/trabalho se exerceria mais fortemente (e não diferentemente) sobre as mulheres" (*apud* HIRATA, 1989, p.89).

Desse modo, apreender analiticamente a divisão sexual do trabalho é fundamental para desvelar o processo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, compreender a exploração das mulheres nesta sociedade. Ou como defende Lobo (1991), é preciso "desomogeineizar" a classe trabalhadora, identificando que ela tem "dois sexos".

A globalização neoliberal, em particular ao reorganizar o trabalho de reprodução social antroponômica, programa essa mistura de apropriação e de exploração atraindo para o "trabalho desvalorizado" vastas partes da força de trabalho, especialmente feminina, mas não só (FALQUET, 2013, p.09). Ainda de acordo com esta autora o travail dévalorisé é expresso principalmente pelo "trabalho considerado como feminino" sendo uma das tendências que se desenvolve com a globalização neoliberal, desempenhado majoritariamente por mulheres, inclusive brancas, bem como, por pessoas "racializadas" e proletarizadas, incluindo os homens.

Kergoat (2001, p.89) acrescenta ainda que os princípios que norteiam a divisão sexual do trabalho estão presentes em "todas as sociedades conhecidas e são legitimadas pela ideologia naturalista". Ademais, acrescenta a referida autora:

[32] De acordo com a segunda parte de um relatório conjunto apresentado pela FAO, OIT e CEPAL, atualmente, as mulheres representam 20% da força laboral agrícola na América Latina e no Caribe e desempenham uma função chave na segurança alimentar, mas não têm igualdade de acesso aos recursos e sofrem discriminação no mercado de trabalho, tanto em termos de seus salários como em condições de trabalho", assinalou o representante regional da FAO, Raúl Benitez. O referido estudo foi iniciado em 2010, abarcou 12 países, dentre eles estão: Argentina, Bolívia, Guatemala, Honduras, México, Paraguai e Uruguai (OIT, 2012).

> Isso não quer dizer que [...] a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, essas modalidades concretas variam fortemente no tempo e no espaço, como o demonstram abundantemente etnólogos/as e historiadores/as (2001, p.89).

Segundo Antunes (1999), dentre as inúmeras consequências da divisão sexual do trabalho, na atualidade, algumas merecem destaque: a primeira delas se caracteriza pela exclusão das mulheres trabalhadoras dos sindicatos, além do que também se mostram incapazes de incluir os (as) trabalhadores (as) terceirizados (as) e inseridos (as) nas condições que Falquet, (2009) denominou de *travail dévalorisé.* Trata-se de fenômeno que resulta da conjunção do aumento do trabalho em tempo parcial, com o aumento de postos de trabalho desvalorizados, principalmente para as mulheres, pobres, negras e imigrantes.

> A globalização neoliberal, em particular reorganizando o trabalho de reprodução social antroponômica, programa essa mistura de apropriação de exploração atraindo para o "trabalho desvalorizado" vastas partes da mão de obra, especialmente feminina, mas não só (FALQUET, 2013, p.09).

Ainda, para Falquet (2013), o "trabalho desvalorizado" ou "trabalho considerado como feminino" é uma das tendências que se desenvolve com a globalização neoliberal, sendo desempenhado majoritariamente por mulheres, inclusive brancas, bem como, por pessoas racializadas e proletarizadas, incluindo os homens. Acrescenta a autora que é a partir dessa dinâmica que é possível estabelecer a conexão entre as "relações sociais de sexo, "raça" e classe, no intuito de viabilizar a dinâmica de reorganização neoliberal dessas relações dentro do que proponho chamar de vasos comunicantes" (FALQUET, 2013, p. 19). Assim, descreve Falquet:

> A imagem dos vasos comunicantes permite imaginar os reequilíbrios incessantes dos diferentes modos de obtenção do trabalho: exploração, apropriação individual, apropriação coletiva. A relações de classe e "raça" (ambas organizadas em torno da apropriação) se reforçam ou se enfraquecem a medida que a apropriação evolui para a exploração (ou seja, as relações de classe) ou se afasta dela, e simultaneamente conforme evolui a apropriação individual em relação a apropriação coletiva. Esta afirmação possui pelo menos três consequências fundamentais: (1) nunca nenhuma das três relações desaparece totalmente; (2) mesmo que se pense poder modificar apenas uma por vez, sua transformação afeta forçosamente a outra; (3) todas as transformações são reversíveis que nem Marx, nem Balibar e Wallerstein, nem Guillaumin haviam considerado explicitamente (p. 19).

Portanto, aqui merece ser analisada a condição das trabalhadoras a partir da consubstancialidade e coextensividade ("*race"*, classe *et sexe*), incluindo os elementos debatidos por Falquet e Guillaumin quando se examina as mulheres na condição de racializadas (*racialisées)*, nas relações de *sexage*, *eclavage* (escravidão), pois é um trabalho mal remunerado e, na atualidade, permeado por assédio sexual e moral (*harcélement sexuel et moral),* que são expressões da apropriação individual e coletiva dos corpos das mulheres pelos homens. Mais adiante, abordarei tais categorias de modo mais detido.

TaI dinâmica já faz parte das reestruturações organizacionais que conformam situações que podem facilitar a prática de assédio, principalmente o moral, devido às inseguranças que geram, relativamente os excessos que são criados, e às pressões que são impostas aos(as) trabalhadores(as) que ficam na ativa (KEARNS, MCCARTHY ; SHEEHAN, 1997).

Adicionalmente, Lewis (1999) argumenta que a mudança de "gestão do pessoal" para "gestão dos recursos humanos" impôs uma pressão adicional nos/as supervisores/as e gestores/as para trabalharem segundo novos padrões, num mercado cada vez mais global e competitivo.

Nossa inserção na pesquisa de campo evidenciou que as personagens dessa trama não escapam da fórmula comum às condições de classe, gênero e racialização. Mulheres que saem de cidades menores ainda bastante jovens em busca de oportunidades de trabalho nas capitais ou nas cidades de comércio mais desenvolvido e o *travail dévalorisé* e, por vezes, sem nenhum tipo de garantia é o que sobra, e as condições objetivas fazem com que elas se submetam a esses tipos de trabalho. Ao indagar uma das interlocutoras sobre a escolha da profissão ela apontou que:

> Não, na realidade não fui eu que escolhi. Foi ela que me escolheu, porque eu não tinha nada com carteira assinada, já tinha vendido lentes de contato porque uma amiga minha que tinha me indicado e já entendia um pouquinho em relação a olho, né? E onde eu fui ele abriu uma ótima oportunidade pra mim: eu ainda não sabia de nada, onde eu aprendi tudo lá. Sofri um pouco, foi uma faculdade pra mim mas, em compensação sai sabendo de tudo. De lá eu saí preparada pro mercado já, a trancos e barrancos, porque como eu ainda não tinha tido um emprego, me submeti a fazer muitas coisas, (que muitas vezes não era nem da minha área) pra poder crescer lá dentro, pra poder ter uma carteira assinada e pra poder sair segura né? Porque se você não tiver uma indicação de carteira, as pessoas

> não querem pegar, né? Elas já querem uma pessoa pronta e lá ele abriu a porta pra mim e eu não sabia de nada, mas em compensação saí formada de lá. [Era só você de funcionária lá?] Não. Eram várias pessoas. [Todas nessas condições?] Era. Só que lá ele não pagava o salário, era só a comissão [por vendas], limpo e seco. Ele não dava vale transporte e nem almoço. Só que assim: se você fosse desenrolada, você conseguia até mais [do que o salário mínimo]. Foi bom assim: porque você começa a valorizar, porque lá ou você vende ou você não ganha. Aí quando você não batia a meta que ele queria, aí ele dava um determinado valor, entendeu?! Mais tudo que você conseguia lá era com o seu esforço, era você vendendo (JUREMA PRETA).

Os aspectos mencionados por Jurema, em relação ao pagamento somente com percentual de comissão das vendas efetivadas, a pressão por vendas e a produtividade intensa, a negação de direitos (a exemplo da não assinatura da carteira de trabalho e previdência social), retrata uma realidade ainda muito recorrente no Brasil e particularmente no nordeste. São estratégias utilizadas pelos (as) proprietários (as) para burlar as leis trabalhistas e não pagar impostos através da informalidade. Vale ressaltar a existência de discurso predominante que permeia o empresariado no Brasil é o alto custo trabalhista, que é descrito depreciativamente como “custo-brasil”.

Na verdade a ideia de “custo-brasil” é composta de discursos e estratégias cada vez mais utilizadas para exploração do trabalho pelo capital com o intuito de extração de superlucros, como aponta Behring (2003),

> [...] para a retomada da competitividade, o que só seria possível a partir de uma queda dos custos dos fatores de produção. Assim, dentre estes, colocou-se em questão o “custo” do trabalho em todos os quadrantes do mundo [...] a saída da crise, sempre invocada como um processo natural, a exigir respostas práticas, estaria na redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução dos encargos sociais (214).

Esse tipo de abordagem é bastante usual na formulação dos argumentos para os (as) que driblam/negam os direitos trabalhistas, pactuando muitas vezes com o (a) próprio (a) trabalhador (a) que, para que mantenha ou ingresse no mercado de trabalho, deve abrir mão de seus direitos ou concordar em reduzi-los.

Acrescente a esses elementos as estrátegias de *passivização* dos (as) trabalhadores (as), cujo objetivo principal é desconstruir sua identidade de classe (BEHRING, 2003). Ao refletir sobre o pensamento do professor Jorge Mattoso a referida autora aponta que:

> [...] ele começa afirmando que houve um deslocamento da discussão sobre o custo Brasil, promovido pelo governo federal, ao retirá-la das condições gerais para uma competitividade sistêmica, para colocá-la na esfera da empresa e do mercado de trabalho. Assim, eliminou-se as formas públicas e democráticas de regulação que, articuladas à lógica macroeconômica do Plano Real, implicaram uma armadilha: a economia não pôde crescer. Dentro disso, reduziu-se ou precarizou-se o emprego, bem como foram quebrados elos importantes da estrutura produtiva, que levaram anos e gerações para serem construídos (BEHRING, 2003, p.216-217).

Observei na trajetória de pesquisa que os aspectos relacionados ao *travail dévalorisé* (trabalho desvalorizado*)* se intensificam a partir de alguns condicionantes como: o tamanho da localidade, a ausência de órgãos públicos fiscalizadores das condições de trabalho e das leis trabalhistas, a falta efetiva de postos de trabalho, a inexistência ou cooptação das organizações sindicais, entre outras, como vemos na descrição da informante Velame:

> Quando eu cheguei aqui, eu ia trabalhar como vendedora, mas eu fazia de tudo: também ia fazer os serviços de banco por eu já ter trabalhado no Banco do Brasil. Eu fiquei assustada com a forma como as meninas trabalhavam e de como eu também teria que trabalhar, pela questão de realmente precisar trabalhar. Tinha até que ser babá dentro da loja, pois uma colega minha, quando não estava atendendo ninguém ou limpando a loja, cuidava do bebê dos donos. De todos os meus trabalhos, esse foi o que mais me chamou atenção: porque foi um dos que mais me abalei. Eu confesso que comigo foi até mais ameno, porque essa questão de responsabilidade com a criança que os meus patrões empurravam para as outras, eu não peguei. E elas se acostumaram com isso. Também tinha aquela pressão entre aspas, de que precisavam fazer pra permanecer no trabalho. Na época assim, eu precisava mesmo, (como eu ainda preciso), mas na época, eu precisava mais ainda, mas tinha coisas ali no dia a dia que nós saíamos todas arrasadas, sugou muito o emocional. Agora teve uma grande modificação lá, por que o sindicato chegou né? Foi comunicado. Então eles estão no horário de sábado, porque sábado é a feira. Aí, no sábado agora o comércio só é pra ficar aberto até meio dia, mas eles deixam ficar até duas da tarde ainda, porque, no meu tempo não tinha esse horário não. Minha mãe ficava irritadíssima, porque isso não existia: trabalhava até tarde e não ganhava a mais por isso, além do meio salário mínimo para trabalhar de segunda a sábado.

A fala de Velame é elucidativa para pontuar esse tipo de prática ainda muito comum no Brasil e no interior do nordeste brasileiro (onde a falta de oportunidade empurra jovens mulheres para postos de trabalho sem direitos trabalhistas e permeados por assédio moral), caracterizado aqui pelo desvio de função. Entretanto, a prerrogativa de “trabalho feminino”, ou aptidão para determinados tipos de trabalho tem sido a “massa” perversa que engessa e aprisiona muitas mulheres num

paradigma orquestrado pela globalização neoliberal contribuindo fortemente para organizar a divisão do trabalho e, prontamente, para co-formar as relações sociais de sexo, de raça e de classe.

Essa “normalidade” sobre a qual se revestem os tipos de trabalho encontrados nessas pequenas cidades deixa evidentes alguns aspectos: o primeiro é o caráter informal do trabalho. É como se o mesmo fosse a extensão da casa da trabalhadora, seja pelas relações entre patrão/empregada ou pelo próprio trabalho desenvolvido. Permanece implícito que se for mulher, caberá além da função para a qual foi contratada, a responsabilização com o trabalho de limpeza ou até o cuidado com crianças, como descrito.

Todavia, ao mesmo tempo em que parece algo penoso, que marca a divisão sexual do trabalho e demarca a não ruptura com o trabalho doméstico, ele é naturalizado, e esta, é uma barreira gigantesca. Transpô-la, demanda identificar a diversidade de usos do tempo praticados por homens e mulheres na esfera pública e privada. Implica, necessariamente, conhecer a dinâmica das relações de poder existentes entre os sexos. Em outras palavras, a eficácia da divisão sexual do trabalho: “De quem depende que a opressão prossiga? De nós. De quem depende que ela acabe? De nós. O que é esmagado, que se levante! O que está perdido, lute! O que sabe e o que se chegou, que há aí que o retenha? Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã. E nunca será: ainda hoje”[33].

Obviamente, a citação acima trata-se de uma licença poética, visto que rebelar-se contra esse sistema opressor é um desafio incomensurável, ainda maior quando se trata de suprimir a divisão sexual do trabalho e, consequentemente, o chamado “trabalho de mulher”[34].

Ocorre que a classe trabalhadora moderna é fundamentalmente composta por esses segmentos distintos, mulheres, terceirizados (as) e/ou precarizados (as), “(e ainda mais frequentemente por mulheres terceirizadas), que são parte constitutiva central do mundo do trabalho” (ANTUNES, 2007, p.107-108). Conforme o referido autor:

[33] Elogio da dialética de Bertold Brecht.

[34] Romper com a subordinação é romper também com a compreensão dominante sobre como uma mulher deve proceder com uma pedagogia de gênero.

> Vimos que nas últimas décadas o trabalho feminino vem aumentando ainda mais significativamente no mundo produtivo fabril. Essa incorporação, entretanto, tem desenhado uma nova divisão sexual do trabalho em que, salvo raras exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservadas ao trabalho masculino (ANTUNES, 1999, p.108).

A partir desses elementos é que constatamos a necessidade de aprofundar e avançar nas análises que deem conta das necessárias interações entre trabalho, classe e gênero, "sobretudo nos trabalhos mais precarizados, nos trabalhos em regime *part-time*" [...] (ANTUNES, 1999,p.108).

Acrescente ao exposto, outro elemento determinante, quando se tematiza o gênero no âmbito do trabalho, articulando-as com as questões de classe e raça, a jornada extensiva de trabalho, pois, em geral, as mulheres trabalhadoras realizam suas atividades dentro e fora de casa. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, são ainda duplamente exploradas pelo capital: a princípio por exercerem, no espaço público, seu trabalho no âmbito produtivo e, simultaneamente, no âmbito doméstico.

Essas dimensões ganham mais expressão pelo modo como se estruturam as relações desiguais entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Como assinala Favela, indagada sobre como se processavam as relações entre homens e mulheres no contexto em que vivia, ela discorre:

> Desiguais, mesmo em espaços onde a maioria das funcionárias são mulheres. Sempre a gente escuta dos patrões algumas indiretas ou diretas; diminuindo a mulher, ou vendo aquela sobrecarga que todas nós temos em casa, arrumar a casa: fazer comida, como sendo quase nada. Como se o fato da mulher optar por trabalhar fora, não lhe desse o direito de reclamar da sobrecarga, porque ela poderia está em casa, lavando, passando.

Ademais, no espaço da vida privada, muitas mulheres dispensam horas decisivas para o trabalho doméstico, possibilitando (ao mesmo capital) a sua reprodução. Portanto, nessa esfera do trabalho não inteiramente mercantil, ela cria as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus filhos (as), seus maridos e de si própria: "sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital

estariam bastante comprometidas, senão invisibilizadas" (ANTUNES, 1999, p.108-109).

Indubitavelmente o trabalho **doméstico não remunerado**[35], permanece no centro do debate feminista mundial, por ser ainda prerrogativa quase que exclusivamente das mulheres que, mesmo desenvolvendo atividades remuneradas fora do espaço do espaço de reprodução familiar, têm sobre si, os afazeres domésticos. Conforme acrescenta Bruschini (2006, p. 332):

> Vale lembrar também que essa é uma categoria ampla e diversificada, que inclui um leque extremamente heterogêneo de tarefas, sejam estas manuais, como limpar a casa, lavar e passar roupa, cozinhar etc., sejam não manuais, como cuidar dos filhos, dos idosos e dos doentes, administrar a casa e o cotidiano doméstico e familiar, fazer as compras, entre outras, que só podem ser discriminadas através de pesquisas específicas sobre o tema, em *surveys*, entrevistas etc.

Segundo Bruschini (2007) o início dos estudos sobre trabalho feminino, no Brasil, enfocou exclusivamente a perspectiva da produção, sem levar em consideração as determinações que apontam que o espaço que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por seu papel na família. Assim,

> o debate teórico e as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou espaço reprodutivo. Pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação, seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural [...] "mais tarde, a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho teria peso considerável na produção sobre o tema, dando origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico" (BRUSCHINI, 2006, p.332).

Atualmente, é provável asseverar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, buscando romper remotas dicotomias, levará em conta à articulação entre produção e reprodução, bem como as relações patriarcais de gênero.

As desigualdades de gênero, intrínsecas no âmbito da família, no que se refere à realização do trabalho doméstico são uma constante da vida das mulheres.

---

[35]Conceito desenvolvido pela ativista feminista americana Selma James em 1972. James fundou a Campanha dos salários Internacionais para trabalhos domésticos, com base na exigência de que as mulheres devem ser pagas pelo seu trabalho de assistência, uma vez que reproduzem dia a após dia a força de trabalho (JAMES, 1972).

Mesmo com algumas transformações, os afazeres domésticos ainda se constituem uma tarefa das mulheres, embora, no cenário brasileiro, se tenha observado um pequeno aumento da participação masculina nessas atividades nos últimos anos.

Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE de 2012, as mulheres gastam em média 2,5 vezes mais tempo com os afazeres domésticos do que os homens:

> A jornada de trabalho semanal dos homens era, em média, 6,3 horas maior que a jornada feminina. Nos trabalhos formais, a jornada dos homens foi de 44,0 horas semanais, versus 40,3 horas para as mulheres. Nos trabalhos informais, essa diferença era ainda maior: 9,4 horas, sendo 40,5 horas para os homens e 31,2 horas para as mulheres. Porém, quando se considera o tempo dedicado aos afazeres domésticos, a jornada média semanal das mulheres (de 16 anos ou mais de idade) é 2,5 vezes maior que a dos homens na mesma faixa. Em 2011, as mulheres dedicavam 27,7 horas a afazeres domésticos, enquanto os homens destinavam 11,2 horas. Com isso, a jornada total de trabalho para as mulheres em 2011, era de 58,5 horas por semana e, para os homens, era de 52,7 horas por semana (IBGE, s/p 2012).

No Brasil, o tempo dispensado[36] pelas mulheres no seio das famílias para reprodução da vida, ainda se dá a partir de elementos cada vez menos presentes em países de capitalismo avançado. Aqui, a garantia, pelo menos parcial, do trabalho fora de casa (para elevar os rendimentos familiares ou simplesmente ampliar sua autonomia econômica), se concretiza porque na maioria das vezes são contratadas outras mulheres para realizar estas tarefas que socialmente e culturalmente lhe competem.

Essa realidade pode ser comparada ao que Hirata (2010, p.07) denomina de bipolarização dos empregos femininos, cujo resultado se dá, a partir dos processos que se desenvolvem na esfera educativa, e que é um mote fundamental de convergência entre os países do Norte e do Sul. Acrescenta a autora que:

> Esta bipolarização vê se estabelecer, de um lado, mulheres executivas e pertencentes aos profissionais intelectuais superiores, categoria que se feminiliza (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, artistas, etc.) e, de outro lado, mulheres permanecem em ofícios tradicionalmente femininos: empregos no setor público, saúde, educação, trabalhos domésticos: cuidadoras e enfermeiras, professoras primárias, profissionais do "cuidado", se ocupando dos idosos, dos doentes, das crianças, do trabalho domésticos, como

[36] Desde 2001 O Brasil passou a contar com alguma informação sobre o assunto, em razão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) ter introduzido alguns quesitos sobre a realização e tempo despendido com afazeres domésticos (DEDECCA, 2004, p. 01).

> empregadas e faxineiras. Um dos resultados deste processo é a exacerbação das desigualdades sociais e dos antagonismos entre homes e mulheres, mas também entre as próprias mulheres (cf. as fortes hipóteses de Daniele Kergoat, 1998).

Entretanto, novas condições de trabalho foram legalmente estabelecidas pelas empregadas domésticas brasileiras. Ganhou crescente importância no Brasil nos últimos anos esta discussão, em um contexto marcado por acesso a direitos que as mesmas até então não gozavam.

No ano de 2013 com a regulamentação do trabalho das empregadas domésticas, enfim abrui-se a "caixa de pandora" que guardava a desigualdade de distribuição dos trabalhos domésticos entre homens e mulheres[37]. A camada média da sociedade brasileira, principalmente, se viu mais uma vez ameaçada com o aumento do preço do serviço e pelas garantias de direitos até então inacessíveis para essa categoria.

Vale destacar que o trabalho doméstico remunerado é a porta de entrada para o mercado de trabalho de milhares de mulheres pobres brasileiras. Isso é fato. Entretanto, cabe aqui analisarmos as condições sob as quais se dá a entrada e a permanência dessas mulheres, especialmente das mulheres negras e nordestinas, que vivenciam as situações mais desfavoráveis.

Em vários países, o trabalho doméstico remunerado ainda representa uma parcela significativa das atividades exercidas pelas mulheres, em especial negras, indígenas e imigrantes. Na maioria dos casos, essas mulheres se encontram em relações de trabalho precarizado, com pouco reconhecimento dos seus direitos pelo Estado e quase nenhuma regulamentação, sem a devida valorização social subjetivamente debilitada na sua capacidade de resistir à exploração.

Dados do DIEESE apontam que a força de trabalho total feminina nos serviços domésticos no Brasil registrou,

> No período de 2004 a 2011, houve crescimento de 3,1%, de acordo com os dados da Pnad do IBGE. Todavia, na comparação com a PNAD de 2009, cujos dados constam do Anuário das Mulheres Brasileiras publicação realizada em parceria do DIEESE com a Secretaria de Política de Mulheres (SPM) em 2011 percebe-se que no período 2009 a 2011, diminuiu em

[37] As mulheres com 16 anos ou mais trabalhavam, em média, 27,2 horas semanais em tarefas domésticas, enquanto os homens na mesma faixa etária gastavam 10,6 horas nessas atividades em 2007, revela pesquisa pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008). Vale ressaltar que estão contidas nessas horas atividades como: lavar o carro, passear com o cachorro, trocar uma lâmpada, etc.

> 9,06% o número de mulheres empregadas no trabalho doméstico remunerado (2013, p.03).

Na realidade brasileira, esse tipo de trabalho até bem pouco tempo era marcado pela invisibilidade, sem enfoque por parte das políticas públicas. Isso repercutiu diretamente na condição de desvalorização a que estão expostas milhares de trabalhadoras domésticas refletidos nos baixos salários, na informalidade, na dificuldade de acesso à educação e à formação profissional, no recrutamento das trabalhadoras jovens, ou mesmo no trabalho infantil e na exposição à violência e ao assédio moral e sexual, além de expostas a acidentes de trabalho e outros agravos à saúde.

Em pesquisa realizada com homens de camadas média e média alta no Rio de Janeiro, Corrossacz (2013) ao abordar questões sobre o assédio sexual contra as empregadas domésticas, expôs que: “todo mundo sabe que existe. Todo mundo ouviu pelo menos uma vez uma história” [...] “Ter a iniciação sexual com a empregada doméstica é reconhecido como um hábito no Brasil. Há até uma expressão, (TED) Terror das Empregadas Domésticas”.

Recentemente, sob as pressões advindas dos movimentos sociais, entre eles o sindical, no dia 03 de abril de 2013, o Senado Federal brasileiro aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia os direitos trabalhistas dos (as) empregados (as) domésticos (as). Entre os novos direitos adquiridos pelos/as trabalhadores/as domésticos/as estão o direito ao recebimento de salário mínimo; o pagamento de horas extras e adicionais noturnos; 13º salário; férias; o aviso prévio e o seguro contra acidentes de trabalho; a jornada de trabalho fixada em até 44 horas semanais; o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o pagamento de seguro-desemprego e de auxílio-creche.

Os (as) empregados (as) domésticos (as) também passaram a ter direito a introdução de normas de saúde, higiene e segurança; ficou vedado a existência de qualquer diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão do/a trabalhador/a por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; e a proibição de qualquer discriminação a pessoas com deficiência. Também, ao trabalho doméstico foi atribuída a condição de insalubre e perigoso, sendo, portanto, vedado a menores de 18 anos, conforme já definido no Decreto 6.481, de 12 de junho de 2008, que versa sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil (DIEESE, 2013).

A aprovação da PEC, contudo, não transcorreu sem calorosos debates na sociedade e, principalmente, entre a camada média dos (as) trabalhadores (as), resistente às mudanças, e que utiliza o trabalho doméstico para além das atividades do trabalho em si, como componente da identidade de classe.

Muito (as) se debateu, brandiu-se contra o impacto no orçamento das famílias, algumas vezes sem qualquer senso de justiça social. A simples possibilidade de dividir as tarefas e o cuidado com os (as) filhos (as) vinham acompanhados de argumentos culturais, avidamente disseminados pelos homens, já que foram na formação sociohistórica brasileira os principais beneficiários dessa forma de organização da sociedade, e, portanto, teoricamente os principais afetados.

Dois eventos foram emblemáticos para a demonstração da posição elitista de segmentos da denominada “classe média” brasileira. O primeiro deles foi uma matéria publicada na edição do dia 1º de abril de 2013 da Folha de São Paulo sob o título: “E a casa ficou grande”, do jornalista José Henrique Mariante. Transcrevo abaixo um trecho mais significativo da matéria:

> A professora de Direito do Trabalho explica que o Congresso foi populista e que a relação entre patrão e empregada doméstica tem que ser diferente das demais. A lógica é que o lucro, a mais-valia marxista, inexiste como objetivo em tal relação. Assim, por natureza, precisa ser regida de outra forma. Mas, se não há lucro nessa relação, por que investimos nisso? Por que doamos parte do salário, uma fração da casa e, vá lá, aquele cozido que sobrou, muito bom, mas que ninguém vai comer? Provavelmente, porque não queremos limpar o banheiro, porque alguém precisa ficar com as crianças, porque fizemos a conta e, dada a diferença entre o que ganhamos por uma hora de trabalho versus o que pagamos para elas pela mesma hora, vale a pena. Não há lucro? Se há, ele está minguando no bolso da classe média, a original, não a que se forma à força com crédito e consumo neste momento. Essa estreita faixa de gente, mais educada e esclarecida, sempre ansiou por um país mais justo, moderno e melhor. Esse dia chegou, só que de maneira bem diversa da imaginada. Antes sozinha no elevador e capaz de, com alguma sorte, alcançar o botão do andar de cima, a classe média se viu de repente cercada de gente na cabine. Sem forças para atravessar a multidão e descer no andar desejado. Às vezes com chance de descer apenas no de baixo. O Brasil atual é especialmente cruel para essa turma. O aclamado pleno emprego é uma ameaça, as linhas de financiamento não se encaixam, o dinheiro no banco vira pó. E, cada vez mais distante do antes visível mundo dos ricos, que agora prefere "mirar" a classe C, vê-se imaginando como será viver nesse universo que causa ojeriza. Que lota aeroportos e hospitais privados antes vazios, que tem crédito para comprar carro e não sabe dirigir, que tem cota na universidade. Que vota. Acostume-se. Invista no detergente mais caro, que não estraga as mãos.

Há aqui dois aspectos importantes: o primeiro deles deixa evidente as condições de classe sobre as quais repousam as inquietações, branca, machista, e organizada a partir de uma forte tendência de exploração do trabalho doméstico fundado na premissa da colonização no qual para os (as) negros (as) escravizados (as) "deveria ser dado apenas três "p": pau, pano e pão" (LUCENA, 2011, p.137).

O segundo evento diz respeito ao estigma atribuído às empregadas domésticas racializadas. Trata-se da declaração de uma jornalista do Rio Grande do Norte sobre a aparência de algumas médicas cubanas que vieram ao Brasil para trabalhar no Programa Mais Médicos[38]. A jornalista Micheline Borges publicou no dia 27 de agosto de 2013, em uma rede social a seguinte declaração:

> Me perdoem se for preconceito, mas essas médicas cubanas tem uma cara de empregada doméstica. Será que são médicas mesmo? Aff! que terrível. Médico, geralmente, tem postura, tem cara de médico, se impõe a partir da aparência...Coitada da nossa população. Será que eles entendem de dengue? Febre amarela? Deus proteja o nosso povo! (*sic*).

Esse comentário vem abrir uma fenda importante no tapume que mascara o racismo brasileiro. Ainda ancorada na visão de Gilberto Freyre que defendia uma visão positiva ao afirmar a existência da denominada "democracia racial" brasileira.

Sobre a definição de preconceito, discriminação racial e racismo, Paixão (2009, p. 20), aponta que:

> O preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos (condições sociais distintas às suas), fenotípicos (cor da pele, tipos de cabelos, formas faciais e demais atributos visualmente identificáveis que denunciem, de alguma forma a origem familiar) ou culturais (língua falada, dialetos ou sotaques, modo de trajar, religião, forma de organização da família, identidade territorial e dimensões a estas assemelhadas.

Como forma de punir e a meu ver, dar visibilidade a esse tipo de racismo, o Sindoméstica (Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo) entrou com processo judicial contra a referida jornalista. Ele impetrou

---

[38] Segundo o Governo Federal, o Programa Mais Médicos, faz parte de um pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

uma indenização por danos morais de cerca de R$ 27 mil reais a ela imposta, além de pedir uma retratação pública por parte da acusada.

Concordamos com Paixão (2009-2010, p. 22) quando constata que:

> O racismo, tal como operante na sociedade brasileira, baseado no critério das aparências físicas, tanto nasce no cotidiano das relações assimétricas de poder, na formação de mecanismos de prestígio social, no acesso às oportunidades de mobilidade social ascendente e de direitos sociais, como também verte das estruturas sociais localizadas no plano do aparelho do Estado (racismo institucional), das empresas do setor privado, das escolas, dos meios de comunicação, que legitimam as desvantagens estruturais que terão de ser vividas pelos que portam fenótipos diferentes do grupo hegemônico.

Assim, acredito que as novas regras trabalhistas das empregadas domésticas foram uma grande conquista para milhares de trabalhadoras inseridas em uma atividade atravessada historicamente pelo viés de classe, raça e gênero, e, portanto, permeada pela opressão e exploração. Entretanto, as leis por si só não são capazes de garantir a efetivação dos direitos. Além disso, é necessário adentrar em outras dimensões ainda intocadas nesse processo. Por exemplo, os custos da reprodução social foram redistribuídos sem que a desigualdade do poder econômico fosse afetada em seu cerne. O Estado não avançou com relação a creches, lavanderias públicas, saúde e educação de qualidade, entre outros serviços essenciais para a materialização desses direitos.

O trabalho doméstico, historicamente, foi a porta de entrada para as muitas meninas, especialmente, as pobres e nordestinas, por necessidades de sobrevivência ou pela exploração do trabalho infantil. Essa realidade acompanhou inúmeras histórias de meninas do interior que sem perspectiva de estudos nas suas localidades, migraram para cidades em busca de acesso a escola. Normalmente recorriam a parentes, a amigos (as), a padrinhos e madrinhas, que *a priori* disponibilizavam suas casas para que as mesmas pudessem desenvolver seus estudos. Entretanto, não raro, essas meninas, “em troca” da hospedagem, desenvolviam um tipo de “ajuda”[39] que posteriormente se caracterizaria como trabalho de babá, faxineira, cozinheira, dentre outros. Conforme explicita Camaratuba:

[39] Ver um interessante documentário produzido pela professora Célia Gurgel, da Universidade Federal do Ceara - UFC, em 2007. Narra a história de uma criança que é levada de sua casa, no interior, para a casa de sua madrinha, na capital. Um ano depois a mãe vai procurar a filha mas não a encontra. A história retrata a exploração de uma criança no trabalho infantil doméstico.

> Na realidade não, foi meu primeiro emprego mesmo. Assim se eu já cheguei a trabalhar, assim, nós da minha família, começamos a trabalhar muito cedo. Vai ali na casa de um amigo, ajuda. Hoje em dia não tem, mas antes tinha. Com 10 anos eu já ia pra casa de família, para "ajudar". Eu acho que eu na 4ª série, já trabalhava na casa de família. Quer dizer, com 8, 9 ou 10 anos eu já trabalhava na casa de família. "Ajudava", como se diz, mas questão de emprego mesmo, de eu ter um salário em si, esse foi o meu primeiro.

No subitem seguinte, aponto alguns aspectos históricos para contextualizar a inserção das mulheres no espaço de trabalho, com vistas a compreender como foram determinados os papeis sociais, além de buscar subsídios para refletir a atual posição da mulher na estrutura social.

2.3.1 "Ah! É porque mulher menstrua, mulher tem aqueles dias ruins, é mais sensível" (Algaroba). Análise histórica da inserção das mulheres nos espaços de trabalho

Os séculos XVIII e XIX, sob a influência da Revolução Burguesa, trouxeram como uma das características, a disseminação ideológica de que o trabalho produtivo era impróprio para as mulheres mais abastadas: apenas as que se encontravam em condição de miséria deveriam desenvolver trabalhos no âmbito público, contudo, ainda assim, sem nenhuma legitimidade ou reconhecimento.

Foi com o advento tecnológico no contexto da Revolução Industrial[40], iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, que se expandiu a partir do século XIX por muitas partes do mundo, o responsável pela introdução das mulheres nas fábricas[41] (nesse período se desconsiderava a necessidade de condições físicas para execução das tarefas), particularizando o período da maquinaria e da grande indústria, a partir das grandes transformações no mundo do trabalho que incidiram

[40]A Revolução Industrial é comumente definida como o conjunto de transformações técnicas e economicas iniciada na Inglaterra na segunda metade de século XVIII, espalhando-se ao longo do século XIX por praticamente toda a Europa e América do Norte. A invenção da máquina a vapor e a sua utilização na indústria e nos transportes foi considerada como a maior contribuição advinda desta época.

[41]O têxtil foi o grande setor de empregos das mulheres, nas fábricas e nos ateliês. Elas entraram em massa nas fiações e tecelagens da Primeira Revolução Industrial, em Manchester, em Roubaix, em Mulhouse, onde, em 1838, o doutor Villermé as vê em tristes cortejos na entrada das fábricas, muitas vezes acompanhadas dos filhos (PERROT, 2007, p.119).

diretamente na vida tanto dos homens quanto das mulheres trabalhadoras (HIRATA, 2002).

É importante apontar aqui alguns aspectos que participaram efetivamente do processo histórico da inserção dos trabalhadores na grande indústria, com destaque para a jornada de trabalho. A respeito deste tema, a conclusão a que Marx chegou foi que:

> A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma de suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é, portanto determinável, mas, considerada em si mesma, é indeterminada (1971, p.261-262).

Assim, adianta o autor, a jornada de trabalho não é uma grandeza fixa, mas flutuante, portanto, ela só poderá se alterar dentro de certos limites. É indeterminável, porém, seu limite mínimo (MARX, 1971).

Contudo, no modo de produção capitalista, o trabalho necessário só pode se constituir uma parte da jornada de trabalho, esta, todavia, jamais pode amortizar-se a esse mínimo.

> Em compensação, possui a jornada de trabalho um limite máximo. Não pode ser prolongada além de certo ponto. Esse limite máximo é determinado duplamente. Há primeiro, o limite físico da força do trabalho. Durante o dia natural de 24 horas só pode um homem despender determinada quantidade de força de trabalho. Do mesmo modo, um cavalo só pode trabalhar todos os dias, dentro de um limite de 8 horas (MARX, 1971, p.262).

Todo trabalhador (a) deve necessariamente ter domínio sobre sua vida e seu tempo livre de modo que possa descansar, dormir, alimentar-se, enfim, possa ter condições básicas para o domínio de sua vida, a partir de uma organização social do tempo e do trabalho na sociedade capitalista.

Entretanto, no modo de produção capitalista, os limites da jornada de trabalho costumam ter, ao longo da história, distintas margens de variações, com jornadas de trabalho que extrapolavam, nos termos de Marx, as fronteiras morais.

Marx, quando afirmou que a jornada de trabalho era dividida em duas partes, o tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia, deixou evidente sua posição de que o trabalhador produz mercadorias em um tempo além do que deveria para corresponder à sua remuneração. Afirma o mesmo autor:

> Na antiguidade o trabalho em excesso só atingia as raias do monstruoso quanto estava em jogo obter valor-de-troca em sua materialização autônoma, em dinheiro, com a produção de ouro e prata. Fazer o trabalhador trabalhar até à morte se torna, nesse caso, a forma oficial do trabalho em excesso [...] todavia, condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo. Mas, quando povos cuja produção se encontra em estágios inferiores da escravatura, da corveia etc., entram num mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda de seus produtos ao exterior o interesse dominante, sobrepõem-se aos horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. a crueldade civilizada do trabalho em excesso (MARX, 1971, p.266).

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor de uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o (a) trabalhador (a) trabalhar para ele durante um dia de trabalho.

A luta pela redução da jornada de trabalho é tão antiga quanto o próprio capitalismo, e tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, sobretudo, por se constituir num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho, concretizada pelo capital. Antunes (2007), afirma que ela é presente “desde sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional” (174).

> Nos dias atuais essa formulação ganha ainda mais concretude, pois mostra-se, *contingencialmente,* como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar minimizar o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras. Mas transcende em muito essa esfera da imediaticidade, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo do trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida. E por outro, por possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho (ANTUNES, 2007, p.174).

Nesse sentido, a longa jornada de trabalho imposta aos (as) trabalhadores (as) só se explica a partir da necessidade de produzir mais-valia para os capitalistas, uma vez que, para produzir o equivalente ao valor recebido na forma de salário, necessitaria trabalhar apenas o período referente ao tempo de trabalho socialmente necessário. Deste modo, seria socialmente oportuno o (a) trabalhador (a) cumprir uma jornada diária de 6 horas. Portanto, como aponta Antunes:

> Na luta pela redução da jornada (ou do tempo) pode-se *articular* efetivamente tanto a ação contra algumas das formas de opressão e exploração do trabalho como também às formas contemporâneas do estranhamento, que se realizam fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo fora do trabalho (produtivo). Pode-se articular a ação contra o controle opressivo do capital no tempo de trabalho e contra o controle opressivo do capital no tempo de vida (2007, p.174).

Ademais, a luta pela redução da jornada de trabalho pela classe trabalhadora mostra-se inteiramente justificável, e, apesar da forte resistência dos capitalistas, os (as) trabalhadores (as) têm historicamente obtido significativas conquistas, a exemplo da promulgação em 1847, da lei inglesa[42] que estabelecia a jornada de trabalho em 10 horas.

Marx aponta a luta pela redução da jornada de trabalho como direito legitimo dos (as) trabalhadores (as), que veem parte de sua força de trabalho roubada pelo capital, que se caracteriza, como a construção da riqueza na sociedade capitalista. O acesso a esse direito representa um instrumento fundamental na construção de uma sociedade socialista capaz de garantir a homens e mulheres o usufruto de uma vida cheia de sentidos e que o dispêndio do seu tempo livre seja dedicado a atividades mais prazerosas de caráter cultural, artístico, entre outras.

Mesmo compreendendo a importância desses séculos, do ponto de vista da inserção das mulheres no espaço produtivo, é importante ressaltar que elas já existiam como trabalhadoras muito antes do advento do capitalismo industrial, ganhando o seu sustento como fiandeiras, costureiras, ourives, parteiras, polidoras de metais, cervejeiras, fabricantes de botões, criadas de lavoura ou domésticas etc (SCOTT, 1994), Contudo, "[...] em várias situações seu labor não era evidente e se confundia com os ofícios coletivos e familiares" (MATOS & BORELLI, 2012, p.127).

Foi também no contexto do século XIX que os estudos[43] sobre as mulheres se desenvolveram, extrapolando a dimensão reprodutiva e não apenas como um apêndice da família patriarcal. Todavia, essas abordagens se constituíram no intuito de analisar os impactos das atividades assalariadas femininas sob a perspectiva de contê-las pela via da moralidade e da legalidade. Ou seja, o fato das mulheres

[42] "A nova lei fabril de 08 de junho de 1847 estabelecia que, a 1º de julho de 1847, o dia do trabalho dos (as) adolescentes de 13 a 18 anos e de todas as mulheres seria, preliminarmente, reduzido a 11 horas e, a partir de 1º de maio de 1848, a 10 horas, definitivamente" (MARX, 1971,p.326).

[43] Scott (1991).

afastarem-se do lugar tido como “natural” de suas ocupações, o espaço doméstico, era caracterizado como uma degradação moral gerada pela exploração capitalista.

A Revolução Industrial, por intermédio da mecanização e das novas formas de organização do trabalho, pode ser considerada como o momento em que a mulher trabalhadora buscou sua inserção no espaço produtivo, fundamentalmente, como demonstraram Marx e Engels porque, “quanto menos o trabalho exige habilidade e força, isto é, quanto mais a indústria moderna progride, tanto mais o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças” (s/d, 27-28). Nesses termos, Saffioti (1979) descreve que:

> o primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos, vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (36).

Nesse sentido, naquele contexto, a classe trabalhadora, cuja composição era de mulheres, jovens, crianças e, de homens, foi sendo reduzida à condição de simples força de trabalho vivo, objeto de exploração do capital, que visava a ampliação de seu ciclo reprodutivo, bem como sua valorização (NOGUEIRA, 2006).

Outro importante acontecimento para a inserção das mulheres nas fábricas se deu na Revolução Russa, ocorrida em 1917. Vale ressaltar que a Revolução defendia a simetria entre homens e mulheres em relação ao acesso aos empregos, bem como tornou obrigatória a equivalência salarial entre homens e mulheres (FIGUEIREDO, 2012).

A Grande Recessão advinda da crise de 1929, também foi um marco histórico para a inserção das mulheres nas fábricas, que viram ampliar as ofertas de emprego, principalmente por estarem vinculadas a salários mais baixos. Durante aquele período, sua participação foi fundamental para o sustento da família em uma época marcada pelo desemprego.

A Segunda Guerra Mundial forçou os empresários a recrutar mulheres para suprir a força de trabalho deixada pelos homens que foram para o *front* de batalha. Esse fato pode ser considerado como o mais significativo para a entrada da mulher no mercado de trabalho no século XX. Naquele contexto, além das mulheres que viviam na extrema pobreza, as das camadas médias, também passaram a compor os espaços de trabalho nas fábricas.

Apesar dessa primeira expressão de feminização do trabalho, uma análise mais detalhada desse fenômeno indica que essa inserção se deu num processo gradativo de avanços e retrocessos, alcançando apenas uma parte das mulheres, já que as demais seguiam com seus papeis sociais bastante definidos na reprodução social: cuidar dos (as) filhos (as), maridos, dos afazeres domésticos e com todos os outros, construtos sociais que perduram até os dias atuais em inúmeras partes do mundo se configurando nas extensivas jornadas de trabalho.

Vale ressaltar que tais atribuições, de tão naturalizadas, permaneceram no campo da invisibilidade, assim como as trabalhadoras assalariadas que, ao longo da história, tiveram negada a condição de pertencimento à classe trabalhadora. Como acrescenta Ávila. “[...] as mulheres engajadas no trabalho assalariado foram tratadas como fora de seu lugar e, por isso, sua inserção no mercado de trabalho foi, desde aí, tratada como uma ausência delas do espaço para a qual estavam ‘destinadas’, o espaço familiar doméstico” (2011, p.48).

Portanto, com a Revolução Industrial houve uma maior requisição e absorção do trabalho de mulheres e crianças, como aponta Marx (1985): “antes, o trabalhador vendia o trabalho do qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos (p.451)”.

Contudo, esse maior incremento do trabalho feminino não significou sua emancipação, visto que tal período foi marcado por condições de trabalho extremamente precárias, tanto para os homens quanto para as mulheres operárias. Não havia qualquer tipo de regulamentação das atividades laborativas nem seguridade social mantida pelo Estado. Ambos eram submetidos a toda sorte de exploração por parte dos patrões. Com salários ínfimos pagos por jornadas diárias que extrapolavam muitas vezes 14 horas. Não obstante, as mulheres recebiam remunerações bem inferiores às dos homens.

Perrot (2007) aponta alguns aspectos que caracterizaram o processo de inserção das mulheres na indústria no início do século XIX,

> É um trabalho pouco qualificado, monótono, reduzido a gestos simples e repetitivos, mas cujas cadências se aceleram cada vez mais: passa-se da supervisão de um para dois, e depois para vários teares. As máquinas são mal protegidas, ao ar livre, e os acidentes, com dedos e mãos cortados, são frequentes [...] havia poucas pausas. Os locais são desconfortáveis, mal arejados, mal aquecidos ou superaquecidos, sem espaços livres: sem refeitórios, as operárias comem sua marmita no local de trabalho entre os teares cheios de graxa; não havia vestiários; ir ao toalete é um problema, pois se pensa que elas vão para lá para fumar, tagarelar e perder tempo (p.120).

Guardadas as devidas proporções advindas, sobretudo, do desenvolvimento e organização da classe trabalhadora é impossível não identificar semelhanças no que tange os processos vivenciados pelas trabalhadoras no início da industrialização com as formas atuais presentes em alguns nichos de emprego feminino. Dentre eles, destacamos o alto grau de disciplinamento, as multas por atraso e o assédio sexual. "É também um trabalho humilhante, contramestres e fiscais fazem o que querem em seu relacionamento com as jovens. O assédio sexual era um dos motivos de greve" (PERROT, 2007, p.120).

As greves se multiplicavam no setor têxtil, contudo, as operárias não aderiam, nem tampouco, as promoviam. Apenas algumas delas eram sindicalizadas, pois não eram incentivadas a isso. A participação de mulheres em mobilizações de greves se deu apenas nas fábricas de seda do sudoeste da França no começo do século XX. Todavia, elas se multiplicavam nas indústrias alimentares, químicas e de tabaco. Sendo que esta última era bastante procurada pelas trabalhadoras em virtude de algumas garantias asseguradas pelo Estado como segurança social e aposentadorias (PERROT, 2007).

Contudo, a inserção das mulheres em setores como metalurgia, na construção e mecânica quase inexistia, fundamentalmente porque eram profissões consideradas mais viris, e, portanto, mais qualificadas. Nas gráficas, os operários eram contrários à admissão de mulheres, pois consideravam que elas desvalorizavam seus trabalhos.

Com a Primeira Guerra Mundial essa configuração toma um novo formato: na França e na Inglaterra as mulheres passaram a substituir os homens que foram mobilizados para frente de batalha. Na França, foram empregadas aproximadamente trezentas mil mulheres, as denominadas "municionetes".

Para garantir a força de trabalho feminina, as fábricas foram obrigadas a acelerar a divisão do trabalho e a reorganizar seu espaço criando “locais para aleitamento e a introdução de superintendentes mulheres cujos relatórios constituem um precioso testemunho sobre as mulheres na fábrica” (PERROT, 2007, p.120).

> É um processo irreversível, que prossegue no período entre as duas guerras, nas fábricas de automóveis taylorizadas e nas linhas de montagem [...] as operárias tornam-se banais. Seguem carreiras mais longas, interrompidas apenas pelas licenças-maternidade que a legislação começa a proteger. Assim, elas vivenciam a Frente Popular: são vistas em grande número nas manifestações, com seus cabelos curtos. Participam das ocupações de fábricas gerenciam as cantinas e dança, nos bailes. Algumas ousam até tomar a palavra [...] (PERROT, 2007, p.121).

Depois da Segunda Guerra Mundial, com a instalação de novas indústrias como a eletromecânica e a eletrônica, a mão de obra feminina foi absorvida. Contudo, as trabalhadoras eram originárias de um ensino profissional não adaptado, o que veio a refletir anos depois com o fechamento de uma fábrica de espremedor de legumes, deixando as trabalhadoras sem emprego, já que a maioria não contava com outras qualificações (PERROT, 2007).

Portanto, mesmo a problemática principal residindo na exploração da força de trabalho humana, os fatos são reveladores no que tange às condições salariais e históricas, apontando que a discriminação da mulher foi ainda mais expressiva no espaço produtivo.

Isto, porque no âmbito reprodutivo, a fixação e essencialização do “sujeito mulher”, vinculada à maternidade permanecia como um entrave que se traduziria, posteriormente, na forma de questionamentos teórico-políticos do impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e da sua capacidade de desempenhar as funções maternais e familiares, bem como questionamentos acerca de “quais espécies de trabalho seriam mais adequadas para uma mulher” (SCOTT, 1991). A mesma autora acrescenta que:

> a visibilidade da mulher trabalhadora resultou da sua percepção como um problema, um problema de criação recente e que exigia uma resolução urgente. Este problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado; foi posto e debatido em termos morais e categoriais (1991, p.443).

Ademais, muitos defendiam naquele contexto do nascimento do capitalismo industrial, a condição inconciliável entre a atividade produtiva e a criação dos (as) filhos (as), principalmente pela mudança do espaço de trabalho, ou seja, por sua circulação fora de casa. Os menos radicais argumentos contrários ao trabalho feminino achavam que as mulheres só poderiam trabalhar antes do nascimento dos (as) filhos (as) e/ou quando o marido não pudesse mais suprir as necessidades da família. Isto ocorria sob o peso moral de que, neste período, as altas taxas de mortalidade infantil[44], eram atribuídas ao fato das mães trabalharem fora de casa, e que por isso, portanto, não dispensavam os cuidados necessários com as crianças: "O destino da mulher é a família e a costura [...]. ao homem cabe, a madeira e os metais, para a mulher a família e os tecidos[45]". Essa fala foi de um delegado operário na Exposição de 1867, expressando, portanto, como se constituía a divisão sexual do trabalho e sua radicalização no século XIX (PERROT, 2005).

É importante ressaltar que mesmo no contexto atual, esse peso moral, sobretudo na educação dos (as) filhos (as) ainda ressoava como uma atribuição unicamente das mulheres. Nesse sentido, Fonseca (1998, p.96) aponta que:

> Herdeiras de uma cultura sexista, classificatória, hierarquizante e excludente apesar de se encontrarem maciçamente ativas no mercado de trabalho, as mulheres ainda carregam uma espécie de condenação a um lugar inferior e desvalorizado socialmente [...].

Segundo Ávila (2011), todas essas desigualdades às quais as mulheres eram submetidas já naquele contexto, partiam de um discurso ideológico de manutenção da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho como estratégia para manter ou acentuar a exploração/dominação das mulheres como parte da ordem natural das coisas.

Ressaltamos aqui, que essa desvalorização do trabalho feminino remete aos processos de descontinuidade das trajetórias profissionais, responsável pela geração dos empregos em tempos parciais, com baixos salários, não especializados, no qual as prioridades deveriam permanecer no trabalho reprodutivo mantendo assim as posições profissionais e sociais sexualmente diferenciadas.

[44] Causadas por uma série de doenças comuns nesse período, como: cóleras, tuberculoses e tifo.

[45] Le sort de la femme c'est la famille et la couture, a l'homme, le bois et le metal, a femme la famille et los tissus [tradução nossa].

Reforçando, portanto, a hierarquia de gênero como útil à dominação de classe. A esse respeito Scott aponta que:

> Ainda que as opiniões variassem sobre o que era ou não trabalho apropriado para as mulheres, e apesar de elas terem sido levadas à prática de modo diferente em diferentes épocas e contextos, o sexo era normalmente tido em conta em matéria de emprego. O trabalho para que eram contratadas mulheres eram definidos como "trabalho de mulher", adequado de algum modo às suas capacidades físicas [...] (1991, p.453).

A abordagem de Scott (1991) remete às supostas características dos trabalhos tidos como femininos, como, por exemplo, o cuidado. Há muito tempo, o cuidado é legitimado ideologicamente como prática social sexuada[46]. Nesse sentido, as mulheres são apresentadas como dotadas de qualidades percebidas como "naturais", intrínsecas à sua natureza e, ao mesmo tempo, reveladoras de suas atribuições como reprodutoras, reforçando-se um determinismo biológico, que organiza e dá legitimidade à separação de funções entre homens e mulheres.

Aproveitando-se destes supostos atributos, o capitalismo aos poucos foi absorvendo as "qualidades" da mulher trabalhadora, principalmente em relação a características culturalmente tidas como femininas como: o esmero nos detalhes, a submissão, a paciência, a tenacidade com menor custo para o capital, já que recebiam salários inferiores aos dos homens.

É importante ressaltar que essas características permanecem ainda hoje como um signo, cuja superação, ao que parece, demarca, sistematicamente, confrontos cotidianos no âmbito do trabalho, pois como aponta Lobo:

> Há tarefas masculinas e tarefas femininas na sociedade configurando verdadeiras culturas profissionais sexuadas: as costureirinhas, as enfermeiras, as professoras primárias, as domésticas e secretárias, as embaladoras na indústria farmacêutica, as montadoras na eletroeletrônica ou no setor de autopeças. Enquanto na metalomecânica, na automobilística, na química, na siderurgia, são ramos masculinos (2011, p.280).

[46] Segundo Hirata (2009), primeiramente, há uma extensão mercantil do trabalho doméstico, inclusive através da dinamização da migração internacional desde o início dos anos 1990, uma das características mais marcantes da globalização, implica a utilização do trabalho das mulheres pobres por famílias de nível socioeconômico mais elevado. [...] Segundo, trata-se da criação de "cadeias globais de assistência" (Hoshchild *apud* Carrasco, 2001). Encontramo-nos, atualmente, face à generalização do *care*, modelo feminino de cuidado com o outro, através da propagação, em escala mundial, das migrações internacionais de serviços às pessoas, de cuidados das crianças, das pessoas idosas e das doentes [...] (163).

Nesse sentido, podemos concluir que o que determina o conteúdo do trabalho feminino não é propriamente suas exigências técnicas e de conhecimento, mas a posição de desvalorização que o mesmo ocupa no mercado. Ademais, é o próprio trabalho que passa por uma valoração social de acordo com o gênero que o desenvolve, ou seja, se está inserido na categoria de trabalho feminino, este por si só existirá a partir da desvalorização como mercadoria.

Kolontai (2007, p.15) aponta que a mulher no seu processo de evolução histórica no trabalho, nasce sob a perspectiva de celibatária, oriunda do capitalismo, "produzida" numa realidade cotidiana das massas que nasce "com o ruído infernal das máquinas da usina e da sirene das fábricas". Tal mulher surge a partir da enorme transformação que ocorreu nas condições de produção nos últimos séculos, sob a influência dos avanços na produção do grande capitalismo industrial que repercutiu também na mulher, obrigando-a a adaptar-se às novas formas de organização e desenvolvimento das forças produtivas.

2.4 **Engels e as origens da opressão das mulheres**

Para aprofundar a apreensão das nuances do trabalho feminino do ponto de vista histórico, é preciso um enorme esforço, visto que mesmo a teoria crítica marxista pouco registrou o movimento histórico que considerasse as mulheres como classe trabalhadora e a força de trabalho feminina, sobre a qual recai a sobrecarga do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, configurando na extensiva jornada de trabalho, característica do trabalho das mulheres, leia-se: má remuneração, baixo *status* profissional.

A fala de Palma, uma das minhas interlocutoras, ilustra um pouco as condições históricas de inserção e permanência de milhares de mulheres no contexto da "flexibilização sexuada" do mundo do trabalho.

> Sou encarregada de limpeza em um shopping. Tenho uma renda de 1200 a 1300 reais, mas tenho três filhos (as) que crio sozinha (lembrando que eu sou revendedora Natura há oito anos para complementar a renda). Eu sempre fui vendedora autônoma: eram roupas, era lingerie. Mas o único que eu não deixei, foi a Natura, eu sempre me dei bem com a Natura. Fora isso, o primeiro emprego fixo mesmo, foi em uma construtora. No passado, eu trabalhei na fábrica de castanha, na esteira e depois passei a ser fiscal e depois que saí de lá, eu saí pra ser revendedora autônoma (PALMA).

Como observado, o trabalho de Palma sintetiza a marca da desigualdade e superexploração, inserido em condições majoritariamente de atividades informais, precárias e desprotegidas (emprego autônomo, trabalho assalariado informal, ocupações não remuneradas e ou com remuneração insuficiente para prover as necessidades básicas da família). Acrescente-se a isso a não desocupação do trabalho reprodutivo caracterizando a sobrecarga feminina, bem como o consequente aumento da participação relativa da mulher como responsável pela renda familiar, sendo cerca de 37,3% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres)[47].

De modo que a premissa do silenciamento ou invisibilidade das mulheres como sujeito partícipe da classe trabalhadora as condiciona historicamente para a desigualdade e discriminação, reforçando a perspectiva de Lobo (1991) que defendia que a “classe operária” tem dois sexos. Todavia, não se pode negar a grande contribuição de Marx e Engels para o desvendamento das verdadeiras origens da opressão da mulher e, com isso, o subsídio para nortear os caminhos que as conduzem na busca da sua libertação.

Engels (1987), na obra A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, analisou a formação da sociedade moderna fundamentada na propriedade privada, bem como no poder do Estado, no comércio e na produção. O mesmo partiu de uma concepção materialista da produção da vida humana, no qual o fator determinante da história seria o desenvolvimento social, fundamentado nos meios de existências e na reprodução do homem, no que se refere à conservação da espécie.

A referida obra é, por assim dizer, a primeira tentativa de explicar, de uma forma sistematizada, a condição de subalternidade das mulheres nas sociedades modernas. Engels partiu da premissa de que a condição de dependência das mulheres não era originária de sua natureza feminina, mas resultado de um processo histórico ligado ao desenvolvimento, de um lado, das forças produtivas, e de outro, da própria dinâmica evolutiva da família.

Adianta o referido autor que o estudo da história da família começa, de fato, em 1861, com o direito materno de Bachofen. Naquele livro, o autor formulava

[47] Dados do IBGE (2012).

quatro teses: a primeira delas apontava que primitivamente os seres humanos viveram em promiscuidade sexual (impropriamente chamada de “heterismo” pelo referido autor). A segunda tese é de que estas relações em todos os povos antigos excluíam toda possibilidade de estabelecer com certeza a paternidade pois, segundo o direito materno, competia à mulher assegurar tal filiação.

Por esse motivo, às mulheres mães, como inquestionáveis progenitoras gozavam de grande apreço e respeito, de acordo com Bachofen e chegaram a ter uma condição de dominação total e absoluta nesse período da história da humanidade. Determinado pelo mesmo autor de (ginecocracia). A última tese de Bachofen assinala que o caminho para a monogamia, ou seja, a exclusividade da mulher a um único homem sobreveio de uma transgressão a uma lei religiosa muito antiga que assegurava o direito imemorial que os outros homens tinham sobre aquela mulher) (ENGELS, 1987).

Vale salientar que tais transgressões incidiam sob a forma de castigos, e sua tolerância era compensada com a posse da mulher por outros homens, durante determinado período.

Segundo Engels, (1987) Bachofen encontrou as provas dessas teses em literaturas clássicas antigas, reunidas com apreço pelo mesmo. E adianta:

> A passagem do “heterismo” à monogamia e do direito materno ao paterno, segundo Bachofen, processa-se particularmente entre os gregos, em consequência do desenvolvimento das concepções religiosas, da introdução de novas divindades, representativas de idéias novas, no grupo dos deuses tradicionais, que eram a encarnação das velhas idéias; pouco a pouco os velhos deuses vão sendo relegados ao segundo plano pelos novos. Dessa maneira, pois, para Bachofen não foi o desenvolvimento das condições reais de existência dos homens, mas o reflexo religioso dessas condições no cérebro deles, o que determinou as transformações históricas na situação social recíproca do homem e da mulher (ENGELS, 1987, p.08).

Posterior ao livro de Bachofen, outros se sucederam: obras como *O casamento primitivo* (1865) de autoria de Mac Lennan, *Origem da Civilização (1870)* de Lubbock e, por fim, *A sociedade antiga* (1877) de Lewis Morgan. Este último com forte influência sobre Marx e Engels. Como pode ser observado logo no prefácio “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”:

> Na América, Morgan descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes, e

> baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização aos mesmos resultados essenciais de Marx [...] (ENGELS, 1987, p.01).

Segundo observa Buonicore (2007), a importância destas obras, publicadas entre as décadas de 1870 e 1880, foi, indiscutivelmente, a constatação da historicidade da família e a afirmação de que, ao longo dos séculos, ela tinha experimentado várias composições. De modo que, a família monogâmica era apenas uma delas. Nesse sentido, o poder masculino e a submissão da mulher não eram infindáveis, como pregavam as religiões e as "ciências" da época.

Engels tanto reconheceu a importância dessas obras, que as incorporou em seus estudos sobre o surgimento da propriedade privada dos meios de produção. Foi fundamentado nelas que Engels escreveu sua obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", (1884), que impulsionou o movimento revolucionário na luta pela emancipação da mulher. Entretanto, adianta Toledo (2006, p.07), que:

> As descobertas feitas pela antropologia do século 20 nos permitem concluir que a monogamia não surgiu com a propriedade privada, como acreditava Engels, mas antes dela, já com a exploração; a propriedade privada apenas acirrou, de forma brutal, a opressão da mulher, e a consolidou. No entanto, o grande mérito de Engels foi associar o surgimento da opressão da mulher a uma causa econômica e não natural ou psíquica. Para ele, o surgimento da monogamia não foi, de forma alguma, fruto do amor sexual individual, mas pura convenção. Foi a primeira forma de família que teve por base condições sociais e não naturais. E foi, mais que nada, o triunfo da propriedade individual sobre o comunismo espontâneo primitivo.

Buscarei aqui uma imersão na discussão que Engels (1997) trava, com base nos estudos de Morgan, sobre a família, tendo como referência os iroqueses. A partir desse referencial, Engels passará a caracterizar os sistemas de parentesco e formas de matrimônio que induziram à formação da família, delineando as suas fases, assim como os modelos criados ao longo do processo de desenvolvimento humano.

Seguindo a perspectiva de Morgan, Engels aponta que:

> Há três formas principais de matrimônio, que correspondem aproximadamente aos três estágios fundamentais da evolução humana. Ao estado selvagem corresponde a matrimonio por grupos, à barbárie, o matrimonio sindiásmico, e à civilização corresponde a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição (ENGELS,1987,p.81).

O entusiasmo de Engels pelas descobertas de Bachofen e, especialmente de Morgan, fica evidente logo no prefácio de 1884, ao expor que:

> O descobrimento da primitiva gens de direito materno, como etapa anterior à gens e direito paterno dos povos civilizados, tem, para a história primitiva, a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria da mais-valia, enunciada por Marx, para a economia política (ENGELS, 1987, p.17).

Na monogamia, Engels (1987) aponta a preponderância do homem na família com o fim expresso de procriar filhos, garantindo, portanto, a paternidade incontestável com o intuito de torná-los seus herdeiros. Ele desconsidera a monogamia como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, tampouco, como uma forma elevada de matrimônio. Neste sentido, adianta:

> Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. [...] a primeira divisão do trabalho é a que fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1987, p. 70-71).

Engels vê a monogamia como um grande progresso histórico[48]. Entretanto, a mesma teria se introduzido junto com a escravidão e as riquezas privadas, um período no qual o progresso representa um retrocesso relativo, em que a qualidade de vida e o desenvolvimento de uns significava a dor e a repressão de outros: “É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que se propagam e crescem plenamente nesta sociedade” (ENGELS, 1987, p. 71).

[48] Não consigo visualizar esse grande progresso histórico trazido pela monogamia o qual Engels se refere, ao contrário, entendo como uma contradição do seu pensamento, uma vez que o próprio a caracteriza como “o predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai.” (1997,p.66). Ou seja, é a justificativa para assegurar o símbolo do poder patriarcal sobre o qual todos devem se submeter.

Em sua crítica à estruturação da sociedade monogâmica essencialmente hipócrita, o referido autor de forma sarcástica aponta que: “Os homens haviam conseguido vencer as mulheres, mas as vencidas se encarregaram, generosamente, de coroar os vencedores” (p.73). Aqui Engels deixa evidente a prática do adultério, que apesar de proibido e punido duramente, entretanto, era impossível de se refrear: “chegou a ser uma instituição social inevitável, junto à monogamia e ao heterismo” (ENGELS, 1987, p.73). De modo que não havia, assim como antes, como assegurar a paternidade, a não ser pela certificação moral e, no intuito de resolver tal contradição insolúvel o Código de Napoleão legislou em seu artigo 312 que: ‘A criança concebida durante o casamento tem por pai o marido’. Esse foi o saldo final de três mil anos de monogamia: Acrescenta Toledo (2006, p.04).

> É certo que as descobertas feitas pela antropologia do século 20 atualizam a obra de Engels e corrigiram certas imprecisões, mas ela continua sendo a base para o programa marxista em relação à mulher porque derruba por terra a concepção burguesa de que ela já nasceu oprimida, e que a causa da opressão é sua inferioridade natural em relação ao homem. Demonstra que a causa da opressão da mulher é fundamentalmente econômica, e não histórica, e, portanto, para acabar com ela é preciso transformar a sociedade.

Por conseguinte, Engels, afirma que a monogamia não é, nem pode ser tida como uma forma de relacionamento igualmente evoluída, uma vez que não guarda relação com amor sexual individual, ou seja, com o ideal de amor buscado entre os casais. O referido autor constatou em seus estudos que a família monogâmica visa essencialmente atender aos interesses da propriedade privada e isso se dá por intermédio da transmissão de bens dos pais para os filhos sucessivamente.

Quando Engels (1987) analisou a divisão do trabalho em família como a base para a distribuição da propriedade entre os sexos, o mesmo o fez a partir do comportamento advindo das transformações fora do âmbito doméstico na estrutura da família. O trabalho doméstico da mulher submergia na sua importância alcançada no período do selvagem, guerreiro e caçador. O trabalho produtivo do homem ganha em importância, enquanto o da mulher no âmbito do lar torna-se insignificante, apenas uma contribuição. Nas palavras de Engels:

> Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuaram sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico,

> que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe tomar apenas um tempo insignificante. Esta condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (1987, p.182).

A partir dessa citação, tecerei algumas ponderações sem deixar obviamente de levar em consideração os aspectos temporais da elaboração da obra de Engels (1987). O primeiro deles é o não questionamento do autor em relação a atribuição exclusiva das mulheres do trabalho doméstico, além da continuidade da divisão sexual do trabalho. Pois, mesmo que assuma um "tempo insignificante", o trabalho doméstico continua como quase que uma prerrogativa das mulheres.

Essa análise, a meu ver, não se contrapõe com críticas precedentes do autor, a exemplo da opressão da mulher estar relacionada à propriedade privada, portanto, romper significaria superar o sistema opressor e não somente "administrar", as opressões se inserindo no processo produtivo que historicamente utilizou desses "atributos" para explorá-la ainda mais, principalmente o trabalho doméstico "*na indústria pública*".

Acredito que a superação deste estado de coisas demanda prioritariamente uma revolução social que transforme os meios de produção e a concentração de riqueza produzida por eles. Igualmente, o processo emancipatório passa pela eliminação da propriedade privada dos meios de produção e pelo fim da exploração do homem pelo homem. Ademais, não é possível dissociar a questão das relações entre homens e mulheres dos aspectos econômicos que a constituem, ou seja, não há como sustentar, conclusivamente, tal questão, em toda sua profundidade, sem que haja alteração do regime econômico.

Outras críticas feitas ao trabalho de Engels advêm não só de teóricas feministas, mas de antropólogos, historiadores, mesmo de muitos (as) estudiosos (as) que utilizam a perspectiva crítica dialética marxista como referência de análise social.

As primeiras críticas se originam na análise da propriedade privada como a responsável pela opressão feminina. Ademais, segundo Meillassoux, 1977; Sacks, 1979, em experiências socialistas ocorridas na Europa e Ásia nos últimos 70 anos, apesar das mudanças nas relações de produção, não houve, de fato, transformações significativas na condição feminina. Inúmeros (as) antropólogos (as)

comprovaram a existência de muitas sociedades primitivas, nas quais não havia uma estrutura classista baseada na propriedade privada e onde ainda assim as mulheres estavam submetidas a uma estrutura de dominação masculina.

Outra questão refutada na obra de Engels foi em relação à afirmação da existência do matriarcado como forma de organização familiar de caráter universal e continuamente anterior ao patriarcado. Todavia, os estudos etnográficos posteriores, realizados também em várias comunidades primitivas, nunca encontraram nenhum vestígio que pudesse ser considerado do sistema matriarcal (ROSALDO, 1979; ORTNER, 1979; BAMBERGER, 1979)[49].

Destarte, a única sociedade que mais se aproxima do matriarcado é, verdadeiramente, a iroquesa estudada por Morgan. Entretanto, nem mesmo nela, as mulheres ocupavam posições de comando. Ademais, em muitas sociedades, a descendência se caracteriza por linha materna, ou seja, (matri-linearidade), e isso significava que a autoridade, nesses grupos ou famílias, era exercida pelo tio materno e nunca pela mãe (COSTA, 1981, p.10).

O item seguinte apontará as principais tendências do trabalho feminino na atualidade, refletindo a partir de aspectos como a precarização marcadamente funcional a flexibilização produtiva.

2.5 **Tendências do trabalho feminino na atualidade e a precarização no contexto da flexibilização produtiva**

O cenário do final do século XX e o atual contexto da sociedade apresentam intensas transformações no nível tecnológico que incidem em todos os âmbitos da vida social e no interior do mundo do trabalho. No contexto da economia global, vivenciamos uma interdependência dos mercados que não redunda em homogeneização do trabalho. Ao contrário, tais formas de desenvolvimento têm, não raro, significado aumento das desigualdades sociais para o conjunto de trabalhadores, homens e mulheres, que não fica restrita somente à diminuição do número de empregos, mas afeta, fundamentalmente as condições de trabalho e produção: “[...] precarização e informalização se desenvolvem, tanto nos países do

[49] ROSALDO, Michelle Zimbalist e Lamphere, Louise (org.) op. cit. 1979.

Norte quanto do Sul, sem a proteção do Estado Providência, inexistente, débil ou em crise, com a adoção crescente de políticas neoliberais" (HIRATA, 2002, p.341).

Esses processos acima descritos marcam as profundas transformações advindas da relação capital-trabalho, que acompanham a revolução tecnológica, a mundialização da economia[50] e a reestruturação produtiva, redefinindo radicalmente, do ponto de vista "objetivo material a correlação de forças existentes, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação da classe trabalhadora e de suas representações" (FILGUEIRAS, 2006, p.187), trazendo como consequência a desestruturação, o aumento do desemprego e acentuando a desigualdade entre os ricos e pobres.

Neste contexto, crescem a precarização do trabalho, por intermédio das terceirizações da força de trabalho, de empregos mal pagos, instáveis e de baixa qualificação, além do forte aumento do trabalho informal.

> A reestruturação produtiva das empresas –privadas e públicas–, através da reorganização dos seus processos de produção, com a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho. Esse impacto negativo foi reforçado pela abertura comercial e financeira da economia e pelo longo ciclo de estagnação iniciado no começo dos anos 1980 - caracterizado por baixíssimas taxas de crescimento do PIB e reiteradas flutuações de curto prazo (FILGUEIRAS, 2006, p.187).

Essas tendências do mercado de trabalho contribuem decisivamente para o empobrecimento da população urbana também na América Latina e no Brasil. Neste sentido, Lavinas (2002) afirma que a pobreza resulta da desigualdade extrema imposta pela via do mercado de trabalho, pelos empregos pouco qualificados e, sobretudo, pelos níveis salariais extremamente baixos, estando muitas vezes aquém dos níveis de subsistência.

Acrescente a essas condições aviltantes que acompanham a classe trabalhadora, as relações advindas de uma organização do trabalho com insegurança na permanência do trabalho, produto da deslocalização das empresas,

[50] Na visão liberal, a mundialização seria o jogo de soma positiva fundamentado não mais apenas na troca de mercadorias entre nações, mas na circulação mundial de bens, capitais, mão de obra, com a multiplicação dos fluxos aumentando, por sua vez, a riqueza das nações e aquela globalmente produzida por uma economia doravante mundializada. Outros opõem a essa visão o questionamento das aquisições realizadas no contexto do Estado-nação. Entre os marxistas, a crítica da mundialização como extensão em escala mundial da lei do valor prolonga a crítica ao capitalismo (TALAHITE, 2009, p.156).

com impactos negativos tanto nas condições físicas como nas condições mentais dos (as) trabalhadores (as).

É importante ressaltar que essa pobreza repercute, especialmente sobre as trabalhadoras, tendo como características o trabalho parcial, as famílias chefiadas por mulheres, denominadas "famílias monoparentais"[51], como se pode observar em alguns dados apresentados por Hirata (2002), na tentativa de explicar a origem da "feminização da pobreza" presentes também nos países de capitalismo avançado:

> Os *wooking poors* que pesquisas recentes tornaram visíveis nos Estados Unidos e na Inglaterra também cresceram muito nos últimos 15 anos na França: em 1998, 16, 9% do total dos trabalhadores, mas 28,5% do total de trabalhadores do sexo feminino eram pobres, isto é, percebiam dois terços do salário mediano, Concialdi, Ponthieux, (1999, p.35). O desenvolvimento dessa assim chamada "feminização da pobreza" encontra explicação no desenvolvimento acelerado do trabalho em tempo parcial, significando também salário parcial, que passa de 17,2% das trabalhadoras em 1980 a 31,7% em 1999. Em 1997, 77% dos empregos de baixo salário eram em tempo parcial (2002, p.347).

Essas transformações pelas quais passam o mundo do trabalho têm relação direta com o neoliberalismo que veio propor mudanças ao papel do Estado, com consequências no âmbito social e político, decorrentes desse processo especificamente o impacto político-ideológico sobre as classes trabalhadoras e suas representações políticas. Tais proposições sustentavam que o mercado deveria substituir a política, o monetarismo substituiria o Keynesianismo, e, portanto o Estado mínimo deveria suceder o Estado de Bem Estar. "O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos [...]" (HARVEY, 2008, p.19).

Contudo, adianta Filgueiras (2006), é importante a identificação e diferenciação dos conceitos que permeiam as considerações sobre neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico.

O neoliberalismo refere-se à doutrina político econômica mais ampla, estabelecida logo após a Segunda Guerra Mundial, advinda de uma ideologia fomentada por intelectuais ligados às classes dominantes. Tem como marco inicial o livro *O caminho da servidão*, de Friedrick Hayek, publicado em 1944. Hayek aponta no prefácio da primeira edição que o livro é uma obra política, colocando-se em

[51] Hirata crítica a utilização do termo monoparental, por entendê-lo como neutro que esconde o fato de que se trata majoritariamente de mães solteiras (2009).

posição de ataque contra o intervencionismo e o planejamento econômico, considerados ameaças reais às instituições e valores de uma sociedade livre (1944, 1977, p.33).

Quanto ao projeto neoliberal, esse se refere à forma como, "concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras" (FILGUEIRAS, 2006, p.179).

Em relação ao modelo econômico neoliberal periférico, este resulta da forma como o mesmo se configurou a partir de uma estrutura econômica antecessora como referência, contudo, com experiências distintas dos demais países da América Latina. Todavia, é perceptível que todos têm em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo (*ibidem*, p.179), vale ressaltar que tal análise parte da realidade da América Latina e do Brasil[52]. Evidentemente, não são suprimidas a experiência de especificidades e "diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral" (FILGUEIRAS, 2006, p.180).

Os anos de 1970 e 1980 são apontados por Harvey (2008), como o mote da mudança na história social e econômica do mundo. Como determinantes dessa transformação estão de um lado a China que de uma economia regulada por um governo comunista, teoricamente fechado versos um centro aberto ao capitalismo com taxas de crescimento constantes jamais vivenciadas na história. Nos países ocidentais, merece destaque o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED) por Paul Volcker em 1979, que muda de forma drástica a política monetária americana.

Na Inglaterra, a primeira-ministra Margareth Thatcher nesse mesmo ano, desenvolve ações restringindo o poder dos sindicatos com o intuito de suprimir a estagnação da inflação que envolvia o país.

[52]O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI). Filgueiras, (2001) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 - que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989 (FILGUEIRAS, 2006, p.180-181).

Em 1980, Ronald Reagan eleito presidente dos Estados Unidos, utiliza-se de estratégias nas palavras de Harvey (2008, p.11) como “genialidade e um carisma pessoal”, e conduziu o país a revitalização da economia, apoiando as decisões de Volcker no FED e acrescentando aspectos de sua política particular “destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial” (HARVEY, 2008, p.11).

Tais transformações adianta Harvey (2008), não ocorrem por acaso. Nesse sentido, é importante compreender os percursos da nova configuração econômica, comumente designada como *globalization*, e sua sequência a partir de um modelo antigo.

> Tanto *Volcker* e *Reagan* como *Thatcher* e *Deng Xiaoping* usaram argumentos secundários que havia muito estavam em circulação e os transformaram em argumentos fundamentais (embora em nenhum caso sem enfrentar uma longa batalha). Reagan retomou a tradição minoritária que remontava, no âmbito do Partido Republicano, a Barry *Goldwater*, no início dos anos 1960. *Deng* viu a riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de *Hong Kong*, de Cingapura e da Coréia do Sul em ascensão e procurou mobilizar o socialismo de mercado em vez do planejamento central para proteger e promover os interesses do Estado chinês. *Volcker* e Thatcher arrancaram das sombras de uma relativa obscuridade uma doutrina particular que respondia pelo nome de “neoliberalismo” e a transformaram na diretriz central do pensamento e da administração econômicos (HARVEY, 2008, p.12).

Nesse sentido, o referido autor, aponta como definição da doutrina neoliberal a seguinte perspectiva:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livre mercado e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedades individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (2008, p.12).

Nesse contexto, o cenário nacional se apresentava mediado pela substituição de força de trabalho pela tecnologia (poupadora de força de trabalho), e com

repercussões diferentes para os homens e as mulheres. Os dados comprovaram que o setor terciário continuava sendo o principal empregador da mão de obra feminina. Contudo, tal setor era integrado por empregos extremamente heterogêneos, podendo ir desde o emprego doméstico remunerado, até as qualificadas posições como, por exemplo, de presidência de uma grande corporação. Os empregos na indústria, ainda que diferenciados, “apresentam muito maior homogeneidade que aquelas que compõem o terciário, seja em termos de trabalho a executar, seja em termos de remuneração” (SAFFIOTI, 1981,p.22).

Naquele período, à medida que se adensava o processo de reestruturação produtiva, se intensificava um novo processo de conscientização e luta pela emancipação da mulher, protagonizado pelo movimento feminista. Tal processo questionou, entre outros pontos, alguns aspectos da produção capitalista. A mulher trabalhadora acentuou sua participação nas lutas de classe, bem como sua organização política e sindical. Como pauta de enfrentamento estava a tentativa de ruptura com o discurso conservador que ainda atribuía como destino natural para a mulher exclusivamente a condição de mãe e esposa, fundamentado no conceito de família como instituição básica e universal (NOGUEIRA,p. 2006). Segundo aponta a referida autora,

> É nessa década que o combate à opressão contra a mulher torna-se mais acentuado; era preciso, mais do que nunca , lutar pela sua emancipação econômica e social, pelos seus direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada (NOGUEIRA, 2006, p.37).

Tais aspectos caracterizaram-se mais efetivamente a partir das formas de reorganização da produção introduzidos nas empresas desde os anos de 1980, na passagem do modelo taylorista/fordista para os novos modelos produtivos, toyotismo e pós-fordismo.

> [...] com preeminência de critérios de qualidade dos processos e dos produtos; introdução de novas tecnologias de base microeletrônica; uma organização produtiva com a preocupação de aperfeiçoar a gestão dos fluxos, com divisão menos acentuada do trabalho, integração mais pronunciada de funções, maior impulso para a formação e reprofissionalização da mão-de-obra direta (formação continuada que

> continua envolvendo mais os trabalhadores do sexo masculino que os do sexo feminino) [...] (HIRATA, 2002, p.342).

No contexto atual, marcadamente acentuado pelas noções de desenvolvimento e divisão internacional do trabalho, acentua-se "o debate sobre os 'modelos produtivos' (neotaylorismo ou pós-fordismo, especialização flexível, novo conceito de produção, etc.)" (HIRATA, 2009, p.146). Ainda segundo a autora, as discussões sobre a produção globalizada se materializam,

> a partir de uma abordagem homens-mulheres e de uma abordagem Norte-Sul, pretendemos questionar o conceito de globalização, que frequentemente aparece como um conceito "arca", em que cabem as mais contraditórias interpretações de seu significado e de seus efeitos. Na verdade, a reflexão sobre a globalização é inseparável de uma desconstrução dessa noção, que queremos considerar enquanto categoria analítica e, ao mesmo tempo, criticar seu uso como modelo normativo (HIRATA, 2003, p.15).

Nesse sentido, a "globalização" tem como uma definição crítica a ideia da interdependência dos mercados nacionais visando à constituição de um mercado mundial unificado. Contudo, é importante entender que essa propagada unificação[53], tem sistematicamente deixado de fora as "periferias" que permanecem excluídas do processo da "universalização" preconizada pelo projeto de globalização em curso.

Ademais, meu intuito nessa abordagem foi o de analisar as diferentes consequências que o processo de "globalização" tem representado sobre o emprego e o trabalho, e seus rebatimentos nos diferentes gêneros no contexto pesquisado. Nesse sentido, Hirata (2009) apresenta três dimensões segundo as quais esse processo tem consequências diretas para as mulheres.

A primeira delas, as políticas neoliberais de desregulamentação, de abertura de mercados, cujo corolário são as privatizações, o desenvolvimento da subcontratação, e a externalização da produção. As cadeias de subcontratação fixam precárias condições de trabalho às mulheres; já as privatizações, ao restringirem os serviços públicos, aumentam o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres principalmente no setor de serviços (HIRATA, 2009).

[53]Segundo Chesnais (1996) "[...] as publicações que fazem a mais extremada apologia da "globalização" e do "tecno-globalismo" apresentam esse mundo que está nascendo como "sem fronteiras" e as grandes empresas, como sem "nacionalidade" [...] (p.23)".

O segundo processo diz respeito às novas tecnologias da informação e da comunicação, a expansão das redes e a financeirização das economias que conduziram a um aumento do assalariamento feminino no Hemisfério sul, nos anos 1990, num momento correspondente ao crescimento das atividades em ramos tais como o da informática e do *telemarketing.*

Por fim, a globalização ocasionou mudanças no papel das organizações internacionais, paralelamente à regulação pelos Estados-Nação e pelas firmas multinacionais, com novas consequências para as mulheres a partir das políticas de igualdade de oportunidades com implicações sobre o emprego. Contudo, as formas adotadas pelas Convenções Internacionais[54], que visam proteger as mulheres, são pensadas de modo globalizado, sem levar em consideração as especificidades das mulheres das culturas dominadas (HIRATA, 2009).

Falquet (2008) prossegue nessa linha de análise apontando a reflexão precursora de Saskia Sassen (1991), sobre o que ela denominou de "bastidores" da hipermobilidade dos capitais e dos quadros altamente qualificados (as). Ela demonstrou a existência de uma força de trabalho migrante e precarizada composta na sua maioria por mulheres do Sul (negras), no intuito de assegurar o valor do trabalho invisível, comumente informal e, todavia, indispensável à globalização das metrópoles.

Acrescente a esses processos as contradições que surgem nas abordagens em relação ao trabalho na contemporaneidade. De um lado, a "crise da sociedade do trabalho" e, de outro, cada vez aparecem mais as preocupações com o trabalho e

[54]Carta das Nações Unidas (1945); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**;** Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953); Convenção da OIT nº. 100 (1951); Convenção da OIT nº. 103 (1952); Convenção da OIT nº. 111 (1958); Convenção da OIT nº. 156 (1981); Convenção da OIT nº. 171 (1990); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - CERD (1966); Convenção Americana de Direitos Humanos, São José (1969); I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México, 1975); Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979); II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague, 1980); III Conferência Mundial Sobre a Mulher (Nairóbi, 1985); Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 92); II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993). III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 94); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994); IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 95); II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos- Habitat II'96 (Istambul, 96); Declaração do Milênio (2000); Convenção e Recomendação da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Genebra, 2011) (OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO).

suas metamorfoses. Isto ocorre num contexto de um ciclo recessivo que vem assolando o cenário mundial desde meados da década de 1970, cujo desdobramento se constitui a partir do neoliberalismo e do novo padrão de acumulação e de regulação social, denominado por Harvey (1992) de “acumulação flexível”, que sistematicamente tem sido um importante determinante das relações de trabalho e organização da produção. Nessa perspectiva, Harvey (1992) aponta que a acumulação flexível,

> é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (p.140).

É importante ressaltar que Harvey (1992) diverge da perspectiva que caracteriza a acumulação flexível como algo hegemônico que possua elementos novos que rompem com antigos paradigmas da acumulação capitalista. Para ele, a acumulação flexível deve ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova, de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital.

No Brasil, essa recomposição do debate sobre o trabalho se dá a partir da década de 1990, e o processo de flexibilização, ainda em curso, os novos padrões de gestão do trabalho e a sociabilidade capitalista, são seus principais impulsionadores.

Como consequências ideológicas desses processos, está a tese do *fim do trabalho,* que é refutada veementemente por Alves e Antunes (2004), ao reafirmar a permanência do trabalho nos marcos da sociedade de classes, e argumentar que a classe trabalhadora atual não é semelhante à existente em meados do século passado. Ela não está desaparecendo, nem tampouco perdeu o sentido que a estrutura. Na atualidade, a classe trabalhadora abrange a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vendem sua força de trabalho “e que são

despossuídos dos meios de produção. Mas ela vem presenciando um processo multiforme" (2004, p.336), cujas principais tendências são:

A retração do binômio taylorismo/fordismo*, na qual ocorre uma* redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, próprio do período da indústria verticalizada nos moldes taylorista e fordista. Com a reestruturação produtiva, esse proletariado vem sofrendo uma redução, em seu lugar surgem formas desregulamentadas de trabalho, restringindo o conjunto de trabalhadores estáveis com empregos formais.

Há, entretanto, contrariamente à tendência anteriormente apontada uma **tendência mundial do aumento do novo proletariado fabril e de serviços,** pois este se apresenta nas diferentes modalidades de trabalho precarizado. Trata-se dos (as) trabalhadores (as) terceirizados, subcontratados (as), *part-time*, entre tantas outras formas que se ampliam no mundo inteiro. Para os mesmos autores:

> Anteriormente, estes postos de trabalho eram prioritariamente preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekasseguis* no Japão, entre tantos outros exemplos. Mas, hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores remanescentes da era da especialização taylorista/fordista, cujas atividades vêm desaparecendo cada vez mais. Com a desestruturação crescente do *Welfare State* nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, "informais", de que são exemplo as distintas formas de terceirização (2004,p.337).

Vale ressaltar ainda que, de modo distinto, este processo tem atingido, também, países de desenvolvimento subordinado como Brasil, México, Argentina entre tantos outros da América Latina, que posterior a uma vultosa expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, vivenciaram na constituição de seus processos de trabalho uma redução da industrialização.

Tal redução que teve como resultado uma expressiva precarização e informalidade do trabalho sob a forma trabalho parcial, subcontratado e precarizado, afora os enormes níveis de desemprego. Esse processo de precarização acarreta a intensificação do trabalho, que Hirata descreve como sendo: "[...] de um lado, há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis e dos que estão desempregados e procuram trabalho e estão dispostos, de alguma maneira, a aceitar condições salariais, financeiras e de trabalho mais difíceis e penosas" (HIRATA, 2010:22-23).

A terceira tendência apresentada por Alves e Antunes (2004) com enorme repercussão no mundo do trabalho contemporâneo diz respeito ao **significativo incremento do trabalho feminino**, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado.

Em alguns países, a exemplo do Reino Unido desde 1998, o número de mulheres trabalhadoras superou o dos homens. Contudo, é importante esclarecer que esta expansão não se reflete quando se trata de salários, visto que a remuneração das trabalhadoras, assim como na média mundial, é inferior a recebida pelos trabalhadores. O mesmo ocorre em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desigualmente distribuídos entre homens e mulheres.

Corroborando com a tendência apontada pelos autores e analisando o trabalho feminino numa perspectiva evolutiva, Lombardi constatou que:

> [...] permanece a maior concentração feminina em posições precárias e vulneráveis no mercado de trabalho, a concentração das mulheres em alguns setores, atividades econômicas e profissões em que sua presença já e (*sic*) tradicional, a desigualdade dos ganhos, em que pese a tendência da diminuição das desigualdades entre os sexos em quase todas as dimensões mencionadas, nos últimos quarenta anos (2010, p.35).

Tal quadro de incremento do trabalho feminino em condições precárias, associa-se às outras quatro características do mercado de trabalho contemporâneo descritas por Alves e Antunes: *a expansão dos (as) assalariados (as) médios no "setor de serviços",* (que absorveu significativos contingentes de trabalhadores oriundos do setor produtivo industrial, decorrentes do amplo processo de reestruturação produtiva), as políticas neoliberais, o cenário de desindustrialização e privatização e a elevada taxa de desemprego entre os (as) jovens, com idade de ingresso no mercado de trabalho, e que sem acesso a empregos, são levados (as) a trabalhos cada vez mais precarizados.

Aqui acho importante a reflexão marxiana sobre o capital comercial para compreender a lógica sobre a qual se estruturam as relações estabelecidas no comércio que atualmente figura entre os setores que absorvem mais força de trabalho, em especial a feminina.

Marx (1988) define esse processo a partir de duas formas, a primeira delas é o capital de comércio de mercadorias (*locus* central no qual figura meu objeto) e o

capital de comércio de dinheiro. Segundo o autor em destaque, tal distinção é fundamental para a análise do capital em sua estrutura fundante. Marx analisará a seguir esse movimento:

> [...] considerando-se o capital global da sociedade, parte do mesmo, embora sempre composta por outros elementos e mesmo de grandeza variável, se encontra sempre como mercadoria no mercado para passar o dinheiro; outra parte se encontra como dinheiro no mercado, para passar a mercadoria. O capital global sempre se encontra empenhado no movimento dessa passagem, dessa metamorfose formal. À medida que essa função do capital, que se encontra no processo de circulação, passa a ser autonomizada como função especifica do capital específico, fixando-se, como uma função adjudicada pela divisão do trabalho, a uma espécie particular de capitalistas, o capital-mercadoria torna-se capital de comércio de mercadoria ou capital comercial (1988, p.192).

O capital de comércio de mercadorias aparece apenas como a forma transformada de parte do capital de circulação, frequentemente presente no mercado, no processo de mutação e envolto pelo domínio da circulação. “Dizemos parte porque parte da compra e venda de mercadorias transcorre com constância diretamente entre os próprios capitalistas industriais” (MARX, 1988, p.193).

Nessa linha de análise Marx (1988) esclarece que o comerciante de mercadorias, como um capitalista qualquer, faz a seguinte trajetória: surge inicialmente no mercado como representante de determinada soma de dinheiro que ele se utiliza como capitalista o que significa que ele quer transformar um determinado valor original acrescido de lucro. Entretanto, como comerciante de mercadorias ele precisa que seu capital apareça na forma de capital monetário no mercado, visto que ele não é produtor de mercadorias, mas somente comercializa as mesmas, além de intermediar seu movimento, de modo que para manter essa circulação e comercializar, ele precisa antes de tudo comprá-las, tendo, dessa forma de ser detentor de capital monetário.

> Portanto, o capital de comércio de mercadorias é apenas o capital-mercadoria do produtor, que tem de efetuar o processo de sua transformação em dinheiro, executar sua função de capital-mercadoria no mercado, só que essa função, em vez de aparecer como operação secundária do produtor, aparece agora como operação exclusiva de um gênero especial de capitalistas, o comerciante de mercadorias, tornando-se autônoma como negócio de um investimento de capital (MARX, 1988, p.194).

Como continuidade das reflexões acerca capital comercial e como ele participa do processo de rotação do capital[55] tomamos emprestado de Behring (2012) as análises das mediações para a compreensão do movimento pelo qual o capital se desenvolve e se transforma. Com base na teoria desenvolvida por Marx, o processo inicial se estrutura a partir da constatação de que o capital não pode ficar parado. Nesse sentido, o percurso se desenvolve levando em conta que, depois ser valorizado na forma de M' (única função que gera valor), apenas a sua transformação em D', que acontece na circulação, poderá realizar aquele valor, acrescido no final do ciclo a grandeza do valor inicialmente adiantado (D), mas que será dividida pelos vários participantes do processo. Em seguida, parte retorna ao capital produtivo, realimentando o processo produtivo. Acrescenta a autora:

> [...] a velocidade desse processo vai depender de inúmeras mediações que se relacionam com a *rotação do capital (grifos da autora)*. Nela, o capital assume suas variadas formas, mercadoria, dinheiro, capital variável, capital fixo, capital circulante, no tempo e no espaço, na produção e na circulação. Trata-se de processos intimamente interligados e que expõem o conjunto do sistema a grandes abalos, porque é da natureza da produção capitalista não ter um fluxo "normal", seja por razões objetivas, a exemplo do desencontro dos processos de metamorfose da mercadoria em dinheiro no tempo e no espaço; seja também por razões subjetivas, já que o sistema caminha sobre as pernas dos homens, das classes, da sua ação política e com impactos muito importantes, a exemplo da greve geral em tempo indeterminado (BEHRING, 2012, p.157).

O processo de circulação caracteriza-se por alterar de forma satisfatória a transformação de capital-mercadoria em capital-dinheiro, visto que nesse contexto não há a produção do mais valor, entretanto, ela se concretiza, em condição específica para a consolidação do ciclo. Nesses termos, Behring (2012), acrescenta que:

> O comerciante é essencialmente um agente dessa transmutação, dessa "mudança de pele". Na esfera do capital comercial também não há criação de valor, mas apropriação de parte dele que foi gerada na produção. A função do capital comercial é, dessa forma, a de uma espécie de máquina para interferir nos ritmos da rotação, por meio de uma intermediação particular (p.159).

[55] Segundo Marx, o ciclo do capital definido não como ato isolado, mas como processo periódico chama-se rotação do capital. A duração dessa rotação é determinada pela soma de seu tempo de produção e de seu tempo de circulação. Essa soma de tempos constitui o tempo de rotação do capital (1985, p.115).

Ainda segundo Behring (2012), dois elementos são fundamentais para a intervenção dos processos de rotação: o sistema de crédito e o capital comercial, haja vista sua aceleração, seja na ponta da produção, seja na circulação, principalmente no consumo.

Portanto, a rotação do capital é permeada por esse percurso que se transforma em inúmeros modos de existência, objetivando a valorização e acumulação do capital, bem como, produção e reprodução social. “Contudo, o tempo da produção contém distintos tempos de rotação de seus elementos a partir da particularidade de sua inserção no processo produtivo” (BEHRING, 2012, p.160).

Assim, se o tempo de rotação é combinado pela soma dos tempos de produção e circulação, é evidente que a redução de qualquer um deles implica, necessariamente, no aumento da rotação do capital. Contudo, quando se trata de uma redução no tempo de produção, para que ela tenha efeitos positivos na taxa de lucro da economia, por exemplo, esta redução não pode se dar na proporção do tempo de trabalho, uma vez que so aumentos do número de rotação do capital pela via da redução do tempo de produção, ocorrem em razão da diminuição progressiva da parte do tempo de produção que não constitui tempo de trabalho. Isto, se dá porque “as interrupções normais de todo processo de produção, portanto os intervalos em que o capital produtivo não funciona, não produzem valor ou mais-valia.”[56] (ALMEIDA e RIBEIRO, 2010).

Segundo Marx isto assim se concretiza, pois:

> Qualquer que seja a razão do excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho seja porque os meios de produção constituíam apenas capital produtivo latente, portanto se encontrem ainda numa fase anterior ao verdadeiro processo de produção, seja porque dentro do processo de produção as pausas deste interrompam sua própria função, seja porque finalmente o próprio processo de produção determina interrupções no processo de trabalho em nenhum desses casos os meios de produção funcionam como absorventes de trabalho. Se não absorvem trabalho, também não absorvem mais trabalho (1985 p.90-91).

Dando continuidade às tendências apontadas por Alves e Antunes (2004), permanece nos dias atuais a *dificuldade de ingresso de trabalhadores(as) com idade*

[56] MARX, Karl Heinrich. O Capital: o processo de circulação do capital. Livro Segundo. Nova Cultural, São Paulo. 2.ed, 1985.

próxima a 40 anos, considerados (as) “velhos” (as) para o capital, e que caso percam o emprego, dificilmente conseguirão reingresso no mercado de trabalho.

Os referidos autores também descrevem que como desdobramentos destas tendências anteriormente apontadas vêm se desenvolvendo no mundo do *trabalho uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”* assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfis mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.

O processo de ‘modernização’ brasileiro iniciado no final do século XIX, após o final da escravidão e do regime monárquico, ligado à crescente urbanização, imigração, migração interna e industrialização, com destaque para o sudeste do país, provocaram mudanças significativas ocorridas num curto espaço de tempo e em ritmo acelerado com transformações econômicas e sociais, provocando uma reconfiguração no perfil populacional, com repercussões no desenvolvimento demográfico, bem como, nas mudanças relativas à presença feminina no mundo do trabalho nas cidades e no campo (MATOS ; BORELLI, 2012). Segundo as referidas autoras:

> O setor industrial em expansão arregimentou um número significativo de crianças e mulheres em diferentes setores. Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolates), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres. Elas também atuavam na manufatura de cigarros, charutos e fumos, tocador fósforos, velas e sabão (MATOS ; BORELLI, 2012, p.128).

Entretanto, é importante destacar que as fábricas de tecido de então se caracterizavam muito mais como uma atividade artesanal do que propriamente como indústrias. Segundo o Censo de 1872[57], as mulheres não apareceram no setor de confecções, estando presentes naquele contexto 8.953 trabalhadores masculinos.

[57] Primeiro Censo Geral do Brasil, realizado durante o Império em 1872, desenvolvido pela Diretoria Geral de Estatística (DGE) (www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72 acesso em 22 de março de 2014).

Contudo, esse tipo de trabalho se desenvolvia de forma artesanal, somando 498.775 costureiras contabilizadas pelo referido Censo.

Portanto, levando em consideração o número de costureiras, as mulheres representavam cerca de 84,9% dos trabalhadores denominados pelo Censo de *manuais*, “ou seja, que o Censo classificou de costureiras e operários” (SAFFIOTI, 1981,p.21).

Foi naquele período que se concentram as preocupações morais, já que surgiam os “indícios” de uma “anormalidade social”, esculpida pelas práticas sociais de vida e lazer dos (as) trabalhadores (as) fabris, dos (as) desempregados (as), dos (as) pobres, das “mulheres públicas”, das crianças que perambulavam pelas ruas. Essa composição que se fixava nos arredores da cidade moderna, passou a causar enorme preocupação entre os “médicos-higienistas, as autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XIX” (RAGO, 1997, p.12).

Fundamentados em modelos burgueses de comportamentos morais, as autoridades começam a buscar forjar moldes de “encaixar” os (as) trabalhadores (as) que, segundo Rago (1997,p.12) eram percebidos (as) como:

> [...] selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas, sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil constituiu-se paulatinamente uma vasta empresa de moralização. Seu eixo principal: a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim já podemos chamá-lo.

Ainda naquela perspectiva, o projeto de integração dos (as) trabalhadores (as) e suas famílias aos valores burgueses, tiveram como desdobramentos inúmeras estratégias de disciplinarização, cujas estruturas de controle e vigilância atuavam dentro e fora das fábricas, perseguindo os (as) trabalhadores (as) em todos os ambientes da sua vida, (inclusive nas horas de lazer), procurando redefinir a maneira de pensarem, de sentirem, de agirem e fundamentalmente buscando extirpar práticas e hábitos tidos como nocivos aos valores tradicionais burgueses.

Para alcançar esses objetivos, a redefinição da família se fazia fundamental, bem como um *modelo imaginário de mulher*, voltado para o espaço do lar, sendo reforçados aspectos como a maternidade, e a dedicação integral a infância. Estes

(as), por sua vez, deveriam ser redirecionados (as) a para a “escola ou para os institutos de assistência social que se criam no país fundam a possibilidade do nascimento da intimidade operária [...]” (RAGO, 1997, p.13). Para a referida autora,

> Evidentemente, nem tudo se passa como se imagina. Para realizar estas utopias reformadoras, as classes dominantes enfrentam as resistências tenazes de trabalhadores que preservam suas tradições, sistemas de valores e costumes, que valorizam sua atividade profissional, que cultuam seus santos, que possuem todo um código de representações simbólicas. E, além disso, que progressivamente aderem às bandeiras de luta levantadas pelos anarquistas e anarcosindicalistas que, ao lado de outras correntes políticas, procuram impulsionar o movimento operário no país (RAGO, 1997, p.13).

Portanto, a instituição de hábitos moralizadores, costumes mais contidos, em contraposição às práticas populares de promiscuidade e anti-higiênicas que havia dentro do espaço doméstico, (na lógica do poder), constituía revelar ao pobre o modelo de organização familiar que o mesmo deveria seguir.

Para a mulher, cabia a incumbência de controlar os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família: vigiar os horários e cuidar da saúde, prevenindo qualquer tipo de “ameaça” à saúde da família. Todos esses cuidados tinham como fim assegurar nas camadas pobres da população, a saudável força de trabalho industrial.

É salutar destacar que no campo dos (as) debelados (as), os/as anarquistas igualmente se preocuparam com a constituição dessas novas relações afetivas advindas da formação de um modo de organização familiar distinto, bem como, com a emancipação da mulher e com a formação do “homem novo”, formatado a partir de um projeto educacional próprio. Nesse sentido, vários (as) libertários (as) ousaram contrapor-se a esses modelos, defendendo os direitos das mulheres, buscando conscientizá-las da necessidade de romper com esses valores fundados numa sociedade machista e opressora, “anunciando o amor livre, a maternidade voluntária, a igualdade de direitos entre os sexos, a eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e justiça social” (RAGO, 1997, p. 62).

Compelida a normatizações sociais, esse novo modelo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, atribuiu novas formas de comportamento e formalidade, inicialmente às moças das famílias ricas e, posteriormente, às das

classes trabalhadoras, cujas virtudes mais exaltadas são a laboriosidade, a castidade e o esforço individual:

> [...] Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho (RAGO, 1997, p.62).

A disparidade com relação às prioridades e requisições podia ser facilmente observada nas exigências distintas entre as classes. Para as mulheres ricas, as exigências se concentravam na preparação e educação para o casamento, que abarcava preocupações estéticas e escolas destinadas para a formação nos moldes burgueses. Enquanto que para as mulheres pobres e miseráveis, o trabalho, nas fábricas, nos escritórios comerciais, nos serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica surgia como a alternativa possível e necessária.

Rago (1997, p.63) acrescenta que apesar da maior inserção das mulheres no cenário urbano brasileiro, isso não representou uma diminuição das exigências morais. Exemplo disso foi a permanência de tabus como o da virgindade, e adianta ainda que:

> [...] ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1997, p.63).

Em relação às perspectivas profissionais das mulheres, essas permaneceram sem grandes alterações, como poderia se supor num primeiro momento. Ademais, a preocupação com a educação tinha o intuito de prepará-las não para a vida profissional, mas para o exercício de sua função efetiva e valorizada: as atividades domésticas.

Quanto ao movimento operário, não se poderia esperar outra coisa de um movimento hegemonicamente masculino, embora a classe operária do começo do século fosse constituída majoritariamente por mulheres e crianças. O movimento atuou predominantemente no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher do espaço público do trabalho e da vida social para o

espaço privado do lar. Ou seja, reproduzindo fielmente a exigência burguesa de que a mulher operária deveria corresponder ao novo ideal feminino da mãe, “vigilante do lar”.

De modo que, para alcançar esse objetivo, o movimento operário criou obstáculos à participação das mulheres nas entidades de classe, nos sindicatos e até mesmo no espaço da produção, demandando, dessa forma, seu retorno ao espaço que o poder masculino historicamente buscava lhe circunscrever: o espaço doméstico e o exercício sagrado da maternidade (RAGO, 1997).

No capítulo seguinte dedicarei especial atenção à abordagem do trabalho feminino no setor de comércio, tanto em nível nacional, como na região nordeste e mais especificamente no Estado do Rio Grande do Norte.

Em seguida, traçarei um breve panorama histórico do Rio Grande do Norte em seu contexto econômico, social e político, bem como o papel que o mesmo desempenha no conjunto mais amplo do Brasil. Dentre outras discussões, privilegiarei ainda o debate em torno do conceito da “nova classe média” brasileira e como as mulheres **(não)** se encontram nessa classificação.

3 **“EU SOU UMA MULHER, UMA PARTE COMUM, DE UM JOGO QUALQUER”: O TRABALHO DAS MULHERES NO SETOR DE COMÉRCIO VAREJISTA**

O tema da centralidade do trabalho se concretiza a partir do processo de produção e reprodução material da vida humana na sociedade, bem como sua interação com os sujeitos e com a natureza. Nesses processos homens e mulheres

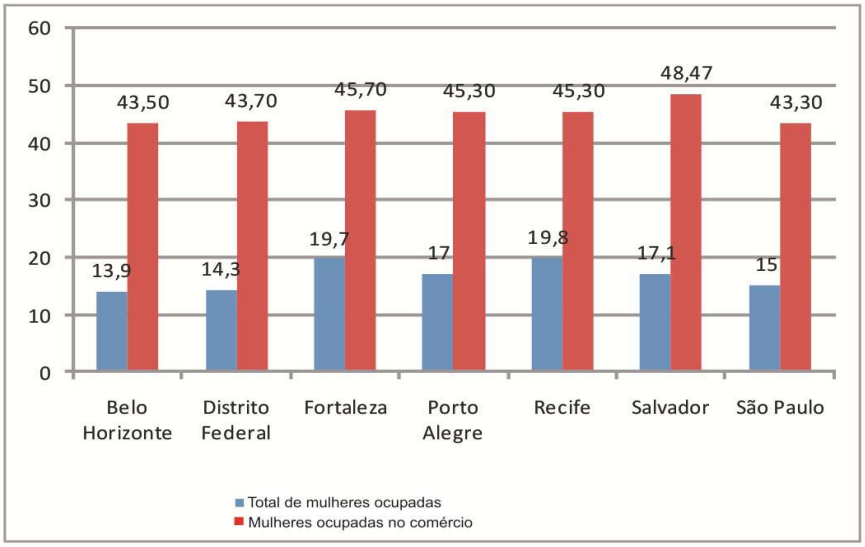
produzem a si próprias, à sociedade e as próprias formas sociais em que se determinam.

Portanto, o trabalho social se apresenta com uma dupla “natureza”: de um lado é o trabalho envolvido no processo de produção da sociedade em que se trabalha que determina socialmente, do outro, o trabalho concreto na sociedade vigente, ou socialmente determinado. “[...] Contudo, o único acesso à “essência” ocorre pela via da aparência, que não é imagem ilusória, mas forma real efetiva da essência” (MARX, 2006, p.26).

Estudo divulgado pelo Dieese (2010) sobre o perfil da trabalhadora brasileira no comércio em seis regiões metropolitanas do país feito a partir do resultado das pesquisas mensais de emprego realizadas ao longo do ano de 2009, revelou que a maior parte das mulheres assalariadas tinham idade entre 25 e 39 anos e correspondiam a 45,1% das trabalhadoras em São Paulo (SP) e a 52,6% em Salvador (BA). As comerciárias exerciam jornadas de trabalho inferiores à dos homens, embora ambos trabalhem excessivamente, ultrapassando a jornada legal de 44 horas.

Quando comparado o rendimento/hora de homens e mulheres no comércio, a mulher, em 4 (quatro) das 6 (seis) regiões pesquisadas, ganhava menos do que os homens. A equiparação dos salários ocorreu apenas em regiões onde os rendimentos em geral eram muito baixos, como Recife (PE) e Fortaleza (CE), como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Proporção de mulheres ocupadas no setor do comércio em relação às demais atividades econômicas nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009



Fonte: Convênio DIEESE/Seade//MTE/FAT e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

A maior empregabilidade das mulheres no comércio pode ser atribuída aos estereótipos culturalmente atribuídos às mesmas como: sensibilidade, resignação e cuidado no trato com os/as clientes, principalmente no comércio varejista, onde ocorre um contato mais direto entre cliente e funcionário (a).

Esse conjunto de habilidades culturalmente associadas à feminilidade é explorado pelo mercado e pode ser percebido na forma de vestir, de arrumar os cabelos, de usar a maquiagem, dentre outros marcadores estéticos femininos que compõe uma espécie de círculos de "sedução".

Assim como em outros estados brasileiros, no Rio Grande do Norte, nos últimos anos, as mulheres têm ocupado maciçamente o mercado de trabalho, no árduo desbravar da travessia no qual aqui a analogia é quase literal com o poema "o lar do passarinho é o ar não é o ninho"[58] Tavares (1980). Entretanto, não nos encontramos numa ilha e lá, como em inúmeros outros lugares, a condição das mulheres trabalhadoras foi atravessada pelas diversas etapas do capitalismo e chegou à era da "globalização" e da produção flexível ainda mediada pela tríplice imputação de cuidar da família, da reprodução da força de trabalho e da continuidade da produção social (como assalariada ou não).

Em 2010 o DIEESE e o Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social realizaram uma pesquisa onde deram um panorama anual sobre as características gerais da

[58] Poema travessia de Bráulio Tavares, do livro "As baladas de Trupizupe" 1980.

população no âmbito da educação, do trabalho, do rendimento e da habitação. As fontes de dados utilizadas para a realização da referida pesquisa foram a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE).

A RAIS/MTE é um registro administrativo, de periodicidade também anual e declaração obrigatória para todos os estabelecimentos (inclusive aqueles sem ocorrência de vínculos empregatícios no exercício), criado com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações das entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal (Notas Técnicas da RAIS, MTE).

Os anos utilizados em ambas as bases foram os de 2001, 2005 e 2009, buscando-se retratar a evolução da inserção das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos anos 2000. Em algumas análises, não foi possível utilizar os três anos, dadas as diferenças metodológicas existentes. Ao apresenter adiante seu resultado, quando esse for o caso, as diferenças serão citadas.

Tal estudo objetivou caracterizar a situação da mulher no mercado de trabalho no Rio Grande do Norte. O intuito foi explicitar os principais indicadores da inserção feminina no mercado de trabalho, a taxa de participação, a taxa de ocupação, a taxa de desocupação, a posição da ocupação, os rendimentos, a escolaridade e sua posição na família, entre outros aspectos (SETHAS/DIEESE, 2010)[59].

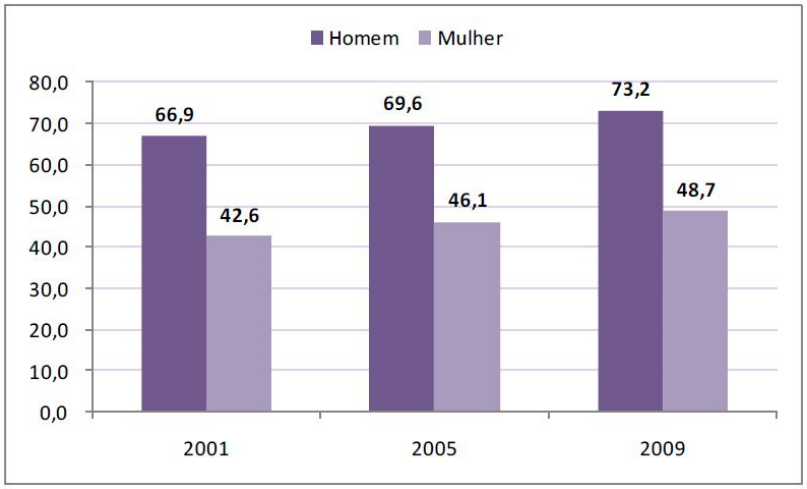
Os primeiros dados desenvolvidos pelo estudo mostraram o comportamento da taxa de participação (População Economicamente Ativa/População em Idade Ativa–PEA/PIA) que é um indicador que reflete a parcela da população com 10 anos[60] ou mais de idade que está trabalhando ou procurando emprego mostrando o

[59] As fontes de dados utilizadas para a realização da pesquisa foram o documento da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE).

[60] Ao me deparar com esses gráficos um dado me chamou bastante atenção, os cálculos dos institutos de pesquisa ainda têm como base de idade da população ocupada ou que procura trabalho 10 anos. Confesso que demorei um pouco para compreender esse conceito, uma vez que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 244-A o trabalho infantil é crime. E pelo que sabemos tais pessoas corresponde à População em Idade Economicamente Não-Ativa (PINA). Entretanto, apesar de controversa a justificativa adotada pelo IBGE para o cálculo da PEA, a partir de 10 anos de idade é que apesar da proibição legal, o trabalho infantil é uma prática ainda explorada.

potencial da força de trabalho no mercado local. Analisando a taxa de participação por sexo para o Rio Grande do Norte (PEA/PIA), nos anos de 2001, 2005 e 2009, verifica-se expansão tanto do contingente masculino quanto do feminino no período. Conforme vê-se no gráfico abaixo.

GRÁFICO 2-Taxa de participação por sexo para maiores de 10 anos de idade[61]Rio Grande do Norte – 2001, 2005 e 2009



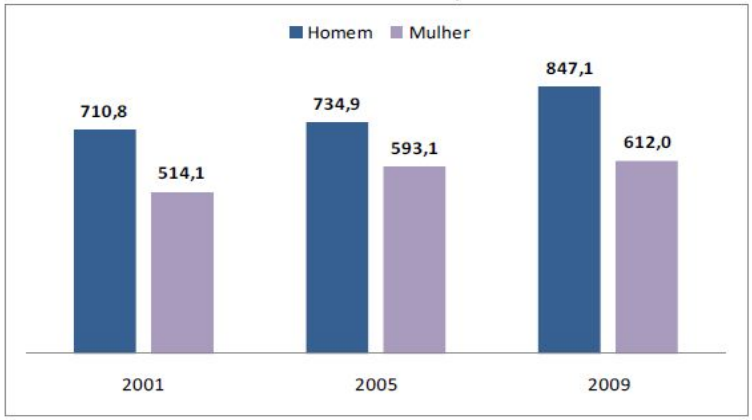
Fonte: Convênio DIEESE/Seade//MTE/FAT e entidades regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Elaboração: DIEESE

A diferença salarial entre homens e mulheres ainda é um fator preponderante no mercado de trabalho, mesmo tendo estas maior nível educacional, e ou desempenho semelhante. Atualmente, no estado do RN, 93,5% das mulheres ganham até um salário mínimo, segundo os dados da PNAD de 2009. Em 2001, esse percentual era de 81,2% e as que produziam para o consumo próprio representavam 9,8%. Entre 2001 e 2009, houve um ligeiro acréscimo ficando em torno de 10,0%.

No que se refere ao rendimento médio mensal do trabalho das pessoas ocupadas do Rio Grande do Norte, nos anos de 2001, 2005 e 2009, os dados apontaram uma sutil elevação comum a ambos os sexos. O que permaneceu inalterada, entretanto, é a diferença média do rendimento pago às mulheres comparado ao dos homens que, nos anos entre 2001 e 2009, corresponderam a 72,3% e 72,2%, respectivamente, conforme demonstra o gráfico seguinte:

[61] Os dados usados pelo IBGE sofreram alteração em 2012. Até este PNAD o salário era computado para os maiores de 10 anos, agora, apenas os empregados com mais de 15 anos entram nos dados. O órgão informa que a mudança é apenas um ajuste, com pouco impacto no resultado final.

GRÁFICO 3-Rendimento médio mensal do trabalho
das pessoas ocupadas por sexo (R$ Dez/2010 – INPC)
Rio Grande do Norte – 2001, 2005 e 2009



Fonte: PNAD/IBGE **Elaboração:** DIEESE

Segundo dados da RAIS de 2009, o mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte contava com 538.757 empregados (as), destes 42,6% eram mulheres (229.367). Ainda segundo o RAIS, a participação feminina no mercado de trabalho formal no país era de 41,4% e estava em um processo de crescimento anualmente. Em 2001, por exemplo, essa participação foi de 39,5%. Em âmbito de Nordeste esse percentual foi de 42,3%, estando à frente do Centro-Oeste (38,7%), do Sudeste (40,9%) e do Norte (41,4%), ficando atrás apenas da região Sul que possui a maior participação feminina no mercado de trabalho formal, com 43,6%.

A tabela a seguir mostra algumas mudanças que ocorreram em relação à participação feminina no mercado de trabalho do Rio Grande do Norte entre os anos de 2005 e 2009, bem como os setores nos quais se produziram as principais reduções da força de trabalho feminina, e nos quais a participação sofreu alterações, no sentido de ampliação. No item que aponta o grupamento de atividade econômica o comércio aparece em primeiro lugar em ocupação das mulheres, saltando em 4 anos de 96 mil para 117 mil mulheres ocupadas nesse setor, um significativo crescimento em relação a 2005. O que vem reafirmar esse espaço de trabalho como cada vez mais ocupado pelo trabalho feminino.

TABELA 1- Grupamento de atividade econômica e posição na ocupação das mulheres
Rio Grande do Norte – 2005 e 2009

Grupamento de atividade e posição na ocupação		Nº de ocupados		Participação		Variação
		2005	2009	2005	2009	2009/2005
Grupamentos de atividade econômica	Total	502.000	580.000	100,0	100,0	15,5
	Agrícola	81.000	81.000	16,1	14,0	0,0
	Indústria	54.000	58.000	10,8	10,0	7,4
	Indústria de transformação	52.000	58.000	10,4	10,0	11,5
	Construção	1.000	2.000	0,2	0,3	100,0
	Comércio e reparação	96.000	117.000	19,1	20,2	21,9
	Alojamento e alimentação	21.000	35.000	4,2	6,0	66,7
	Transporte, armazenagem e comunicação	2.000	1.000	0,4	0,2	-50,0
	Administração pública	28.000	29.000	5,6	5,0	3,6
	Educação, saúde e serviços sociais	99.000	104.000	19,7	17,9	5,1
	Serviços domésticos	77.000	94.000	15,3	16,2	22,1
	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	28.000	36.000	5,6	6,2	28,6
Posição na ocupação	Empregados	502.000	580.000	100,0	100,0	15,5
	Trabalhadores domésticos	225.000	278.000	44,8	47,9	23,6
	Conta própria	77.000	94.000	15,3	16,2	22,1
	Empregadores	95.000	94.000	18,9	16,2	-1,1
	Trabalhadores na construção para o próprio uso	14.000	13.000	2,8	2,2	-7,1
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0	0	0,0	0,0	0,0
	Não remunerados	59.000	61.000	11,8	10,5	3,4

Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: DIEESE
Nota (1): Dados para 2001 não disponíveis na série disponibilizada pelo IBGE.

Além das transformações que a organização social do trabalho foi sofrendo nos últimos anos, há um marcador bastante significativo que pode ser indicador dessas alterações que afetam o mercado de trabalho qualificado feminino no Brasil: a maior escolarização das mulheres, o que observamos no gráfico abaixo:

TABELA 2- Ocupados com 10 anos ou mais por sexo e anos de estudo
Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – 2009

Grupos de Anos de Estudo	Brasil			Nordeste			Rio Grande do Norte		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Sem instrução e menos de 1 ano	11,6	7,6	4,0	23,9	16,1	7,8	16,5	11,6	4,9
1 a 3 anos	13,9	9,0	4,9	20,6	13,5	7,1	18,2	13,0	5,3
4 a 7 anos	29,2	18,3	10,9	25,4	15,6	9,8	27,8	18,0	9,8
8 a 10 anos	16,0	9,6	6,4	10,6	6,1	4,6	11,7	6,6	5,2
11 a 14 anos	21,7	11,1	10,6	15,3	7,1	8,2	20,2	8,6	11,6
15 anos ou mais	7,1	3,5	3,6	3,8	1,7	2,1	5,5	2,7	2,9
Não determinados	0,4	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	-

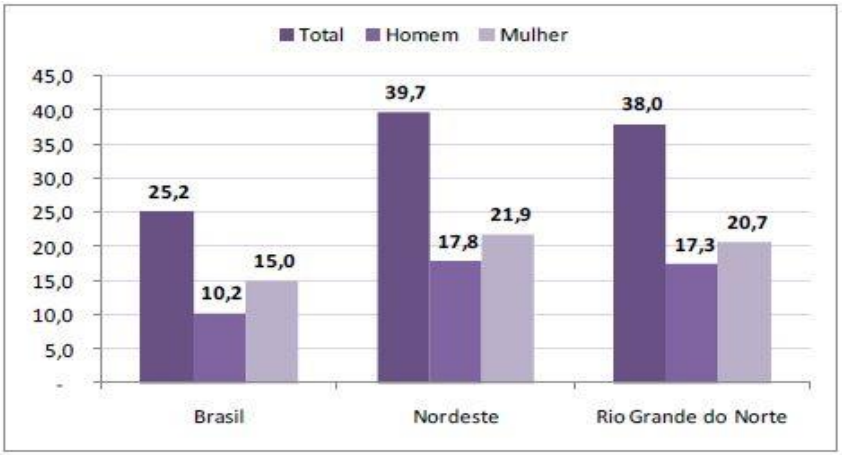
Fonte: PNAD/IBGE **Elaboração:** DIEESE

Todas as estatísticas registraram o crescimento e a consolidação da escolaridade feminina nos últimos anos e como ela tem se manifestado nos diversos setores da atividade econômica**.** Segundo dados do IBGE (2012).

No ano de 2003, as mulheres no comércio com 11 anos ou mais de estudos ocupadas nessa atividade totalizavam 51,5%, enquanto os homens com características semelhantes alcançavam 38,4%. Na construção, esses percentuais apresentaram-se ainda mais expressivos: 55,4% de mulheres e 15,8% de homens.

Em 2011, os percentuais de participação alcançados pelas mulheres foram superiores aos dos homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A excessão se deu na indústria, onde o crescimento dos homens foi maior em 1,7 pontos percentuais. Curiosamente, os dados do IBGE, também apontaram superioridade do trabalho feminino com nível superior em atividades da construção civil (reduto historicamente dominado pelo sexo masculino).

GRÁFICO 4- Ocupados com 10 anos ou mais com rendimento mensal de até um salário mínimo
Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – 2009



Fonte: PNAD/IBGE **Elaboração:** DIEESE

Aqui se materializa a perspectiva de Kergoat (2010), do paradoxo. Nesta perspectiva a autora assinala que a participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas permanece de forma segmentada, horizontal e vertical, cindida entre emprego masculinos e femininos, assim como a persistência das desigualdades de salário e a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico. No entanto, acrescenta Kergoat, isso não representa nenhuma sobreposição ou contradição interna nas relações sociais de sexo: apenas evidencia as necessidades capitalistas de uma força de trabalho flexível, que compila cada vez mais sua subjetividade**,** "o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres" (KERGOAT, 2010, p.94).

Ademais, há um aspecto extremamente relevante para a manutenção da assimetria que persiste entre o trabalho feminino e o masculino e que, a meu ver, tem refreado as mobilizações contra o capital e, mais especificamente ao modo como o mesmo explora o trabalho feminino no mundo. Kergoat (2010) muito bem

observou que: é o “sentir-se igual” que tem permeado a compreensão de muitas mulheres trabalhadoras, especialmente das mais jovens.

Tal movimento produz, a meu ver, por um lado, uma naturalização das desigualdades incessantemente alimentada pela ideologia neoliberal nas suas macro e microestruturas, fazendo com que se distancie cada vez mais da articulação de um projeto societário alternativo ao do capital, cada vez mais complexo, levando em consideração as especificidades contemporâneas, “onde existe uma internacionalização ainda mais aprofundada da reprodução social e da re-privatização do patriarcado[62]” (FALQUET ; MOUJOUD, 2010, p.172) [Tradução nossa].

Por outro lado, esse paradoxo que supõe uma igualdade real entre os sexos defendido por muitos (as), para mim, é uma barreira cada vez mais espinhosa cravada na agenda de luta dos movimentos feministas que se veem paulatinamente tendo que enfrentar os desmandos do capital em todas as suas especificidades e particularmente para a luta das mulheres, por igualdade e superação da exploração, opressão e violência. Por outro lado, trata-se também de uma luta de convencimento dos próprios sujeitos mulheres de que ainda temos um longo e tortuoso caminho a enfrentar em busca de direitos igualitários entre homens e mulheres.

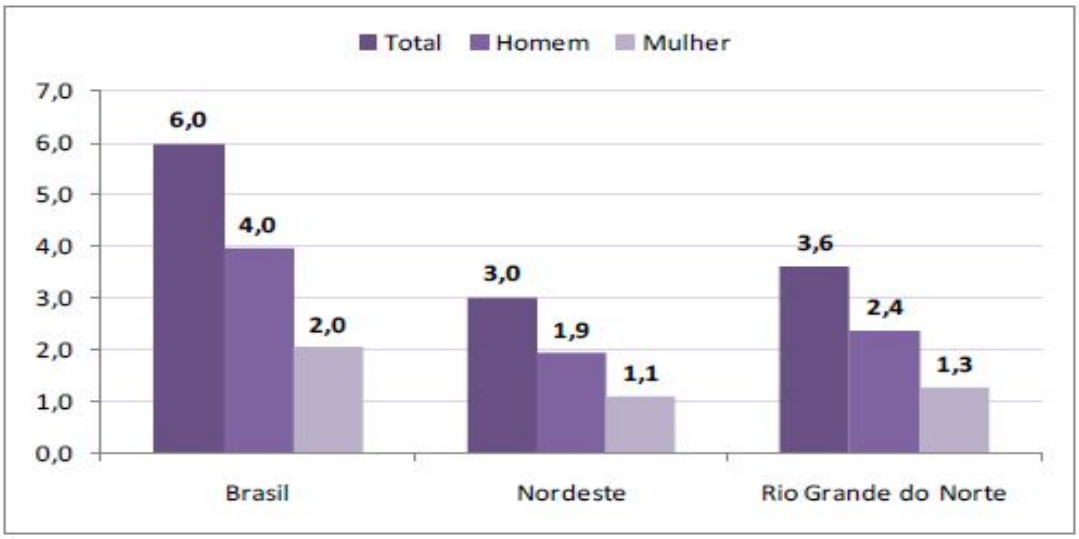
Não nos enganemos que esse paradoxo é fruto de uma política orquestrada pelo Estado burguês que tenta institucionalizar as lutas políticas vestindo-se apenas quando lhe convêm, como (no caso das lutas LGBT), de arco-íris, e da de mulheres, de uma capa lilás denotando preocupação com a igualdade, e a dos (as) negros (as), de uma túnica “branca” antirracista. Todavia, isso não representa consideráveis avanços, do ponto de vista da luta concreta contra a homofobia, a desigualdade de gênero e o racismo. Os sujeitos discriminados estão cotidianamente expostos na esfera pública, onde muitos (as) são insultados (as), agredidos (as) e até assassinados (as). Nesse sentido, observa-se o lado sombrio da privatização das vidas, ou seja, de sua despolitização.

---

[62] *où il est encore un autre internationalisation de la reproduction sociale et re-privatisation du patriarcat [tradução nossa].*

Portanto, em relação ao trabalho feminino, tais desigualdades se apresentam e negam a possibilidade do mesmo se configurar como forma de "emancipação"[63], visto que as mesmas estão em espaços precarizados e com baixos rendimentos.

GRÁFICO 5- Ocupados com 10 anos ou mais com rendimento mensal acima de cinco salários mínimo
Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – 2009



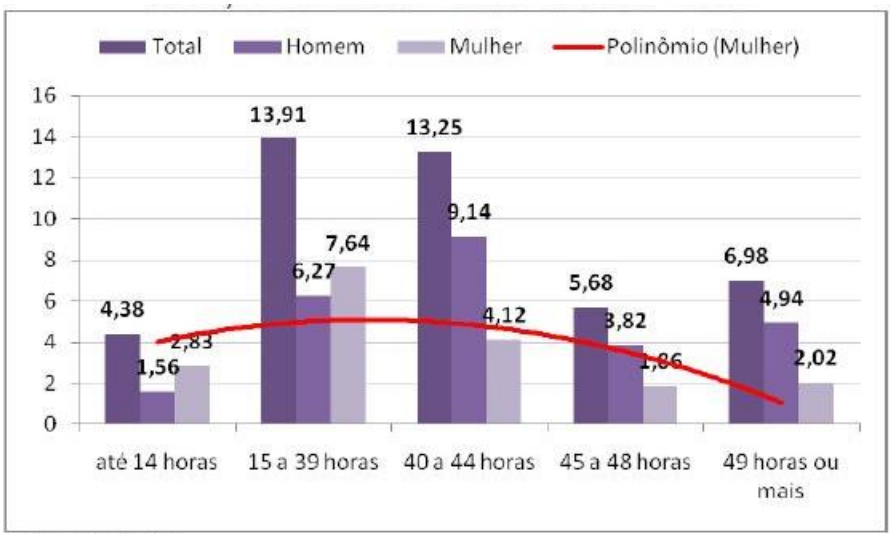
Fonte: PNAD/IBGE **Elaboração:** DIEESE

Tendo como norte os rendimentos acima de cinco salários mínimos, por exemplo, é possível observar as disparidades ainda existentes em todos os níveis (nacional, regional e estadual). Do índice de 6,0%, no Brasil, os homens respondem por 4,0%; do índice de cerca de 3,0%, no Nordeste, os homens respondem por 1,9%; e da taxa de 3,6% no Rio Grande do Norte, os homens dominam com 2,4%, aproximadamente, perfazendo a mesma proporcionalidade brasileira de 2/3 conforme demonstra o gráfico seguinte (PNAD, IBGE, 2011).

O gráfico seguinte aponta que entre as mulheres que têm rendimento de até um salário mínimo, a jornada de trabalho fica em torno de 39 horas semanais. Ainda de acordo com o gráfico 5 abaixo, nesse mesmo patamar de rendimento, a jornada de trabalho dos homens é maior do que a das mulheres (PNAD, IBGE, 2011).

[63] Utilizei aspas em emancipação porque não acredito que seja somente a partir do trabalho assalariado que as mulheres conseguirão sua independência econômica e, a partir dela, sua liberdade. Há outros determinantes que incidem para que isso ocorra. O sentido de emancipação aqui empreendido é unicamente como demarcador de poder de compra do dinheiro, inalcançável para a maioria das mulheres trabalhadoras.

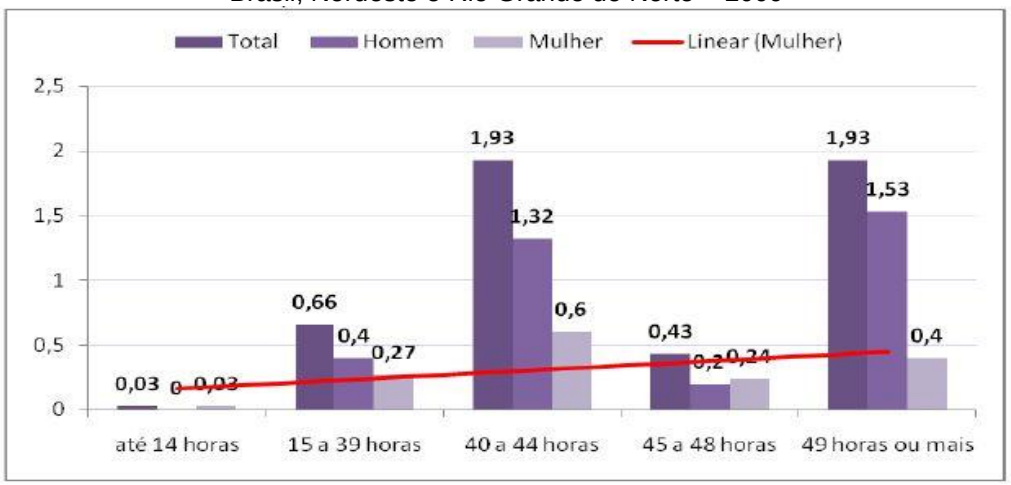
GRÁFICO 6- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento mensal de até 1 salário mínimo e grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos.
Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – 2009



Fonte: PNAD/IBGE **Elaboração:** DIEESE

Por sua vez, o gráfico 7 aponta que as mulheres com rendimento mensal acima de 5 salários mínimos, tendem a ter uma jornada de trabalho acima de 40 horas. É presumível que a maior disponibilidade para o trabalho produtivo das mulheres que tem rendimento mensal mais elevado, se dá pelas condições objetivas de contratar outras mulheres para exercer os trabalhos domésticos e de cuidado, o que possivelmente, reproduz as desigualdades dentro do mercado de trabalho feminino. Além do que essas são as “condições” majoritariamente, as quais as mulheres são obrigadas a recorrer para aferir uma renda similar a masculina, ou seja, elas tem que se submeter ainda mais a mais-valia.

GRÁFICO 7- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento mensal acima de 5 Salários Mínimos e grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos
Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – 2009



Fonte: PNAD/IBGE **Elaboração**: DIEESE

A tabela 3, a seguir, ilustra uma tendência histórica que vem acompanhada das amplas mudanças que afetaram a classe trabalhadora, bem como os outros setores da sociedade, reconhecidamente a progressão númerica das mulheres no mundo do trabalho. Os sinais desse desenvolvimento já podiam ser observados mais efetivamente a partir do final do século XIX, quando o trabalho em escritórios, lojas, e profissões assistenciais, estava fortemente feminizado e essas ocupações terciárias se expandiram à custa dos setores primários e secundários, da agricultura e indústria[64].

[64] Segundo o IBGE (2000), na década de 1970, 69,3% das trabalhadoras concentravam-se no mercado de trabalho no setor terciário, 38,8% no setor de serviços, 16,1% em atividades sociais, 9,9% na indústria de transformação, 6% no comércio, 2,6% na administração pública, 0,4% nas indústrias da construção e outras atividades industriais e 4,9% em outros ramos de atividades.

TABELA 3- Ranking das ocupações que mais empregam mulheres e diferença entre o rendimento dos homens e das mulheres
Rio Grande do Norte – 2005 e 2009

		Família ocupacional - ordenado pelo maior número de mulheres	Homens		Mulheres		Dif. Rend. Mulheres/ rend. Homens
			Nº	(%)	Nº	(%)	
2005		Total	247.246	100,0	192.415	100,0	-19,0
	1º	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	26.894	10,9	34.384	17,9	-14,1
	2º	Operadores do comércio em lojas e mercados	14.944	6,0	13.559	7,0	-15,9
	3º	Supervisores administrativos	5.955	2,4	11.596	6,0	-23,3
	4º	Professores de nível superior ensino fundamental (5ª a 8ª série)	2.119	0,9	10.436	5,4	-4,8
	5º	Trab. serviços coleta resíduos, limpeza e conserv. áreas públicas	10.594	4,3	9.315	4,8	-11,8
	6º	Professores do ensino médio	3.401	1,4	7.792	4,0	-15,2
	7º	Prof. de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª séries)	1.819	0,7	7.423	3,9	-49,3
	8º	Professores de nível médio no ensino fundamental	1.475	0,6	6.595	3,4	-10,9
	9º	Mantenedores de edificações	5.232	2,1	6.175	3,2	-8,4
	10º	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	1.066	0,4	5.572	2,9	20,0
2009		Total	300.115	100,0	222.887	4,2	-14,4
	1º	Agentes, assistentes e auxiliares administrativos	29.621	9,9	41.779	18,7	-18,3
	2º	Operadores do comércio em lojas e mercados	19.333	6,4	17.360	7,8	-13,6
	3º	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	11.221	3,7	17.256	7,7	1,8
	4º	Professores do ensino médio	5.674	1,9	15.098	6,8	0,4
	5º	Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	1.714	0,6	9.834	4,4	-0,5
	6º	Prof. de nível superior do ensino fundamental (1ª a 4ª séries)	2.980	1,0	8.420	3,8	-49,2
	7º	Trab. serviços coleta resíduos, limpeza e conserv. áreas públicas	8.952	3,0	6.652	3,0	-6,3
	8º	Recepcionistas	1.845	0,6	6.256	2,8	-9,2
	9º	Professores de nível médio no ensino fundamental	1.472	0,5	6.198	2,8	-3,0
	10º	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	1.781	0,6	6.085	2,7	-22,8

Fonte: RAIS[65]/TEM **Elaboração:** DIEESE

Observando de modo mais detido as estatísticas apontadas na tabela 3, entre os anos de 2005 e 2009, esses avanços númericos do Rio Grande do Norte, também ficam evidentes. O que parece não ter tido significativas mudanças são os tipos de trabalho em que as mulheres estão inseridas e também as persistentes diferenças salariais entre homens e mulheres desenvolvendo estas mesmas atividades.

O que fica constatado é que apesar da maior escolaridade, as mulheres não têm conseguido equiparar os rendimentos médios aos dos homens. No Brasil, em 2009, o total de mulheres ocupadas que recebia até um salário-mínimo era de 15% contra 10,2% dos homens. Na região Nordeste, a relação não foi diferente: 21,9% para as mulheres e 17,8% para os homens; e, por fim, no Rio Grande do Norte, esse cenário se repetiu: as mulheres com 20,7% e os homens com 17,3%. (PNAD, IBGE, 2011). Notadamente, em termos proporcionais, no Rio Grande do Norte, o número de mulheres que recebiam até um salário-mínimo foi maior do que no restante do país, entretanto, estava ligeiramente melhor quando comparado com o restante da

[65] Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.

região Nordeste. Todavia, de modo genérico, tem-se um número maior de mulheres recebendo até um salário-mínimo.

Ainda em relação aos dados apresentados pela Tabela 03, alguns dados, merecem uma reflexão mais aprofundada. O primeiro é a clássica marca da feminização do trabalho. Basta ver, por exemplo, as desproporcionalidades salariais entre homens e mulheres em profissões como professores (as), recepcionistas e operadores de máquinas para costura de peças de vestuário. Sendo que, neste último caso, apesar do ínfimo percentual, (2,9%), é o único setor em que as mulheres têm ganhos superiores aos homens. Talvez por isso, esteja na última colocação no "*ranking*" das ocupações.

Mudanças também puderam ser observadas nos dados apresentados, especialmente quando a inserção de mulheres nos serviços de manutenção e edificações[66], (que não apareciam em 2005), estes ocupando o terceiro lugar no "*ranking*" de principais setores de mão de obra feminina no estado e mantendo-se com ganhos superiores em (1,8%) aos dos homens.

O setor de comércio, local de abordagem da pesquisa em tela, manteve em segundo lugar no quadro de ocupações femininas no Estado, o que teve uma leve variação foi a diferença salarial em relação aos homens (caindo de 15,9% para 13,6%). Entretanto, esse percentual aparece isolado da realidade concreta estampada nos dados da PNAD que apontam no mapa brasileiro o longo caminho a ser trilhado na busca da superação da desproporcionalidade salarial entre os gêneros.

3.1 **"Eu sou essa gente que se dói por inteira, porque não vive na superfície das coisas" (Raquel de Queiroz). O Estado do Rio Grande do Norte no contexto econômico, social e político brasileiro**

[66] Tomo como referência a descrição da CBO do tipo de trabalho que os (as) trabalhadores (as) de manutenção e edificações executam: serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Apresento a seguir uma breve retrospectiva histórica que visará situar os principais eventos que contribuíram para as transformações econômicas e sociais vivenciadas pelo nordeste brasileiro, em especial pelo estado do Rio Grande do Norte, *locus* desta pesquisa. Meu intuito foi delinear um pouco da dinâmica geral das atividades econômicas, no interior nordestino e norte-rio-grandense, a partir da formação social e econômica, afinal, como apontou Raquel de Queiroz, *"O Nordeste mudou. De qualquer maneira, o Nordeste de O quinze, principalmente o Nordeste das Vidas Secas mudou"*[67] *(1991).*

Do ponto de vista histórico, cabe assinalar *a priori* o processo de ocupação do Rio Grande do Norte iniciado no século XVI, advindo da conquista e exploração que ocorreu no litoral brasileiro por parte de Portugal. Naquele contexto, aconteceu também a evolução comercial na Europa, bem como a expansão das atividades mercantilistas, que impulsionaram a descoberta de novas terras e, consequentemente, de novas mercadorias para o comércio europeu.

Vale salientar que a Capitania do Rio Grande, que equivale atualmente ao território do Rio Grande do Norte e parte dos territórios dos Estados da Paraíba e do Ceará e, na sua extensão para o interior, compreendia terras dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão (CARVALHO, FELIPE ; ROCHA, 2011).

Segundo o historiador potiguar Câmara Cascudo[68], em 25 de novembro de 1599, Manuel Mascarenhas Homem, fundou a cidade de Natal. Isso se deu depois de uma longa batalha contra os índios potiguares. O povoamento da cidade se construiu a partir do rio Potengi, na sua margem direita, ocupando espaços atualmente no bairro da Ribeira[69].

Em relação à atividade econômica do Estado, a cana-de-açúcar se constituiu no início do século XVIII, como a primeira fonte econômica do estado representada

---

[67] Frase apresentada no programa Roda Viva da TV Cultura no dia 01/07/1991, ocasião em que a escritora foi a entrevistada.

[68]Câmara Cascudo foi um folclorista, historiador, antropólogo, advogado e jornalista Potiguar. Tornou-se talvez o mais importante pesquisador da etnografia e do folclore brasileiro.

[69] Um dos bairros mais antigos da cidade de Natal/RN, localizado na zona portuária, a margem direita do rio Potengi. Antes da Segunda Guerra Mundial, toda a vida econômica, social e política da cidade girava em torno da Ribeira. As ruas e novas avenidas, ladeadas por sobrados e casarões, serviam de residências para as famílias tradicionais. O Cais do Porto, a estação ferroviária e órgãos do governo reforçavam a importância do bairro, que também foi obrigado a conviver com os bordéis de prostituição, que faziam a alegria das noites natalenses (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, 2009).

pela criação dos engenhos de açúcar. Outra frente de ocupação do território norte rio-grandense foi a criação de gado, que se expandiu por algumas regiões do nordeste até a implantação das primeiras fazendas no estado. Tal atividade teve relação com a tardia ocupação do território, pois:

> o Rio grande do Norte se manteve pouco povoado até o século XVIII, pois sua área de cultivo de cana-de-açúcar no litoral úmido era territorialmente pouco expressiva e as suas atividades do criatório de gado, no sertão, requeriam um contingente pequeno de trabalhadores (CARVALHO, FELIPE e ROCHA, 2011,p.16).

Segundo os autores supracitados, a economia canavieira introduziu alguns elementos estruturais que ainda se reproduzem na atualidade e são apontados em sua relação como a pobreza que acompanha tais espaços. Tais elementos advindos, sobretudo, da concentração das terras que naquele período, eram doadas em forma de “sesmarias” (a pessoas influentes junto ao rei de Portugal ou aos donatários), que faziam as doações de extensas áreas de terras onde novos proprietários ou sesmeiros obrigavam-se a ocupá-las, explorá-las, criando dessa forma as condições estruturais para o povoamento.

Os sesmeiros e posseiros, logo ao dominarem a terra, constituíram-se numa sociedade extremamente elitista e fortemente dividida em classes sociais, onde o poder econômico e paramilitar era exercido pelos proprietários das terras, os senhores de engenho, que fundaram as vilas, povoados e cidades e passaram a exercer o poder político, votando e sendo votados para cargos e funções políticas. Ademais é importante ressaltar, como adianta Carvalho, Felipe e Rocha que:

> As atividades econômicas ligadas à produção de açúcar geraram relações de trabalho escravistas, aparentemente contraditórias à expansão do capitalismo mercantil, pois permitiam o trabalho forçado (o trabalho escravo), que criava condições para uma acumulação primitiva por parte dos seus senhores de engenho e uma acumulação mercantil na metrópole, no caso, Portugal, e nos países europeus que tinham influência sobre a economia portuguesa. Mas não possibilitavam a criação de um mercado interno, já que os trabalhadores não eram assalariados (2011, p. 17).

Aqui merece destaque a análise feita pela economista Tania Bacelar (2013)[70] de alguns complexos industriais que se instalaram no nordeste e foram determinantes de profundas desigualdades sociais na região. Pelo exposto, observa-se que a monocultura[71] da cana-de-açúcar, cumpriu esse papel fielmente como concentrador de renda e gerador de desigualdades. Reproduzo um fragmento do poema "Açúcar" de Ferreira Gullar que retrata a realidade vivida por milhares de trabalhadores brasileiros na produção de cana-de-açúcar:

> Em lugares distantes,
> Onde não há hospital,
> Nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome
> Aos 27 anos
> Plantaram e colheram a cana
> Que viraria açúcar.
> Em usinas escuras, homens de vida amarga
> E dura
> Produziram este açúcar
> Branco e puro
> Com que adoço meu café esta manhã
> Em Ipanema.

Como a monocultura da cana-de-açúcar ocupava as terras da faixa litorânea, a criação de gado foi levada a interiorizar-se, tornando-se basicamente a atividade econômica do sertão.

Com a intensificação do povoamento do interior do país, a partir da segunda metade do século XVIII, quando franceses e holandeses não constituíam mais perigo para a colonização portuguesa[72] e, na Europa, a Revolução Industrial se intensificou e se expandiu outra atividade econômica de relevo, o cultivo do algodão.

---

[70] Socióloga pela (UFPE) e em Ciências Econômicas (UNICAP/PE). Especialista em planejamento global, pela CEPAL. Doutora em Economia Pública pela *Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne*. Professora da UFPE no Departamento de Ciências Geográficas.

[71] Produção voltada para apenas um gênero agrícola.

[72] Comandados pelo almirante francês *Nicolas Villegaignon*, os franceses fundaram a França Antártica no Rio de Janeiro, em 1555. Foram expulsos pelos portugueses, com a ajuda de tribos indígenas do litoral, somente em 1567. Em 1612, sob o comando do capitão da marinha francesa Daniel de La Touche, os franceses fundaram a cidade de São Luís (Maranhão), criando a França Equinocial. Foram expulsos três anos depois. Entre os anos de 1710 e 1711, os franceses tentaram novamente, mas sem sucesso, invadir e ocupar o Rio de Janeiro. Em relação às invasões holandesas, as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Santos foram atacadas pelos holandeses no ano de 1599. Em 1603 foi a vez da Bahia. Com a ajuda dos espanhóis, os portugueses expulsaram os holandeses da Bahia em 1625. Em 1630 teve início o maior processo de invasão estrangeira no Brasil. Os holandeses invadiram a região do litoral de Pernambuco. Entre 1630 e 1641, os holandeses ocuparam áreas no litoral do Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte. O

Regiões como o sul dos Estados Unidos, o Nordeste do Brasil, a Índia e, posteriormente, o Egito, foram as primeiras grandes áreas mobilizadas para a sua produção. A adaptação do algodão ao clima semiárido foi bem sucedida, e logo se desenvolveu pelas áreas de pecuária. No Estado, a cidade de Mossoró se consolidou como o principal centro do comércio e administração, posteriormente, tornando-se um importante empório comercial do Estado em razão da produção algodoeira, como descreve Trindade:

> A produção de algodão remonta aos séculos XVI e XVII. Segundo Rocha Pombo, o algodão foi nos tempos coloniais atividade econômica mais importante que a cana-de-açúcar, "tanto pela facilidade da respectiva cultura, como pela preferência que, entre as outras Capitanias, tinha o produto rio-grandense nos mercados" (*apud* SANTOS, 2005, p. 38). Mas foi somente quando a Inglaterra implementou a Revolução Industrial no século XVIII que houve o primeiro *boom* do algodão. Os Estados Unidos eram os principais fornecedores de algodão para a indústria têxtil inglesa. Porém, em razão da guerra de independência dos Estados Unidos, o Brasil passou a ser um importante exportador de algodão. Nesse primeiro *boom*, o Maranhão foi o grande beneficiado (2010, p.263).

Vale ressaltar que apesar de ocupar as terras de criação do gado, o algodão não prejudicou a pecuária. Ao contrário, a rama e a semente tornaram- se excelentes alimentos para o rebanho, principalmente nos períodos de seca, com a escassez da pastagem. Além disso, alimentos (grãos) como o milho, o feijão e a fava, cultivados concomitantes com o algodão, complementavam o restante da alimentação dos animais.

No decorrer da primeira metade do século XIX alguns fatos externos fizeram com que o algodão brasileiro se desenvolvesse ainda mais. Os Estados Unidos ficaram impossibilitados de atender à demanda externa em virtude da Guerra da Secessão[73]. Com isso, o algodão produzido no Brasil, mais uma vez, contribuiu

---

Conde holandês Maurício de Nassau chegou a Pernambuco, em 1637, com o objetivo de organizar e administrar as áreas invadidas. Em 1644 começou uma forte reação para expulsar os holandeses do Nordeste. Em 1645 teve início a Insurreição Pernambucana. As tropas holandesas foram vencidas, em 1648, na famosa e sangrenta Batalha dos Guararapes. Porém, a expulsão definitiva dos holandeses ocorreu no ano de 1654 (DUTRA, 2011, p.02-03).

[73] A guerra civil americana ou Guerra de Secessão (separação) ocorreu de 1861 a 1865. As razões para tal conflito estão na discórdia entre a burguesia industrial nortista, que não aceitava a extensão da escravidão para as novas terras do Oeste americano, e a aristocracia sulina que desejava essa extensão e as tarifas alfandegárias. A economia nortista tinha uma forte base industrial. Dessa forma, defendia a existência de uma política protecionista para dificultar as importações dos produtos industriais de outros países. A consequência dessa política foi a transformação da economia sulina

significativamente com o aumento das exportações. No Rio Grande do Norte, especificamente, a exportação de algodão teve um aumento significativo, em virtude, sobretudo, da excelência do algodão mocó, considerado um dos melhores do mundo.

Nesse ínterim, inúmeras empresas estrangeiras se instalaram no Estado a fim de comercializar o algodão. Todavia, o fim da Guerra da Secessão instalou a crise na produção algodoeira do Brasil, fechando muitas empresas que o comercializavam. O mesmo autor descreve que, “Entretanto, ao mesmo tempo em que diminuía a procura pelo algodão brasileiro no exterior, crescia a demanda interna, em virtude do desenvolvimento da indústria têxtil nacional” (TRINDADE, 2010, p. 263). Ainda segundo o referido autor:

> A Primeira Guerra Mundial contribuiu decisivamente para o crescimento dos investimentos na indústria têxtil, favorecendo ainda mais o desenvolvimento da cotonicultura. Vários proprietários de terras no Seridó, no Trairi e no Oeste do estado passaram a dedicar áreas cada vez maiores para o plantio de algodão. Os sucessivos governadores de estado investiam na cultura algodoeira, construindo estradas para facilitar o escoamento da produção, isenção de impostos para a instalação de indústrias têxteis, buscando melhorias na qualidade da malvácea, através da construção de estações experimentais, onde seria feita a seleção de sementes, etc (TRINDADE, 2010, p.264).

No Rio Grande do Norte, os períodos áureos da cotonicultura se desenvolveram até meados das décadas de 1960 a 1970 quando alguns fatores como a: falta de investimentos tecnológicos a, concorrência de mercados e o surgimento de pragas, (sendo a do bicudo a mais conhecida), fizeram desencadear a decadência da indústria algodoeira. Tal crise não prejudicou somente a economia do estado, também se refletiu em todas as áreas produtivas ligadas ao segmento algodoeiro no Brasil.

A falência da indústria algodoeira impactou na economia do país, refletindo ainda mais no empobrecimento do/a trabalhador/a rural. Aqui, é importante ressaltar

---

numa compradora dos produtos industriais produzidos pelos nortistas. Em contrapartida, a economia sulina era tipicamente agrário-exportadora (sistema de *plantation*), portanto, os latifundiários exportadores queriam comprar os produtos industrializados de quem pudesse vendê-los mais baratos, para isso era necessário uma política livre-cambista. A consequência dessa atitude da elite sulina é que ela não aceitava a situação de ser um mercado consumidor dos artigos produzidos pela indústria nortista. A causa imediata da guerra foi a vitória do candidato do Partido Republicano e representante dos interesses nortistas, Abraham Lincoln, em 1860. A vitória nortista ocorreu em 1865, deixando um saldo de aproximadamente 600 mil mortos, o Sul devastado e a consolidação dos interesses políticos e econômicos da região Norte (NASSER, s/p, 2005).

o segundo complexo gerador de desigualdade observado por Araújo (2013), o gado e o algodão. Sem acesso à terra e aos meios de produção, os (as) trabalhadores (as) eram obrigados a deixar 25% do que produziam nas mãos dos latifundiários, e o restante da produção era vendida aos próprios donos das terras.

Santos descreve que,

> A recuperação do setor veio com a expansão das cooperativas[74], entre 1971-81 quando se expandiu a participação do setor de 3,5% para 33,6%. Esse quadro foi em parte motivado pela intervenção do governo do Estado que passou a comprar o produto para a formação de estoques e injetando nas cooperativas capital de giro (1994, p.204-205).

Outro setor de extrema relevância para a economia potiguar é a extração de sal no litoral, datada do início do século XVI, iniciada pelos portugueses nas proximidades dos municípios de Macau e Areia Branca. Entretanto, no período imperial, depois de proclamada a independência, a população brasileira era em torno de quatro milhões de habitantes espalhados por todo o território, entretanto, se concentrando basicamente no litoral. Naquele período, o consumo de sal era pequeno, sendo a produção destinada somente para o âmbito local.Todavia, havia um controle por parte da Coroa portuguesa para a comercialização do mesmo, como apresenta Trindade:

> Apesar da propensão natural para a produção de sal-marinho, a Coroa portuguesa impediu o quanto pôde o aproveitamento do sal extraído no Rio Grande do Norte. Depois, permitiu a exploração e o consumo interno do nosso sal, mas proibiu a exportação para o estrangeiro e para outras capitanias. Somente com a organização das “oficinas” de carne de sol, no século XVIII, foi que a extração salineira entrou num período de expansão, apesar de ainda permanecer o contrato de estanco, que proibia a exportação do sal extraído no Brasil. A ação da Coroa portuguesa, porém, proibindo o funcionamento das “oficinas” no Rio Grande do Norte, desferiu um golpe de morte nas salinas norte-rio-grandenses (2010,p.266).

Naquele período, o consumo do sal era voltado para o uso doméstico e industrial, mas de modo ainda rudimentar. Não existia, por exemplo, o hábito de utilizá-lo como suplemento para a alimentação do rebanho e, fundamentalmente,

[74]Na atualidade, a produção algodoeira encontra-se em crise no estado, problemas já apontados desde a década de 1960/70 persistem e, somam-se a isso, frequentes períodos de seca que desestruturam a produção, além da permanência do bicudo. O Rio Grande do Norte mantém uma pequena produção irrigada em Ipanguaçu atualmente.

não existia a demanda do grande consumidor de sal da atualidade: a indústria química.

A expansão comercial da indústria salineira do Estado só se expandiu, do ponto de vista econômico, a partir do século XX. Nesse período, para enfrentar a concorrência com o sal espanhol, o governo de Juvenal Lamartine, um dos principais defensores do sal norte-rio-grandense, criou a Inspetoria Geral das Salinas do RN, cuja finalidade foi melhorar as condições técnicas de produção do sal.

Na década de 1940, o então presidente Getúlio Vargas, sancionou o Decreto-Lei número 2.300 que cria o Instituto Nacional do Sal, cuja finalidade foi controlar a produção brasileira, impedindo, por intermédio do estabelecimento de cotas, a ameaça de uma superprodução e consequentemente, a queda dos preços.

Em 1950 a economia salineira norteriograndense apresentou dificuldades, apesar de o estado ser o produtor de 60% de todo o sal consumido no país e do mesmo representar uma das maiores fontes de emprego e renda do estado. Tais problemas advinham, sobretudo da competição com o sal importado, bem como da localização geográfica, já que o Rio de Janeiro, (com uma produção de apenas 14%), era favorecido pela proximidade dos maiores centros consumidores do país, além da construção da Companha Nacional de Álcalis[75], na cidade de Cabo Frio.

Os incentivos fiscais potencializados pela Sudene na década de 1960, favoreceram a mecanização da indústria salineira no Rio Grande do Norte. Entretanto, tal mecanização representou, de um lado, a investida dos grandes grupos nacionais e estrangeiros que compraram as médias e grandes salinas, formando grandes empresas que “modernizaram” o parque salineiro de cidades como Mossoró, Grossos, Areia Branca e Macau. De outro lado, representou o desemprego de mais de 80% dos trabalhadores salineiros das referidas cidades (CARVALHO, FELIPE ;ROCHA, 2011), antes vinculados à produção não mecanizada.

[75]Projetada em 1943 durante o Estado Novo, a Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, só foi definitivamente instalada em 1960. Sua implementação não foi uma tarefa fácil, tendo sido afetada por interesses diversos, de dentro e de fora do país. O principal produto que a Álcalis, uma empresa de base, fabricou foi a barrilha, componente químico utilizado em maior escala pela indústria vidreira, e também pela indústria química e pela indústria farmacêutica. Disputas intensas entre grupos políticos regionais defendiam a instalação da fábrica no Centro-Sul ou no Nordeste (PEREIRA, 2010, p. 322).

Dados de 2010, apontam que a produção de sal marinho foi de aproximadamente 5.615.000 toneladas. O Rio Grande do Norte participou com 5.102.000 toneladas, o que representa quase 91% de toda a produção de sal marinho do país.

Segundo dados do Sindicato da Indústria do Sal (SIESAL) e do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), atualmente são gerados pela indústria salineira 15 mil empregos diretos e 50 mil indiretos, contribuindo com 3,5% do PIB do Estado.

Outra fonte de emprego do estado é o setor têxtil. No Rio Grande do Norte, ela tem suas raízes com a criação da Fábrica de Tecidos de Juvino Barreto[76]. Todavia, somente a partir de 1949, é que se instalou a primeira fábrica de fios mais elaborados, destinada a fabricação de redes, com investimentos do português Manuel Gonçalves Ribeiro (CARVALHO, FELIPE ; ROCHA, 2011).

A partir dos produtos criados pelos teares, surgiu a rede de dormir, que é um artefato originário dos índios e que teve grande importância na sociedade brasileira durante todo o período colonial. A rede indígena era tecida com cipós e lianas. A técnica de tecer a rede foi aprimorada para o uso dos “homens brancos” e sua utilização, tanto se dava nas casas das vilas e povoados, como nos engenhos de açúcar, principalmente pela facilidade de transporte (ARISTOTELINA, LACERDA ; RÊGO, 2010)[77]. Ainda segundo os referidos autores:

> A vinda dos teares (aparelhos para tecer) possibilitou a confecção de tecidos mais compactos, de redes com franjas, varandas, tornando-as mais confortáveis e ornamentais. A rede foi por mais de um quarto de século um elemento presente e indispensável na vida dos brasileiros. Usava-se a rede desde o nascimento até a morte, muitos brasileiros quando pequenos, adormeceram ouvindo o ranger dos punhos da rede (*Ibidem*, 2010,p.113).

Em 1959, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), administrada pelo economista Celso Furtado, que coordenou o Grupo de

[76] Juvino Barreto foi considerado um grande empreendedor, introduziu em Natal a primeira máquina Lowell. Neste período, trouxe da Inglaterra o que havia de mais moderno em máquinas e tecnologia, visando à implantação de sua fábrica na Ribeira, o que veio a ocorrer no ano de 1888. Contando com 48 teares, 1.600 fusos, 9 cardas, com motor de 60 HP, que fabricava quatro tipos de tecidos grossos, beneficiando o algodão que vinha do interior da província, transportado por animais (NESI, 2011).

[77] A importância da rede levou o escritor Luís Câmara Cascudo a escrever uma de suas obras dedicada exclusivamente para a valorização da rede de dormir. Com o título: Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica.

Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com a participação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) com o objetivo de produzir estudos sobre a situação socioeconômica do Nordeste e encontrar soluções imediatas para a região[78]. Para Jurubeba,

> Pode-se dizer, portanto, que a Sudene é resultado do pensamento keynesiano que norteou a Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (PDEN), lançada em 1959, estando inserida na chamada fase Nacional-Desenvolvimentista, que foi do pós-guerra à ascensão dos militares ao poder, em 1964. Na ideia inerente ao modelo adotado, a autarquia serviria de âncora para o deslinde de uma política que tinha por destinatários Estados-membros considerados "subdesenvolvidos" em relação à região do país "mais desenvolvida" (2012, p.02).

A criação da SUDENE objetivava o desenvolvimento do nordeste, por intermédio da modernização das indústrias, do surgimento de novas classes sociais, de uma burguesia industrial e de um proletariado representado pelos/as trabalhadores/as dessas indústria incentivadas, cujas práticas sociais, econômicas e políticas desestabilizariam as oligarquias rurais "e os elementos estruturais por elas produzidos, a concentração da terra, da renda e a exploração do trabalhador" (ARISTOTELINA, LACERDA ; RÊGO, 2010,p.184). Sobre esse contexto histórico, Chico de Oliveira (1990, p.67) apresenta que:

> Desde a criação da Sudene, em 1959 e, mais especificamente, desde a entrada em ação dos mecanismos de dedução fiscal para investimentos no Nordeste, conhecidos anteriormente como dispositivo 34/18 e hoje como Finor, a região nordestina vem sofrendo importantíssimas transformações econômicas e sociais. A inteligibilidade desses processos é acessível nos quadros de sua progressiva integração à dinâmica da economia nacional e, por consequência, do processo de acumulação dos capitais, da ação do Estado, da internacionalização produtiva e financeira, da anulação da presença política de algumas classes e setores sociais, da repressão e centralização política operada pelo Estado autoritário, entre outros muitos fatores.

Acrescenta o autor que tais transformações não ocorreram numa "terra de ninguém" e, ao comparar o norte e o nordeste, (mais especificamente a com

[78] Vale ressaltar que, quando Josué de Castro fez parte da base do governo de Juscelino Kubitschek, travou um intenso debate com Celso Furtado sobre a finalidade da Operação Nordeste, criticando as ideias por ele defendidas de que a agroindústria era o caminho para que o problema da fome na região fosse solucionado. O mesmo acreditava que o foco da SUDENE deveria ser a agricultura de subsistência. Entretanto, apesar das divergências, Josué de Castro concentrou esforços na Câmara dos Deputados para aprovar o projeto de criação dessa autarquia federal.

Amazônia), defende que há mais um processo de continuidade no nordeste do que na Amazônia, que se redefiniu nesse contexto histórico a partir de projetos-impacto, promovidos por regimes autoritários, de profundas rupturas.

Para análise dos processos sobre os quais repousam o estudo do fundo público no capitalismo oligopolista contemporâneo no nordeste, Chico de Oliveira aponta que é importante identificar algumas especificidades, dentre elas, a atuação das empresas estatais, que tiveram influência direta nas transformações, numa repartição clássica entre o público e o privado. Contudo, Oliveira chamou atenção para uma dimensão bastante singular desse processo: “trata-se de “empresas estatais” e não do Estado, embora as fontes de recursos destas, e mais, do próprio setor privado, que financiaram o processo de acumulação sejam, inequivocamente, estatais, mas não “públicas” (1990, p.68).

Tais especificidades guardam aspectos sutis, contudo, com diferenças capazes de esclarecer todo o processo de expansão que ocorreu no nordeste, assim como no restante do Brasil, que segundo Oliveira (1990) “marcam o caráter específico desse Estado do Mal-Estar” (p.68).

Alicerçadas e mantidas por recursos estatais, as empresas não são públicas: esta transformação, marcadamente erguida sob o regime autoritário cuja marca é o “capitalismo selvagem”. Aqui repousa a arguciosa diferença que aparta a utilização dos fundos estatais, em casos como o Nordeste e o Brasil, do processo de regulação pública, constitutivo do *Welfare State*, nos quais os fundos são estatais, entretanto, a lógica do desempenho das estatais é privada. Há, portanto, no oposto da presumida fronteira, no setor privado, a propriedade é privada, “mas a argamassa, os fundos para a capitalização, são estatais. Na definição de Rangeon, haveria uma privatização do público, mas não há uma publicização do privado” (OLIVEIRA, 1990, p.68).

Ademais, as estruturas financeiras responsáveis pela expansão capitalista no Nordeste conformam o novo papel dos fundos públicos nos processos de composição do capitalismo contemporâneo, de modo que poderiam relacioná-los como estando na dianteira precoce de um capital financeiro em geral, que se estrutura a partir dos fundos públicos, concretizando-se e se tornando capital privado a partir da trajetória da produção. Sob essa perspectiva, Chico de Oliveira (1990) discorre ainda que há um travejamento na modernidade capaz de redimensionar:

> uma nova relação capital-trabalho, irriga o bem-estar na forma dos gastos sociais públicos, escanteia o acaso e o aleatório dos processos da reprodução econômica e social até o limite do possível em contextos históricos determinados, e potencia, de forma inimaginável para o século XIX, a própria capacidade de expansão e renovação do sistema (p.68-69).

No contexto analisado pelo autor em destaque, havia a forte presença do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR)[79] caracterizada pela (dedução do imposto de renda) que se consolida a partir da certificação de investimentos de propriedade dos investidores/dedutores (empresas e pessoas físicas). A essa prática Oliveira denomina de Estado de Mal-Estar que se concretizou por intermédio da seguinte prática:

> Nos leilões do Finor, os certificados são transformados em ações das empresas nas quais se fizeram aplicações. Essa transformação, a rigor, interessa apenas às próprias empresas que utilizaram o Finor, pois tais ações são inegociáveis durante quatro anos. Além disso, compõe o capital de empresas de pouca visibilidade à percepção dos investidores de Bolsa de Valores. Nestas condições, as próprias empresas beneficiadas pelo Finor recompram suas ações (derivadas dos certificados), transformando o mercado acionário do Finor em um mercado cativo, na verdade uma ficção de mercado de capitais. A prática tem sido de as empresas recomprarem suas próprias ações a preços que se quer atingem 10% de seu valor real; percebe-se a intransparência do sistema e a não publicização do privado, na medida em que o Finor pagou pelas ações um valor 10 vezes maior que o valor de venda. Neste percurso, perde-se inteiramente o controle dos aportes públicos à formação de capitais das empresas; privatizam-se os fundos públicos e não se publiciza o privado. Eis o Estado do Mal-Estar (1990, p.69).

O FINOR, ao que parece, poderia vir a ser um importante instrumento de política fiscal para o desenvolvimento econômico do nordeste. Entretanto, o desvirtuamento das suas finalidades originárias, beneficiando o capital privado, foi um elemento a mais que compôs a histórica marca que acompanha a má administração dos recursos públicos no país.

Alegando irregularidades, o Governo Federal extinguiu, em maio de 2001, a Sudene e Sudam[80], as duas instituições de desenvolvimento regional existentes no país, bem como as suas respectivas políticas de incentivos fiscais. Criou, em seu

---

[79] O Finor é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16/01/1991, com modificações introduzidas pela MP nº 2.199-14, de 24/08/2001 (última reedição da MP nº 2.058, de 23/08/2000), para apoio financeiro às empresas sediadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo).

[80] Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

lugar, duas agências, a ADENE[81] e a ADA[82], com dois novos fundos de investimentos, não mais vinculados ao imposto de renda, mas com fundos de caráter meramente orçamentários.

Acredito que os casos de irregularidades por si só não foram suficientes para justificar tais extinções. Tanto a região norte quanto a região nordeste, foram historicamente marcadas pela falta de prioridades dos governos: para com o desenvolvimento das mesmas[83]. Exemplo desse descaso com a população nordestina, em especial, são os contínuos ciclos de estiagem no semiárido que ainda permanecem sem soluções para sanar a falta de água e, consequentemente, o sofrimento do (a) trabalhador (a) principalmente do campo que, como descreveu o poeta popular Patativa do Assaré[84] *"[...] de manhã, bem de manhã, vem da montanha um agouro de gargalhada e de choro da feia e triste cauã: um bando de ribançã pelo espaço a se perder, pra de fome não morrer, vai atrás de outro lugar, e ali só há de voltar, um dia, quando chover[85]."*

A meu ver, há em relação ao desenvolvimento regional, muito mais uma política de governo do que política de Estado, em relação a projetos concretos de desenvolvimento regional para a redução das desigualdades econômicas e sociais do país.

Evidentemente, que compreendo que o problema vai para além da seca. Existe uma estrutura socioeconômica fincada nessa região[86] perpetuadora de miséria e das desigualdades erguidas a partir de carências múltiplas. Ademais, falta

---

[81] Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

[82] Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

[83] De acordo com a estimativa divulgada pelo IBGE em 1º de julho de 2012, dos 193,9 milhões de habitantes do país, residentes em 5.565 municípios brasileiros, 53.907 mil vivem nos nove estados do Nordeste. Esse total corresponde a quase 90% do contingente demográfico das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

[84] Patativa do Assaré era o nome artístico (pseudônimo) de Antônio Gonçalves da Silva. Nasceu em 5 de março de 1909, na cidade de Assaré (Estado do Ceará). Foi um dos mais importantes representantes da cultura popular nordestina. Dedicou sua vida a produção de cultura popular (voltada para o povo marginalizado e oprimido do sertão nordestino). Com uma linguagem simples, porém poética, destacou-se como compositor, improvisador e poeta. Produziu também literatura de cordel, porém nunca se considerou um cordelista *http://www.portalsaofrancisco.com.br*.

[85] "ABC do Nordeste Flagelado, de Antônio Gonçalves da Silva (Patativa do Assaré).

[86] Trato aqui especificamente da população residente na região do Semiárido, que segundo dados do Censo demográfico de 2010, representa 40% do total da região Nordeste, em termos de população afetada, são cerca de 21,3 milhões de habitantes.

um planejamento de políticas públicas que venha a potencializar a superação da transição de uma política de "combate à seca" para, efetivamente, uma política de convivência com o semiárido[87].

Até porque, esse cenário de estiagens severas e prolongadas no semiárido nordestino, tem se agudizado nos últimos anos. Segundo o meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas, Humberto Barbosa, a seca de 2012, por exemplo, foi comprovadamente a maior dos últimos 30 anos. Em 2013 e 2014 a região continuou a enfrentá-la, ocasionando ainda mais impacto, para a agricultura, os animais e as pessoas. De acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1.484 municípios nordestinos e do norte de Minas Gerais ficaram em situação de emergência por causa desta seca, afetando 10,67 milhões de pessoas.

Araújo (2012) aponta (informação oral)[88] que o desenvolvimento brasileiro, visto da perspectiva regional, tem três grandes heranças. A primeira delas é a ocupação litorânea. Acentuada também na região Nordeste, haja vista que o nordeste ergueu suas principais cidades nas margens litorâneas. Isso significou a concentração de investimento em infraestrutura, sendo, portanto, o litoral, lócus da base produtiva: "Em Pernambuco, temos duas universidades federais, a Federal de Pernambuco e a Rural de Pernambuco e as duas no Recife. Na faixa oriental entre Recife, Fortaleza e Salvador, estão 20 milhões de pessoas e 90% do PIB do Nordeste" (ARAÚJO, 2008, p.03).

A segunda herança apontada pela autora é seguramente um dos principais patrimônios brasileiros: a diversidade erguida a partir do processo de ocupação do país:

> Quando a valorizarmos, seremos capazes de mudar o Brasil. Trata-se de um elemento positivo para pensarmos outro projeto. Essa herança veio da natureza, temos seis biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa). Sobre essa magnífica diversidade ambiental estabelecemos várias bases produtivas. Realidades distintas são o Nordeste da cana, o da pecuária, o Sudeste do café ou o do ouro. Essas diversas bases produtivas deixaram marcas diferentes no país. Outra

[87] No ano de 2012 houve grande prejuízo para os criadores do Nordeste. Segundo dados da pesquisa Produção da Pecuária Municipal, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), a região perdeu 4 milhões de animais, quando o semiárido viveu a mais intensa seca das últimas décadas. Nesse mesmo ano mais de 1.200 municípios decretaram emergência pela estiagem e precisaram ser abastecidas por carros-pipa. "A seca prolongada resultou na redução de muitos plantéis, sobretudo o de bovinos, causando impactos sobre a produção e produtividade de leite", diz a pesquisa (IBGE, 2012).

[88] Palestra Magna Tania Bacelar - VII Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, UNIPACE), em Fortaleza (CE), 2012.

> grande diversidade é a cultural. Nos consideramos, e somos, uma sociedade miscigenada. A África é importante para nós, por exemplo, no Nordeste, e pouco importante para o Sul, que tem uma sociedade mais europeia. Essa diversidade se traduz nas formas de ver o mundo, nas manifestações culturais e nas diferentes tradições (*Ibidem*, 2008, p.04).

A terceira grande herança refere-se à demasiada concentração econômica que nos particulariza. No século XX, o Brasil transita para ser um país industrial e ousa o que ninguém ousou: concentrar a produção industrial numa única região. Em 1970, por exemplo, 80% da produção industrial estavam no Sudeste, 45% numa única cidade: São Paulo. O nordeste representava modestos 6% do valor da transformação industrial.

O Nordeste foi, portanto, a região que mais padeceu com o processo de concentração, além do que, parte considerável de sua indústria, perdeu forças pela competição inter-regional que ocorreu em meados do século XX. Nesse ínterim, o nordeste passou a expor ao país a sua segunda desigualdade, que se dá entre as condições da própria região e a relação com as condições das regiões mais ricas do país (ARAÚJO, 2013).

O preço por essa macrodecisão foi bastante alto, expresso, por exemplo, a partir do mapa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que evidencia “um Brasil para cima de Belo Horizonte e outro para baixo, e que o Centro-Oeste tem o mesmo padrão do Sul e Sudeste” (ARAÚJO, 2008, p.01).

Vale destacar que tal concentração foi industrial: de infraestrutura econômica, de universidades, de institutos de pesquisa e comando político. Assim como descreve Araújo: “Resultado: tudo que é média no Brasil é falso, porque é influenciado pelo Sudeste, em especial por São Paulo”. Chico de Oliveira define outra consequência: “São Paulo não pensa o Brasil, São Paulo se pensa como o Brasil” (*Ibidem,* 2008, p.01). Acrescenta ainda a referida autora:

> Essa herança da concentração colocou de lado a diversidade e gerou dois Brasis. A desigualdade em escala macrorregional tem nome e endereço: Norte e Nordeste. Temos, assim, um Brasil que precisa de apoio diferenciado e de mais investimento. Alguns dados atestam essa necessidade. O Nordeste soma 28% da população e só 13% da produção nacional; o Norte tem quase 8% da população e 5% do PIB. Já o Centro-Oeste possui 7,2% da população e quase 9% da produção do país. Brasília explica parte desse peso (ARAÚJO, 2008, p.02).

Ademais, parece incoerente ressaltar as desigualdades em relação a São Paulo, sem compreender que ela se internaliza e se reproduz em todas as dimensões, inclusive no próprio nordeste.

Pochmann (2013) discorre que desde 1870, São Paulo guiava o sentido do Brasil. Até os anos 1970, foi o principal estado em produção industrial. Então, havia uma conexão muito forte entre a expansão econômica de São Paulo e a do Brasil. Entretanto, a partir dos anos de 1980, sobretudo, nos anos de 1990, a discrepância de São Paulo em relação às demais regiões do país teve uma ligeira diminuição, advinda do processo de desindustrialização que o Estado viveu, não tem conseguido crescer no mesmo ritmo que o Brasil. De modo que já se desenvolve a expectativa de um novo regionalismo.

Ainda sobre as heranças, outro indicador relevante, mantém Araújo (2008), para a condição de desigualdade do Nordeste, refere-se ao nível de escolaridade: “Da população ocupada, portanto, de 10 anos ou mais que está no mercado de trabalho, a média da escolaridade nordestina é 6 anos; a média do país é 7,6 anos, a do Sudeste é 8,5 anos e a do Sul é 8 anos” (s/p).

Em meados do final do século XX, algumas mudanças de monta se produziam no Brasil e o nordeste passou também a ser beneficiado por elas. Sob a influência da redemocratização e da constituinte de 1988, o nordeste e o norte passaram a ser beneficiários de algumas políticas sociais, com destaque para a ampliação da previdência social para o mundo rural. Para esta região, isso foi essencial. De um lado, porque o nordeste concentra a principal desigualdade rural brasileira. Do outro, sem essa política se ampliaria ainda mais o êxodo rural, culminando num processo migratório, principalmente para as médias cidades. Tal política social surgiu na década de 1980, junto com a quase extinção do algodão que representava, até então, uma das únicas fontes de renda do (a) agricultor (a).

A década de 1950 foi marcada pelas ideias que nortearam o projeto de nação para o Brasil denominado desenvolvimentismo que idealizava que, com a industrialização, o país entraria numa rota para o desenvolvimento social e econômico entre as regiões, que viria pela integração nacional.

No Rio Grande do Norte, assim como em todo o território nacional, a economia vinculada ao setor terciário se expandui levada por uma nova divisão territorial do trabalho. O crescimento desse setor se deveu inicialmente à expansão dos serviços públicos em instituições como universidades, redes de escolas

estaduais, previdência social, assistência médico-hospitalar e instituições militares, afora a expansão da rede bancária, e das atividades econômicas situadas na esfera de circulação, distribuição e consumo de mercadorias, capitais e serviços. Vale ressaltar que nesse determinado período histórico tais economias surgiam como alternativas às economias em crise como: o algodão, o sal e a mineração.

Essa dinamicidade da economia terciária norte-rio-grandense se deu a partir da década de 1970 e gerou uma nova morfologia urbana, representando o lugar privilegiado da divisão territorial-social do trabalho. Segundo Carvalho, Felipe e Rocha (2011, p.68), o reflexo dessa nova organização se deu a partir da,

> Terceirização que produz um mercado de trabalho até certo ponto elástico inclusive gerando categorias novas de trabalhadores: o biscateiro, os vendedores ambulantes, os feirantes, o lavador e "pastorador" de carros, formas de subempregos criadas também no setor primário como é o caso do boia-fria, do volante ou trabalhador de rua.

Essas "novas categorias" de trabalhadores (as) faz parte das características que assumiu o trabalho no processo de reestruturação produtiva fundamentado em um paradigma produtivo, baseado na flexibilização da produção e do trabalho. Relacionado basicamente às segmentações do mercado de trabalho e às diferentes formas de inserção dos (as) trabalhadores (as) no processo produtivo, as quais se destinam em distintos modelos de uso do trabalho e em trajetórias distintas de reestruturação.

No restante do país, a expansão do setor terciário se desenvolveu a partir da década de 1950, ligada à implantação do parque industrial e à difusão das atividades comerciais vinculadas à indústria e, ultimamente, intensificou-se com o processo de "globalização" do capital, a exemplo do que vem acontecendo nos países desenvolvidos, embora, entre nós, de forma, ainda dependente.

Em 1990, esse setor era o responsável pela ocupação de 55% da população economicamente ativa do estado ou que trabalhava na prestação de serviços tais como (saúde, educação, transporte, bancos, comunicação, lazer e funcionalismo público) assim como nas várias formas de comércio.

Em relação a essa última forma ocupação, todos os indicadores que medem o desenvolvimento do comércio varejista do Rio Grande do Norte apontam para uma tendência de crescimento substancial desse setor na economia do estado:

> Os dados coletados pela Federação do Comércio do Rio Grande do Norte confirmam aqueles apresentados pelo IBGE que colocavam o nosso Estado em posição de destaque no *ranking* de volumes de vendas do conjunto de estados brasileiros. O levantamento mensal feito pelo IBGE indicou que, nos meses de janeiro a fevereiro de 2011, o comércio do Rio Grande do Norte cresceu numa variação percentual entre 10,3% a 13,5%, colocando o nosso estado entre as 15 unidades da federação com maiores volumes de vendas no comércio varejista (CARVALHO, FELIPE E ROCHA, 2011, p.71).

Os referidos autores apresentaram alguns aspectps que viabilizaram esse aumento do consumo de produtos do comércio varejista pelos potiguares, dentre eles: o aumento do salário mínimo; os programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família[89] e as aposentadorias rurais; as compras a crédito com descontos nas folhas de pagamento do funcionalismo público, além do crescimento do próprio comércio de varejo com a ampliação da rede de *shoppings* e supermercados. Outros aspectos foram potencializadores do crescimento do comércio nos setores econômicos que possibilitam emprego e renda, como o turismo, a fruticultura irrigada, o sal, a carcinicultura[90] e o petróleo.

Evidentemente que esta análise não busca aprofundar os conceitos de cidadão (ã) consumidor(a). Contudo, é importante ressaltar que esses sujeitos e as condições sobre as quais se desenvolve o consumo, estão inseridos em um contexto que retroalimenta o plano mercantilista do consumo predatório, persuadindo os (as) mesmos (as) a utilizarem, muitas vezes, o benefício assistencial recebido em produtos com pouco valor de uso, impostos pela mídia e ditados pelo capital.

Acrescente que esse desenvolvimento apontado pelos indicadores econômicos não se reflete em salários que, consequentemente, influenciariam na melhoria de vida dos (as) trabalhadores (as), até porque, sob as formas de trabalho, existente no nordeste mais especificamente, ainda perduram traços da sociedade colonial. Evidentemente que não existem mais alguns mecanismos daquela época, porém, outros segmentos de nossa sociedade reproduzem as origens coloniais e o trabalho, se caracteriza como um deles, como analisa Chico de Oliveira:

---

[89] O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 77 mensais (Ministério do Desenvolvimento Social).

[90] Criação de camarões em cativeiro.

> A região vive um processo paralelo ao que no passado se desenvolveu, ainda observa-se a plena influência dos que nos governam e consequentemente daqueles que detém o maior capital, que aliados a quem estar no poder determinam os rumos da sociedade. Esses fatos apontam qual é o nosso lugar hoje no contexto histórico, econômico e político nacional. Somos uma parte significativa da história, mas nossa história não interessa, por que é o retrato dos vencidos e superados, ainda nos constituímos como um polo de mão-de-obra barata requisitada para os mais adversos tipos de trabalho em troca de míseros salários e que em alguns casos se torna um novo tipo de escravismo (2008, p.05).

Apesar das secas no semiárido, da falta de políticas públicas eficientes para o desenvolvimento local o nordeste vem se desenvolvendo nos últimos anos, segundo o Banco Central, de 2012 a 2013, o Produto Interno Bruto PIB do Nordeste cresceu 4,3%, perante a média de 2,3% no resto do Brasil. A região, todavia, continua sendo a que apresenta o maior percentual de pessoas fora da força de trabalho: 43,1%. O IBGE avalia essa condição dos brasileiros a partir de 14 anos que não estão empregados, nem buscando emprego. No restante do país, 38,9% das pessoas em idade de trabalhar permaneciam nesta situação.

3.2 **O mito da "nova classe média" e o papel ocupado pelas mulheres nessa trama**

As regiões norte e nordeste atualmente lideram a taxa de crescimento do emprego formal nessa década (ARAÚJO, 2013). Lideram também o consumo e a redução da pobreza extrema. A melhoria das condições sociais atraiu investimentos privados, tanto da própria região como das regiões do sul e sudeste: e as grandes corporações transnacionais de alimentos, naval e de infraestrutura passaram a dinamizar o mercado nordestino.

Tais fenômenos têm forte influência na organização social e econômica da região. Fundamentalmente, porque deslocam os complexos tanto sucro algodoeiro como o do gado e algodão para as regiões sudeste e centro oeste:

> O complexo gado e algodão policultura desmontam com o fim do algodão, o bicudo na década de 1980 e a rápida abertura econômica na década de 1990 desmontam o algodão e o mesmo arrasta a pecuária, porque parte da pecuária se alimentava do algodão, o que antes servia como alimento, acabou ele [pecuarista] teve que comprar alimento, aí não podemos competir com o centro-oeste[...] (ARAÚJO, s/p 2013)

Com o enfraquecimento dos principais complexos industriais, a atenção se voltou para outras possibilidades econômicas que sempre existiram, mas até então, não se exploravam, por tratar-se de “coisa de pobre” (ARAÚJO, 2013). Não se desenvolviam pesquisas, estudos da capacidade produtiva e econômica da caprinocultura, por exemplo. Entretanto, tal atividade e a cadeia produtiva por ela sustentada, mostram-se economicamente tão eficientes quanto a bovina. Há também a produção de mel. Ambos escapam do modelo gerador de desigualdade, ou não tem a mesma capacidade de reproduzi-la que o velho complexo, antes existente.

Outro aspecto importante para situar o nordeste no atual contexto sócio econômico brasileiro é o seu acelerado processo de urbanização[91], bem como, os importantes movimentos de interiorização da urbanização em torno de eixos que se sobrepõem às linhas de desenvolvimento econômico. O crescimento das cidades de pequeno-médio e médio porte é uma realidade regional, com alguns estados da região liderando este fenômeno.

> A Região Nordeste ainda concentra sua população em municípios de menor porte populacional. Quase 40% da população residia em municípios com mais de 100 mil habitantes, enquanto que no Brasil como um toda essa proporção é praticamente invertida, com 55% nos municípios maiores. Essa informação adicionada ao aumento no grau de urbanização da Região Nordeste nos leva ao fato de que, se há 50 anos atrás o Nordeste abrigava sua população em pequenos municípios rurais, hoje ele ainda tem grande parte de sua população em municípios pequenos, mas agora com uma população urbana (OJIMA, 2013,p.04).

Segundo Araújo (2013), falta desmontar as outras máquinas de gerar desigualdade e o Brasil é repleto delas. A educação, o sistema tributário e a estrutura fundiária, a política de juros altos, estão entre as principais. Acrescento a não realização da Reforma Agrária, que fez com que muitos (as) trabalhadores (as) que estavam no campo se transferissem para as cidades. A herança disso foi o disseminar de pessoas para as periferias, sem condições adequadas.

Seguindo essas análises, outros fios se interligam para compreender o recente movimento da estrutura social, econômica e cultural brasileira. Dentre eles merece destaque a tendenciosa crença que apregoa a existência de uma nova classe média brasileira:

[91]Segundo dados do Censo demográfico de 2010, a região nordeste ainda é a região brasileira menos urbanizada (73,1%,).

> Pode-se até estranhar a inclinação de certas visões teóricas recentes, que buscam estabelecer para determinado estrato da sociedade agrupado quase exclusivamente pelo nível de rendimento e consumo o foco das atenções sobre o movimento geral da estrutura social do país (POCHMANN, 2012, p.07).

A partir de algumas estatísticas (meramente econômicas) o governo federal e alguns órgãos a ele vinculados tem proposto nos últimos anos o conceito de uma nova classe média brasileira, que surge a partir dos ganhos mais recentes de renda e da ampliação do acesso a bens de consumo de uma parcela significativa da população. Como identificá-los? São os mais de 30 milhões que ultrapassaram a linha de pobreza e têm renda familiar entre R$ 1.315,00 e R$ 5.672,00 (janeiro de 2013), situando-se acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos. Entretanto, tal classificação ignora que pobreza e riqueza são fenômenos multidimensionais.

Todavia, os (as) críticos (as) a esse tipo de classificação vêm sistematicamente refutando tal conceituação, sob a prerrogativa de que o acesso ao consumo não representa a transformação do (a) trabalhador (a) em “classe média”. Essa abordagem parte da premissa que “esse maior acesso a bens de consumo se faz possível não apenas por um aumento da renda familiar per capita, mas também por fortes incentivos ao crédito. Esse grupo passou a consumir mais, endividando-se mais” (MADSEN, 2013, p.138-139). Costa, com um dos críticos a esta conceituação, descreve outros critérios como necessários para caracterizar mobilidade social:

> A mobilidade social, condição para a ampliação da classe média, ocorre articulada ao processo de alteração no mercado de trabalho com a criação de empregos de melhor qualidade, com elevação cultural e qualificação dos trabalhadores, num ambiente político que permita a segurança nas relações laborais e ampliação de práticas democráticas na sociedade (COSTA, 2013, p.01).

Sob essa perspectiva, o aumento de renda eleva o consumo, entretanto, ele não altera os padrões culturais e de estrutura social. Nesse sentido, o conceito de classe média não se manifesta somente a partir de renda, mas fundamentalmente sob “a construção de uma experiência de vida coletiva e de valores democráticos” (COSTA, 2013, p.01). Ou seja, falta a adoção de critérios sociais, bem como uma investigação sobre a estabilidade e sustentabilidade nessa nova posição social

alcançada, visto que, as conjunturas econômicas são cada vez mais adversas para a classe trabalhadora. Outrossim, Pochmann (2012,p.08) sintetiza que:

> Entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe, muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização clássica do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil.

A emergência de uma “nova classe média” no Brasil é pensada a partir de conceito e “projeto político”, e se caracteriza muito mais como um discurso fátuo do governo federal a respeito dos “emergentes sociais” no país.

O estudo desenvolvido por Pochmann (2012) sobre a mobilidade na base da pirâmide social brasileira durante o início do século XXI, no qual analisa as recentes transformações na sociedade, é bastante elucidativo no que se refere à ideia de surgimento de uma “nova classe média” no país.

Ainda para o referido autor, na virada do século XXI, o Brasil passou por transformações expressivas. Estabelecidas durante os quinze anos transcorridos do Plano Real em 1994, que estabilizou a economia monetária, e desenvolvendo duas tendências diretamente opostas no que se refere ao comportamento das rendas do trabalho e da propriedade no país, segundo dados do IBGE. Nesse sentido, acrescenta Pochmann (2012, p.09), durante o decorrer de nove anos, houve a trajetória de queda na participação salarial na renda nacional, seguida concomitantemente pela ampliação das rendas da propriedade. Ou seja, “lucros, juros, renda da terra e aluguéis. Entre 1995 e 2004, por exemplo, a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12, 3%”.

A outra trajetória analisada pelo autor se deu a partir de 2004 até 2010, quando ocorreu uma acumulação de crescimento da participação dos salários na renda nacional durante esses seis anos e com movimento inverso: a renda da propriedade decresceu 12, 8 %, enquanto no mesmo período, o peso dos salários subiu 10, 3%. Isso significou a repartição da renda nacional entre rendas do trabalho e da propriedade que, em 2010, voltou a ser praticamente igual ao observado em 1995, quando tem início o processo de estabilização monetária no Brasil:

> Essa importante alteração na relação entre rendas do trabalho e da propriedade durante a primeira década de 2000 encontra-se diretamente influenciada pelo impacto na estrutura produtiva provocado pelo retorno do crescimento econômico, após quase duas décadas de regressão neoliberal. O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho (POCHMANN, 2012, p.10).

Os aspectos destacados por Pochmann (2012) se mostram imprescindíveis para identificar o tipo de inserção dos (as) integrantes dessa propalada “nova classe média”, bem como para examinar o que há de verdadeiramente concreto nessa classificação.

O que o referido autor considera é o intenso desenvolvimento do conjunto das ocupações de salário de base relacionados ao setor terciário da construção civil e da indústria extrativa que beneficiou o célere agrupamento dos (as) trabalhadores (as) na base da pirâmide social. Isso implicou na superação da condição de pobreza de uma parcela considerável da força de trabalho, que passou para o nível inferior da estrutura ocupacional de baixa remuneração. Mesmo não sendo considerada mais como “pobre”, em nenhuma hipótese tal parcela pode ser considerada como “classe média”. Vale ressaltar que esta, praticamente não passou por alteração vultosa, visto que se manteve estagnada na faixa de um terço dos (as) brasileiros (as), “ao passo que os trabalhadores de salário de base aumentaram sua participação relativa de menos de 27% em 1995, para 46,3%, em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa: de 37,2% para 7,2% no mesmo período” (POCHMANN, 2012, p. 20-21).

Esse quadro desenhado por Pochmann (2012) das mudanças econômicas e sociais do país, bem como do crescente contingente da classe trabalhadora, abre interpretações múltiplas que dão margem a diagnósticos otimistas acerca da inserção dos (as) menos favorecidos (as) na classe média brasileira:

> [...] mesmo com o contido nível educacional e a limitada experiência profissional, as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social, embora ainda distante de qualquer configuração que não a da classe trabalhadora. Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população

> emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média [...] (POCHMANN, 2012, p.10).

Assim, fica nítido que tanto nos governos de Lula quanto no de Dilma, tem sido propagado um discurso que estrutura os ganhos reais dos salários de pessoas de baixa renda no Brasil e os avanços nas políticas sociais sob este princípio. É fácil perceber que não se trata de um fato sociológico simples, e sim, com implicações políticas por ele trazidas. “Por isso, a retórica e as artes aritméticas das classificações de renda que o acompanham, não apenas fazem sentido como são estratégicas” (BARTELT, 2013, p.04).

Outro aspecto ignorado e que merece destaque no discurso apresentado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) sobre a existência da “nova classe média” brasileira, é uma análise a partir de uma perspectiva de gênero, pois não parecem ter vulto as mulheres que compõem a população que corresponde a essa faixa de renda, especialmente as que ocupam na atualidade a centralidade das políticas públicas. Nesse sentido, são pertinentes as reflexões de Madsen:

> [...] insistimos que não se pode pensar nem fazer política (seja a Política ou as políticas) sem que se considere a maneira diferenciada como determinados segmentos da população estão contemplados em nossos contratos sociais [...]. Situar essa perspectiva significa, inevitavelmente, reafirmar a insuficiência das atuais políticas em curso, e também provocar a reflexão sobre os limites e obstáculos com os quais temos nos enfrentado nesse longo processo de construção de um Estado democrático, laico e cidadão – um Estado de direitos. Significa questionar, não o fato de que 50% da população brasileira se encontram, de fato, no intervalo de renda estabelecido pela SAE. Tampouco se trata de resistir à ascensão social dessa população. Trata-se, na verdade, de questionar os princípios que orientam esse discurso e as implicações políticas que ele traz (2013, p.137).

A ampliação do acesso a bens de consumo é possível não somente pelo aumento da renda familiar *per capita*. Outro ingrediente bastante utilizado é o intenso incentivo ao crédito, o que originou para esse determinado grupo, maior consumo e consequentemente, mais endividamento.

Ademais, há outro aspecto importante observado por Madsen (2013), além da renda, das linhas de crédito e do endividamento: a referida ascensão se ampara no trabalho não remunerado, realizado quase que, exclusivamente, pelas mulheres no interior de suas famílias e comunidades, a exemplo das tarefas de cuidados (com as crianças, com as idosas/os e/ou com pessoas com deficiências e doenças). Muitas

vezes, elas ainda trabalham sem remuneração para manter os pequenos empreendimentos familiares, como reforço da renda familiar. Acrescente-se a isso que, para ascender a esse padrão estabelecido de “nova classe média”,

> nem as políticas públicas, nem o mercado de trabalho, muito menos do trabalho doméstico, têm oferecido suporte para as trabalhadoras desse estrato social aliviarem a sobrecarga dos afazeres domésticos e familiares que suportam. Para emergir, a “nova classe média” se escora na velha e injusta divisão sexual e racial do trabalho, reproduzindo condições de vulnerabilidade na vida das mulheres. A compreensão de que esse grupo passa a compor a classe média brasileira, e de que já não se trata de uma população “vulnerável”, ou mesmo empobrecida, é, sem dúvida, uma escolha discursiva e política para se referir a um grupo populacional que cresce no país (MADSEN, 2013, p. 139).

Na esteira da chamada “nova classe média”, acompanho o pensamento de Madsen (2013), quando a mesma indaga: quem são as mulheres que compõem tal classe? Entretanto, essa é uma pergunta de difícil resposta, pois carece de dados mais precisos e detalhados, visto que os fundamentos para tal análise, partem exclusivamente do discurso hegemônico sobre a mulher da “nova classe média” elaborado pelo SAE.

Ainda segundo Madsen (2013), a personagem “mulher” descrita na publicação da SAE passa a existir no posfácio assinado por Renato Meirelles[92]. Vale ressaltar que esta é a única passagem de todo texto que faz referência às mulheres, aos (as) jovens e aos (as) negros (as). Segundo Meirelles, “três segmentos que, de forma mais direta, impulsionaram o crescimento da classe média”. É notória a total escassez de análises, as descrições que façam referência aos três segmentos por ele destacados. As mesmas são elaboradas “a partir de uma linguagem publicitária e parecem dialogar única e exclusivamente com as indústrias e suas agências de propaganda” (MADSEN, 2013, p.141). Abaixo segue reprodução do parágrafo com a caracterização da mulher. Os grifos são da autora:

> A mulher – Pense em uma mulher, *na faixa dos trinta anos, com curso superior, usuária habitual da internet. Essa mulher, que assumiu o posto de chefe de família, divide seu tempo entre emprego e lar, responde por boa parte da renda familiar e determina a distribuição de quase todo o orçamento doméstico*. Com mais escolaridade que o homem, contribui cada vez mais para a renda, ganha dia após dia mais poder social.
> Conquistando espaço *no mercado de trabalho*, antes inimaginável, ela rompe novas fronteiras em seus *hábitos de consumo*. Roupas e produtos de

[92] Diretor do Instituto de pesquisa Data Popular.

> maquiagem, antes tidos como compras supérfluas, hoje são considerados investimento para essa jovem mulher que, na classe média, passa a ter *profissões mais vinculadas ao atendimento ao público*. Almejando novos empregos e estabilidade na carreira, *ela se preocupa cada vez mais com sua aparência* e não se importa em gastar com isso, pois os *benefícios vão além da valorização da sua autoestima e garantem o sustento da família e sua evolução profissional*. Na outra ponta, ao observarmos as mulheres mais velhas, enxergamos que profissões como a de empregada doméstica alcançaram ganhos reais de salários, uma vez que suas filhas procuram outras perspectivas profissionais. *Em outras palavras, as mais jovens estudam, têm emprego formal e constroem um plano de carreira. As mais velhas ganham mais pelo mesmo trabalho que há anos responde por sua renda.*

As mulheres apresentadas no discurso do caderno da SAE estão divididas em duas faixas etárias: a primeira, de 30 anos, que Madsen (2013) bem traduz como, possivelmente, operadora de telemarketing. A segunda, mãe da primeira, é a trabalhadora doméstica. O cotidiano de ambas é marcado pela extensiva jornada de trabalho. Escamoteada, nas entrelinhas, encontra-se também sua condição de responsável quase que na totalidade pelas responsabilidades familiares e domésticas: “Sem infraestrutura de cuidados garantida pelo Estado, – bem como seu papel de administradora doméstica reforçado pelos programas de transferência de renda. O parágrafo se encerra afirmando o aumento do ‘poder social’ das mulheres” (MADSEN, 2013, p.142).

O referido texto ocupa-se ainda de destacar o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, com destaque para as profissões de atendimento ao público, “aí pressentimos o telemarketing” (MADSEN, 2013, p.142). Fica evidenciada a total omissão das condições de inserção das mulheres no mercado informal, bem como a desproteção social e a precarização do trabalho. Entretanto, é ressaltada a importância do cuidado com a aparência e, como essa característica tem relação direta com o sucesso profissional e sua estabilidade:

> As trabalhadoras domésticas, mães das vaidosas atendentes construídas pelo texto, estão escondidas numa outra referência do documento, quando se afirma que encontra-se sobrerrepresentado na classe média, além daqueles já mencionados, o grupo formado pelos trabalhadores domésticos. Aliás, esse é o setor com maior sobrerrepresentação: 64% de seus membros pertencem à classe média. No entanto, como não constitui um grupo tão grande em relação ao Brasil (apenas 8% dos trabalhadores brasileiros estão no setor de serviços domésticos), sua participação para a formação da classe média acaba se limitando (MADSEN, 2013, p.143).

Pelo exposto, fica patente que os dados utilizados pela SAE não correspondem à realidade concreta do trabalho doméstico das mulheres no Brasil, pois, “para elas, esse “setor” abriga 17,1% do total das mulheres ocupadas no país, 21,8% do total das mulheres negras ocupadas. Trata-se de um grupo bastante grande. Provavelmente, um percentual significativo das mulheres da chamada ‘nova classe média’ (MADSEN, 2013, p.143).

Assim, considero importante problematizar esse conceito de “nova classe média” estabelecido pela SAE somente a partir de marcadores como: escolaridade superior a de seus pais, trabalhar mais de 40 horas semanais, possuir geladeira, televisão e pretender comprar um carro. Apesar de apresentar fundamentos bem articulados, estatisticamente, tal análise, expõe uma gama enorme de contradições, tanto do ponto de vista sociológico, quanto do ponto de vista político.

Uchôa e Kerstenetzky (2012), ao analisarem, a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, a distribuição dos domicílios dentro do intervalo de renda proposto pela SAE fracionado, observaram que a maioria dos domicílios atravessados pela chamada “nova classe média” (60%) se encontra na primeira fração do intervalo, ou seja, têm renda familiar de até R$ 1.200,00.

Isso significa dizer que, apesar da queda da desigualdade na distribuição da renda no Brasil nos últimos anos, isso não é suficiente para se corroborar com as análises otimistas de introdução dos menos empobrecidos (as) na classe média.

No capítulo seguinte abordarei aspectos sobre patriarcado e gênero. Rigorosamente, essa discussão é uma espécie de resistência à utilização de conceitos a mim ainda bastante palatáveis, o primeiro para nomear a dominação masculina dos homens sobre as mulheres e o segundo como um termo ainda capaz de dar conta, das relações homem-mulher delas resultantes. Os dois articuladamente compõe o sistema que põe em evidência o debate complexo do processo de dominação-exploração, exploração-dominação sobre ou (contra) as mulheres.

4 **RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DESVELAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL**

Tem sido recorrente o debate sobre o qual repousam as principais perspectivas teóricas e políticas presentes no interior do conceito de gênero como categoria de análise. Ademais, adianto que, em meio a outros aspectos que abordarei adiante, a importância da referência que faço a tal conceito, se dá, dentre outros aspectos, pela sua história tributária de movimentos sociais de mulheres,

feministas e lésbicos. Além de uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, por igualdade e respeito, dentre outros.

Entretanto, adianto que tais abordagens estão permeadas por posicionamentos que buscam rediscutir esse conceito. Principalmente, mas não unicamente, no que concerne a oposição binária masculino e feminino, cujo próposito inicial dessa ruptura seria admitir, como observa Louro (2004), que:

> [...] nesses tempos de pós-modernidade, o sujeito é, simultaneamente, "muitas coisas", ou melhor, é constituído de muitas identidades. Transitórias e contigentes, inacabadas e históricas, as identidades são vividas, frequentemente, com tensões e conflitos. Sob essa perspectiva torna-se cada vez mais problemático operar dentro da ótica dicotômica que supõe um pólo masculino dominante e um pólo feminino dominado (p.205).

A partir de uma perspectiva pós-estruturalista as análises desenvolvidas por Louro (2004), delimitam como desafios o não admitir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram, e, portanto, não seria mais possível se legitimar em esquemas binários, mas reconhecer que as "fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado, que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira" (p.207). Assevera Louro:

> Multiplicam-se os movimentos e os seus propósitos. Enquanto alguns grupos lutam por reconhecimento e legitimação e buscam sua inclusão, em termos igualitários, ao conjunto da sociedade, outros estão preocupados em desafiar as fronteiras tradicionais de gênero e sexuais, pondo em xeque a própria divisão masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual, e ainda outros não se contentam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira (2004, p.207-208).

Como pudemos observar o campo de debate está aberto, as novas proposições teóricas estão postas evidenciando a necessidade de desconsertar as definições que tem no epicentro dos questionamentos o gênero, o sexo e a sexualidade. Como discorreu Saffioti (2009),

> [...] encontramo-nos, entretanto, em um ponto de discussão em que não se chegou a, pelo menos, reduzir o grau de polissemia do conceito de gênero. Por um lado, as divergências são tão grandes, que estudiosos situam na história remota regimes sociopolíticos que outros, de outra parte, colocam na história recente. Há muitos poucos pontos de concordância; não exatamente de consenso. Isto é, o acordo é superficial: à medida que se aprofunda a discussão vão surgindo pequenas divergências que, em seu

> todo, interferem na qualidade do suposto consenso, revelando, de fato, o dissenso (p.01).

Desse modo, achei por bem iniciar esse capítulo do trabalho, priorizando o debate que se instaura em torno da categoria gênero. Todavia, adianto que a produção feminista recente que trata desta discussão é demasiadamente densa. De modo que minha intenção foi discutir brevemente algumas questões que me parecem mais expressivas, a partir do debate de algumas autoras paradigmáticas dessa discussão.

Dentre as categorias e conceitos que trabalharei neste capítulo, destaco: relações patriarcais de gênero, consubstancialidade e sexualidade. Associada a essa fundamentação, buscarei compreender a contribuição dessas para o desvelar do *continuum* do assédio moral e sexual contra as trabalhadoras do comércio.

4.1 **Relações patriarcais de gênero: aproximações conceituais**

Piscitelli (2002)[93] ressalta que o conceito de gênero é uma discussão instigante e desafiadora e situa sua disseminação a partir da década de 1980. A autora acredita que grande parte do fascínio exercido por esse conceito se encontra fundamentalmente na possibilidade que ele oferece na contemporaneidade de observar a realidade, situando as distinções que individualizam o feminino e o masculino no cerne das hierarquias presentes na dinâmica social.

Ademais, foi por intermédio da utilização desse conceito, que algumas autoras, consideraram possível desestabilizar as tradições de pensamento. O fato é que mediante ou não o alcance atribuído a essa perspectiva, o conceito de gênero vem ao longo das últimas décadas se difundindo significativamente na teoria social, deixando marcas na produção de inúmeros (as) autores (as).

Entre as(os) acadêmicos(as) que dialogam com as teorias feministas, o conceito de gênero foi abraçado com euforia[94], uma vez que se considerou a priori um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. Entretanto, com o advento do conceito de gênero, a categoria

[93] Apesar da referida autora ser de origem Argentina, ela trata tal realidade a partir do contexto brasileiro.

[94] Posteriormente tal incorporação encontrou ressonância nas Conferências da ONU e nos investimentos multilaterais que incorporam indiscriminadamente o termo.

mulher, de acordo com Piscitelli (2002, p.07): “passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/mulher parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados”. Mas, no marco das discussões das acadêmicas feministas percebe-se, nos últimos anos, uma nova ênfase na utilização da categoria “mulher”. Ressaltando que, em “alguns encontros sobre gênero no Brasil, esse retorno é discutido na produção internacional, inclusive naquela difundida nas principais publicações feministas do país” (PISCITELLI, 2002, p.01).

Assim, ao longo das últimas décadas, gênero tem sido empregado pela crítica feminista como uma categoria analítica, visando repensar e problematizar as relações sociais e políticas entre os sexos. Contudo, sua polissemia conceitual e analítica e seu caráter historicamente construído indicam que a categoria, em si mesma, pode servir a fins diversos, críticos e/ou normativos. Desse modo, podemos utilizar uma determinada perspectiva do conceito de gênero, tanto para problematizar a relação entre os sexos e os pressupostos essencialistas que lhe são associados, interligando-o às categorias raça e classe, quanto para reafirmar uma perspectiva que não articula as desigualdades entre os gêneros aos eixos estruturantes/fundantes da sociabilidade capitalista.

Ademais, na trajetória de tal conceito, este vem sistematicamente sendo impelida a pactuar com as investigações que procuram questionar criticamente o conceito, seus usos e a adoção do gênero no interior da própria crítica feminista, rgumentando que o gênero remete frequentemente a oposições teóricas e ideológicas, carregados de críticas, polêmicas e armadilhas capazes de induzir a análises essencialistas, universalizantes e a-históricas.

Há que se destacar o caráter relacional e ontológico da categoria gênero, pois de acordo com o pensamento de Luckács (citado por Saffioti, 2004), não existe igualdade entre as intenções de um sujeito social e seu resultado, porque existem outros elementos que atuam sobre o primeiro. Enfim, não há coincidência exata entre a intenção e o resultado que produz, em virtude da pluralidade de intenções e ações presentes no processo interativo. Ou seja, sem dúvida, a consciência “dominada” das mulheres e, ao mesmo tempo, sua possibilidade de escapar de seu “destino” de gênero, via resistência e transgressão, permite a criação de novas matrizes de gênero, em que cada um (a) luta para desestabilizar a matriz dominante de sua posição hegemônica.

Nesse sentido, refletir sobre as questões de gênero é extremamente relevante para a compreensão do papel da mulher e do homem em todas as dimensões dos espaços sociais, considerando que as desigualdades de gênero ainda permanecem profundamente arraigadas na dinâmica estrutural da sociedade, constituindo-se, portanto, em um campo de luta estruturado nas relações de poder entre homens e mulheres.

Contudo, como já apontado, o gênero, assim como outros conceitos, não está isento de contradições, controvérsias e ambiguidades. De modo que as reflexões teóricas são imprescindíveis para fomentar uma compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres, além de subsidiar os inúmeros estudos e pesquisas em torno desta categoria.

Iniciarei meu percurso pelo campo de discussões teóricas, metodológicas e políticas do pós-estruturalismo, que, dentre outras questões crítica as teorizações do sujeito universal, e rejeita as noções de identidades essenciais de gênero. Ele tem como principais autoras Judith Butler, Joan Scott, Chantal Mouffe e Teresa de Lauretis. O ponto comum entre tais autoras é a necessidade de romper o esquema clássico das tradições filosóficas ocidentais[95] que se baseiam em esquemas dicotômicos de pensamento e assim desconstruir o pensamento binário. O que as distingue, todavia, situa-se, sobretudo, no que diz respeito à reconstrução do sujeito do feminismo (MARIANO, 2005).

Para ilustrar esse debate recorrerei ao conceito de gênero, a partir do ponto de vista de uma das mais proeminentes "pós-estruturalistas" da teoria feminista ocidental, Judith Butler, de filiação foucaultiana, em sua principal obra, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* publicado em 1990, considerado uma das principais obras da denominada terceira onda do feminismo[96]. Dito de forma

[95] É importante ressaltar que todas as autoras citadas são ocidentais.

[96] Apesar de tradicionalmente a literatura denominar os momentos históricos vivenciados pelos feminismos de "ondas" compreendemos-as como movimentos dialéticos que não se esgotaram em determinado momento histórico e reiniciaram outros, ao contrário, algumas lutas feministas ainda são oriundas das primeiras resistências. A "terceira onda" do feminismo, se deu a partir dos anos 1980/90, e caracteriza-se, como propõe Michèle Barrett (1996. p. 306), por um trabalho de autocrítica do movimento feminista, em torno de três questões: 1. crítica a um "etnocentrismo" implícito no feminismo ocidental, branco, classe média; 2. perda da confiança no modelo sociológico de gênero e reafirmação da "diferença sexual" (ressurgimento do instinto maternal e da definição implícita da mulher pela maternidade, conforme aponta Badinter, 2005, p.19); 3. incorporação das ideias pós-estruturalistas e pós-modernistas para a conceitualização dos projetos feministas e para a definição dos rumos da política feminista (PAIVA, 2006,p.65).

bastante resumida, Butler, desconstruiu o conceito de gênero no qual se baseia grande parte das teorias feministas. A mesma parte da premissa de que a divisão sexo/gênero funciona como uma espécie de pilar essencial da política feminista, bem como da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído (RODRIGUES, 2005). Portanto, essa dualidade foi o mote inicial utilizado pela autora para o questionamento do conceito de “mulheres” como sujeitos do feminismo.

Essa perspectiva de análise historiciza sua crítica a partir do pensamento liberal, cuja influência vem atrelada aos ideais iluministas, no qual a noção do sujeito social foi compreendida como universal, livre, autônomo e racional: “conceber a existência do sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade” (MARIANO, 2005, p.483).

Segundo aponta a autora em destaque, a crítica marxista, a partir de categorias como classe social, mais-valia e alienação, atacou o pensamento liberal, revelando-o como atrelado aos interesses particulares de uma classe social específica, a burguesia. Ademais, as autoras feministas marxistas adicionaram mais uma crítica, apontando que o sujeito do liberalismo, além de burguês, é também masculino, logo, sua pretensa universalidade abriga, na verdade, sua especificidade.

Butler problematiza os modos de operação das relações binárias da divisão sexo/gênero, homens/mulheres e sujeito/outro, questionando suas raízes epistemológicas que ela caracteriza como “uma espécie de essência da política feminista” e partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído.

Piscitelli (2002) analisa a perspectiva de Butler ao afirmar que:

> Para Butler, a distinção sexo/gênero assume pressupostos que devem ser discutidos. A autora considera necessário refletir, de maneira crítica, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a ser considerados como “dados”. Com esse objetivo, ela propõe uma pesquisa genealógica que, ao mostrar como foi construída a dualidade sexual, como diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente, desafie o caráter imutável do sexo. Nesse procedimento, o sexo aparece como culturalmente construído. Por esse motivo, Butler considera que o gênero não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como “dado”. Gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza

> sexuada, ou o sexo “natural” são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos (p.15).

As críticas que a autora tece a tal conceito explicitam a manutenção do histórico binarismo, aliado à heteronormatividade homem x mulher. Acrescenta ainda que esses aspectos jurídicos seriam amarras, uma vez que coibiriam as determinações do sujeito e suas políticas. Logo, o discurso feminista, ao asseverar o sujeito feminista apenas como “mulher”, estaria legitimando o nexo do sistema jurídico de formação discursiva sobre os sujeitos. E conclui a autora que desse modo, nunca alcançaria êxito a emancipação das “mulheres”, visto que as estruturas de poder que produzem o sujeito do feminismo são as mesmas que o reprimem.

Na atualidade Butler é uma das autoras mais adotadas entre os (as) pesquisadores (as) da teoria *queer*[97], construídas pelos pilares basilares de sua crítica: 1. O problema do termo mulher; 2. A utilização do sexo e do gênero como pontos centrais do feminismo, como já descrito, 3. A estrutura heterossexual como paradigma do feminismo. Butler expõe a premissa que prevê a absoluta coerência entre o sexo, gênero e o desejo/prática sexual, no bojo da sociedade heteronormativa, ou seja, que se estrutura sobre a norma da heterossexualidade e que pune os sujeitos que não se submetem a ela.

Todavia, Carrara e Simões (2007) apontam que o que hoje se credita ao pensamento de Butler já estava presentes no campo intelectual brasileiro desde o final dos anos 1970. Ainda segundo os referidos autores, não se trata de tirar o mérito das contribuições da referida autora para a atualidade de questões referentes a sexualidade,

> Acreditamos, porém, que uma genealogia menos comprometida a pagar tributos à produção intelectual dos centros metropolitanos deveria seguramente reconhecer a importância do pensamento socioantropológico brasileiro em torno da homossexualidade, seu caráter original e precursor do pensamento crítico que mais tarde viria a ser batizado de teoria queer. Nosso ponto aqui não é disputar precedências, mas realçar as afinidades entre certas preocupações analíticas e políticas daquele contexto e do momento atual. Isso requer uma breve consideração do conjunto de referências com as quais dialogavam os antropólogos brasileiros ou aqui aclimatados interessados pela sexualidade e homossexualidade, tendo em vista as contribuições teóricas que marcam atualmente os estudos de sexualidade (p.76-77).

[97] Termo frequentemente traduzido no Brasil como estudos de gays, lésbicas, transexuais bissexuais, travestis etc, para os quais a obra de Judith Butler é bastante inspiradora.

Situarei, alguns aspectos, em torno dos estudos *queer*, uma vez que esse debate faz parte das mediações entre a vida social e as ações dos sujeitos. Além do que, eles de maneira dialética, intermedeiam a estrutura social e as ações sociais e históricas que perpassam o complexo campo da sexualidade humana. Como discorre Bozon (2013):

> No início de 1990 nos Estados Unidos, um movimento crítico se constitui em torno de Judith Butler, Eve Sedgwick e Teresa de Laurentis. Este se caracteriza como um movimento intelectual cultural e político que tem por objetivo a construção/desconstrução do gênero e da normalidade sexual, tendo a perspectiva de marginalizados e "anormal" (sentido da palavra queer) travestis, loucos, intersexes, ou lésbicas sadomasoquistas. Assim, a drag Queen, de acordo com J. Butler, "revela implicitamente a estrutura imitativa do gênero em si, bem como sua contingência" (op cit, p.261). Paródia sem original, o gênero em si é reduzido para todas as suas expressões e operações perfomativas, utilizando as "tecnologias de gênero", que constróem as aparências. Introduz desordem na construção e normalidade sexual através de uma crítica radical e permanente as identidades fixas, com base em binarismos homem/mulher, homo/hetero. Para os homossexuais, ao contrário do que é sugerido pela mitologia do *coming out* libertador, a questão do armário nunca é resolvida de uma vez por todas e envolve uma escolha política permanente, negociação e adaptação [98] (p.106).

De modo que a teoria *Queer*, oficialmente *Queer theory*, vem se caracterizando a partir de conceitos que afirmam que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero, dos sujeitos se materializam a partir de um constructo social e que, deste modo, não existem papeis sexuais essenciais ou

[98] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em francês: *Au début des annés 1990 aux États-Unis, un mouvement critique se constitue autour de Judith Butler, Eve Sedgwick et Teresa de Laurentis. Il s'agit d'un mouvement intellectuel, culturel et politique qui prend pour objet la construction/desconstruction du genre et de la normalité sexuelle, en prenant le point de vue des marginaux et des anormaux (sens du mot queer), travestis, folles, intersexes, ou lesbiennes sadomasochiste. Ainsi le drag queen, selon J. Butler, 'revèle implicitement la struture imitative du genre lui-même ainsi que sa contingence´ (op cit, p.261) Parodie sans original, le genre lui-même se réduit à l'ensemble de ses expressions et des opérations perfomatives, utilisant les technologies de genre, qui en construisent les apparences. Introduire le trouble dans cette construction et dans la normalité sexuelle passe par une critique radicale et permanente des identités fixes, fondées sur les binarismes homme/femme, homo/hétéro. Pour les homosexuels, contrairement à ce que suggère la mythologie du coming out liberateur, la question du placard n'est jamais réglée une fois pour toutes et implique une politique permanente de choix, de négociation et d'adaptation.*

biologicamente implantados na natureza humana, mas antes, formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papeis sexuais.

No Brasil, uma das primeiras dificuldades foi como traduzir o termo *Queer* para a Língua Portuguesa. Segundo Louro,

> O que se tem chamado de teoria queer (e esse talvez não seja um bom nome, na medida em que pode sugerir certo "corpo de conhecimentos" lembra algo um tanto mais estruturado ou sistematizado do que, efetivamente, constitui o movimento e os estudos queer) parece reunir um conjunto de teorizações ou de ideais receptivos a tal instabilidade e mobilidade. Movimento é uma das características do queer (2012, p.04).

Nesse sentido, a ideia dos (as) teóricos (as) dessa teoria foi positivar esta determinada forma pejorativa de insultar os (as) homossexuais. Segundo as problematizações levantadas por Butler, o termo tem atuado a partir de uma prática linguística com o intuito de degradar os sujeitos aos quais se refere. Assim, "Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos" (BUTLER, 2002, p.58). Dito isso, a sugestão é dar um significado distinto ao termo e, ao que parece, tentar apreender a teoria *queer* como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas. Ou como alude Louro (2012) "[...] podemos pensar o *queer* como um movimento, uma disposição existencial e política, que supõe a ambiguidade, o não lugar, o trânsito, [...] como um movimento pós-identitário". Louro (2012, p.06) aprofunda sua análise adiantando que:

> Isso não significa a negação dos movimentos identitários nem a ruptura com esses movimentos, mas se expressa por uma mudança de foco, uma mudança epistemológica. O que se buscaria seria enfatizar mais as práticas do que as identidades e questionar os binarismos sobre os quais se assenta o saber e a cultura dominantes. Em outras palavras, antes de se propor como uma nova identidade e buscar integrar se ao conjunto da sociedade, o queer pode representar o questionamento e a crítica desconstrutiva das normas, da lógica e dos arranjos sociais vigentes [...]

Entretanto, segundo Louro (2012) apesar das críticas e polêmicas construídas pelos campos teóricos distintos, em torno dos estudos ligados ao gênero e à sexualidade e, embora as várias correntes de estudos feministas, gays, lésbicos, *queer,* desenvolvam conceitos ou estratégias distintas de análise, elas convergiram

e convergem no sentido de evidenciar a heteronormatividade compulsória presente nas sociedades e fazerem a denúncia da homofobia e do sexismo ou do binarismo de gênero.

Sobre a perspectiva da heterossexualidade recorremos ao pensamento de Monique Wittig. De acordo com Natacha Chetcuti (2009), quando Wittig escreveu em 1976 o artigo denominado *The Category of Sex*, que foi traduzido e publicado em francês em 2001, sob o título *La catégorie de sexe*, a mesma analisou a dimensão política da heterossexualidade e criticou a suposição da diferença sexual que estruturava o pensamento da diferença dando um *status* inato, a priori, à heterossexualidade. Wittig apontou ainda que a diferença sexual que emana do corpo é apenas a justificação de uma ideologia que opera uma estrutura de classificação arbitrária da relação de poder desigual existente entre homens e mulheres. Portanto, para a referida autora, a distinção entre homossexualidade e heterossexualidade depende da distinção construída entre homens e mulheres e feminino/masculino. Esta distinção está, portanto, na base da sociedade heterossexual[99] [tradução nossa]. Acrescenta a autora que:

> A categoria do sexo é uma categoria política que funda a sociedade como heterossexual. Não se trata de uma questão de ser, senão de relações (porque as "mulheres" e os "homens" são o resultado de relações). Embora os dois aspectos sejam confundidos sempre que se discutem. A categoria sexo é a categoria que estabelece como "natural", as relações que estão na base da sociedade (heterossexual) e através do qual metade da população - as mulheres - são "heterossexualisadas" [...] e submetidas a uma economia heterossexual (*Ibidem,* 2010, p. 26)[100] [tradução nossa].

[99] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em francês: Wittig écrit en 1976 *The Category of Sex*, article traduit et publié en français en 2001 sous le titre *La catégorie de sexe*. Elle y analyse la dimension politique de l'hétérosexualité et critique le présupposé de la différence des sexes qui structure la pensée de *la différence* en donnant un statut *inné* et *a priori* à l'hétérosexualité. Elle démontre que cette différence sexuelle qui émanerait du corps n'est que la justification d'une idéologie qui opère une classification arbitraire structurant le rapport de force inégalitaire entre les hommes et les femmes. La conséquence d'une pensée naturalisante considérant logique et inévitable la distinction entre masculin et féminin est d'entretenir le déséquilibre social de la répartition du pouvoir entre hommes et femmes. Pour Wittig, la distinction entre homosexualité et hétérosexualité dépend de la distinction construite entre homme et femme et féminin/masculin, cette distinction étant *la base de la société hétérosexuelle* (CHETCUTI, 2009, p.24,).

[100] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em francês. La categoría de sexo es una categoria política que funda la sociedade em cuando heterossexual. Em este sentido, no se trata de una cuestión de ser, sino de relaciones (ya que las "mujeres" y los "hombres" son el resultado de relaciones) aunque los dos aspectos son confundidos siempre cuando se discuten. La categoria que estabelece como "natural" la relación que está en la base de la sociedad (heterosexual) y a través de ella la mitad de la población - las mujeres- es "heterosexualizada" [...] y sometida a una economía heterossexual.

Ainda segundo a referida autora a categoria de sexo é o produto da sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação irrestrita de reproduzir a "espécie", ou seja, de reproduzir a sociedade heterossexual. Tal obrigação de reprodução que se inflige às mulheres adianta Wittig (2001), é o sistema de exploração sobre o qual se estrutura economicamente a heterossexualidade[101].

Segundo o pensamento de Wittig (2010) a categoria de sexo é a categoria que une as mulheres, porque elas não podem ser concebidas fora dessa categoria. Somente elas são sexo, os sexos, e tem o convertido em seu espírito, seu corpo, seus atos, seus gestos, incluindo os assassinatos os quais qual são vitimizadas e os golpes que recebem suas sexualidades. Indiscutivelmente a categoria sexo aprisiona firmemente as mulheres[102]. Por fim, Wittig (2010) conclui que:

> A categoria do sexo é uma categoria totalitária que para provar sua existência tem que ter seus inquisidores, a justiça, os tribunais, o conjunto de lei, seus terrores, suas torturas, seus mutiladores, suas execuções, sua polícia. Ele forma a mente, tanto quanto o corpo, e controla toda a produção mental. Ele se apodera dos nossos espíritos de tal maneira que nós não podemos pensar fora dela. É por essa razão que nós devemos destruir e começar a pensar mais além, se nós quisermos começar a pensar verdadeiramente, assim como devemos destruir os sexos como realidades sociológicas, se nós quisermos começar a existir (*ibid*. 28).

A partir do pensamento de Claire Michard, Chetcuti (2009), acrescenta que Guillaumin observou, com razão, que Wittig não produziu em si um discurso propriamente crítico do pensamento naturalista e de suas categorias: "sexo", "gênero", "mulher", "homem", "diferente", "heterossexualidade", mas o discurso de sua destruição. Uma batalha está sendo travada em busca da liberdade de expressão dessas categorias[103]. [tradução nossa]

---

[101] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em francês. La categoría de sexo es el producto de la sociedad heterosexual que impone a las mujeres la obligación absoluta de reproducir "la espécie", es decir, reproducir la sociedad heterosexual. La obligación de reproducción de la "espécie" que se impone las mujeres es el sistema de explotación sobre el que se funda económicamente la heterosexualidad.

[102] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em francês: *La categoría de sexo es la categoría que une a las mujeres porque ellas son sexo, el sexo, y se las há convertido em sexo em su espíritu, su cuerpo, sus actos, sus gestos; incluso los asesinatos de que son objeto y los golpes que reciben son sexuales.*

[103] Ainsi que le précise Claire Michard: *comme « l'a très justement relevé Guillaumin […], Wittig ne produit pas à proprement parler un discours critique de la pensée naturaliste et de ses catégories:*

Em uma perspectiva materialista, Wittig demonstra que não existe um grupo natural de “mulheres” e, que, portanto, põe em discussão “a mulher”, que ela descreve como um mito. Nesse sentido, a autora questiona a forma como algumas feministas e lésbicas feministas na atualidade vêm repetindo a fórmula Beauvoiriana, quando a mesma demonstrou que a base da opressão das mulheres é biológica, bem como histórica[104] [tradução nossa]. Assim a autora propõe a seguinte análise:

> Somos manipuladas a tal ponto que nosso corpo deformado é o que eles chamam “natural”, e o que supostamente existia antes da opressão. Tão manipuladas que finalmente, a opressão parece ser uma consequência desta “natureza” que está dentro de nós mesmas (uma natureza que é somente uma ideia). [...] não há nenhum destino biológico, psicológico ou econômico que determine o papel que as mulheres representam na sociedade: é a civilização como um todo a que produz essa criatura intermediária entre o macho e o eunuco, que se qualifica como feminina (WITTIG, 2010,p.32).

Wittig crítica a perspectiva sobre a qual, tais feministas e lésbicas feministas em especial as estadunidenses (e de outros lugares) ainda consideram que a base da opressão das mulheres é biológica e histórica encontrando suas fontes em Simone de Beauvoir. A crença no direito materno e numa “pré-história”, na qual as mulheres criaram a civilização (devido a uma predisposição biológica), enquanto que os homens brutos e grosseiros deveriam apenas ir à caça (devido à predisposição biológica) é a simétrica da interpretação biologizante da história que tem sido feita, até hoje, pela classe dos homens. Ela releva o mesmo método que consiste em encontrar nas mulheres e nos homens uma razão biológica para explicar a divisão, excluíndo os fatos sociais. Afirma a autora,

> Para mim, isto não pode constituir nunca em um ponto de partida para uma análise lésbica da opressão das mulheres, porque pressupõe que a base e a origem da sociedade humana está fundamentada necessariamente na heterossexualidade. O matriarcado não é menos heterossexual que o patriarcado: só o sexo do opressor muda. Ademais, esta concepção, permanece prisioneira das categorias de sexo (homem e mulher), é mantém mais a idéia de que a única coisa que define uma mulher é a sua

---

“sexe”, “genre”, “femme”, “homme”, “différence”, “hétérosexualité”, mais le discours de leur destruction. Une guerre est menée pour libérer le discours de ces catégories.

[104] Dans une perspective matérialiste, Wittig démontre qu’il n’existe pas de groupe naturel « femmes » et remet ainsi en cause « la-femme », qui n’est selon elle qu’un mythe. C’est pourquoi l’auteur conteste la manière dont certains courants féministes et lesbiens féministes ont repris la formule de Beauvoir en continuant de penser que la base de l’oppression des femmes serait biologique autant qu’historique.

> capacidade de fazer uma criança, (ou seja, biologia) é a única coisa que define uma mulher (WITTIG 2001,p. 46-47) [tradução nossa][105].

Wittig (2010) aponta que é tarefa histórica de nós mulheres (e somente nossa), definir em termos materialistas o que denominamos de opressão, bem como, analisar as mulheres como classe, o que significa afirmar que a categoria "mulher" e a categoria "homem", são categorias políticas e econômicas e que, portanto, não são eternas. Acrescenta a autora:

> Nossa luta tenta fazer desaparecer os homens como classe, não com um genocídio, sim com uma luta política. Quando a classe dos "homens" tiver desaparecido, as mulheres como classe desaparecerão também, porque não há escravos sem senhores"[106] (p. 38) [tradução nossa].

Para isso é preciso inicialmente tratar destinguir seriamente entre as "mulheres" (a classe dentro da qual lutamos) e "a mulher" como mito. A este respeito acrescenta Wittig.

> Porque a "mulher" não existe para nós: é só uma formação imaginária, enquanto que as "mulheres" são o produto de uma relação social. Temos sentido isso claramente quando rejeitamos que nos chamaram "movimento de liberação da mulher"[107]. Mais ainda, temos que destruir o mito dentro e fora de nós. A "mulher" não é cada uma de nós, senão uma construção política e ideológica que nega as "mulheres" (o produto de uma relação de exploração). A "mulher" existe para confundirmos, para ocultar a realidade das "mulheres". Para chegar a ser uma classe, para termos uma consciência de classe, temos primeiro que matar o mito da "mulher", incluindo seus recursos mais sedutores [...] mas constituir-se em classe não significa que devemos suprimirmo-nos como indivíduos. E que nenhum

[105] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em francês*: Certaines d'entre elles prétendent même trouver leurs sources chez Simone de Beauvoir. La référence au droit maternel et à une "préhistoire" où les femmes auraient créé la civilisation (à cause d'une prédisposition biologique) tandis que l'homme brutal et grossier se serait contenté d'aller à la chasse (à cause d'une prédisposition biologique) est la symétrique de l'interprétation biologisante de l'histoire que la classe des hommes a produite jusqu'ici. Elle relève de la méthode même qui consiste à chercher dans les femmes et les hommes une raison biologique pour expliquer leur division, en dehors de faits sociaux. Du fait que cette façon de voir présuppose que le commencement ou la base de la société humaine repose nécessairement sur l'hétérosexualité, elle ne saurait pour moi être au départ d'une analyse lesbienne/féministe de l'oppression de femmes. Le matriarcat n'est pas moins hétérosexuel que le patriarcat: seul le sexe de l'oppresseur change. Cette conception, outre qu'elle reste prisonnière des catégories de sexe (femme et homme), maintient de plus l'idée que ce qui seul définit une femme, c'est sa capacité de faire un enfant (biologie)* (WITTIG, 2001, p.46-47).

[106] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em espanhol: *Nuestra lucha intenta hacer desaparecer a los hombres como clase, no con un genocidio, sino con una lucha política. Cuando la clase de los "hombres" haya desaparecerán también, porque no habrá esclavos sin amos.*

[107] Tal denominação veio de um artigo publicado em L'Idiot Internacional (maio 1990), cujo título original era "Por um movimento de liberação das mulheres".

> indivíduo pode ser reduzido a sua opressão, nos vemos também confrontadas com a necessidade histórica de nos constituir como sujeitos individuais de nossa história[108] (2010, p.38-39) [tradução nossa].

Como pudemos observar, Wittig destoa das perspectivas teóricas feministas, ao rejeitar o termo "mulher". Ela expõe a necessidade de distinguir entre as mulheres que lutam pelas mulheres como uma classe e pela eliminação desta classe das mulheres que lutam por "a mulher", a partir de um conceito essencialista, que é, segundo ela, uma posição antifeminista, uma vez que a noção de mulher é o que naturaliza a subordinação das mulheres. A partir dessa perspectiva, ela rechaça a utilização do dito mito, pois algumas tendências dos movimentos feministas e lésbicos que conduzem novamente ao mito da mulher que havia sido criado especialmente para nós, por homens. E com ele voltamos a cair outra vez em um grupo natural. Tal posicionamento gera, para Wittig, a mitificação do "a" mulher, de modo que a manutenção do discurso sobre a diferença elimina a dimensão política contida em "mulheres"[109](CHETCUTI, 2009). Sobre essa perspectiva, Wittig registra:

> Levantamos-nos para lutar por uma sociedade sem sexos; agora nos encontramos presas na armadilha familiar de que "ser mulher é maravilhoso". Simone de Beauvoir evidenciou precisamente a falsa consciência que consiste em escolher entre as mesmas características do mito (que as mulheres são diferentes dos homens) aquelas que parece agradável, é utilizado para definir as mulheres. Utilizar isso de que "é maravilhoso ser mulher" supõe assumir, para definir as mulheres, os melhores traços da opressão nos são atribuídos, e supõe não questionar radicalmente as categorias "homem" e "mulher", que são categorias políticas (e não dados naturais). Isto nos convoca a lutar dentro da classe

[108] Trata-se de uma livre tradução do seguinte trecho em espanhol: *Porque la mujer no existe para nosotras: es solo una formación imaginaria, mientras que las mujeres son el producto de una relación social. Hemos sentido esto claramente cuando rechazábamos que nos llamaran "movimiento de liberación de la mujer. Mas aún, tenemos que destruir el mito dentro y fuera de nosotras. La "mujer" no es cada una e nosotras, sino una construcción política e ideológica que niega a "las mujeres" (el producto de una relación de explotación). La mujer existe para confundirnos, para ocultar la realidade de las mujeres. Para llegar a ser una clase, para tener una conciencia de clase, tenemos primero que matar el mito de "la mujer", incluyendo sus rasgos más seductores [...] pero constituirse em clase no significa que debamos suprimirmos como indivíduos. Yya que ningún individuo puede ser reducido a su opresión, nos vemos también confrontadas con la necesidad histórica de constituirmos como sujeitos individuales de nuestra historia*.

[109] Wittig se démarque des théories féministes en récusant le terme « femme ». Elle montre la nécessité de distinguer *les femmes* luttant pour les femmes en tant que classe sociale et pour l'abolition de cette classe et les femmes se battant pour « la » femme en tant que concept essentialiste, ce qui est de son point de vue une position anti-féministe, puisque la notion de *femme* est ce qui naturalise la subordination *des femmes*. Elle dénonce le mythe de « la » femme et son utilisation dans certains groupes de femmes ou féministes qui, en utilisant le point de vue du féminin comme valeur positive, renforcent ce mythe. La mythification de « la » femme, en entretenant un discours sur *la différence*, évacue la dimension politique contenue dans « les femmes ». À ce propos, Wittig écrit :

> "mulheres", não como fazem as outras classes, pelo desaparecimento de nossa classe, sim pela defesa da "mulher" e seu fortalecimento [...] (2010, p. 36).

Wittig se inspira nas elaborações teóricas do feminismo materialista, se vincula à reflexão crítica de Collette Guillaumin. Lembrando que a heteronormatividade foi um conceito retirado do seu trabalho, segundo Falquet (2014), "às vezes muito mal traduzido". Acrescenta Falquet (2014, p. 257)

> Acho que pegar só a heteronormatividade, em vez, por exemplo, dos conceitos de "pensamento straight" e da "ideologia da diferença sexual" é uma simplificação, um reducionismo do pensamento dela. Para ela, a heterossexualidade não é uma prática sexual obrigatória (isso é o que afirma Adrienne Rich), porque sequer é uma prática sexual. Como já falei, a heterossexualidade é algo bem mais amplo, é uma ideologia hegemônica que ela chama de "pensamento straight". É a ideologia, a crença de que existe universalmente uma suposta "diferença sexual", que é o fundamento de todas as sociedades.

Sinto-me particularmente desafiada pelas ideias de Wittig, não que, *a priori*, discorde de suas análises. Ao contrário, suas reflexões, por vezes radicais sobre estruturas de pensamento dos movimentos feministas nos desestabiliza ao mesmo tempo em que traz para o campo de debate questões fundamentais para pensar o político, o essencialismo e os mitos em torno da categoria "mulher".

Contudo, tais reflexões deixam em aberto alguns questionamentos que perpassam os debates contemporâneos, por exemplo, se levarmos em consideração a análise de Wittig de que é tarefa histórica de nós mulheres, e exclusivamente nossa, definir em termos materialistas o que denominamos de opressão, tal afirmação fecha a possibilidade de inserção de outros sujeitos, para além das mulheres na construção do feminismo. Sobre esse debate Falquet (2014, p.254-255) argumenta:

> Para mim, o feminismo é um projeto político, isso é o que tem que se debater, não sobre a "identidade" de quem o constrói, mas sobre o projeto político e a posição social (dominante ou não) e a ética de quem o constrói, muito mais do que sobre a "identidade" dessas pessoas. Acho que a perspectiva da maioria desses debates tem a ver com uma perspectiva de identidade que eu recuso completamente. Numa lógica antina-turalista, de qualquer jeito, não é um problema de você ter ovários, pênis ou não ter, ou ter as duas coisas. Isso não tem nada a ver com o projeto político que você pode desenvolver. Melhor dizendo, tem a ver, mas não mecanicamente, mas de uma forma muito complexa.

Outro debate, não menos provocador é em relação às mulheres transexuais que se confrontam, muitas vezes, com um feminismo que nega a possibilidade de se viver o gênero fora dos padrões das identidades genitalizadas como expressões legítimas e "normais" do feminino e do masculino donde mulher/vagina e homem/pênis.

Acho legítimas as ponderações aqui apresentadas, entretanto, creio ser importante está atento (a) às multiplicidades presentes nos debates sobre o gênero, a sexualidade, o feminismo, o homem e a mulher. Ou seja, pensar esses temas sem juízo de valor a partir de uma práxis epistemológica que pondere as novas concepções do humano no seu sentido genérico. Ou ainda, tomo emprestado aqui a análise de Kergoat (2012), quando a mesma aponta que ao se pensar a categoria "mulheres", é indispensável ter em conta a indissociabilidade homogeneidade x heterogeneidade, uma vez que não se pode falar em mulher como sujeito universal, mas como mulheres, em sua diversidade.

A crítica às teorias da pós-modernidade, se dá a partir das abordagens desconstrutivistas[110] e pós-estruturalistas por enfatizarem "demasiadamente" as diferenças, não propondo uma alternativa ao movimento feminista se distanciando desta forma, da prática política. Piscitelli, descrevendo a propósito das controvérsias dessas abordagens para algumas feministas, afirma:

> Além de dissolver o sujeito político 'mulheres', as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político. [...] Na atualidade, dizem, as perspectivas teóricas lhes resultam 'pouco úteis', inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia (2002 p. 32-33).

Determinadas correntes feministas pós-estruturalistas, contrárias a essencialismos, a binarismos e a lógicas identitárias impediram a referência à categoria "mulher", e qualquer tentativa de nela fundamentar uma política feminista, é logo qualificada de politicamente equivocada. Desse modo, a estratégia, foi a de radicalizar a noção de diferença. Por meio de uma prática desconstrutiva negativa. A

[110]"[...] as autoras que atuam nos debates contemporâneos de gênero consideram que trabalham numa abordagem 'desconstrutivista', uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e 'desmontando' seus modos de discurso".

mulher passou a ser uma identidade que não pode ser afirmada. Tal disposição resulta, portanto, em um feminismo (os) sem mulheres (CONCEIÇÃO, 2009, p.13). O que a meu ver significa a perda do sentido do movimento feminista, a diluição do seu propósito.

Ademais, as perspectiva pós-estruturalista, pós-moderna ou mesmo "pós-feministas"[111] atribuem, comumente, a desigualdade entre homens e mulheres a dimensão cultural, desvinculando-a das relações estruturais de dominação e de desigualdades. Todavia, a cultura que vivenciamos se encontra permeada por modelos conservadores de comportamento e conduta considerados "femininos" ou "masculinos" que, "comumente, reproduzem a desigualdade histórica entre homens e mulheres. Isso ocorre porque é por meio da cultura que os valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar são reproduzidos" (CISNE, 2013, p.141). Ainda segundo a referida autora,

> [...] cabe a nós perguntar: de onde vem a cultura? Como ela é determinada e reproduzida? Quem a produz? A cultura, como nos ensina a tradição marxista, possui determinações materiais. Ela é produzida nas e pelas relações sociais que estabelecemos, em um terreno marcado pela luta de classes antagônicas. Na particularidade das "relações sociais de sexo", como nos lembra Delphy (2009a, p. 253-254): "a construção social dos valores, o masculino e o feminino são as criações culturais de uma sociedade fundada, entre outras hierarquias, sobre uma hierarquia de gênero". As hierarquias e os interesses que elas guardam/atendem, devem, portanto, ser desvelados criticamente para o entendimento dos valores e do que se concebe como feminino e masculino.

Nessa mesma perspectiva de análise, esclarece-nos Saffioti:

> [...] a formação econômico-social capitalista, estágio mais avançado das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, se configura como aquela que, por ter desnudado o fundamento econômico de

[111] De acordo com Castro (2000:98): "O pós-feminismo toma formato de movimento a partir de 1990 – não somente na Europa, onde se iniciara, mas também nos EUA. Critica-se o que se identificaria como 'postura feminista', isto é, o 'policiamento' da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de gênero, por considerar que levaria ao ocultamento do homo e da bissexualidade. Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo, no plano discursivo e o marxismo, caricaturado como perspectiva 'economicista' e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado (aliás, revolução termo também abolido do léxico dos 'pós', seria uma 'metanarrativa' incompatível com uma ideologia que preza o "eterno presente"). Movem-se na "luta discursiva", ou seja, "na luta pelo controle dos termos e regras do discurso", e rompem com a "unidade-de-teoria-e-prática marxista, a revolução como processo" – textos entre aspas, de Fredric Jameson".

> si própria, necessita construir a mais ampla e bem elaborada capa sob a qual oculta as injustiças sociais. Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas (1979, p.234).

Todavia, a análise das tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas no feminismo, se coloca como importante para os marxistas, exigindo ultrapassar as rotulações depreciativas sobre tais correntes e considerar as condições materiais, históricas e sociais marcadamente situadas no contexto de fortalecimento do capitalismo e das derrocadas das esquerdas, bem como o arrefecimento dos projetos emancipatórios em geral (CASTRO, 2000).

Outro aspecto importante nessa análise proposta por Castro (2000, p.102): se apresenta em como "[...] ainda que se reconheça que tais tendências não são conservadoras, nem se definam como pró-capitalistas, elas não se propõem a identificar agências e sujeitos de mudanças" e acrescenta:

> Inclusive, algumas vertentes rejeitam a centralidade proposta no marxismo para as classes proletárias e projetos de revoluções sociais, não pretendendo ir além de críticas textualizadas e, muitas vezes, não contextualizadas. Por outro lado, podem dar margem a posturas cínicas de descomprometimento com a barbárie do capitalismo atual, via uma postura blasé de indiferença e distanciamento, ou por ocultamento de contradições, explorações de classe, ao insistirem no abstrato, em fragmentações, diferenças, pluralidade, diversidade, sem nomear poderes e privilégios de classe ou de raça (CASTRO, 2000, p.102).

Nesse sentido, a reflexão crítica desenvolvida pelas feministas materialistas sobre esta abordagem é relevante, tendo em vista que as teorias feministas é entendida com a reavaliação da teoria e da prática social, ou seja, a partir da experiência concreta das mulheres. De modo que a transformação da sua experiência de vida que historicamente tem sido uma experiência de dominação/subordinação oriundo do sistema patriarcal, deve necessariamente ser protagonizada pelo sujeito coletivo "mulher".

É importante ressaltar ainda que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça/etnia, orientação sexual, geração, etc, de modo que tais diferenças e especificidades devem ser percebidas. Contudo, ao que parece, a abertura de pesquisas e reflexões sobre gênero, não focalizando nas mulheres, tem potencializado na atualidade uma concentração de estudos sobre "masculinidades" em detrimento das abordagens que levem em conta a condição das mulheres na sociedade.

Evidentemente, é preciso reconhecer as contribuições singulares de tais estudos, bem como, reconhecer a importância dos mesmos para o campo de novos valores que são fundamentais para a emancipação dos sujeitos, bem como, sair de determinismos, economicismos e reducionismos, e aprofundar as convivências, desencaixes, pseudoconsentimentos. Ou seja,

> Compreender porque viver 'com-sentimentos', inclusive as violências sofridas, a fluidez do poder, as ambiguidades e a força do desejo e da subjetividade, o jogo do simbólico, da sexualidade, ou seja, a materialidade da micropolítica e as possíveis subversões que por aí se criam, assim como a não tão transparente força das macroestruturas (CASTRO, 2011, p.77).

Contudo, a reflexão surge como um elemento de ponderação, fundamentada nos enormes desafios postos para o feminismo atual, que busca como prática e ação política, a desconstrução social dos papeis sexuais e de gênero, enfrentando temas e lutas sociais, tais como: o direito ao aborto, a luta contra a homofobia, a divisão sexual do trabalho, fim da violência contra a mulher, o combate ao assédio sexual e moral no trabalho, dentre outras.

Ainda no contexto de críticas e de polêmicas em torno do conceito de gênero, outra importante teórica que influenciou/influencia o pensamento mundial é a antropóloga norte americana *Gayle Rubin* cujos trabalhos de mais vulto, foram, respectivamente, *"The Traffic in Women – Notes of the 'Political Economy' of Sex"* (1975) e *"Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality"*[112] (1984). Em seu ensaio *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "Economia Política do Sexo"*, publicado originalmente em 1975. Ela expôs uma conceituação que sistematizou ideias pré-existentes, ainda que difusas, sobre os usos do gênero na

[112] Uma tradução livre para os títulos seria: "O Tráfico de Mulheres – Notas sobre a 'Economia Política' do Sexo" e "Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade").

questão das mulheres a partir de uma perspectiva antropológica estrutural e da psicanálise (PISCITELLI, 2002), fazendo a crítica ao antropólogo *Claude Lévi-Strauss* e dos psicanalistas *Sigmund Freud e Jacques Lacan* (os dois primeiros, em especial).

Rubin utilizou como base de análise principalmente a crítica à obra *"A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado"*, de Friedrich Engels, visto ser considerada a obra, da teoria marxista, que mais apontou elementos relacionados à subordinação da mulher. Entretanto, as críticas desenvolvidas por Rubin não negaram a contribuição do marxismo. A mesma afirmou que: "há um imenso legado marxista no feminismo, e o pensamento feminista tem uma grande dívida com marxismo. Em certo sentido, o marxismo permitiu que as pessoas levantassem toda uma série de questões que o próprio marxismo não podia responder satisfatoriamente" (BUTLER & RUBIN, 2003, p.158). Ou seja, a antropologia poderia responder questões que se colocavam como limites que o marxismo não conseguia lidar, tais como aspectos ligados à sexualidade ou ao gênero, uma vez que priorizavam temáticas como classe social, trabalho, relações e modos de produção. De modo que o gênero, nesse contexto, não era priorizado e, se era, tinha um cunho eminentemente essencialista (FRANÇA, 2012):

> Após haver dimensionado a falha da teoria marxista para dar conta das questões envolvidas no que ela classificou como o **sistema sexo-gênero**. Suas cobranças à psicanálise se fazem a Freud e a Lacan, relacionadas à concepção do falo como o significante estrutural do psiquismo. O tráfico das mulheres como objeto de troca entre os homens, processo fundante das estruturas elementares do parentesco e da sociedade, na concepção de Lévi Strauss, fundamenta as reflexões da autora sobre a submissão das mulheres (LAGO, 2012, p.10).

Vale ressaltar que Rubin foi uma das percussoras da análise da normatização da sexualidade, questão central para as teorias *queer*, o que a tornou, em estudos posteriores, uma das importantes teóricas dessa perspectiva.

Pensar sobre gênero é discorrer sobre relações sociais e, segundo Foucault (1979), falar de relações sociais, é falar de relações de poder, poder que se exerce nos espaços públicos e privados. Essa compreensão é aprofundada por Hirata e Kergoat (2004) ao ressaltarem que as relações de gênero, classe e *raça/etnia* [grifos nossos] dinamizam todos os campos do social, ou seja, se transversalizam, perpassando todas as demais relações.

Scott (1991), por sua vez, demonstra que as desigualdades sociais não são somente de classe, de raça/etnia ou de religião, trazem a forte marca das relações de gênero definidas conforme os atributos culturais conferidos ao masculino e ao feminino, que fazem a mulher ser vista como *cidadã de segunda classe*, como definiu Simone de Beauvoir, em sua célebre obra O Segundo Sexo, de 1949 (COELHO, 2005).

Saffioti (2004) esclarece que o termo *gênero* foi mencionado primeiramente pelo médico e psicanalista estadunidense Robert Stoller, em 1968. Sendo que a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayler Rubin[113], os estudos de gênero foram difundidos.

Entretanto, alguns (as) antropólogos refutam essa hipótese, admitindo que já em 1930, Margareth Mead, na sua publicação *Sexo e Temperamento* (MEAD, 1935), abordou um conjunto de argumentos. Aos quais habitualmente, se denomina de "construção cultural do gênero". Tais argumentos partiram, segundo a autora, do princípio de que "mulher" e "homem" são entes diferentes, preenchidos com conteúdos mutáveis, por meio das sociedades. Nessa interpretação, Mead introduziu, portanto, a ideia "gênero" como um tema antropológico e etnograficamente documentável (SEGATO, 1998).

Em *Sexo e Temperamento,* Margaret Mead realizou um estudo sobre a vida íntima de três tribos primitivas da Nova Guiné - os Mundugumor, os Tchambuli e os Arapesh, pondo em xeque os conceitos tradicionais sobre homens e mulheres. A própria autora afirma no prefácio à edição de 1950 da referida obra que: "em 1931, pus-me a campo para estudar um problema: o condicionamento das personalidades sociais dos dois sexos [...]" (MEAD, 2000, p. 09). Contudo, após dois anos de trabalho, Mead afirma que verificou que o material reunido "[...] esclarecia as diferenças de temperamento, isto, é as diferenças entre dois indivíduos inatos, sem considerações de sexo" (MEAD, 2000, p.09).

O estudo concluiu que o ideal Arapesh é do homem dócil e suscetível, casado com uma mulher dócil e suscetível. O ideal Mundugumor é o homem violento e agressivo, casado com uma mulher também violenta e agressiva, enquanto, entre os Tchambuli, é "a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente" (MEAD, 2000, p.268).

---

[113] Intitulado *the Traficc in Women's: notes on the "Political Economy" of sex. In REITER, Rayna R. (org) Toward na Antropology of Womem*. Nova Iorque: *Monthly Review Press* (1975).

Neste sentido, o que podemos dizer é que Mead expõe em *Sexo e temperamento,* importantes argumentos para reforçar a tese de que é a cultura que molda o comportamento das pessoas em sociedade, reforçando o pioneirismo de sua obra para a compreensão das relações entre os gêneros.

Há que se destacar no percurso das obras que tratam sobre as relações de gênero a obra, *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir[114], datada de 1949, como referência para os estudos de gênero, embora naquela época ainda não se mencionasse tal terminologia. Aquela obra, revela um rico estudo sobre a mulher na sociedade, publicado numa época em que as mulheres coletivamente já estavam começando questionar o jugo machista, mas que ainda encontrava diversos obstáculos. Beauvoir fez uma análise, histórica, social, psicológica e biológica sobre o papel da mulher na sociedade, negando completamente ideias e estudos que tratem de uma suposta "natureza feminina", negando assim, o essencialismo biológico, apontando para as construções sociais do ser homem e do ser mulher.

A referida obra é riquíssima em informações, análises profundas e bem fundamentadas, numa tentativa exaustiva de mostrar que o "ser mulher" é algo construído histórica e socialmente, tanto quanto a submissão dela em relação ao outro sexo. Sua intenção era desconstruir a tese do "instinto biológico feminino", a qual considerava, não um pressuposto natural imutável, mas sim uma condição culturalmente construída. Beauvoir rejeitava a ideia que foi a "natureza inferior" da mulher que determinou a condição de "segundo sexo", mas sim sua invisibilidade histórica, já que não importa se sendo mãe, esposa, moça ou prostituta, a mulher, predominantemente foi definida culturalmente por sua função em relação ao homem, encarnando aquilo que Beauvoir denominou de "Outro".

Sem entrar no mérito do protagonismo, o que temos de mais concreto é que tais estudos tiveram na abordagem de Gayle Rubin (1975), uma grande sofisticação, fundamentalmente, pela análise relacional, de modo que a referida autora acrescenta que:

> Como uma definição preliminar, um sistema de sexo/gênero é um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais são satisfeitas [...] (1975, p.160).

[114] Filósofa e feminista francesa (1908-1986), referência para os estudos feministas e de gênero.

Nesse sentido, pelo menos do ponto de vista teórico, tal sistema pode ser sexualmente igualitário, ou sexualmente estratificado, como é comum nos exemplos avaliados. Ademais, “a elaboração social do sexo, deve ser mesmo ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia entre sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza e o outro na sociedade” (QUEIROZ, 2008, p.89).

Adotamos como horizonte de análise a perspectiva que considera *sexo* e *gênero* como uma unidade, mesmo porque não seja possível existir sexualidade desvinculada da dimensão biológica dos sujeitos, independentemente do contexto em que é desempenhada.

No marco dessas discussões, Christine Delphy, critica a distinção entre “sexo” e “gênero”, argumentando que:

> [...] se continua a pensar o gênero em termos de sexo: a considerá-lo como uma dicotomia social determinada por uma categoria natural. Em suma, o gênero seria o conteúdo e o sexo, o recipiente. O conteúdo pode variar, e algumas estimam que ele deve variar; mas o recipiente é concebido como invariável, na sua natureza, o que não muda, e desta natureza parece fazer parte uma vocação para receber um conteúdo social (1991,p.92).

A maioria das feministas materialistas francesas recusam o conceito de gênero e adotam de forma ampla o conceito de “relações sociais de sexo”. Um dos argumentos para justificar esse direcionamento foi comumente atribuído, segundo Perrot (1995), à dificuldade de tradução da palavra *genre para o* francês, ou por ser considerado um conceito fluido, de acordo com Fraisse (1995) e outras estudiosas (QUEIROZ, 2008).

Em perspectiva semelhante, Saffioti (1992, p.183) aponta que para muitas feministas francesas “o próprio sexo não se inscreve puramente no terreno biológico, mas sofre uma elaboração social, que não se pode negligenciar, sob pena de naturalizar processos de caráter histórico”.

Nesse sentido, a referida autora ressalta a importância de reforçar elementos que atentem para o processo de naturalização da dominação-exploração que os homens exercem sobre as mulheres, cuja forma de intensidade varia de acordo com a sociedade e a época em que se vive.

As estudiosas que defendem o uso restrito do conceito *relação social de sexo*, argumentam que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social. Desde sua origem, essa abordagem remontou a argumentações que

defendiam que era a partir das relações sociais de sexo que se permitia mostrar como a dominação masculina resultava de um “duplo processo”: a “biologização do social” e a “socialização do biológico”, ou seja, que o social interpretava o sexo biológico, conferindo-lhe um determinado sentido” (FERRAND, 2005, p.681).

Outro argumento utilizado para justificar a preferência francesa pelo termo *relação social de sexo* em detrimento de *gênero* seria que o primeiro nomeia de forma explícita o sexo, enquanto que o segundo, evitaria mencioná-lo e ainda o eufemizaria a opressão:

> Ora, a referência ao sexo biológico me parece essencial, pois a classificação social dos indivíduos, desde o nascimento, é operada sob esse critério ou mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos (DEVREUX, 2004, p.02).

Acrescenta ainda a autora (justificando a utilização do conceito relações sociais de sexo e não gênero), que esta perspectiva se coaduna com as de outras autoras, críticas da polissemia presente na tradução do francês da palavra *gênero*.

Sob o ponto de vista histórico, Devreux (2004) afirma um posicionamento crítico segundo o qual, a utilização do conceito de gênero por algumas autoras, teria sido mais consensual e, portanto,

> [...] permitiu as pesquisadoras francesas serem percebidas como menos agressivas, menos “feministas”, por suas instituições e por seus colegas homens. Não chocando, elas pensavam chegar mais facilmente a um consenso cientifico sobre a questão da dominação masculina, se mantendo mais “*politically correct*”. De certa maneira, elas eram mais “polidas”, não nomeando nem a violência e o antagonismo contidos na ideia de “relação social” nem o critério pouco animal de “sexo”. É também o que permitiu, em minha interpretação, que pesquisadores homens ingressassem nessa área de pesquisa cientifica, tornada, assim, mais consensual (DEVREUX, 2004, p. 03).

Ao analisar os argumentos adotados pela autora em tela para justificar a utilização do conceito de *relação social de sexo* em detrimento de gênero, acredito que não são perspectivas opostas. Não necessariamente a palavra *gênero* é insuficiente para entender as estruturas das relações sociais, a formulação e os processos inerentes à subordinação, à subalternidade, ou que não nomeie a confrontação incluindo homens e mulheres em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, primazias e relações de poder ao longo dos processos históricos.

Contudo, acho importante que o mesmo seja articulado ao patriarcado para assim assegurar e nomear o sistema pelo qual acontece a subordinação das mulheres aos homens. Com isso, busco fugir do pensamento reducionista que pensa o pratriarcado como um “mero adjetivo de uma ideologia” (SAFFIOTI, 2008 p.153).

Desta forma, utilizei neste trabalho, o conceito relações patriarcais de gênero, tendo por perspectiva uma construção histórica estabelecida socialmente, articulada à exploração econômica e à dominação sexual. Ademais, a construção dos papeis patriarcais de gênero reserva às mulheres a condição de subordinação e inferioridade expressa de várias maneiras.

A importância dos avanços nos estudos de gênero foi, sem dúvida, um corte epistemológico fundamental, assim como a divisão sexual do trabalho para desmistificar a ideia de que as diferenças biológicas entre os sexos são responsáveis pelas desigualdades entre homens e mulheres. Constatar que essas diferenças são na verdade construções sociais legitimadas pela sociedade patriarcal é uma contribuição fundamental dada pelos estudos de gênero e pelos movimentos feministas.

Nesse sentido, compreender o gênero como fundamento epistemológico permite uma abordagem empírica e analítica das relações sociais, como apontado por uma das pioneiras dos estudos de gênero no Brasil, Saffioti, que afirmava que a construção dos gêneros se dava por intermédio da dinâmica das relações sociais. Sendo assim, os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros (1992, p.210).

Guacira Lopes Louro (1997:21) ressalta que o conceito de gênero “serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”. Dessa forma, a categoria gênero é entendida como uma construção social das relações entre homens e mulheres, numa arena onde interagem e disputam. Tal categoria emergiu no âmbito da academia estadunidense, fruto da contribuição dos movimentos feministas, como aponta a mesma autora (1997, p.14):

> Será no desdobramento da assim denominada “segunda onda”[115], aquela que se inicia no final da década de 1960 que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava,

[115] A “primeira onda” do feminismo visava à ampliação do direito ao voto para as mulheres sendodenominada movimento sufragista no último quarto do século XIX.

> entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas criticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.

Segundo Teles & Melo (2002), as ciências humanas, a sociologia, a antropologia, etc, recorreram à categoria *gênero* para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que têm marcado tanto a esfera pública quanto a privada, de ambos os sexos, reforçando papéis sociais distintos construídos e legitimados historicamente e que influenciam na criação de pólos de dominação masculina e submissão feminina.

No contexto nacional, a primeira autora a sistematizar os estudos feministas de gênero foi Saffioti, no final da década de 1960, com a obra intitulada, *"A mulher na sociedade de classes*" de 1969, em que tratou das condições de vida e de trabalho das operárias têxteis da cidade de São Paulo (SP).

No Brasil, o protagonismo do movimento feminista, a partir dos anos de 1960, se deu quando tais militantes trouxeram para a ordem do dia a subordinação e o silenciamento dispensado às mulheres, problematizando a categoria "mulheres", utilizando-se além dos mecanismos tradicionais de resistência (como protestos e marchas), um movimento teórico e político por intermédio de livros, jornais e revistas, denunciando as condições de vida e trabalho das mulheres, trazendo à tona o que foi ocultado por muito tempo: a condição de negação das mulheres como sujeito de direitos.

Foi naquele contexto que surgiram os estudos sobre a mulher, ainda de forma embrionária, tematizando apenas aspectos relacionados às mulheres e sua inserção no mercado de trabalho. Somente a partir do início década da de 1980, é que outras temáticas passaram a ser abordadas tais como: a participação das mulheres na política, saúde, sexualidade, a violência perpetrada contra as mulheres, entre outras.

Tais abordagens, no entanto, com frequência, isolavam as mulheres não as relacionando com os homens, devido a esta compreensão ainda não adotar a perspectiva relacional inaugurada pela categoria "gênero", que se refere às representações do masculino e do feminino, bem como às imagens construídas pela sociedade acerca do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. O aspecto relacional da categoria gênero provoca assim, como denomina Saffioti (2004, p.111) "uma inflexão no pensamento", perspectiva que não estava presente nos estudos sobre mulheres, os quais não as interrelacionava aos homens. Nesse

sentido, a emergência da categoria gênero foi importante para interligar os sexos, pois como sugeriu Saffioti (2004, p.15),

> como gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar.

A historiadora norte-americana Joan Scott, teoriza a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, contribuindo decisivamente para a disseminação da categoria gênero no meio acadêmico-universitário brasileiro, por intermédio de seu artigo intitulado *"Gênero: uma categoria útil para análise histórica"* que data originalmente de 1988. Tal artigo foi traduzido no Brasil em 1991. Nele, a autora aponta as diferenças percebidas entre os sexos, e como estas são dia-a-dia transformadas em desigualdades em detrimento do sexo feminino. Para tanto, adota uma perspectiva foucaultiana[116], na qual a categoria *gênero* é entendida como a primeira forma de manifestação de poder materializada em quatro dimensões (simbólica, normativa, organizacional e subjetiva) interrelacionadas, que para ela, são indispensáveis à compreensão da subordinação feminina.

Nesse sentido, a centralidade da análise acerca da categoria *relações sociais de gênero* para *Scott*, está baseada nas dimensões inter-relacionais, quais sejam: a dimensão simbólica, normativa, organizacional e subjetiva.

A dimensão simbólica das relações sociais de gênero se encontra nas representações contraditórias, como por exemplo: de Maria como símbolo de bondade e pureza, Eva simbolizando o pecado, céu e inferno, ou ainda as "mulheres para casar" (esposas) e mulheres para transar (prostitutas).

A dimensão normativa das relações sociais de gênero são expressas nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas, com combinação binária do masculino e feminino. Podemos destacar no contexto brasileiro, as leis que reforçam a lógica patriarcal de gênero. Um exemplo disso é que até 2002 (quando o Novo Código Civil foi aprovado), o adultério era considerado crime, o que

[116]Influênciada pelo pensamento de Michel Foucault (1926- 1984), filósofo que elaborou seu pensamento no século XX na França. Ele apresentou uma concepção descentralizada de poder, o qual se situa em várias esferas para além do Estado visto por outros vieses analíticos como único e principal centro de poder. Para ele o poder está *capilarmente* presente em todos os *dispositivos* sociais (discursos, sexualidade, família, judiciário, psiquiatria, etc.).

na prática só vigorava para as mulheres, além da chefia familiar também ser considerada pelo mesmo como exclusiva dos homens.

As transformações oriundas tanto do Novo Código Civil (2002) como da Lei Maria da Penha (2006), vieram para suprir lacunas históricas que segregavam ainda mais as mulheres, deixando-as em condição de "cidadãs de segunda ordem", inclusive do ponto de vista dos direitos civis.

Uma das primeiras conquistas históricas femininas neste plano no Brasil se deu pela utilização no art. 1º do atual Código Civil do termo **pessoa**, não mais **homem**, como contido no art. 2º do Código Civil de 1916, deixando evidente que não será admitida qualquer forma de distinção decorrente do sexo.

Em relação ao princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros, o Código Civil atual, preconiza o princípio da igualdade na chefia familiar, que deve ser exercida tanto pelo homem quanto pela mulher em um regime democrático de colaboração, podendo, inclusive, os filhos opinarem (conceito de *família democrática*).

Nesse sentido, pode-se utilizar a expressão **despatriarcalização do Direito de Família**, já que a figura paterna não exerce (pelo menos do ponto de vista jurídico) o poder de dominação que exercia no passado. O regime deve ser de companheirismo ou colaboração, não de hierarquia, desaparecendo a figura do "pai de família" *(patter famílias*), não podendo ser utilizada a expressão *pátrio poder*, substituída, na prática, por *poder familiar* (TARTUCE, 2006).

As transformações em relação às normas jurídicas também foram expressas na Lei Maria da Penha (a única Lei brasileira a reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como unidade familiar) ao apontar em seu inciso III, da violência doméstica e familiar contra a mulher que, "em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação". E, em seu parágrafo único, esclarece: "as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual" (LEI 11.340, de 7 de agosto de 2006).

A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais. É nessa dimensão onde se aprofundam e se legitimam as desigualdades entre homens e mulheres, tais como: o mercado de trabalho (reconhecidamente marcado pelas desigualdades salariais, pela divisão sexual do trabalho), a educação (a escola ainda permanece separando meninos de meninas em filas, tipos de

brincadeiras, aptidão para determinadas disciplinas, dentre outras), a política (apesar dos avanços nesse campo ainda permanece uma enorme disparidade entre homens e mulheres nos cargos legislativos[117], bem como, nas chefias de cargos públicos e privados). Há ainda a identidade subjetiva que diz respeito à forma como nós interiorizamos os estereótipos sociais de gênero.

Vale destacar que a referida autora introduz o aspecto **relacional** nas discussões acerca da categoria gênero, quando investiga a subordinação das mulheres aos homens, sendo mediadas pelas quatro dimensões propostas. Scott (1990) em sua análise sistemática demonstra como o gênero influencia as relações sociais e institucionais, articulando instâncias fundamentais para a sociabilidade dos indivíduos como as famílias, as escolas, as igrejas, política, etc.

Contudo, há que se destacar que o pensamento de Scott (1990) apresenta limitações, dentre outros aspectos, devido ao uso exclusivo do conceito de gênero para analisar a subordinação das mulheres, divergindo da concepção proposta por Saffioti (2004), em que a mesma articula o conceito de gênero ao de patriarcado como um sistema político-ideológico que alimenta e é alimentado pelo sistema capitalista, por intermédio do "nó" analítico que propõe o imbricamento entre os sistemas de classe social, raça/etnia e gênero.

4.2 **O sistema capitalista-patriarcal como mediação para desvelar o *continnum* do assédio moral do assédio sexual contra as mulheres no âmbito trabalho**

Segundo Christine Delphy (2009b, p. 174), "'patriarcado' vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). Logo, o patriarcado é

[117] Na última eleição para prefeitos (as) e vereadores (as) em 2012, das 26 capitais, somente uma passou a ser comandada por uma mulher como prefeita. Contudo, apesar de ter reduzido o número de mulheres eleitas prefeitas em capitais, considerando-se todas as prefeituras do país, aumentou mais de 31,6% nestas eleições em relação a 2008, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O percentual de candidatas do sexo feminino também aumentou, crescendo 21,3% neste ano, em relação a 2008. Vale ressaltar que as mulheres representam atualmente 51,909% dos eleitores brasileiros. Nesse sentido, ainda é bastante acanhada a representação feminina no Poder Legislativo, mesmo depois da aprovação da Lei 12.034/2009, que estabelece que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

literalmente a autoridade do pai". Ainda de acordo com a referida autora (2009b, p. 171), na perspectiva feminista, o patriarcado "designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres".

Refletir sobre as relações patriarcais de gênero se faz necessário para desvendarmos como homens e mulheres se inserem no mundo produtivo, a partir das múltiplas práticas, expressões e dimensões históricas, culturais e sociais que se engendram e fornecem subsídios para pensar as relações desiguais entre homens e mulheres, em particular no mundo do trabalho.

Segundo a historiadora austríaca Gerda Lerner (1986), o sistema patriarcal está presente desde as antigas sociedades. Seu processo de formação teve início antes de cristo no ano 3100 a.C, consolidando-se no ano 600 a.C. É salutar destacar que a intensa resistência proporcionada pelas mulheres a esse regime exigiu que os homens lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, "pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do processo de formação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão-somente 2.603-4 anos" (SAFFIOTI, 2004, p.60).

Em se comparando com a idade da humanidade, que é estimada em 250 a 300 mil anos, o sistema patriarcal seria um recém-nascido: "logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido as sociedades igualitárias" (SAFFIOTI, 2004, p.60).

Partimos do pressuposto de que a existência das relações patriarcais, está interligada com as dimensões de classe social e raça/etnia, presentes não somente na hierarquização entre os sexos, mas na contradição de seus interesses. Ou seja, a influência das forças patriarcais na nossa sociedade busca preservar o *status quo* e assim garantir a supremacia masculina atribuindo a luta por igualdade como prerrogativa, apenas às mulheres.

Segundo Therborn (2006), o patriarcado fundamenta-se em duas intrínsecas dimensões básicas: a dominação paterna e a dominação do marido, nessa ordem. Ou seja, o patriarcado se insere no âmbito das relações familiares, geracionais e conjugais.

> Com relação às relações entre marido e mulher, os principais aspectos são: a presença ou ausência da assimetria sexual institucionalizada, tal como a poligamia e nas regras diferenciadas para o adultério; a hierarquia de poder marital, expressa pelas normas de chefia marital e de representação familiar; e a heteronomia, ou seja, o dever da obediência da mulher e o controle do marido sobre sua mobilidade, suas decisões e seu trabalho (THERBORN, 2006, p.30).

As relações patriarcais no interior dos casamentos se expressam, dentre outros, pelo controle das decisões que envolvem o dinheiro, as relações de amizades, as contracepções, a não divisão do trabalho doméstico, a atribuição da educação dos filhos(as) à mulher etc. Não obstante, a não-percepção desse controle, muitas vezes, é escamoteada pela institucionalização do papel social da mulher na esfera da relação conjugal. Comumente estende-se para o uso da violência, para garantir que tais normas sejam asseguradas pelo marido. Hartmann *apud* Saffioti (1979, p.232), define patriarcado como sendo:

> [...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, portanto, o sistema masculino de opressão das mulheres.

Segundo Saffioti (2004), a divisão da população em classes sociais, marcadamente desiguais quanto às oportunidades de ascender socialmente, representa outra fonte de dominação. Nesse sentido, a autora acrescenta que o patriarcado não se resume tão somente a um sistema de dominação moldado pela ideologia machista, ele é também um sistema de exploração: “enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico” (SAFFIOTI, 1987, p.50).

O campo da discriminação racial é outro determinante que compõe o sistema de exploração-dominação. É importante destacar que as mulheres negras e indígens na sociedade brasileira ocupa a última posição, justamente por sua condição de gênero e racial. Com isso, verifica-se que:

> [...] todos os tipos de discriminação favorecem a maior exploração por parte dos empregadores. Isso pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que diz respeito às discriminações raciais (SAFFIOTI, 1987, p.51).

Essa proposta de conexão para a análise do sistema patriarcal interligando gênero, classe e raça/etnia, segundo Saffioti (2004), é essencial, visto que é impossível compreender uma isolando as demais.

> O nó formado por estas três contradições, apresenta uma qualidade distinta das determinações que as integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa junção (p.11).

Kergoat (2010, p.04) situa as primeiras aproximações conceituais do cruzamento entre gênero, raça e classe,

> O cruzamento das categorias de “raça”/gênero/classe não é uma novidade na tradição francesa. Sem termos que voltar a Flora Tristan — o que seria, de qualquer forma, proveitoso para tratar de nossa questão —, podemos notar um bom número de trabalhos que não precisaram se valer dos estudos pós-coloniais ou do feminismo negro para insistir no entrelaçamento entre dominações. As divisões decorrentes da desigualdade de classe, de sexo e de pertencimento a um grupo étnico eram reconhecidas em certos meios de militância e por alguns trabalhos acadêmicos.

Kergoat (2009) adianta que no Colóquio Internacional ocorrido em 1987 elas discutiram acerca das relações sociais de sexo, e teriam afirmado e demonstrado que a classe social era genrada e o gênero era permeado pela classe. Isso reafirmava os estudos sobre a divisão sexual do trabalho que insistiam sobre a necessidade de cruzar as relações de gênero com as relações de classe e as relações Norte/Sul, ou, ainda, bem evidentemente, o trabalho de Colette Guillaumin (1972-2002), que propôs uma análise do processo ideológico comum de naturalização do gênero e da “raça”.

Assim sendo, o machismo, enquanto campo ideológico, presente nas relações sociais entre os homens e mulheres, colabora para a manutenção do poder e do quadro de desigualdades existentes, no que se refere às relações homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher, entre as raças/etnias e as classes sociais. Esses três sistemas de dominação/exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais (SAFFIOTI, 1987).

É imperativo destacar que, embora de modo bem mais acentuado, a estrutura hierárquica do patriarcado se configura na dominação dos homens sobre as mulheres, essa figura humana pode tomar figurações independentes, desde que se invista de poder. Ou seja, a forma de poder patriarcal pode ser acionada por homens e mulheres:

> Aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices desse regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p.102).

É importante destacar que a utilização do conceito de patriarcado como categoria de análise, tem sido alvo de questionamentos por teóricas do feminismo que compreendem sua utilidade somente do ponto de vista da mobilização política. Afora isso, tal conceito estaria no cerne dos problemas referidos à apreensão da historicidade da condição feminina. A esse respeito, afirma Piscitelli:

> O conceito foi importante na medida em que distinguia forças especificas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim (2002, p.15).

A ideia recorrente que ampara aquelas que defendem esse posicionamento, é que o movimento feminista utilizou-se do conceito de patriarcado para compreender a origem da opressão das mulheres, e que na contemporaneidade, há uma necessidade de atualização desse conceito, por intermédio de instrumentos conceituais mais apropriados que se dissociem das antigas sociedades. Tais teóricas afirmam ainda que a utilização desse termo está descontextualizada de sua totalidade, encobrindo a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação[118]:

> Certamente, todas as feministas que diagnosticaram a dominação patriarcal nas sociedades contemporâneas sabiam, não que os conceitos genéticos de Weber são intransferíveis, mas que já não se tratava de comunidades nas quais o poder político estivesse organizado independentemente do

[118]Ver HEINER, Jacqueline: “Patriarcat, In: HIRATA, Helena, LABORTE, Françoise, Hèléne e SENOTIER, KERGOAT, Danièle (coord). Dicionário Crítico do Feminismo, 2009.

> Estado. Por que, então, não usar a expressão dominação masculina, como o tem feito Bourdieu, ou falocracia ou, ainda, androcentrismo, falogocentrismo? Provavelmente, por numerosas razões, dentre as quais cabe ressaltar: este conceito reformulado de patriarcado exprime, de uma só vez, o que é expresso nos termos logo acima sugeridos, além de trazer estampada, de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente (SAFFIOTI, 2009,p.06).

Tal crítica se fundamenta na ideia de que o referido conceito estendeu-se ao discurso político e à reflexão acadêmica, sem, contudo, trabalhar os aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Nessa perspectiva, Piscitelli aponta que:

> Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e transcultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres (2002, p.15).

Em defesa da utilização do conceito de patriarcado articulado às discussões de gênero, Saffioti (2004), acrescenta que não nomear a dominação masculina sobre as mulheres, contribui para reforçar a invisibilidade da ideologia patriarcal, que torna natural a dominação-exploração. Desse modo, a autora argumenta acerca da necessidade de reafirmação do conceito de patriarcado. Descartá-lo, representaria segundo Saffioti:

> [...] a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais de análise política (2004, p.55).

Nessa mesma perspectiva, Pateman (1993, p.39) argumenta acerca dos prejuízos que o abandono do conceito de patriarcado representaria:

> [...] a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente

> jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política.

É importante destacar que as expressões patriarcais não são especificidades tratadas no interior das relações parentais ou afetivas. Elas se expressam nos mais variados conjuntos das relações sociais, do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder, contaminam toda a sociedade. O direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Nesse sentido, "o patriarcado configura-se como uma forma de expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima transmitida pelo feminismo radical "*o pessoal é político*" (SAFFIOTI, 2004).

Nesse sentido, cabe a indagação: por que se manter a utilização do conceito patriarcado? Saffioti (2004) adianta que não se trata de uma relação privada, mas civil. Ela dá "direitos sexuais" aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade. Tem uma base material. Corporifica-se. Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência. Em direção semelhante, Castro afirma que:

> A centralidade do conceito de dominação patriarcal, associado ao de exploração capitalista, proposto por Saffioti em vários de seus escritos, [...] sugere que temos de mais investir na atualização do que se entende por emancipação, considerando demandas de sujeitos diversos, como mulheres, negros/as, LGBT, dos conceitos nucleares do marxismo sobre emancipação política e emancipação humana, questionando que totalidades temos de reconstruir teoricamente para que, nas concepções de emancipação política e emancipação humana, trabalhemos com uma totalidade diversificada, em que todos se encontrem com suas buscas, com as contradições- por que não?, mas sem opressões, sem explorações, sem dominações (2011,p.92)

Dessa forma, fundamentada nessas preocupações, compartilhamos dos argumentos críticos de Saffioti (*op.cit.)* em resposta às críticas das teóricas feministas, que imprimem um caráter trans-histórico e trans-cultural ao sistema patriarcal. A autora em tela enfatiza:

> [...] tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum (a) estudioso (a) sério (a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do

> patriarcado vigente entre os povos africanos e/ou muçulmanos é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens (2004, p.101).

Camurça (2007) reitera o pensamento de Saffioti (2004), apontando para a emergência dos mecanismos que dão sustentabilidade a esse sistema de dominação, e através dos quais ele está sistematicamente reinventando-se, reproduzindo-se e perdurando. Assim, ela apresenta quatro mecanismos:

> A prática da violência contra a mulher para subjugá-las; o controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres; a manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e a manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação política das mulheres (2007:20).

O primeiro deles é a **violência contra a mulher**, compreendida como uma das práticas mais antigas e usuais da dominação patriarcal e caracterizando–se como uma ameaça constante na vida de milhares de mulheres, independentemente de raça/etnia, classe, geração ou orientação sexual. A autora acrescenta ainda que a violência se dá quando as mulheres ousam contrariar o padrão de comportamento feminino delas esperado, sendo, portanto, recorrente, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados (CAMURÇA, 2007). O segundo mecanismo diz respeito à **dominação sobre o corpo das mulheres**, expressa fundamentalmente na regulação sexual, limitando sua autodeterminação reprodutiva presente por exemplo, na criminalização do aborto, na expropriação mercantil do corpo, tanto com a prostituição quando as mulheres não dispõem de outras alternativas, quanto com a exploração da imagem da mulher pelo mercado. O terceiro mecanismo se fundamenta na **manutenção da dependência econômica das mulheres**, instituído na organização social do mundo do trabalho e expresso no sexismo do mercado de trabalho e na imposição do trabalho doméstico como atribuição privativa das mulheres. Por último, a autora aponta para o problema da **participação das mulheres nos espaços de poder**, permanecendo ainda desproporcional a participação político-institucional, como partidos políticos, sindicatos, bem como nas direções de movimentos sociais diversos.

Destarte, esses quatro mecanismos são, a meu ver, estruturantes da dominação patriarcal, contribuindo, sobretudo para trazer a reflexão acerca dos elementos imprescindíveis para assegurar a reinvenção do patriarcado como base estruturante de dominação e exploração que, na atualidade, encontra assento nas desigualdades de gênero, classe social, raça/etnia, dentre outras formas de opressão das mulheres.

Diante dos debates teóricos relacionados à perspectiva de atualização ou não do sistema patriarcal, é preciso entender, que ao metamorfosearem-se nas mais diferentes formas, as ações de resistência a esse tipo de exploração/dominação das mulheres, tornam-se mais complexas, visto que, os próprios sujeitos incorporaram o discurso de uma igualdade sob os moldes mercadológicos, que sistematicamente, vendem a ascensão feminina simplesmente como uma igualdade real adquirida por intermédio de participação no mercado de trabalho formal.

Os aspectos relacionados à sexualidade feminina encontram *locus* privilegiado na dominação patriarcal. Quando as mulheres resolvem ter comportamentos "diferentes", ou considerados próximos aos dos homens, em relação à sexualidade, estas passam à condição de "putas" ou "sapatões", fundamentalmente porque a sociedade machista impõe como "características femininas", a fidelidade, a passividade sexual, o viver em função da família e pouco interessada na sexualidade, ou seja, exercerem os papeis predeterminados a mulher:

> A mulher foi socializada para conduzir-se como caça que espera o 'ataque' do caçador. À medida, no entanto que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa, seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para na condição de macho tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas (2004, p.27).

Esses fatores são reforçados pelas construções socioculturais como moldes que estabelecem o que é próprio para homens e mulheres na sociedade. É salutar destacar que essas relações diferenciadas têm sua gênese na sociabilidade dos sujeitos e nela se constróem e reproduzem as desigualdades.

Estabelecida socialmente a construção desses papéis, reserva-se às mulheres a condição de subordinação e inferioridade, que se expressa de várias maneiras, seja pelo trabalho desvalorizado, desqualificado, ou ainda, pela

subordinação ao modelo sexista/androcêntrico, que relega a mulher à condição de gênero inferior e, consequentemente, com menos acesso aos espaços culturalmente franqueados aos homens.

Para Safiotti (op.cit.), a categoria *gênero* não é somente uma categoria analítica que auxilia no desvendamento da opressão das mulheres, mas também uma categoria histórica, exigindo assim, uma inflexão no pensamento, ou seja, uma visibilidade das mulheres ao longo da história.

A autora acrescenta ainda, que o sistema patriarcal de gênero é um sistema de dominação-exploração, pois não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Ou seja, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Daí decorre o fato de Saffioti ter criado a metáfora do "nó" para dar conta da relação "patriarcado-racismo-capitalismo".

É pertinente dizer que o patriarcado é um dos eixos explicativos para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, ele não se constitui como o único princípio estruturador. Existem outros determinantes, como contradições que complexificam as relações sociais. Dentre eles, a de classe social e a de raça/etnia que estruturam a compreensão da opressão/dominação das mulheres em nossa sociedade, constituindo as análises de Saffioti, em uma segunda fase (em que a mesma se dedicou aos estudos sobre violência doméstica, entre os anos 1990 até o final do ano de 2010, quando faleceu): "obviamente não é possível encontrar uma muralha da China entre estas duas fases [de Saffioti] e o que é transversal em seus múltiplos estudos é a análise da imbricação entre as determinações de classe, de gênero e de raça/etnia" (GONÇALVES, 2011, p.02), que ela denominou de *nó*. Tal nó é composto por essas três contradições sociais básicas, e apresenta uma característica distinta das determinações que as integram (SAFFIOTI, 1991,1997).

Saffiotti aponta que a sociedade, se divide em classes sociais, contudo também é cortada também por estas outras contradições. Não se trata, entretanto, de conceber três distintos ordenamentos das relações sociais correndo paralelamente. Ao contrário, estas três contradições entrelaçadas pelo nó [analítico] sustentam a manutenção do sistema capitalista (GONÇALVES, 2011).

É interessante a ideia do "nó" analítico proposto por Saffioti (op.cit.), visto que no âmbito da sociabilidade do capital, há que se pensar no entrelaçamento das

diferentes formas de opressão/subordinação basilares para o conhecimento da condição feminina sob o capitalismo.

4.3 **A imbricação entre classe, sexo e "raça" na produção acadêmica feminista francesa**

Não obstante, a afirmação do feminismo não é uma corrente teórica unificada e sem ambiguidades, haja vista que no seu interior há diversas posições, práticas e projetos políticos mediados pela realidade concreta das relações sociais que o envolvem e que são por ele envolvidas, (no que se refere à dinâmica contemporânea da articulação da crítica feminista à dominação masculina), ele se vê instigado a buscar "respostas" capazes de descortinar tais dominações. De modo que, na atualidade, tem se materializado, numa profícua perspectiva na teoria feminista: a perspectiva da imbricação, articulação ou consubstancialidade das relações sociais de "sexo", raça e classe.

Tal perspectiva é extremamente útil para o desvelamento atual das opressões/dominações que incidem sobre as mulheres. Pude me aprofundar, um pouco mais, durante meu estágio doutoral na Universidade Paris 7, fundamentada em autoras feministas materialistas francófonas a exemplo de Jules Falquet (2008, 2012) sob a expressão de "vasos comunicantes" [119]e Danièl Kergoat (2010; 2011).

Ainda em meu estágio doutoral fui apresentada às produções teóricas de Silma Bilge *(2009)* por meio do conceito de *interscciona*lité (interseccionalidade), assim como às autoras estadudinenses oriundas do *Black feminism* tais como *Kimberlé Crenshaw (2002) e Patrícia Hill Collins (1990),* que se fundamentam na perspectiva da interseccionalidade das relações de raça e sexo.

A categoria da interseccionalidade foi utilizada pela primeira vez em 1989 pela feminista afroamericana Kimberlé Crenshaw[120]. A partir daquele momento tal conceito tornou-se a base conceitual da teoria feminista negra (*black feminism)* estadunidense, evidenciando a impossibilidade de entendermos os processos de dominação e de resistência, a desigualdade social e o mundo social sem

[119] *Vases communicants.* [Tradução nossa].

[120] Professora da University of California – Los Angeles. Referência mundial nos estudos do *Black feminism.*

considerarmos o modo pelo qual raça, classe e sexo operam interligando os sistemas de dominação. Segundo Crenshaw (2002, p.177), a intereseccionalidade é:

> [...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A compreensão da realidade proposta pela autora acima a partir de uma perspectiva interseccional mostra como as esferas de desigualdades se apoiam umas nas outras para a manutenção do *status quo.*

Outro ponto relevante destacado por aquea autora está relacionado à pesquisa histórica, na medida em que a abordagem interseccional abre caminhos para reconstruir as experiências vividas, o posicionamento histórico, as percepções culturais e a construção social de mulheres negras mediante a investigação de áreas nunca exploradas da experiência feminina negra, mostrando, inclusive, a diferença entre as mulheres negras, evitando-se assim, generalizações.

Segundo Cardoso (2012), no Brasil, a utilização da categoria interseccionalidade em estudos que versam sobre “questões de gênero” tanto quanto ao seu aprofundamento teórico, tem encontrado ainda pouca recepção. Salienta, ainda que, um dos primeiros estudos traduzidos no país sobre interseccionalidade, foi o de Verena Stolcke[121], intitulado “Sexo está para gênero, assim como raça para etnia”. Ela analisa como, em determinada formação socioeconômica, no caso, a sociedade de classes, as desigualdades sociais são transformadas em diferenças naturais.

Em sua perspectiva, existe uma tendência geral de naturalização das desigualdades sociais e, assim, tanto as diferenças de sexo quanto as de raça foram e continuam a ser ideologicamente identificadas como fatos biológicos socialmente significativos.

[121] Antropóloga social, professora emérita da Universidade Autónoma de Barcelona.

Esta compreensão naturalizante é imperativa para a perpetuação de desigualdades, uma vez que o sexismo e o racismo, enquanto fenômenos historicamente determinados se mantêm atualizados e reconfigurados e em condições de continuar operando na produção de discriminações.

Crenshaw (2002) mostra que, frequentemente, o racismo, a dominação masculina, a desigualdade e outros sistemas discriminatórios, se cruzam, estruturando as posições relativas dos indivíduos, segundo o gênero.

Tal autora ao aprofundar o conceito de interseccionalidade entre eixos de subordinação como gênero, raça, etnia, classe e sexualidade, aponta sua potencialidade para pensar os aspectos raciais da discriminação de gênero, sem perder de vista os aspectos de gênero da discriminação racial. A tese da autora indica que as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes.

A autora propõe um modelo analítico que possibilite a identificação das várias formas de subordinação, refletindo os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero e o reconhecimento da diferença entre as mulheres, bem como as diferenças entre mulheres e homens. De acordo com sua perspectiva, de algum modo, todas as mulheres estão submetidas “ao peso da discriminação de gênero, mas outros fatores relacionados a suas identidades sociais [...] são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação”. Marcadores sociais como raça/etnia, classe, sexualidade e religião “podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres” (2002, p. 173).

Patricia Hill Collins (1990)[122] aponta que a categoria da interseccionalidade elucida que as dimensões de raça, classe e gênero constituem os principais eixos de opressão que afetam profundamente as experiências das mulheres negras nas sociedades pós-coloniais da diáspora negra. Outros grupos, porém, podem ser afetados por distintos eixos integrantes de uma matriz mais ampla de dominação que representa a organização geral do poder na sociedade, podendo apresentar diferentes arranjos de intersecção das opressões, pois estes são configurados pelos

[122] Professora de Sociologia da University of Maryland – Estados Unidos. Uma das principais teóricas do Black feminism.

diferentes contextos históricos. Os eixos ou sistemas de opressão compartilham uma concepção ideológica apoiada nas noções de superioridade e inferioridade para construir suas ideias de dominação. Para a autora, a matriz de dominação é estruturada ao longo dos eixos e em vários níveis.

De acordo com o pensamento desta autora, o pensamento feminista negro, ao assentar-se na interseccionalidade de opressões, está atento ao exame destes níveis, provocando uma mudança paradigmática, ao priorizar, nas investigações, as experiências das mulheres negras, forçando assim o surgimento de novas interpretações sobre as relações sociais de dominação e resistência, ou melhor, revelando, principalmente, outras formas de saber que permitem/têm permitido aos grupos subordinados se autodefinirem a partir de suas próprias realidades.

Discordo da perspectiva da interseccionalidade[123], por entender que as relações de classe, "raça" e sexo (incluindo a sexualidade) não compõem apenas relações superpostas e adicionais ou mesmo intersecções entre as relações de "gênero" e "raça", portanto, tais relações não se somam, ao contrário, são imbricadas, formando o que Saffioti (2004) denominou "nó".

A perspectiva da consubstancialidade[124] das relações sociais adotada pelas teóricas feministas materialistas francófonas, a qual fundamenta este trabalho se dá a partir de uma análise materialista, histórica e dinâmica das relações de poder de classe, sexo e raça.

A categoria "*consubstancialité*" (consubstancialidade) foi elaborada por Danièle Kergoat (2008) para definir o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais de sexo, "raça" e classe, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Essas relações interagem e estruturam a totalidade do campo social e podem, inclusive, entrar em contradição entre si. Neste sentido, Kergoat (2010) propõe uma visão relacional de poder, em que classe, "raça" e gênero devem ser apreendidos, cada uma, como uma relação social, ou seja, uma relação antagônica entre dois grupos sociais, materializada em torno de uma disputa.

Para revigorar sua análise, a mesma recorre ao pensamento de Colette Guillaumin demonstrou, por exemplo, "que a "racialização" é a construção ideológica e discursiva da natureza dos dominados, a "face mental" e cognitiva dos vínculos

[123] Interseccionlité [Tradução nossa].
[124] Consubstancialité [Tradução nossa].

materiais de poder" (KERGOAT, p.94). Toda relação social é, de tal modo, uma relação conflituosa.

Do ponto de vista metodológico, Kergoat (2010) aprofunda sua análise a partir da materialidade, no sentido de que as relações sociais de gênero, raça e classe são "relações de produção", nas quais se entrecruzam exploração, dominação e opressão. Portanto, para pensar as disputas materiais e ideológicas das relações sociais, é indispensável analisar como se dá a apropriação do trabalho de um grupo por outro.

Kergoat (2010, p.94) argumenta suas perspectivas do seguinte modo:

> Tomemos o paradoxo das relações sociais de sexo: simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. "Tudo muda, mas tudo permanece igual". Esse paradoxo me parece bastante ilustrativo dos impasses que um tipo de pensamento que segmenta as relações sociais, que os considera isoladamente, enfrenta. A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são consubstanciais.Elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente.

Nesse sentido, torna-se frágil a argumentação que se fundamenta no âmbito de uma única relação social: "além do que o suposto paradoxo aponta para a imbricação, na própria gênese da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, de diferentes relações sociais, e de relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira" (KERGOAT, 2010, p. 94).

A referida autora toma outro exemplo para ilustrar as propriedades oriundas das relações sociais. A perspectiva que repousa sobre muitas mulheres, especialmente as mais jovens, sob o ponto de vista da garantia da igualdade de que esta caminha a passos rápidos no cenário contemporâneo, que a ascensão profissional é plenamente alcançável por todas, assim como a divisão de tarefas não seria um empecilho já que pode ser normalmente negociável, dependendo exclusivamente da "boa vontade" do casal. Evidentemente que tal sentimento é

paradoxal, uma vez que não corresponde à realidade, tal como a vivenciamos, assim como não corresponde às estatísticas[125].

Kergoat (2010) classifica tal perspectiva de análise de ilusória, advinda, sobretudo, do equívoco gerado tanto por leigos (as) quanto por especialistas que, comumente, misturam dois níveis distintos de realidade, o das relações intersubjetivas e o das relações sociais, mas "as relações intersubjetivas são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem. As relações sociais, por sua vez, são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa". Assim, acrescenta a autora:

> A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado, há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais — e não as relações intersubjetivas — que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais (KERGOAT, 2010, p.95).

A partir da afirmação da necessidade de não isolar e segmentar as relações sociais, é que a autora se apropria dos conceitos de consubstancialidade e coextensividade, objetivando compreender, de forma não mecânica, as práticas sociais frente à divisão do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de sexo e raça.

Portanto, o conceito de consubstancialidade, apreendido como "unidade de substância", ratifica que a diferenciação dos tipos de relações sociais é uma intervenção por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica, e não pode ser, por isso, aplicada inadvertidamente e à análise das práticas sociais concretas (TOITIO, 2013). Desse modo esclarece Kergoat (2010, p. 100).

---

[125] Isso pode ser explicado pelo fato de que, na consciência coletiva, a igualdade não é mais uma utopia mobilizadora, mas um estereótipo, um cliché. E isso não é recente: cf. os trabalhos de Jean Kellerhals ("Ambiguïtés normatives de l'échange conjugal: le problème de la norme d'équité". Revue Suisse de Sociologie, 1981, vol. 7, nº 3, pp. 311-327) sobre a norma igualitária (KERGOAT, 2010,p.95).

> A ideia de consubstancilidade, como espero ter mostrado, não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Como disse Roland Pfefferkorn, "essas relações estão envolvidas intrinsecamente umas com as outras. Elas interagem e estruturam, assim, a totalidade do campo social". Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um "nó" no seio da individualidade ou um grupo.

Kergoat destaca em sua obra recente *Se battre, disent-elles*... (2012), que o cenário teórico se modificou entre os seus primeiros escritos e o período atual, no qual as teorizações feministas norteamericanas tem uma influência considerável. Destaca entre ela, o *black feminism*, os estudos subalternos, o feminismo pós colonial, o multiculturalismo e a teoria *queer.* Salienta, ainda que todos estes movimentos colocaram em evidência a heterogeneidade do segmento "mulheres" e que uma questão se põe, a saber: o conceito de gênero, ainda revela certa homogeneidade no interior do debate feminista. Contudo, quando se pensa a categoria "mulheres", faz-se necessário levar-se em conta a indissociabilidade homogeneidade x heterogeneidade, haja vista que não se pode falar em mulher como sujeito universal, mas em mulheres, em sua diversidade.

As relações sociais de sexo e de "raça" são elementos indispensáveis para apreendermos a exploração do mundo do trabalho. Sobretudo, no que Falquet (2008; 2012) denomina de "trabalho desvalorizado"[126] e "trabalho considerado feminino". Falquet (2012, p. 163) aponta que: "[...] as mulheres efetuam sempre, majoritariamente, "trabalho de mulheres" com condições de trabalho de mulheres (informalidade, precarização, abuso de todos os tipos, incluindo o assédio sexual e o *plafond de verre*[127]), aqui chama telhado de vidro e os salários das mulheres"[128]. O

[126] Travail dévalorisé. [Tradução nossa].

[127] Expressão cunhada nos Estados Unidos no final dos anos 1970. Em inglês é chamada *glass ceiling* e diz respeito a uma estrutura hierárquica, na qual os níveis superiores não são acessíveis a determinadade categorias de pessoas. Em outras palavras, ainda que essa expressão seja designada para outras categorias, ela também assinala a dificuldade de acesso das mulheres aos cargos superiores.

[128] Texto original: "[...] *les femmes effectuent toujours majoritairement des 'travaux de femmes' avec des conditions de travail de femmes (informalité, précarité, mauvais traitements de toutes sortes*

“trabalho desvalorizado” e o “trabalho considerado feminino” são percebidos ainda, como tudo o que se encontra entre a extração de trabalho mediante salário e a extração de trabalhos gratuitos. Extrações essas que são “co-construídas” (FALQUET, 2008). A referida autora destaca ainda,

> [...] Em termos de classe e das relações de exploração, o “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, tipo de trabalho proletário que não teria atingido o estágio de desenvolvimento completo, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre "raça" e classe por outro. Na verdade, este trabalho desvalorizado obriga que a mão de obra desfavorecida se deixe apropriar precisamente para completar o salário muito baixo obtido por meio da exploração. É em torno desse trabalho desvalorizado que se desenvolve a rearticulação neoliberal das relações sociais, no que eu proponho chamar de uma lógica de vasos comunicantes (2012, p.170). [Tradução nossa][129].

Ademais, a análise das relações sociais de classe, raça e sexo ou a expressão - conceito “vasos comunicantes” na atual conjuntura de mundialização do capital permitiu apreender as transformações dos distintos e intermitentes modos de obtenção do trabalho, visto que:

> As relações de sexo e de “raça”, todas duas organizadas em torno da apropriação, se reforçam ou se enfraquecem à medida que a apropriação evolui para a exploração, isto é, para as relações de classe e, simultaneamente como evolui a apropriação individual para a relação de apropriação coletiva. Essa afirmação tem pelo menos quatro consequências fundamentais. (1) Nenhuma das três relações jamais desaparece completamente. (2) Mesmo se pensarmos que podemos mudar uma de cada vez, sua transformação, inevitavelmente impactaria sobre as outras. (3) Todas as transformações são reversíveis [...]. (4) Uma das questões centrais é saber se é um jogo de soma zero ou não: a quantidade total (e a qualidade) de trabalho obtido, seja por exploração, seja por apropriação, é constante? Esta questão, obviamente, depende, entre outras, da escala de tempo a ser considerada (FALQUET, 2012, p.170) [tradução nossa[130]].

---

incluant le harcèlement sexuel et le plafond de verre) et des salaires de femmes (IDEM, IBID) [tradução nossa].

[129] Texto original: *“[...] sur le plan de la classe et des rapports d’exploitation, le «travail dévalorisé» ou «travail considéré comme féminin», sorte de travail prolétaire qui ne serait pas parvenu à son stade de plein développement, permet de faire le lien entre sexe et classe d’une part, entre «race» et classe, de l’autre. En effet, ce travail dévalorisé oblige la main-d’oeuvre défavorisée à se laisser approprier par ailleurs pour compléter le salaire trop faible obtenu dans le cadre de l’exploitation. C’est autour de ce travail dévalorisé que se joue la réarticulation néolibérale des rapports sociaux, dans ce que je propose d’appeler une logique* de vases communicants*”* (*IDEM*).

[130] Texto original: *Les rapports de sexe et de « race », tous deux organizes autour de l’appropriation, se renforcent ou s’affaiblissent à mesure que l’appropriation évolue vers l’exploitation, c’est-à-dire les rapports de classe, et simultanément selon comment évolue l’appropriation individuelle par rapport à l’appropriation collective. Cette affirmation possède au moins quatre conséquences fondamentales.*

Saliento a importância de nos apropriarmos da categoria da consubstancialidade, tendo em vista que esta perspectiva torna patente que a opressão é experimentada a partir de um lugar que é dado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos, permitindo, com isso, a rejeição das explicações sustentadas no somatório de opressões, uma visão que a meu ver aprofunda a discriminação de um grupo sobre o outro. De acordo com CARDOSO (2012), esta concepção foi fundamental para o movimento de mulheres negras brasileiras que entendia as múltiplas opressões como operando isoladamente.

Se não rompermos com a ideia de que tais relações são adicionais, portanto, somatória, podemos incorrer no erro de segmentá-la a partir de uma análise positivista entendendo-as como relações separadas e não imbricadas, como discorre Saffioti (2004, p.125):

> O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo - historicamente constituída.

Nesse sentido, reitero a análise de Falquet (2008, p.122) quando a mesma aponta ser "indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo (incluso sexualidade), de classe e de 'raça'. De modo que, acrescenta a referida autora, é essencial considerar, mormente as "interpretações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem, a meu ver, ser ouvidas e estudadas, se desejarmos

---

(1) Aucun des trois rapport ne disparaît jamais totalement. (2) Même si l'on pense pouvoir n'en modifier qu'un seul à la fois, sa transformation a forcément des retombées sur les autres. (3) Toutes les transformations sont reversible […]. (4) Une des questions centrales est s'il s'agit d'un jeu à somme nulle ou non: la quantité totale (et la qualité) de travail obtenue, soit par exploitation, soit par appropriation, est-elle constante? Cette question dépend évidemment, entre autres, de l'échelle de temps qui est considérée.

produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical mais do que nunca necessária" (IDEM).

4.4 A sexualidade feminina: "quando se trata da sexualidade deixa a gente mais frágil, principalmente nós mulheres" (Erva Cidreira)

Conforme aponta Lhomond (2009, p.231), a sexualidade humana diz respeito ao uso que fazemos do corpo e, especificamente, mas não unicamente, dos órgãos genitais, com o intuito de obter prazer físico e mental, e cujo ápice é denominado por alguns (as) como orgasmo: "Fala-se de conduta, comportamento, relações, práticas e atos sexuais". Ainda segundo a referida autora: "De uma maneira mais ampla, a sexualidade pode ser definida como a construção social desses usos, a formação e ordenação dessas atividades, que determinam um conjunto de regras e normas variáveis de acordo com as épocas e as sociedades" (p.231).

De acordo com Heilborn (2006), os estudos dos processos histórico-culturais evidenciam como alguns comportamentos, aceitos em determinados momentos da história, passam a ser coibidos em outros períodos, transformando o modo como os sujeitos vivenciam as sensações corpóreas. Por intermédio do autocontrole individual os tabus são internalizados e os atos que eram praticados em público passam a serem cerceados, ficando circunscritos ao espaço privado.

É importante ressaltar que tais regras e normas são estabelecidas dentro de uma estrutura restritiva de determinados atos sexuais podendo prescrever outros, e determina, por sua vez, os (as) "eleitos (as)" sobre os quais tais atos poderão ou não deverão ser praticados.

Nas sociedades ocidentais modernas, o papel da Igreja, no que se refere à sexualidade, sempre foi de controle, cuja hegemonia se deu até o século XVIII, ao que sobrevieram sem jamais destroná-la completamente, a Medicina e os Direitos civil e penal (FOUCAULT, 1976 *apud* LHOMOND 2009).

> A lei determina a idade a partir da qual é lícito ter relações sexuais (que pode variar, dependendo do tipo de relação, homo ou heterossexual), bem como a idade na qual se pode casar (geralmente menor para as meninas do que para os meninos). O direito regula também as interdições de casamento, segundo o grau de parentesco e o sexo. [...] Diversas condutas que negam essa norma e a sua condenação legal ou moral variam ao longo

> do tempo. Pode se citar, por exemplo, a masturbação, prática solitária, extremamente reprovada no século XX, o adultério, relação sexual fora do casamento, cuja penalização era maior para as mulheres, a prostituição, [...] o estupro e violências sexuais [...] assim como a homossexualidade, tratada na lei de formas diversa, de acordo com o país (LHOMOND, 2009, p.232).

As formas de expressão da sexualidade humana estão passando hoje por mudanças rápidas e profundas. É uma esfera específica, mas não autônoma do comportamento humano que compreende os atos, as relações e as significações.

A sociedade é a instância principal de produção dessa sexualidade, que não existia no estado natural. Contrariamente a espécie animal, os humanos já não sabem se comportar sexualmente por instinto. Devem saber como, quando e com quem agir sexualmente, e eles não podem atuar sem dar significado às suas ações. Como construção cultural, a sexualidade humana implica necessariamente na coordenação de uma atividade mental, de uma interação social e de uma atividade corpórea, as quais devem ser apreendidas. A sexualidade é duplamente política: porque incorpora um contexto social e cultural; e porque contribui para um retorno à estrutura das relações sociais se exteriorizando e se colocando em cena (BOZON, 2013, p.06) [tradução nossa][131]. Ainda segundo o referido autor:

> É o não sexual que dá a significação do sexual, e não o inverso. Nós somos habituados a pensar que muitos de nossos comportamentos comuns se explicam por um inconsciente sexual, então ele deve identificar primeiro o inconsciente social e cultural no trabalho de nossa atividade sexual. E a primazia de continuar do desejo humano e a tendência de subestimar as mulheres, que muitas vezes são preparados na forma de juros emocionais não surgem a partir de lógica intrínseca da esfera sexual, é mais um dos aspectos de uma socialização de gênero desigual, que não afetam somente a sexualidade [tradução nossa][132].

---

[131] *La société est l'instance principale de production de la sexualité humaine, qui n'existe pas à l'etat de nature. Contrairement aux espèces animales, les humains ne savent plus se comporter sexuellement par instintic. Il leur faut apprendre comment, quand avec qui agir sexuellement, et ils ne peuvent agir sans donner un sens à leurs actes. Constrition culturelle, la sexualité humaine implique nécessairement la coordination d'une activité mentale, d'une interaction sociale et d'une activité coporelle, qui doivent toutes trois êtres apprises. La sexualité est doublement politique, parce qu'elle incorpore un context culturel e social, et parce qu'elle contribute en retour à structure les rapport sociaux en les extériorisant et en les mettant en scène*.

[132] *C'est le non-sexuel qui donne sa siginification au sexuel, et non l'inverse. Nous nous sommes habitués à penser que beaucoup de nos comportements ordinaires s'expliquaient par um inconscient sexuel, alors qu'il conviendrait d'abord d'identifier l'inconscient social et culturel à l'oeuvre dans notre activitè sexualle. Ainsi le primat pérsistant du désir des hommes et la tendance à minorer celui des femmes, à qui on ne prête souvent que des intérêts affectifs, ne découlent pas d'une logique intrinsèque de la shère sexuelle, mais sont um des aspects dune socialisation de genre inégalitaire, qui n'affecte pas seulement la sexualité*.

Esse campo de discussão perpassa um significativo aspecto da vida cotidiana, presente nas dimensões de poder, de identidades sociais, de prazer e, por vezes, também de sofrimento. De modo que o aprofundamento da análise dessas nuances é indiscutivelmente necessário para que ocorram desnaturalizações nas dominações presentes na sociedade e que têm como norteadora a sexualidade.

Todavia, esse terreno de discussão, aparentemente sólido, guarda um arenoso campo de resistência por parte das ciências sociais em considerar a sexualidade um legítimo objeto de pesquisa, uma construção social, e não natural (Gagnon e Simon 1999; Tabet, 1998 e 2004; Mathieu, 1991a; Parker, Barbosa e Aggleton 2000; Vance, 1999; Bozon, 2002). Sobre isso, Carole Vance adianta ao discutir o desenvolvimento do tema na antropologia que,

> Ao que parece, o desenvolvimento da antropologia neste século, um movimento geral que parte de estruturas biologizadas rumo a perspectivas que são desnaturalizantes e antiessencialistas, poderia encorajar a aplicação de uma teoria de construção social ao estudo da sexualidade. Embora desafie o *status* natural e universalizado de muitos domínios, a antropologia excluiu amplamente a sexualidade dessa tentativa de sugerir que as ações humanas estiveram e ainda estão sujeitas a forças históricas e sociais e, por conseguinte, continuam mudando (1999, p.46).

Bozon (2013) reafirma esta resistência acrescentando que ela se dá, tanto entre as pessoas comuns quanto entre os (as) pesquisadores (as) das ciências sociais, em falar sobre a atividade sexual e questiona acerca da natureza dessa resistência.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Vance (1995) afirma que assim como as ciências sociais de modo geral, a antropologia, apesar de seu pioneirismo neste campo no Brasil, também teve limitações para penetrar nesse campo de conhecimento permeado por complexidades.

> Na realidade, a relação da Antropologia com o estudo da sexualidade é mais complexa e contraditória. Como uma área de conhecimento, a Antropologia tem sido muito pouco corajosa ou até mesmo adequada em sua investigação na sexualidade. Ao contrário, a disciplina muitas vezes parece partilhar a visão cultural predominante de que a sexualidade não é uma área inteiramente legítima de estudo, lançando dúvidas não só sobre a própria pesquisa, mas também sobre os motivos e o caráter do

> pesquisador. Nisto, não temos sido piores, mas também não temos sido melhores do que outras disciplinas das Ciências Sociais (p. 07-08).

Corossacz (2009) assinala que, somente a partir dos anos 1980 a sexualidade e a atividade sexual começaram a afirmar-se entre as ciências sociais como objeto de estudo autônomo. Para tanto, alguns elementos contribuíram, dentre os quais, o crescimento demográfico e a propagação da epidemia da AIDS.

No Brasil, especificamente, a epidemia da AIDS, nos primeiros anos manteve-se fundamentalmente restrita as áreas metropolitanas da região Sudeste, notadamente mais divulgada a partir da realidade dos homens que faziam sexo com outros homens, aos hemofílicos, aos hemotransfundidos, bem como aos usuários de drogas injetáveis. Contudo, nas últimas décadas tal epidemia vem crescendo de forma vultosa entre as mulheres, em decorrência da transmissão heterossexual. Desde 1993, essa passou a ser a principal modalidade de exposição ao HIV para o conjunto de casos notificados, superando as categorias “homossexual” e “bissexual”.

Como aponta Bastos (2001), desde meados dos anos 1990, o aumento do número de casos na população feminina se tornou um fenômeno mundial, e no Brasil tal propagação tomou proporções como em nenhum outro país. Segundo dados da UNAIDS Brasil de 2012, em 1989, a razão de sexos (número de casos em homens dividido pelo número de casos em mulheres) era de cerca de 6 casos de aids no sexo masculino para cada 1 caso no sexo feminino. Em 2010, chegou a 1,7 casos em homens para cada 1 em mulheres. Na faixa etária entre 13 e 19 anos, há mais casos de AIDS entre mulheres do que em homens.

Nomeadamente, a mobilização das instituições governamentais decorrente do movimento social de luta contra a AIDS, no Brasil, para conter a propagação da doença, tornou aos poucos a sexualidade tanto homossexual quanto heterossexual um autêntico objeto de estudo para pesquisadores (as) universitários (as) e deu legitimidade científica ao resultado de suas pesquisas.

Essas pesquisas tiveram uma importância fundamental para a compreensão das relações sexuais como relações sociais. Segundo aponta Corossacz (2009),

> Com efeito, o que se tornou evidente foi a disparidade de poder entre homens e mulheres na gestão da atividade sexual e da própria sexualidade. A questão do poder assume um papel de grande relevância, sobretudo no que se refere ao uso do preservativo, único meio de se proteger da AIDS e

> de outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como método para evitar a gravidez indesejada (p.48).

Acrescenta a autora em tela que baseada em dados produzidos a partir de diversas pesquisas realizadas tanto na Europa quanto no Brasil[133], principalmente com adolescentes, nos quais a aprendizagem dos papeis sexuais e sociais desponta com maior intensidade, a sexualidade se coloca como um espaço onde homens e mulheres não participam em condições simétricas. Ainda que o condicionamento dos papeis sexuais abranja homens e mulheres, a sexualidade feminina continua a ser intimamente limitada e controlada. Uma das formas desse controle é por intermédio da violência, expressando-se também nas restrições que muitas mulheres encontram para a descoberta do próprio corpo, nos problemas em nomear práticas e as partes sexuais, ao preparar, idealizar e manifestar o próprio prazer (MATHIEU, 1991c; TABET, 2004; BOZON, 2002).

Contraditoriamente, quando se trata da sexualidade masculina, esta é caracterizada por acréscimo de liberdade, que se expressa "numa linguagem mais direta e física, na possibilidade de ter mais parceiras sexuais sem incorrer em sanções físicas e morais" (COROSSACZ, 2009, p.48).

Destaco que esses aspectos se constróem e se perpetuam a partir do desenvolvimento da sexualidade diferenciada para ambos os sexos. Segundo Bozon (2013), a entrada dos jovens na sexualidade se faz sob o olhar e sob o controle dos pais e dos idosos que fixam as regras segundo as quais os jovens, meninos e meninas, podem acessar esta atividade estatutária da maturidade em nosa sociedade.

Acrescenta Bozon (2013) que há dois aspectos distintos de controle da sexualidade dos jovens, dependendo do país. De modo que várias são as sociedades que incentivam as mulheres ao início precoce da vida sexual, pois assim elas começariam mais cedo no "trabalho reprodutivo" o mais próximo possível da sua puberdade, na maioria das vezes unindo-as com homens mais velhos, reforçando assim, a dominação de sexo pela dominação de idade. Nessas sociedades, a iniciação sexual masculina é muitas vezes mais tardia do as mulheres[134].

---

[133] Bozon e Leridon, 1993; Lhomond, 1997; Holland et al., 1998; Paiva, 2000.

[134] Nombreuses sont les societé qui veulent éviter tout retard des femmes à entamer leur vie sexuelle et qui les "mettent au travail reproductif" aussi près que possible de la puberté, en les unissant à des

Contudo, adianta o referido autor, este modelo está cada vez mais em declínio, com predominância apenas em alguns paises da África Subsaariana e do subcontinente indiano. Em outras culturas, que fazem parte do Mediterrâneo e América latina, por exemplo, o controle social da sexualidade dos (as) jovens visa, ao contrário, adiar ao máximo possível a entrada das mulheres no sexo a fim de preservar a virgindade até seu casamento[135] [tradução nossa].

Por outro lado, Bozon (2013), assinala que os jovens são incentivados a provar rapidamente que são homens (ou com prostitutas ou com mulheres mais velhas), e a iniciação sexual acontece muito mais cedo do que as mulheres: “no modelo de reprodução precoce, como na preservação da virgindade feminina, a demanda por conformidade social é particularmente difícil para as mulheres, mas é claro que os homens também sofrem fortes injunções para se comportar, como os homens(BOZON, 2013,p.14-15) [tradução nossa].[136]

Outro aspecto relevante na abordagem da sexualidade feminina diz respeito à culpabilização das mulheres. Atualmente, no contexto brasileiro, o corpo feminino, ou mais especificamente, as partes que ficam expostas aos olhares “irrefreáveis” de muitos homens que não controlam seus “impulsos”, tem estado na mira dos debates e movimento de luta política[137]. Isso a meu ver é o reflexo direto da ideologia patriarcal, que delimita os papeis e as relações de poder entre homens e mulheres. Ademais, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita, põe a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, legitimando e alimentando desse modo os diversos tipos de violência, entre os quais o estupro, mas também o assédio sexual.

---

hommes sensiblement plus âgés. Dans ces sociétés, l'initiation sexuelle masculine est souvent plus tardive que celle des femmes.

[135] *Ce modèle aujourd’hui em déclin, est ancore présent dans certains pays d’Afrique subsaharienne ou dans le sous-continent indien. Dans um second ensemble de cultures, dont font parti les cultures méditerranéennes et latino-amérinaines, le contrôle social vise au contraire à retarder autant que possible l’entrée des femmes dans la sexualité, afin de préserver leur virginité jusqu’à a leur mariage.*

[136] *Inversement les jeunes gens sont incités à prouver rapidement qu'ils sont bien des hommes, soit avec des prostituées, soit avec des femmes plus âgees, et leur initiation sexuelle se produit bien avant celle des femmes dans le modèle de la reproduction précoce, comme dans celui de la préservation de la virginité féminine, la demande de conformité sociale est particulièrement pesante pour les femmes, mais il est clair que les hommes subissent également des injonctions puissantes de se comporter "comme des hommes*.

[137] A seguir trarei alguns aspectos relacionado à visibilidade que as *Slut Walks* tem dispensado no mundo para denunciar a culpabilização das mulheres pelos estupros.

A seguir, apresento a fala de uma das interlocutoras que narra o assédio sexual vivenciado por uma amiga e como essa indução da culpa nas próprias mulheres é engendrada, inclusive no âmbito do trabalho sob a forma de assédio sexual perpetrado pelo seu superior.

> Pelo que ela desabafou comigo, era o seguinte: ela teria que sair, teria que fazer sexo com o patrão se quisesse permanecer no trabalho, por que ela chamou a atenção dele. E aí isso é interessante porque eu conversando com ela, ela me contou que ele disse pra ela que isso aconteceu porque ele queria se mostrar essa coisa de garanhão pegador, se exibir, ele disse pra ela que foi ela que fez ele se interessar, que primeiramente ele não tinha interesse, mas ela é que foi cativando isso, sabe é uma responsabilização do outro e justamente pra cima da mulher. Então ele propôs para ela: vamos entrar num acordo você permanece no emprego, e nós vamos ter um caso. É muito chocante, ela teve que sair do trabalho (FAVELA).

Elegi essa fala de Favela, porque acredito que ela aponta alguns elementos importantes para a análise que pretendo fazer acerca da sexualidade feminina e, mais especificamente o sentimento de culpabilização que é recorrente. Nesse caso, o patrão/gerente/superior tende a culpar a funcionária pelo suposto despertar do seu desejo "latente e incontrolável". Cabe a ela, portanto, inexoravelmente, saciá-lo. Ao que parece como uma "obrigação" a mais do seu trabalho. Neste sentido, o trabalho sexual emerge como mais uma das obrigações associadas ao trabalho feminino, tanto doméstico, como público.

Vale ressaltar que persiste ainda um aspecto cultural extremante atual que atinge as mulheres, decorrência direta das desigualdades de gênero: a culpa. Exemplo disso é que quando uma violência sexista[138] é cometida, sustenta

[138] *Afin de lever la confusion courante entre violences sexuelles et violences sexistes, rappelons que les violences sexistes sont desactes de discrimination perpétrés em raison du sexe biologique de la personne, em l'occurrence le sexe féminin. Ces violences sexistes peuvent se manifester sous formed' agressions verbales, psychologiques, physiques ou sexuelles. Les violences sexuelles sont des agressions em rapport avec la sexualitéde l'agresseuret de l'agressé; concernant les femmes, elles peuvent être sexistes ou/et homophobeslors qu'elles sont commises pour stig-matiser une femme homosexuelle(encadré). Ce sont quelquefois des mots—des atitudes dans le cas du harcèlement sexuel—, mais surtout des actes, des pratiques sexuelles, infligés à une personne qui les refuse. Pour les imposer, l'agresseur utilize la force physique, lesbrutalités, voire les tortures, les menaces de tousordres, ou encore la persuasion ou le chantage affectif; enfin, il peut abuser des on pouvoir lorsqu'il est en position d'autorité [...]. (JASPARD, p. 62, 2005).* A fim de remover a confusão atual entre a violência sexual e a violência sexista, com base no gênero, lembramos que as **violências sexistas** são atos de discriminação em razão de sexo biológico da pessoa, ou seja, em ocorrência do sexo das mulheres. Estas violências sexistas podem se manifestar sob a forma de agressões verbais, psicológicas, física ou sexual. As **violências sexuais** são as agressões relacionadas com a sexualidade do agressor e do agredido; para as mulheres, eles podem ser sexistas e/ou homofóbicas quando elas estão empenhadas em estigmatizar uma mulher

imediatamente a hipótese do senso comum de que a vítima pode ser a culpada. Surgindo, por vezes comentários como: “mas será que ela não “deu bola” para ele?; “ah, mas ela usa umas roupas insinuantes...”, e daí por diante. De modo que, não raro, a própria mulher, de tanto escutar esses tipos de recriminações, acaba também se questionando se não é mesmo sua culpa, que pode acarretar uma série de problemas que afetam diretamente as dimensões pessoais, profissionais e familiares das mesmas.

Ademais, aspectos referentes à indução da culpa pelas violências sofridas são uma problemática amplamente conhecida, em bases empíricas, pelas mulheres brasileiras. Entretanto, a partir de bases estatísticas, estendeu-se em 2014 um debate que tomou proporções enormes nas redes sociais, na imprensa nacional e internacional, nas universidades, fruto do resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre tolerância social à violência contra mulheres. A pesquisa foi realizada com 3.810 pessoas pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) que, num primeiro momento, apontou que a maioria (65%) dos brasileiros[139] culpa a mulher, vítima do estupro[140], pela conduta do seu agressor, contra 26% que foram contrários a essa opinião.

Dado a repercussão dos números, o Ipea, no dia 04 de abril de 2014, reconheceu haver um grave erro nos dados apresentados, no qual a maioria dos (as) brasileiros (as) defenderam que mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser “atacadas”. Diferentemente do divulgado inicialmente pelo Instituto, 26% dos (as) brasileiros (as) são dessa opinião e não 65% como demonstrou o dado anterior. De acordo com o Instituto do governo federal, o erro na pesquisa ocorreu pela troca de gráficos.

Na verdade o resultado integral da pesquisa permanece sendo estarrecedor, visto que, a inversão dos dados põe, por sua vez, (65%) dos (as) entrevistados (as)

---

homossexual (enquadra-las). Estas são, por vezes, palavras e atitudes no caso de assédio sexual, mas, sobretudo, os atos, as práticas sexuais infligidas a uma pessoa que se recusa. Para lhes impor o agressor utiliza a força física e as brutalidades, ou mesmo as torturas, ameaça de qualquer tipo, persuasão ou chantagem emocional. Finalmente, ele pode abusar do poder quando está em uma posição de autoridade [...].

[139] A pesquisa não evidencia a quantidade de homens e mulheres que responderam a entrevista.

[140] O crime de estupro é considerado hediondo, nos termos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (art. 1º, V), tanto na modalidade tentada ou consumada, abrangendo o estupro cometido com violência (real ou presumida) e grave ameaça.

concordando com a afirmação de que “se a mulher que é agredida, continua com o parceiro, gosta de apanhar” e no caso específico da violência sexual, na mesma pesquisa 58,5% dos entrevistados concordaram que, se “as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014).

Independente dos equívocos dos dados o fato é que os mesmos põem a nu a percepção de que parte da sociedade brasileira a culpabiliza parcial ou totalmente as mulheres pelas violências sofridas. Portanto, ao afirmarem que concordam totalmente que a mulher só é vítima de agressão sexual por não se comportar de maneira adequada, reflete-se a preponderância do sistema patriarcal em nossa sociedade, corroborando a desvalorização de todas as características ligadas ao feminino e a falta de reconhecimento da mulher como sujeito de direitos.

Infelizmente, apesar do enorme machismo que perpassa nossa cultura, a associação entre as invasões ao corpo da mulher sem o consentimento feminino e as opiniões sobre o modo de se vestir como potencializador dessas violências, não é uma prerrogativa unicamente nacional. Um exemplo disso é a consolidação das *Slut Walks*[141] que tiveram início no ano de 2011, em Toronto (Canadá). Trata-se de um movimento em função da indignação causada, durante uma palestra sobre segurança no campus universitário da *York University,* em que um representante da polícia da cidade afirmou que as mulheres deveriam se preocupar em não sair nas ruas se vestindo como uma *slut* (vadia, puta, etc,) para não serem estupradas.

Aliado à perspectiva de culpabilização das mulheres, há outro aspecto tão significativo quanto a naturalização da condição de controle da sexualidade, que não raro, é incorporado na prática e no discurso de muitas mulheres. Sobre essa perspectiva Heilborn (2006) especifica:

> [...] homens e mulheres são modelados socialmente de maneiras muito variada. Nesse processo intervém representações sociais profundamente entranhadas no modo de conceber a sociedade, na produção de discursos e nas próprias práticas sociais. Essas diferenças são particularmente notáveis tanto entre as classes sociais como entre os gêneros, podendo ser acompanhadas pelos roteiros sexuais que os indivíduos seguem [...] os roteiros sexuais espelham as múltiplas e diferentes socializações que uma pessoa experimenta em sua vida: família, tipo de escolas, acesso a distintos meios de comunicação, redes de amizades e vizinhança (p. 46).

[141] A notícia da realização da primeira marcha correu o mundo, fazendo mais de 200 cidades a reproduzirem poucas semanas depois. No Brasil, adotou-se o nome de “Marcha das Vadias” e aconteceram em cerca de 30 cidades diferentes.

Compreendo que existem dois aspectos importantes para desvendarmos os comportamentos de naturalização do controle da sexualidade incorporados por muitas mulheres. O primeiro deles são os preceitos morais de origem religiosa recorrentes. Muitas mulheres comungam com a premissa de “sacralizar” a sexualidade pela via matrimônio, para que possa ser vivida fora do pecado e recolocada a serviço do preceito “crescei e multiplicai” (RIOS, PARKER E TERTO JR, 2010).

O segundo aspecto se soma, ou amplia o primeiro e se refere ao “modelo prosaico de mulher”, aquela dedicada à família, responsável pelos cuidados do lar, pelo marido, pai, filho (as), dentre outros. Fundamentado neste modelo, a sexualidade das mesmas necessita estar voltada para o núcleo familiar, portanto, voltando-se prioritariamente para a reprodução. No caso das casadas, devem satisfazer seus maridos e seus desejos sexuais e grantirem a reprodução através de filhos (as), o que vai implicar também exclusividade sexual, isto sem falarmos que esse modelo é heteronormativo, excluindo, desse modo, outras vivências da sexualidade.

Portanto, a necessidade da monogamia feminina vem coroar a construção de um modelo de família baseada no patriarcado, ou como descreveu (ENGELS, 1979 a) para assegurar a prole aos homens, garantindo a eles como força de trabalho renovada e herdeiros legítimos.

Historicamente a monogamia se caracteriza como sinônimo de mulher, ou seja, esse tipo de comportamento só foi exigido às mulheres. Ademais, em sociedades em que legalmente a poligamia é proibida também aos homens, de uma perspectiva social ela é legitimada, por intermédio da prostituição e do tráfico de mulheres que na atualidade se desenvolve de forma exponencial representando ganhos abissais para o capital.

Enquanto a relação feminina extraconjugal não apenas é deslegitimada, mas é moralmente julgada e condenada, podendo levar, ainda hoje, à sentença de morte, inclusive por apedrejamento, em alguns países da África e da Ásia. Vale ressaltar que há países que também condenam à morte os homens por adultério, apesar disso, essa sentença, historicamente, é enormemente mais comum às mulheres (CISNE, 2014).

Esse discurso é o mesmo que legitima, sob uma perspectiva “biológica”, a sexualidade indócil masculina como marca de virilidade, contribuindo para a consolidação do “macho-garanhão”.

Por mais que possa parecer superado, muitas mulheres apontam elementos da atualização do controle de sua própria sexualidade quando reproduzem modelos e estereótipos que definem a “moça de valor”, ou a “mulher de família” para casar. Para tanto, faz parte deste universo o cuidado/preocupação com o modo de se vestir, as redes de relacionamentos nas quais se inserem, o número de parceiros/namorados que as mesmas podem ter etc., pois o fato de não estarem “enquadradas”, neste modelo de comportamento poderá ter sérias implicações, inclusive, para “conseguir” parceiros/relacionamentos futuros, bem como mantê-los com vistas a uma união/casamento.

Ademais, quem escapa a esse padrão e transgride os preceitos sexuais, familiares e/ou religiosos sofre um processo de estigmatização/discriminação, principalmente em pequenas cidades do interior, nas quais as redes de sociabilidade próximas detêm mais explicitamente o controle e a vigilância sobre a sexualidade das mulheres. Isso faz com que muitas deixem de vivenciar experiências de automonia sexual, para assegurar para a comunidade local a imagem da “boa moça respeitável”, ou seja, a “moça de família”.

Vale ressaltar que a naturalização do controle da sexualidade feminina, incorporada e reproduzida por muitas mulheres, foi apreendida a partir do controle dos mais velhos ainda na fase da infância e adolescência, principalmente para as que tiveram uma educação repressora, sem a preocupação da educação de meninos e meninas para a vivência da sexualidade pautada na igualdade entre os sexos.

Exemplo disso são as brincadeiras de casinha, esconde-esconde, “de médico”, quase sempre recheados de erotismo, entretanto, realizadas longe dos olhares dos adultos. Estes, continuamente prontos a corrigir, mesmo com o uso da força física, tais comportamentos. Vale ressaltar que aparentemente, estas experimentações da sexualidade que foram prazerosas na infância, posteriormente ganham um sentido negativo.

Essas são fases em que a sexualidade também tem uma relevante importância, pois é a partir dela que se estruturam os comportamentos e vivências juvenis para as futuras práticas da vida sexual com os (as) parceiro (a), e

posteriormente, na passagem à vida adulta. Heilborn (2006) expõe que uma específica concepção de sexualidade se estrutura a partir da entrada na vida, profundamente vinculada com o uso social do corpo, este, por sua vez, modelado pelos preceitos culturais.

Sobre o uso social do corpo a referida autora afirma que:

> O uso social do corpo é uma dimensão da antropologia da pessoa que assinala como socialmente construída a maneira como caminhamos, sorrimos ou rimos, olhamos, escutamos ou empreendemos muitas das funções consideradas naturais de nossos corpos. Quando duas pessoas se olham, por exemplo, há diferenças notáveis conforme a nacionalidade: os brasileiros podem olhar alguém do seu próprio sexo ou do outro sexo de forma muito direta, com contato direto entre os olhos. No entanto, em países europeus não se deve olhar frontalmente nos olhos do outro, pois isso pode significar uma tentativa de sedução. Os brasileiros se comunicam com outras pessoas por diversas formas de contato corporal muito direto: pelo olhar, com abraços e beijos, tocando no corpo alheio para chamar a atenção- o que, por exemplo, na França, seria considerado inadequado e possivelmente interpretado como um avanço indesejado e talvez agressivo (HEILBORN, 2006, p.46).

Ao longo dos tempos as questões relacionadas a sexualidade, sexo e direitos sexuais, são negligenciadas a um segundo plano. Esse suposto “desconforto” em abordar tais temas se expande para outras instâncias de discussão alcançando o âmbito dos direitos. As políticas de desenvolvimento, por exemplo, nas últimas décadas, levam em conta aspectos da discriminação e da desigualdade social. Entretanto, há um total silêncio no que se refere as “implicações econômicas, sociais, políticas e de direitos humanos do sexo e da sexualidade” (CORNWALL e JOLLY, 2008,p. 30). As referidas autoras destacam que: tratada como questão de saúde, fica quase sempre como um tema “supérfluo”, não aparecendo, nos debates sobre desenvolvimento.

> A epidemia de AIDS pode ter aberto espaços para que a sexualidade ganhasse maior proeminência nas estratégias das agências de desenvolvimento. Porém, as representações do sexo e da sexualidade nos discursos sobre AIDS são não apenas persistentemente negativas, como também são profundamente normativas (Pigg, 1999; Gosine, 2004). Assim como o tema da população, a sexualidade continua a ser tratada como um problema a ser contido, e não como uma parte essencial da experiência humana, fonte de alegria e prazer, assim como de sofrimento e dor. Esta perspectiva negativa converge com os esforços da direita religiosa para limitar o desfrute da autonomia corporal, amor e intimidade das pessoas que

> não se adequam às normas prescritas pelas autoridades religiosas, a sociedade e o Estado (Long, 2005) (CORNWALL e JOLLY, 2008, p.30).

Jill Lewis e Gill Gordon citados por Cornwall e Jolly (2008) apontam que embora a sexualidade seja um aspecto fundamental na vida das pessoas, essa rica e múltipla experiência humana é, repetidamente, reduzida a informações pontuais, dados, alertas intimidadores e instruções sobre o que não se fazer. Afirmam ainda que em meio a isso, não se estruturam possibilidades para conectar vinculações sexuais a situações e corpos reais: “quando as agências de desenvolvimento ousam falar de sexo, referem-se a atividades e atos carregados de riscos e perigos e não a conexões íntimas entre pessoas. “Amor”, “desejo” e “prazer”, não fazem parte do léxico do desenvolvimento (p.31).

O campo da sexualidade aparece, portanto, governado por “normas sociais”, de um lado, almejar-se que as mulheres sejam sexualmente vulneráveis, os homens, ao contrário, devem suprimir qualquer expressão de vulnerabilidade ou medos relacionados à sexualidade:

> Quando se expressa a importância da sexualidade para o desenvolvimento é porque é essencial para as pessoas. Além do que, é importante porque a invisibilidade, tabus e expectativas da sociedade em relação ao sexo reforçam os estereótipos de gênero inúteis e que são extremamente problemáticos tanto para os (as) heterossexuais quanto para os homossexuais. As agências de desenvolvimento dividem a vida das pessoas em pedaços ou setores. Isolam o fluxo das experiências humanas de maneira a desenhar intervenções planejadas e administráveis. Em grande medida, a sexualidade tem sido tratada pelas agências de desenvolvimento como um assunto do setor de saúde e que deve ser respondida a partir do marco de referência desse setor, com intervenções que buscam diminuir o risco de gravidez, o número de nascimentos e de relações sexuais, assim como evitar doenças. O sexo tem sido tratado como uma fonte de risco e vulnerabilidade, em lugar de ser visto em termos de direitos [...] Embora as intervenções de saúde acima mencionadas sejam essenciais, elas reduzem a sexualidade ao ato físico do sexo e suas consequências (gravidez, DSTs, etc.) (CORNWALL e JOLLY, 2008, p.34).

No capítulo seguinte busco aprofundar alguns aspectos conceituais das categorias assédio moral e assédio sexual, destacando os posicionamentos acadêmico-políticos dos movimentos feministas no Brasil e na França sobre essa problemática, o impacto dessa violência sexista para a saúde das mulheres, e por

fim, analiso o assédio moral e o assédio sexual, como uma expressão contemporânea da questão social.

5 **O ASSÉDIO MORAL E O ASSÉDIO SEXUAL COMO VIOLÊNCIA SEXISTA NA VIDA DAS TRABALHADORAS**

Ao contrário das discussões que permeiam a violência contra a mulher na esfera doméstica e familiar, comumente denominada de “violência conjugal”, no tema do assédio moral e sexual no âmbito do trabalho não encontrei muitos estudos, pesquisas e publicações nas discussões formuladas pela epistemologia feminista que tinham como arcabouço teórico as relações patriarcais de gênero. A principal literatura encontrada é oriunda de disciplinas acadêmicas, principalmente do Direito, da Medicina e da Psicologia. Isto traz o desafio de construir tal debate articulado à teoria feminista no sentido de desvendar as violências na esfera produtiva, especialmente o assédio sexual e moral como um dos aspectos que compõem a precarização do trabalho feminino e que é configurado em suas características pelo patriarcado e pelas relações sociais de gênero.

No que se refere ao assédio moral e aos danos causados por ele nas relações trabalhistas, os países da União Europeia, por exemplo, gastam em média

de 3% a 4% de seu Produto Interno Bruto (PIB) com problemas envolvendo a saúde mental dos (as) trabalhadores (as). Nos EUA, os tratamentos da depressão associada aos (as) trabalhadores (as), consomem de 30 a 44 milhões de dólares anuais. Há ainda outro dado bastante preocupante que aponta que de 10 a 15% dos suicídios ocorridos na Suécia são ocasionados pelo assédio moral (SILVA, 2006).

Como foi dito, as pesquisas acerca da incidência do assédio moral e sexual nos espaços de trabalho, em sua maioria, são oriundas do campo do Direito, da Psicologia e da Medicina. Especificamente no Serviço Social, tais pesquisas são escassas, demandando ampliação para que possam subsidiar ações para a visibilidade e o enfrentamento da questão e esta tese pretende contribuir nesse sentido.

Como parte desse esforço de investigação, bem como para demonstrar a incipiente produção acadêmica existente sobre o tema, realizei um levantamento bibliográfico quantitativo preliminar acerca das pesquisas sobre assédio moral e assédio sexual a partir de principais fontes acadêmicas de pesquisas. O banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e da base bibliográfica da *Scientific Electronic Library Online* (*Scielo),* utilizando as palavras-chave -"assédio"- "assédio moral"- e -"assédio sexual contra mulheres"[142]*.* Posteriormente a este levantamento me detive especialmente nas revistas cientificas *Estudos Feministas* editada pela UFSC[143] e no Cadernos *Pagu* editada pela UNICAMP[144], ambas com produções voltadas aos estudos de

[142] Ver FREITAS, Maria Ester, 2008; GARCIA, Ivonete Steinbach, 2011; BATTISTELLI, Bruna Moraes; AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena, 2011; GARBIN, Andréia de Conto; FISCHER, Frida Marina, 2012; FREITAS, Maria Ester, 2001; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes; FERRAZ, Ana Maria Souto; 2011; MACIEL, Regina Heloisa; CAVALCANTE, Rosemary; Matos, ROCHA; Teresa Glaucia *et al,* 2007; VILLAÇA, Fabiana de Mello; PALÁCIOS, Marisa; 2010; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; RIMOLI, Adriana Odalia, 2006; MARTININGO FILHO. Antonio; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares,2008; CAHÚ, Graziela Pontes Ribeiro; ROSENSTOCK, Karelline Izaltemberg Vasconcelos; COSTA, Solange Fátima Geraldo da, *et al*. 2011; HELOANI, Roberto, 2004; BIRMAN, Joel, 2005; PEZÉ, Marie-Grenier, 2004; CASTELLÓN, Angelina María, 2011; CARAN, Vânia Cláudia Spoti; SECCO, Iara Aparecida de Oliveira, BARBOSA, Dulce Aparecida, 2010; VILLAÇA, Fabiana de Mello; PALÁCIOS, Marisa, 2010.

[143] Revista com Qualis A2 pela CAPES. O Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero (CAPES, 2013).

[144] Revista com Qualis A2 pela CAPES.

gênero e aos feminismos. Nesta última publicação não foram identificados artigos que tratassem *especificamente* da referida temática. Ressalto que a investigação de teses, dissertações e artigos se restringiu ao período entre 2001 e 2012[145].

A partir dos quadros, pude observar que das vinte e duas dissertações de mestrado, dez delas tratavam do assédio moral e dez de outra modalidade de assédio, o sexual. Em duas delas, a discussão aparecia, mas de modo periférico, não como o tema mais importante do trabalho.

Houve praticamente uma mesma frequência de discussão dos dois tipos de assédio. Entretanto, dezessete dissertações foram escritas por autoras sobre a temática e apenas cinco, foram escritas por homens, o que indica que o sexo do/a próprio/a autor/a aparece como um aspecto relevante na decisão de desenvolver ou não academicamente tais discussões.

No que se refere aos programas de pós-graduação de que tais dissertações são oriundas, houve uma predominância dos cursos de Direito e Psicologia. Tal predominância parece estar relacionada ao fato de que tais fenômenos são compreendidos predominantemente através de duas vias: a da judicialização e a da individualização/psicologização de sua ocorrência. Tanto uma via quanto outra, limitam a apreciação das diferentes formas de assédio como fenômeno inscrito no campo das relações sociais e da cultura.

Em relação às teses identificadas no Banco CAPES sobre o tema do assédio moral e assédio sexual, onze delas tratavam do assédio moral e apenas duas do assédio sexual dirigido às mulheres. Os cursos de Direito e Psicologia foram novamente os que mais produziram sobre estas temáticas.

Verifiquei na abordagem dos artigos pesquisados na *Scielo,* que entre 2004 e 2012, encontramos 18 trabalhos publicados sobre o tema. Desses, 15 foram desenvolvidos por autoras e quatro por autores, mantendo-se desta forma, a tendência desta produção descrita no parágrafo anterior. Dezesseis trabalhos tratavam do assédio moral e apenas um deles de assédio sexual contra as mulheres[146].

---

[145] Ver quadro completo em anexo.

[146]Ver FREITAS. Maria Ester, 2008; GARCIA, Ivonete Steinbach; TOLFO, Suzana da Rosa, 2011; BATTISTELLI, Bruna Moraes; AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena, 2011; GARBIN, Andréia de Conto; FISCHER, Frida Marina, 2012; FREITAS, Maria Ester, 2001; MARTINS, Maria do Carmo Fernandes; FERRAZ, Ana Maria Souto, 2011; MACIEL, Regina Heloisa; CAVALCANTE, Rosemary; MATOS, Teresa Glaucia Rocha, *et al*, 2007; VILLAÇA, Fabiana de Mello; PALÁCIOS, Marisa, 2010; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; RIMOLI, Adriana Odalia, 2006;

Há que assinalar nesse processo de aproximação com pesquisas que tratam da problemática do assédio moral e assédio sexual a partir de bancos de dados, a tendência de pouca expressividade destes temas na literatura científica. É possível aventar a hipótese de que a não inclusão de tais modalidades de violência, (principalmente do assédio sexual) nas discussões acadêmicas, reflete a forma como, em geral, a sociedade também os trata. Isto ocorre à revelia de que a radicalização das novas formas de organização do trabalho esteja favorecendo, entre outros aspectos, essas expressões de violência, como aponta Perrot, para quem tais novas formas se expressam no "corpo sexuado, objeto de poder e de desejo" (2005, p.151).

Neste sentido, estudos sobre as violências mais incidentes na esfera do trabalho são imprescindíveis, pois evidenciam a relação dialética entre as condições materiais de produção e as ideologias, atitudes, valores e políticas que impedem as mulheres de exercerem a sua atividade laborativa em condições mais equitativas com os homens. Torna-se necessário, portanto, demonstrar como tais processos ocorrem para que se construa condições de atenuar parte do fosso que permanece na organização do trabalho feminino e masculino nos moldes capitalistas.

Entretanto, é importante ressaltar que as contradições presentes nas relações de trabalho no modo de produção capitalista caminham na contramão de qualquer possibilidade que aponte para reformas que mudem a base sobre a qual se alicerça a exploração e a extração de sobretrabalho. Ademais, tal alicerce é construído a partir do reconhecimento do direito da propriedade privada dos meios de produção, "o que significa, na prática, para a maioria da população, apenas o direito de ter direito, mas nunca de realizá-lo" (MORAIS, 2007, p.01).

Da mesma maneira, estudos críticos podem contribuir para que as instituições jurídicas se reposicionem face ao problema, discutam sua ocorrência e, talvez, intensifiquem a aplicação das sanções. Outro possível efeito deles é fomentar o planejamento, a gestão e avaliação das políticas públicas destinadas à intervenção nessa problemática.

MARTININGO FILHO, Antonio; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares, 2008; CAHÚ, Graziela Pontes Ribeiro; ROSENSTOCK, Karelline Izaltemberg Vasconcelos; COSTA, Solange Fátima Geraldo da. *Et al,* 2011; HELOANI, Roberto, 2004; BIRMAN, Joel, 2005; PEZÉ, Marie-Grenier, 2004; CASTELLÓN, Angelina María, 2011; CARAN, Vânia Cláudia Spoti; SECCO, Iara Aparecida de Oliveira; BARBOSA, Dulce Aparecida; Robazzi, et al, 2010; DUSSEL, Inés, 2009.

5.1 **Conceituando o assédio moral e o assédio sexual contra as mulheres**

O termo “Assédio moral” nasceu em 1998 nos escritos da psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta familiar e vitimologa francesa Marie-France Hirigoyen, autora do *best-seller*: O *Assédio moral*: *a violência perversa no cotidiano*[147]. Entretanto, quando o referido livro surgiu, dois livros já traziam elementos sobre os fenômenos de perseguição e sofrimento no trabalho: *Mobbing*. Perseguição no trabalho (1996), do psicólogo alemão *Heinz Leymann* naturalizado sueco e sofrimento no trabalho. Banalização da injustiça social e psiquiatra, de *Christophe Dejours* (1993).

Nas décadas de 1980 e 1990, *Leymann* passou a aprofundar suas análises, com a publicação de “Mobbing, a perseguição no trabalho” utilizando o termo mobbing pela primeira vez, sendo difundido em muitos lugares, principalmente na França. Aquele autor conceituou o assédio moral como:

> Deliberada degradação das condições de trabalho através do estabelecimento de comunicações não éticas (abusivas), que se caracterizam pela repetição, por longo tempo, de um comportamento hostil de superior ou colega (s) contra um indivíduo que apresenta, como reação, um quadro de miséria física, psicológica e social duradora (FELKER, 2007, p.183).

Indiscutivelmente o trabalho de Marie-France Hirigoyen contribuiu para a visibilidade do fenômeno em todo o mundo. Entretanto, neste livro há uma análise do assédio moral a partir de uma perspectiva fundamentalmente individual, “como uma perversão do ego no âmbito estritamente psicopatológico, em que se dá um silencioso assassinato psíquico” (HELOANI, 2005, p.101). Já na segunda obra da referida autora, intitulada *Mal estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*[148]*,* Hirigoyen relativiza essa perspectiva individualizada do assédio. Para a autora, o assédio moral pode ser compreendido como:

> [...] qualquer conduta abusiva, manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma

[147] Livro publicado em 1998 pela Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro.
[148] Publicada em 2001 pela Editora Bertrand do Brasil - Rio de Janeiro.

> pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2002, p.65).

Contrapondo-se a essa perspectiva psicopatológica, Roberto Heloani (2005) aponta para a uma concepção que considera cada indivíduo como produto de uma construção sócio histórica, sendo, portanto, sujeito e produtor de inter-relações que acontecem no interior do seu meio ambiente e social, perpassadas por leis e regras. Nessa perspectiva o referido autor acrescenta que:

> [...] a violência torna-se uma resposta a um sistema desumano e não pode ser considerada um mero mecanismo individual. Em outras palavras, nesse processo, a violência passa a ser uma perversão da perversão, ou seja, uma armadilha motivada pela crueldade do sistema (HELOANI, 2005, p.103).

Para Margarida Barreto (2006), o assédio moral é expresso por atos e comportamentos agressivos que visam a desqualificação e desmoralização profissional e a desestabilização emocional e moral do(s) assediado(s), tornando o ambiente de trabalho desagradável, insuportável e hostil. Entretanto, independentemente da definição, o importante é compreender que o assédio moral se caracteriza pelo abuso de poder de forma repetida e sistematizada.

Ao lado disso, é importante ressaltar a existência de uma multiplicidade de definições teóricas, na perspectiva de compreender o que é o assédio moral no trabalho e sua avaliação. Essa distinção tanto pode incidir em razão da pluralidade cultural quanto da ênfase que se deseja dar a algum dos muitos aspectos que levam à violência no trabalho.

Os principais pontos desse debate tem sido a questão da objetividade e subjetividade do assédio; da intencionalidade, assim como a categorização do assédio como pessoal ou organizacional. Como já apontado anteriormente, as práticas que constituem o que atualmente é reconhecido como assédio moral no trabalho é bastante antigo. O uso do termo é que é recente.

Indagadas acerca do que elas compreendem sobre assédio moral algumas interlocutoras expuseram:

> Toda e qualquer conduta que procura atingir a pessoa, seja por meio de palavras, gestos (AMBURANA).

Sem dúvida, as agressões verbais aparecem no cerne das reclamações das trabalhadoras como as formas mais humilhantes de tratamentos vivenciados nos espaços de trabalho. Ao que parece, os (as) trabalhadores (as) aparecem normalmente como o principal alvo de "descarrego" das tensões produzidas e reproduzidas nas relações cotidianas que perpassam o trabalho:

> As empresas, os patrões que hoje em dia, por ter aquele nível mais elevado pega a funcionária e diz "não você fica comigo, em troca eu te dou um bom salário". Isso aí também já pega né? No assédio, e isso é para os dois tipos de assédio (VELAME).

> Eu acho que o assédio moral é quando você tá no ambiente de trabalho e não existe aquele respeito. Onde você é gritada, principalmente perante as pessoas que estão comprando na hora. Já aconteceu comigo, com essa mesma pessoa estressadíssima, que foi o motivo que eu saí de lá. Porque assim, ele causava o terror em todo mundo. Só que mesmo eu sendo quieta, eu não aceitava aquilo. Eu não estava morrendo de fome, eu estava lá há quase um ano. Eu tinha que dar um jeito dele me demitir sem que eu perdesse os meus direitos, se não, não ia dá em nada. E aí ele me gritou na frente de uma cliente. Essa cliente até me chamou depois, disse que se eu quisesse colocar ele na Justiça, ela ficaria do meu lado. Ele gritou comigo e eu respondi ele falando na mesma altura. Aí ele disse "você está gritando comigo?" Aí eu respondi que estava falando na mesma altura que ele estava falando comigo e ele não gostou: "amanhã mesmo, pegue sua carteira, que você está demitida". Eu disse "tudo bem". Mas eu fui lá. Desci no outro dia com minha carteira pra dar baixa, eu adorei, aí eu fui lá ao escritório dele agradecer a oportunidade. Aí ele me abraçou, chorei, ele pediu desculpas, disse que era porque ele tinha muitas óticas e que ele era daquele jeito que era pra que as pessoas respeitassem ele... Mas saí amiga, até porque ele é um dos "bichões" de ótica e se eu não tivesse saído amiga dele, com certeza, eu não estaria aqui (JUREMA).

A fala de Jurema apresenta alguns aspectos importantes para serem analisados: o primeiro deles diz respeito ao confrontar-se, pouco comum quando não se tem um objetivo definido como o dela. Normalmente os (as) trabalhadores (as) convivem com esses rompantes por muito tempo e acabam por naturalizá-los, sob a justificativa de que é sempre "estresse" de patrão (a). Aliado a isso, há, como a mesma descreveu, o medo de perder o emprego e ser posteriormente perseguida, já que geralmente esses (as) empresários (as) detém o monopólio do que geralmente comercializam nas cidades pequenas e médias. Outro dado que me chamou atenção na fala de Velame é a disposição da cliente em servir de testemunha para uma possível reclamação trabalhista, pouco comum em tempos de individualismo e barbárie.

Portanto, na fala de Jurema, há o reconhecimento do assédio moral, de como o mesmo causa sentimentos como vergonha, impotência diante da condição de subordinada e como aspectos como medo de perder o emprego ou ser estigmatizada deliberadamente como a funcionária problemática, que implicaria em dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, fazem com que as resistências a esse tipo de violência terminem quase sempre em “acordos” firmados internamente sem que haja reparações por parte do (a) assediador (a).

Ademais, o aspecto transitório do trabalho no comércio, a meu ver, é um elemento a mais que potencializa o não enfrentamento aos assédios, seja ele moral ou sexual. Como bem definiu Jurema, a necessidade de garantia de uma carteira assinada, ou de uma carta de recomendação é fundamental em um espaço cada vez mais exigente e controlado por poucos.

> Assédio moral é tipo dá em cima, não? Usar o poder que a pessoa tem, pra ficar com outras pessoas, no caso do meu patrão é o que ele usa (CATINGUEIRA).

É comum entre as interlocutoras confundir assédio moral com assédio sexual. Entretanto, isso está intimamente relacionado com a falta de informação ou à ausência de espaços de discussão sobre o tema. Nenhuma das interlocutoras, por exemplo tiveram, na inserção ou durante o período de trabalho, acesso a campanhas educativas seja da empresa ou do sindicato sobre assédio moral e assédio sexual no trabalho. As poucas informações que obtiveram sobre o assunto, foram feitas pelo “boca-a-boca” ou ouviram em algum momento na mídia de forma superficial.

Acrescido desses elementos existem ainda as imprecisões presentes em torno no termo assédio moral. Na França. Por exemplo, o mesmo é permeado por inúmeros questionamentos, o primeiro deles diz respeito à sua ambiguidade, incerteza em torno do conceito. Visto que aspectos como: o que é uma “conduta imprópria”? A legislação francesa não adota uma solução que facilite a condenação “dos atos repetidos de assédio moral” sem um aprofundamento anterior da questão (SALAH-EDDINE, 2008) [tradução nossa].

Outro aspecto que se soma aos já anteriormente abordados, no que se refere a identificação dos assédios, decorre, muitas vezes, da “tolerância” que parte da

sociedade tem face às agressões contra a mulher, vista muitas vezes como algo natural.

A autora em tela acrescenta ainda que tanto para Hirigoyen como para os (as) legisladores (as), o fenômeno é definido por suas consequências, e não por seu conteúdo. Sobre os efeitos do *harcèlement moral*, eles não ajudam a entender melhor o fenômeno. Deixando margens para indagações como: O que exatamente é uma degradação das condições de trabalho? uma violação de privacidade? A dignidade?.

Evidentemente, ainda há muitas questões a serem compreendidas, e a rápida emergência do conceito de *harcèlement moral* na França não deu conta de analisar todos os aspectos intrínsecos ao fenômeno. Entretanto, não se pode ignorar a enorme contribuição do trabalho de Hirigoyen, pois foi, fundamentalmente, a partir dessa expressão-conceito que se nomeou mais precisamente as formas de violência presentes no mundo do trabalho, especificamente o assédio moral.

Caracterizarei o fenômeno sob o paradigma jurídico, pois esta é uma das instâncias onde o assunto tem ganhado maior visibilidade nos últimos anos.

No Brasil, a expressão *assédio moral* surgiu no campo do Direito Administrativo Municipal, em 1999, por meio do Projeto de Lei sobre Assédio Moral da Câmara Municipal de São Paulo[149], voltado para o funcionalismo, inspirado na obra de Hirigoyen (2002).

No âmbito acadêmico brasileiro, a propagação das discussões e pesquisas sobre o tema se deu a partir dos estudos da médica do trabalho Margarida Barreto, que defendeu a dissertação em Psicologia Social intitulada *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*, em 2000 na Pontifícia Universidade Católica-SP. No referido trabalho, a autora dá ênfase à relação entre o assédio moral e o agravamento dos problemas de saúde desenvolvido pelos trabalhadores, definindo violência moral no trabalho do seguinte modo: “Exposição prolongada e repetitiva a condições de trabalho que, deliberadamente, vão sendo degradadas. Surge e se propaga em relações hierárquicas assimétricas, desumanas e sem ética, marcadas pelo abuso de poder e manipulações perversas” (BARRETO, 2003, p.22).

Barros (2000) define assédio moral como:

[149] Lei contra assédio moral do Estado de São Paulo de iniciativa do deputado estadual Antônio Mentor, PT/SP, Lei Nº 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

> A situação em que uma pessoa ou grupo de pessoas exercem uma violência psicológica extrema, de forma sistemática e frequente e durante um tempo prolongado sobre outra pessoa, a respeito da qual mantém uma relação assimétrica de poder no local de trabalho, com objetivo de destruir sua reputação, perturbar o exercício de seu trabalho e conseguir, finalmente, que essa pessoa acabe deixando o emprego (s/p).

Essas situações são marcadas pela presença do “horror” com efeitos psíquicos que implicam na autoestima, na desestabilização da “identidade”, gerando insegurança do sujeito até chegar à sua destruição institucional, “nela todos os meios são permitidos para demolir a pessoa visada, inclusive a violência física, o que pode levar a um aniquilamento psíquico ou ao suicídio” (HIRIGOYEN, 2010, p.90).

O assédio moral é um ato perverso que envolve a prática de humilhações, perseguição e ameaças, se constituindo num processo de violência psicológica. Este tipo de assédio, além de se transformar em guerra psicológica, envolvendo abuso de poder e manipulação, traz prejuízos à saúde mental e física das pessoas, inserindo-se num contexto mais amplo dos valores morais e éticos da sociedade contemporânea e da violência nas relações sociais.

Em relação aos tipos de assédio moral no trabalho, o mais frequente é o de natureza vertical, no qual a violência parte do superior hierárquico. Ele é horizontal quando a violência é praticada por um ou mais colegas no mesmo nível hierárquico; e por fim, atinge sua forma mais rara, quando é ascendente, que se materializa pela violência praticada pelo grupo de trabalhadores contra um superior (AMAZARRAY, 2010).

As formas que materializam o assédio moral são inúmeras, podendo se concretizar por intermédio de comunicação escrita, verbal (fofoca, chacota, ironias e deboches) ou não verbal (suspiros, erguer de ombros, olhares de desprezo, silêncio, ignorar a existência do assediado).

Felker (2007) apresenta algumas dessas formas: empresas que colam na parede listas com nomes de empregados com baixa produtividade, envio de bilhetes com ofensas e injúrias. Há ainda os mais comuns como comentários sarcásticos, críticas em espaços públicos, ameaças verbais, divulgação de doenças e problemas pessoais do funcionário, deliberação para realização de autocrítica em público, além

dos mexericos e bisbilhotices com o intuito de atingir determinado sujeito. A esse respeito Hirigoyen acrescenta que:

> As atitudes de assédio visam antes de tudo a 'queimar' ou se livrar de indivíduos que não estão em sintonia com o sistema. Na hora da globalização, procura-se fabricar o idêntico, clones, robôs interculturais e intercambiáveis. Para que o grupo seja homogêneo, esmaga-se aquele que não está no ponto, aniquila-se qualquer especificidade, seja de caráter, seja de comportamento, sexo, raça...formatar indivíduos é uma maneira de controlá-los. Eles devem se submeter para melhorar os desempenhos e a rentabilidade. Essa formatação é frequentemente retransmitida pelos colegas, pois as empresas, como todo grupo social, geram em seu seio forças de autocontrole encarregadas de recolocar na linha os 'alienígenas'. Eles têm de aceitar, por bem ou por mal, as regras do jogo. O assédio moral é um dos meios de impor a lógica do grupo (2010, p.39).

Embora o conceito de assédio moral se modifique segundo o país ou a ênfase que o autor quer dar a esse tipo de violência, todavia, há certo consenso no que se refere a sua caracterização, que via de regra se consubstancia por atitudes reiteradas, repetitivas, com intenção de degradar, humilhar, deliberada e intencionalmente. Contudo, segundo FELKER (2007), há a excepcionalidade de o assédio moral ser caracterizado por intermédio de um só ato, neste caso, o modo de se concretizar essa exceção se apresenta do seguinte modo: "[...] como exemplo de assédio moral, concretizado independente da reiteração, a hipótese de o empregador que despede o empregado sem justa causa e barra sua entrada no estabelecimento ou impede-o de entrar para retirar seus pertences" (FELKER, 2007, p. 191).

Há, portanto, nesse exemplo, o comportamento premeditado direcionado ao (a) trabalhador (a) com intenção concreta de humilhar, constranger, atentando contra sua dignidade.

Outro aspecto relevante na abordagem do assédio moral no trabalho é a utilização do mesmo como método administrativo que alguns dirigentes, tanto na esfera pública quanto privada, dispensam aos (as) seus (as) subordinados: (as) um tratamento rígido, compreendendo que a única forma de intensificar a produtividade, submissão e disciplina no trabalho seria por intermédio da intimidação.

É a manipulação consciente do psicoterror. Há inclusive, chefes de departamentos ou de seções, no estabelecimento, de segundo ou terceiro escalão, que são mais severos e desrespeitosos no tratamento com os colegas que os próprios donos do estabelecimento.

É importante salientar que este fenômeno já se constatava com os feitores de escravos, geralmente mais cruéis e desumanos do que os próprios senhores-de-engenho. Estes “novos feitores pretendem mostrar serviço e não hesitam em pisar sobre seus (as) subordinados (as), tratando-os (as) com arrogância, desrespeito e total desconsideração” (FELKER, 2007, p.196).

A permanência de muitos (as) trabalhadores (as) em espaços que se utilizam dessa prática abominável se dá pelo medo da perda do emprego.

Ademais, o contexto da economia neoliberal promove o rompimento dos laços de solidariedade entre os (as) trabalhadores (as), acirrando as disputas de poder entre iguais, que recorrem muitas vezes de estratégias escusas para a anulação do oponente.

Exemplo dessa competição exacerbada como técnica cada vez mais utilizada, principalmente nos setores de vendas, é aqui ilustrada por uma das interlocutoras.

> [...] Acontece muito na questão das vendas. Porque assim: os vendedores tem que bater metas né? Se não bater vai pra fora e pronto. Não é só gerente. Os vendedores ficam nessa roda uns pressionando os outros, e o gerente pressionando todo mundo. Porque o gerente ele chega, chama todo mundo e faz aquela reunião “Olhe vamos pra rua, porque a meta desse dia é tanto”. Aí tem uma vendedora lá, que ela compete muito com a supervisão, ela diz: “quem não vender vai pra fora. Fulano você já vendeu hoje?” Sabe? Fica tipo pressionando. Só que as pessoas acham assim: que é bom, que é interessante que estimula todo mundo. Pensa que é normal, mas no fim, eu acho que existe um assédio moral também. Porque quem bate a meta fica se gloriando (*sic*) em frente os outros e quem não vendeu nada, se sente e é muito humilhado, quando não perde o emprego. E lá onde trabalho isso é direto. Faz parte do trabalho. Já é normal. Ninguém vê isso como uma violência (AMBURANA).

Esse cenário requer pensar tais relações inseridas na dinâmica financeira, cuja obsessão por rentabilidade está diretamente ligada à gestão das empresas, ou seja, em uma única lógica – é a financeira. O que remete à questão da rotação do capital, tratada anteriormente nesta tese. Para os (as) trabalhadores (as) isso significa uma concorrência feroz, onde ele (a) deve ser o melhor e para ser o (a) melhor tem que ganhar mais dinheiro.

A reorganização do trabalho, a mundialização, o capital financeiro, todos esses elementos, ressignificam o espaço do trabalho, de modo que as exigências transitam por patamares complexos numa corrida insana para alimentar os lucros.

Isso, tem significado cada vez mais pressões sobre os (as) trabalhadores (as), refletindo em um dos principais determinantes do assédio moral na atualidade.

Acrescente-se a esses aspectos a discriminação com base na origem racial, sexual, da orientação sexual, e por adoecimentos ou deficiências, que tanto afetam as chances de conseguir um emprego, como também aparecem como potencializadores das condições necessárias ao assédio moral.

No que concerne às relações de gênero presentes no enfoque do assédio moral os posicionamentos teóricos apresentam bastante divergências. Por um lado, os (as) autores (as) que trazem estatísticas dos países de origem anglo-saxônica apontam variantes insignificantes em relação ao sexo. Contudo, para Hirigoyen (2010), é necessário pensar tais porcentagens a partir do contexto sociocultural em que se inserem. Ademais, tais países têm mecanismos mais eficientes para assegurar a igualdade entre os gêneros no mercado de trabalho. No caso de países como Itália, Espanha e também na América Latina a autora considera que prevalece o machismo, e nesse caso, o gênero aparece como um dos determinantes do assédio moral no trabalho. “[...] muitos homens consideram que cada mulher que trabalha é culpada por um desempregado entre os homens” (HIRIGOYEN, 2010, p.99). Lembra-nos a referida autora que:

> As mulheres não somente são mais frequentemente vítimas, como também são assediadas de forma diferente dos homens: as conotações machistas e sexistas estão muitas vezes presentes. O assédio sexual não é mais do que a evolução do assédio moral. Nos dois casos, trata-se de humilhar o outro e considera-lo um objeto à disposição. Para humilhar, visa-se o íntimo. O que há de mais íntimo que o sexo? [...] (p.99-100).

Barreto (2006) também aponta as especificidades da humilhação no trabalho em relação a homens e mulheres, fundamentada em relações de classe e hierarquias de gênero e raça/etnia. Segundo o estudo, comumente são exigidas das mulheres que suas necessidades fisiológicas, por exemplo, “sejam fiscalizadas, domesticadas e submetidas ao ritmo de produção” (p.137). Conforme adianta a autora, a violência praticada contra as mulheres toma formas variadas no intuito de humilhá-las no espaço de trabalho, expressando uma violência moral que se caracteriza do seguinte modo:

> As idas ao toalete, as consultas médicas, a fiscalização das bolsas à saída da empresa, os presentes que se transformam em roubo, justificando a demissão por justa causa, são modos de submeter e humilhar as mulheres, revelando que a empresa é não somente espaço de exploração do corpo e expropriação da saúde, mas também o lócus disciplinador e regulador dos sistemas de valores sociais. As idas ao banheiro para "descansar" do ritmo e das exigências produtivas representam, simultaneamente, a necessária reposição de energias para o corpo que produz e a [*sic*] insubmissão diante do controle das chefias (BARRETO, 2006, p.137).

A lógica que perpassa o mundo do trabalho, de que *tempo é dinheiro* e, por conseguinte, o tempo do (a) trabalhador (a) deve ser destinado integralmente à produção, ou seja, cada vez menos tempo para as necessidades individuais em detrimento dos imperativos acumulativos do capital, tem sistematicamente sido o *locus* privilegiado de humilhações e barbárie que denunciam a face mais cruel do trabalho[150], a tentativa de negação da subjetividade dos sujeitos, a substituição do trabalho vivo em morto, toma a configuração de tornar o trabalho vivo, morto.

Outro aspecto ressaltado pela pesquisa realizada por Barreto[151] em 1996 refere-se aos riscos "invisíveis" à saúde da mulher mediante as formas de violência moral a que são expostas, segundo algumas narrativas, quando adoecem e precisam se ausentar da empresa. A comprovação por intermédio do atestado ou receita médica, nem sempre é suficiente. Por vezes são submetidas a interrogatórios descrevendo os detalhes da consulta para assim, ser avaliado se tal adoecimento justifica a ausência da produção. Esse desrespeito e falta de confiança são muitas vezes o caminho para a demissão, "[...] quando são excluídas da empresa, predominam sentimentos de vergonha, mágoas, revolta e tristeza, caminhos certos para a depressão" (BARRETO, 2006,p.141).

Há uma forte tendência sexista que tenta aplainar as desigualdades entre o trabalho feminino e o masculino na contemporaneidade, já exaustivamente observadas. Utilizam-se das prerrogativas de "queixas" e "lamentações" advindas das leituras feministas que abordam aspectos relacionados à análise do trabalho

---

[150] Em 2007 uma rede de supermercado chilena foi alvo de denúncia de que as operadoras de caixa, com uma jornada de trabalho por vezes superior a oito horas diárias, e de que por não terem permissão de ir ao banheiro durante o serviço tiveram que recorrer ao uso de fraldas descartáveis. A denúncia foi feita pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT) do país. A associação convocou os cidadãos a boicotarem a empresa, que negou as informações.

[151] Projeto iniciado no ano de 1996, com 2.072 trabalhadores de 97 empresas de grande, médio e pequeno porte, dos setores: químico, farmacêutico, plástico e similares, de São Paulo e região.

feminino no mundo, para negar-se esse hiato que teima em manter-se na atualidade.

Sobre essa perspectiva que ainda perpassa fortemente o mercado de trabalho, uma das interlocutoras da pesquisa alude que:

> Aqui no nosso trabalho, é só mulher. Mas em outros lugares que eu trabalhei, eu não sei, porque tem essa imagem. Mas os homens são vistos com mais seriedade, mais confiança do que a mulher, principalmente pra cargos que a pessoa vai ganhar melhor. Eu acho que o homem por ser homem, eles confiam mais. Eu vejo isso: o meu marido, por exemplo, ele é consultor de franquias da *chilli Beans*. O quadro de consultoria deles é de 27 pessoas, das 27 duas são mulheres. Daí você tira. Eles falam "ah! é porque mulher menstrua, mulheres têm aqueles dias ruins, mulher é mais sensível", eles falam e eu sei porque ele [o marido] fala pra mim também. Eu vejo que a minha realidade de mercado aqui é muito pequena, pro meu marido eu vejo de uma forma mais alta, de um olhar mais alto, digamos assim, pelo que ele faz. Eu vejo que os homens têm muito mais facilidade pra obter cargos diferentes do que nós mulheres (AROEIRA)

Tais comportamentos, além de não contribuírem para a construção de um mundo mais igualitário, têm o real interesse de escamotear as desigualdades colocando-as nos moldes da naturalização que comporta diferentes tipos de opressão e exploração.

Essa naturalização das formas penosas do trabalho já faz parte do cotidiano, quase que como algo inerente ao próprio trabalho. Basta observarmos nas artes como um todo, mas em particular abordarei o cinema para fins ilustrativos, mesmo que sucintamente devido a sua universalidade e abrangência.

Um filme emblemático que retrata essa naturalização é O Diabo veste Prada[152] inspirado na obra de *Lauren Weisberger*, cujo roteiro retrata a vida profissional de uma executiva arrogante de uma famosa revista de moda americana. O referido filme retrata a prática da humilhação utilizada como forma de administrar mediante o emprego do medo, submetendo suas funcionárias a situações vexatórias. Entretanto, tal modelo é associado à competência, austeridade, força e comando por parte da personagem que exerce a chefia. Trata-se de uma disciplina que deve ser copiada como forma de "gestão de sucesso" e os (as) que não se adaptam ao seu ritmo são tratados (as) como fracos (as) e incompetentes.

[152] Título original The Devil Wears Prada. O filme é uma produção americana de 2006, adaptado do best-sellers de Lauren Weisberger de 2003. Dirigido por Davis Frankel.

Up in the air ou (Amor Sem Escalas)[153] retrata os "métodos empresariais ditos modernos" de administrar, nos quais os (as) trabalhadores (as) são demitidos por um funcionário contratado de uma empresa que se especializa nesse tipo de atividade. A praticidade com que se dispõe do trabalho no filme é a síntese da volatilidade social, da diminuição de perspectivas, da incerteza, da instabilidade, da ambiguidade das regras que se traduz em incertezas e medo, pois em pouco tempo as coisas passam a ser consideradas inúteis e prontamente descartadas, inclusive os próprios sujeitos.

Aspectos sutis e revestidos de naturalidade acompanham inúmeras formas de exigências do denominado "comportamento feminino" no espaço de trabalho, bem como do seu uniforme básico marcado por exigências, tais como: salto alto, maquiagem, coque nos cabelos e/ou ainda pela exigência de usar as roupas da loja para a qual trabalha, como instrumento de divulgação e propaganda, cujo preço para aquisição muitas vezes está muito além do que elas podem pagar e pode ser debitado no salário. Esse último exemplo, se assemelha ao que Karl Marx denominou de "objeto se sobrepondo ao sujeito", ou seja, é a alienação e o fetichismo, pois Marx defendia a ideia que o indivíduo deveria se impor diante do objeto e não o contrário.

No caso do uso do salto alto, há uma propaganda ideológica muito forte. O argumento difundido aos quatro ventos (e também incorporado por parcela considerável da sociedade) é que tal objeto simboliza elegância, feminilidade aumentando a autoestima e o "poder" das mulheres.

Como para o capital pouco importam as condições subjetivas dos sujeitos, cabe aqui registrar os efeitos nocivos que o uso constante do salto alto pode ocasionar na saúde num longo prazo. Segundo o médico ortopedista Fábio Ravaglia, do Instituto Ortopedia & Saúde de São Paulo, 60% a 70% dos problemas femininos relacionados aos pés têm alguma ligação com o uso de sapatos altos, apertados ou de bico fino. Ainda segundo o ortopedista, ao longo do tempo, os saltos mudam a conformação dos pés, porque alteram a maneira como as mulheres pisam. Equilibrando-se no salto, a concentração do peso corporal fica restrita aos dedos. Além disso, a musculatura da perna pode se transformar, causando um encurtamento dos músculos posteriores (panturrilhas). Há ainda as dores nos

[153] Filme americano *Up in the air* dirigido por Jason Reitman de 2009.

joelhos, a produção de calos, joanetes, tendinites e danos à coluna que também podem ser decorrentes do uso contínuo do salto alto.

Essas e outras tantas realidades só podem ser analisadas a partir de reflexões críticas acerca da morfologia social do trabalho num contexto histórico concreto, no qual o sujeito se pensa livre, não percebendo o quanto é absorvido (a) subsumido e subjugado. Esse é o conceito de alienação, importantíssimo para superar tanto os obstáculos práticos quanto intelectuais das lutas emancipatórias.

Em relação aos espaços de debates/discussão coletivas, o assédio moral, já vem sendo debatido há alguns anos. Em 2004, por exemplo, foi realizada a 4ª *International Conference on Bullyng and Harassment in the Workplace* na Noruega, a qual contou como pesquisadores de vários países. No Brasil, também em 2004, ocorreu em Recife o I Seminário Latino-Americano de Assédio Moral e Saúde Mental no Trabalho.

No Fórum Social Mundial de 2005, se estruturou a Rede Latino-Americana de Combate ao Assédio Moral e, em maio de 2006, na cidade de São Paulo (SP), houve o *IV Seminário Nacional de Saúde Mental, Trabalho e Assédio Moral*.

Posteriormente, no Fórum Social Mundial de 2009, em Belém do Pará, ocorreu uma oficina sobre Assédio Moral, com a presença de pesquisadores nacionais e internacionais (SOBOLL, 2008).

É importante deixar evidente o que é assédio no âmbito do trabalho. Segundo Hirigoyen um dos aspectos bastante presente nas relações de trabalho é o **estresse**, cuja definição Leymann no livro *Mobbing* aponta que prioritariamente é algo biológico gerado por situações sociais e sociopsicológicas. Notadamente, segundo o criador do conceito, *Hans Selye*, “o estresse é constituído ao mesmo tempo pelo agente estressante e pela reação do organismo submetido à ação do agente estressante (HIRIGOYEN, 2010, p.19)”. Todavia, o que se tem de definição mais recorrente caracteriza por estresse as sobrecargas e más condições aplicadas ao trabalho.

Neste sentido, devem ser guardadas as distinções entre estresse e assédio moral. Devemos, contudo, reforçar que o estresse é uma fase que os sujeitos percorrem na trajetória para qualquer tipo de assédio.

Outra distinção que devemos trazer para a caracterização do assédio moral é em relação aos **conflitos**, que do ponto de vista do debate constituem um espaço de proposições, de ideias, renovações, onde podem ser apresentados os limites e

possibilidades de interlocução dos sujeitos, o que se diferencia significativamente do assédio moral, que se realiza pelo não diálogo, algo escamoteado.

Ainda segundo Hirigoyen (2010), há além desses fatores abordados a injúria causada por administradores arbitrários que pressionam seus(as) funcionários(as), tratando-os com violência, desrespeitando-os, impondo indistintamente nas relações de trabalho um espaço vexatório de recorrentes constrangimentos.

Diferentemente do assédio moral que se materializa de forma mais velada, a **injúria** é observada por todos. A referida acrescenta que, “A dificuldade em separar o assédio moral da gestão por injúria se deve ao fato de que esses dirigentes tirânicos às vezes também utilizam procedimentos perversos, que consistem, por exemplo, em colocar as pessoas umas contra as outras” (*Ibidem*, 2010, p.29*).*

As formas mais contundentes dessa prática advêm cotidianamente das fusões de empresas, para “enxugar” os quadros de funcionários.

Geralmente o assédio moral consubstancia-se por intermédio de atos reiterados, portanto, as **agressões pontuais,** mesmo que provoquem consequências graves para a vítima, sendo extinta uma sequência de atos contínuos, não se caracterizam em assédio moral. “[...] enquanto que reprimendas constantes o são, sobretudo se acompanhadas de outras injúrias para desqualificar a pessoa” (*Ibidem*, 2010,p.31).

A jurisprudência brasileira, por exemplo, admite que possa existir um ato sujeito a reparação, que determina dano moral, mas que não é assédio moral, a exemplo das revistas íntimas (particularmente entendo como assédio moral). Atualmente o Tribunal Superior do Trabalho admite revistas por segurança, à exceção da revista íntima em que há invasão de intimidade.

Hirigoyen descreve ainda, de modo sucinto, outras formas de violência que não podem ser consideradas como assédio moral, dentre elas estão:

- A violência externa, proveniente de grosserias, mesmo que seja uma agressão a mão armada ou uma agressão de cliente, não se constitui assédio moral. Entretanto, pode acontecer que o comportamento dos clientes seja semelhante a ele. Nesse caso, por ter a agressão procedência externa, é do dever da empresa tomar medidas para proteger os funcionários.

- A violência física não é assédio em si, mesmo que situações de assédio possam degenerar e que as pessoas cheguem às vias de fato. É importante, neste caso, fazer a denúncia. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OMT), é no setor de serviços que a violência física é mais elevada (6% nas administrações públicas e 5% no comércio);
- A violência sexual, por já ser qualificada penalmente, não entra em registro do assédio moral. Fazendo a distinção teórica entre assédio moral e assédio sexual, mesmo que nossa proposta seja a de mostrar que é frequente a passagem de um para o outro. De acordo com a OMT, o assédio sexual atinge 2% dos trabalhadores. As mulheres são as mais expostas, sobretudo as de idade inferior a 25 anos e as de classe sociais mais humildes (HIRIGOYEN, 2010, p. 33).

A autora em tela aponta ainda a dificuldade de distinguir o assédio moral e as **más condições de trabalho**. Nessa perspectiva há que recorrer à noção de intencionalidade dos atos. Desenvolver atividade laborativa em um espaço impróprio por exemplo, sem iluminação adequada, com precárias instalações não se constitui um ato de assédio em si, “salvo se algum funcionário for tratado especificamente assim ou se tais condições destinarem-se a desmerecê-lo” (HIRIGOYEN, 2010, p.33).

Por fim, a **imposição profissional**, que pode vir a ser decisão legítima que se refere à organização do trabalho, como transferências e mudanças de função mediante acordo assegurado no contrato de trabalho. Assim como as críticas construtivas e avaliações sobre o trabalho desempenhado, desde que sejam explicitadas e não utilizadas com o propósito de perseguição. Nesse sentido, tais injunções não se constituem assédio.

O que é mais surpreendente nessas acepções é que a problemática do assédio moral com suas características perversas já é por si só uma forma de violência que abrange todas as dimensões psicossociais dos sujeitos assediados (as), conduzindo-os (as) frequentemente a depressões severas e à destruição de sua imagem, além de comprometer o ambiente laboral. Para, além disso, essas outras práticas, muitas vezes presentes no âmbito do trabalho advindas de novas políticas de gestão e organização do trabalho vinculadas às políticas neoliberais se

configuram como um componente a mais na luta pela sobrevivência no espaço produtivo.

Ao lado disso, acrescente-se que o ambiente de trabalho que deveria ser caracterizado pela cordialidade e solidariedade transforma-se, constantemente em um *ringue de disputas*, permeado pela vilania, mesquinhez e infâmia trazendo à tona as possibilidades da condição humana. É bem verdade que o modo de produção capitalista é essencialmente desumano, privilegia características como: individualismo, competição entre as pessoas, submetendo de maneira impiedosa tudo e todos a sua lógica destrutiva.

A fala de Malva retrata um pouco das condições da precarização e da desumanização que permeiam inúmeros espaços de trabalho, produzindo nos sujeitos que vivenciam tais práticas, uma verdadeira perda de identidade, e o trabalho passa a ser algo penoso e desmotivador:

> Eu também já trabalhei no Mercadão das Malhas (loja de roupas femininas na cidade de Mossoró – destaque nosso). Eu digo para minhas amigas que estão desempregadas: não vá não, porque lá, a água pra gente beber é podre. Mineral só pra eles (os proprietários), a d'agente é de uma cisterna embaixo do chão, tanto fede como o gosto é podre. Eu levava de casa, mas como é muito quente, tinha vezes que acabava logo. Depois, se quisesse beber era dessa cisterna. Eu trabalhei só o dezembro lá, só segurei porque não gosto de desistir, todo dia desistia gente. Fora isso, eles tinham muito medo da fiscalização, sabe? Aí eles sempre procuravam fechar no horário certo. Só que no outro dia a gente tinha que vir bem cedinho, porque não dava tempo de arrumar a bagunça. Aí eles faziam a gente vir bem cedinho e ficávamos trancados arrumando as coisas dentro, sem fazer muito barulho, até a loja abrir (MALVA).

Hoje mais do que nunca, fica patente que vivenciamos uma crise sem precedentes que atinge todas as dimensões da sociedade: econômica, política, social. Para Mészáros, "esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica". É uma crise que, também, "afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital" (2002, p.800).

Meneses (2003) exemplifica algumas características do assédio moral no trabalho. Dentre elas se destaca:

- Comumente o assédio se materializa em circunstâncias em que o(a) trabalhador(a) goza de estabilidade ou de alguma garantia no emprego. Tal garantia incomoda o empregador que se utiliza de subterfúgios para se livrar do mesmo. Desse modo, passam a ser perpetradas ações discriminatórias;

severidade excessiva; provocações; inação forçada; serviços superiores às forças do trabalhador, vexatórios ou distintos daqueles relacionados às suas funções;

- Em caso de ação movida pelo (a) trabalhador (a) contra a empresa ou o empregador, e este ainda permanecendo na sua função, o empregador, via de regra, passa a infernizar a vida do (a) trabalhador (a), por intermédio de vários recursos sendo os mais frequentes a preterição em promoções, rebaixamento de função, a não atribuição de função, isolamento, etc;
- Perpetrar atos degradantes antecedendo a demissão como trancar a sala onde o (a) trabalhador (a) desenvolve suas atividades, deixar os pertences pessoais para fora da porta, esvaziar gavetas, repreensão pública;
- Punir o (a) trabalhador (a), colocando-o para desenvolver suas atividades em espaço exíguo, mal iluminado e mal instalado;
- Atribuir ao trabalhador (a) tarefas irrealizáveis;
- Ameaçar constantemente de demissão, coletiva ou individual;
- Colocar em dúvida, reiteradamente a capacidade do (a) trabalhador (a) executar suas funções;
- Dispensar um tratamento, costumeiramente, rude e agressivo para com o trabalhador;
- Tecer comentários maldosos e injuriosos de caráter racial, social ou da orientação sexual do (a) trabalhador (a);
- Penalizar o (a) trabalhador (a) após o (a) mesmo (a) retornar de período de licença médica, férias ou de outra natureza.

Saliente-se as especificidades de cada um desse tipo de violação de direitos, visto que, enquanto o assédio sexual tem a finalidade de dominar a vítima sexualmente reforçando a dimensão de poder que perpassa as relações desiguais de gênero presentes na sociedade, o assédio moral visa a eliminação dos sujeitos do mundo do trabalho adotando medidas de abuso de poder, manipulação, vexames e humilhações, não tendo necessariamente um corte de gênero.

Apesar das divergências teóricas acerca da definição de assédio moral, as perspectivas apontam para a ocorrência de atos constrangedores no âmbito do trabalho que persistem por certos períodos de tempo e frequência intimidando as vítimas. Outro aspecto consensual é em relação à identificação do (a) assediador (a) que quase sempre é apontado como o superior (a) hierárquico nas organizações de trabalho, ou seja, é o abuso de poder do (a) chefe em relação ao seu (a) subordinado (a).

Nesse sentido, é salutar ressaltar que mesmo que a tônica da discussão do assédio moral seja a hierarquia não se pode esquecer/negligenciar a dimensão de gênero dada a incidência dos assédios serem muito maior entre as mulheres trabalhadoras[154], o que vem justificar o aprofundamento das análises acerca da violência sexista no mundo do trabalho levando em consideração as assimetrias entre os gêneros aprofundadas pela desigualdade e precarização do trabalho feminino na sociedade capitalista.

Mediante o exposto, corroboramos com Felker (2007) ao apontar que solução da problemática do assédio, seja ele sexual ou moral, não é uma tarefa fácil. Demanda, dentre outras ações, uma educação que viabilize a ruptura com a lógica fundamentada na competitividade desenfreada. Todavia, entendo que romper com essa lógica é praticamente impossível na atual configuração capitalista. Ademais, enquanto persistir a condição de subsunção do trabalho ao capital, o (a) trabalhador (a) se vê obrigado (a) a permanecer no emprego, se sujeitando, inclusive à violência.

Até lá, os equipamentos a que poderemos recorrer são os meios legais que atuam pontualmente, os quais muitas vezes, para ter assegurado algum tipo de punição é preciso "[...] contar com a persistência, criatividade e eficiência do advogado, a sensibilidade social, o bom senso e a perspicácia do juiz". (FELKER, 2007, p. 215).

Demanda ainda lutas políticas e maior estruturação teórica do movimento feminista visando sedimentar radicalmente ações contra a exploração da força de trabalho feminina no mercado laboral brasileiro, bem como, o debate sobre o assédio sexual e moral contra esse segmento.

Todavia, Hirigoyen (2010), alerta para as falsas alegações de assédio na atualidade e isso, do ponto de vista da credibilidade, pode comprometer a realidade de fato vivenciada por milhares de sujeitos cotidianamente. Há ainda os casos que Pastore e Robortella (1998) denominam de *conluio*, em que "assediador" e "assediado" simulam o assédio sexual para obter indenizações das empresas.

Mesmo compreendendo que o assédio sexual e o assédio moral estão interrelacionados, haja vista, que o primeiro, todavia pode ser compreendido como uma "modalidade do segundo", na medida em que ocorrendo nos espaços de

[154] Não existe uma pesquisa específica no Brasil sobre tal assertiva, em se tratando de assédio moral, entretanto, os (as) pesquisadores (as) da temática, destacam essa maior incidência em entre as mulheres. No caso do assédio sexual, tanto a OIT quanto a fundação Perseu Abramo apontam para uma proporção de 70% e 80% respectivamente de mulheres assediada no trabalho.

trabalho, pretende induzir os indivíduos na submissão a outros indivíduos hierarquicamente superiores, neste caso especifico uma submissão que viola os limites socialmente estabelecidos da intimidade/sexualidade.

Entretanto, minha compreensão diverge das perspectivas supracitadas que classificam o assédio sexual como extensão ou um subtipo do assédio moral, a exemplo de autoras como Hirigoyen (2005) e Figueredo (2012), dentre outros (as). Primeiro, porque acredito que essa interpretação reforça a invisibilidade do assédio sexual, somado ao fato de que existem poucos estudos que versam sobre esta problemática, colocando-a num invólucro de relações que reforçam estereótipos historicamente atribuídos às mulheres, já que predominantemente o mesmo ocorre contra o gênero feminino, se imiscuindo no campo da sexualidade permeada por tabus e preconceitos, tendo em vista a alta incidência do assédio moral entre os homens, diferenciando-se substantivamente do assédio sexual, o qual têm as mulheres como vítimas preferenciais.

Segundo, porque é preciso guardar as especificidades, que a meu ver, são dimensões que os tornam distintos e com especificidades bastante peculiares. No assédio sexual, geralmente ocorre uma relação de troca, “isso por aquilo”, visto que o (a) assediador (a) comumente oferece algo que tanto pode ser a manutenção do emprego, uma promoção ou mesmo a manifestação de superioridade do “caçador” sobre sua “caça”[155].

Portanto, as diferenças são significativas, já que no assédio moral as vítimas são “escolhidas” com o intuito de afastamento, disputa, desestabilização, dentre outros objetivos que fazem com que os (as) mesmos (as) convivam num ambiente de hostilidade e acabem por pedir demissão. Ou seja, este trabalho, de certa forma, contraria-se os estudos sobre assédio moral e o assédio sexual, compreendo que as características de ambos os afastam mais do que os aproximam, principalmente se levarmos em conta a intencionalidade de cada um deles.

Concordo com as perspectivas que assinalam que o assédio sexual pode se transformar em assédio moral. Todavia, o inverso seria incoerente, visto que, as características presentes nos atos de assédio moral já criariam uma resistência por si só entre assediado (a) e assediador (a).

[155] Conforme abordo na discussão, na qual compreendo os assédios como uma forma dos homens exercerem poder sobre as mulheres.

Os pontos de convergência entre assédio moral e sexual se dão pela incidência da violência psicológica e pela dimensão de poder que perpassam ambos. Acrescenta-se a isto o fato de que as próprias mulheres têm dificuldade de identificar de que forma se manifesta o assédio sexual e como este se caracteriza.

As falas a seguir, refletem a lógica comumente utilizada pelos (as) pesquisadores (as) e pela mídia, de caracterizar o assédio sexual como uma extensão do assédio moral, e isso, a meu ver, dificulta a identificação dos assédios.

> Eu acho que é mais quando tem alguma coisa, não?! Quando tem algum ato. Eu acho que só em falar, já é assédio sexual (MALVA).
>
> Não sei se é popularmente cantando alguém, tentando o outro (PALMA).
>
> Ah, isso aí tem demais [assédio sexual]. Principalmente eu, que trabalhei a noite. Eles bebem a mais e aí começam a soltar piadas. Se você der o cabimento vai embora: quer pegar, passar a mão, abraçar, “me dê seu telefone”. Tem muitos, muitos mesmo [clientes]
> (JIRITANA).
>
> Quando uma pessoa assedia outra pessoa, seja com olhares, por que você percebe como a pessoa olha pra você diferente, mais você sabe como sair da situação, porque muitas vezes as coisas acontecem por que você permite que aconteça (ALGAROBA).

Evidentemente, que compreendo que a não incorporação do termo, se dá por tratar-se de uma terminologia ainda nova do ponto de vista histórico, contudo, isto não significa que as mesmas não identifiquem expressões de violência muitas vezes por elas vivenciadas. Porém, a naturalização dessas violências é preocupante. Acredito que a partir da difusão de uma definição mais objetiva e didática, tanto do assédio moral quanto do assédio sexual, possa-se potencializar uma maior apropriação do conceito pelas mulheres e, a partir daí, tonar-se possível uma resistência mais incisiva, no sentido de garantia a prevenção e o combate a esse tipo de violação de direitos.

Obviamente sabemos que tal tarefa demanda uma articulação política dos sindicatos que nesse momento histórico passam por refluxos tão complexos quanto ao próprio reconhecimento de representatividade, especialmente pelas interlocutoras dessa pesquisa.

Vale ressaltar que esses tipos de assédio se dão tanto no âmbito das relações hierarquicamente superiores (assédio vertical)[156], como no âmbito das relações sem hierarquia superior, podendo ocorrer entre colegas do mesmo nível hierárquico (assédio horizontal). Contudo, a tendência é a prevalência nas relações onde está presente alguma forma de hierarquia, seja ela de gênero ou de função no interior da empresa.

Ademais, as metas de produção/venda a serem alcançadas (muito comuns no comércio) e determinadas funções a serem desenvolvidas pelas trabalhadoras, mesmo constando no contrato de trabalho, devem ser adequadas aos recursos disponibilizados pela empresa. Contudo, muitas vezes são exigidas das mesmas o exercício de tarefas para além da qualificação para a qual foram contratadas, sem que as mesmas tenham tido qualquer tipo de treinamento, ou a redefinição da remuneração para tal função, que é uma prática bastante comum, e pode ser caracterizada como *assédio misto,* praticado pelos colegas homens, (principalmente quando resistem a assumir funções que exigem força física ou o manuseio de máquinas para as quais não foram treinadas). Este tipo de assédio se desenvolve com a completa conivência dos seus superiores (FIGUEIREDO, 2012).

O depoimento a seguir retrata de forma contundente expressões de assédio moral, visto que estão presentes todos os elementos que compõe o que a jurisprudência brasileira classifica como tal[157]. Como vemos na fala seguinte de Guabiraba:

> A gente trabalha 12 horas. Praticamente é obrigada a trabalhar. É uma equipe com 4 funcionárias. Então pra gerente folgar a sub [gerente] precisa assumir o lugar dela e, pra vendedora folgar a outra também vai precisar assumir. Quer dizer, gerente só no nome, porque, não tem assinada a carteira como gerente: é vendedora. Mas eles mandam dizer por e-mail que você é gerente e subgerente e pronto. É só de boca e para botar mais responsabilidades sobre nós. Se o Ministério Público do Trabalho bater aqui, na carteira tá mesmo vendedora. A gente paga a farda. Essa foi 125 reais. As duas camisas, pagamos esse valor e assinamos um termo dizendo que a empresa dava uma e a gente pagava a outra e, se a gente sair daqui, vai ter que devolver as duas em perfeito estado. Se a gente tiver manchado, rasgado, ou reformado a gente vai pagar pelas duas. Outra coisa: a gente faz hora extra aqui obrigada. Tem que cumprir o nosso turno e o turno da

[156] Segundo Hirigoyen [...] o assédio moral vindo de um superior hierárquico tem consequências muito mais graves sobre a saúde do que o assédio horizontal, pois a vítima se sente ainda mais isolada e tem mais dificuldades para achar a solução do problema (2010, p.112).

[157] Dentre essas características é preciso salientar que a doutrina fixou o prazo de seis meses, como significantes para caracterizar o assédio moral, entretanto, isso pode ser flexibilizado dependendo da ação.

> outra. Inclusive eu tô trabalhando aqui 12 horas seguidas em pé e a única coisa que ele me dá são, 6 reais, sendo que um almoço aqui no *shopping,* pra funcionário, é 10. No sábado, a gente trabalha 10 horas e, no domingo, 7. Trabalha três domingos pra poder folgar um. Sobre comissão você, ganha 5 reais a cada 1.000 vendidos aqui. Se eu vender 3.000 reais eu ganho 15 reais de comissão. Desses 15 reais ele [patrão] vai descontar 22% que ele diz que é de adiantamento de férias e de 13º. Aí, digamos que desses 22% ficou 10 reais, ele lança no contracheque esse valor de comissão e desconta 8% que diz que é de FGTS. Os cursos, que ele diz que é pra gente fazer de aperfeiçoamento e técnicas de venda, a gente teve que assinar um termo de responsabilidade, dizendo que se não acertar 85% dessa prova perde o direito de comissão. Ou seja, ele vai tirar a minha comissão se eu não acertar 85% dessa prova. Tem até na apostila: "só serei comissionada se eu aprender e praticar". Mais uma coisa: a gente não tem cópia de nada aqui. Assina tudo e não tem cópia de contrato. Uma vez o advogado da menina pediu a cópia do contrato dela e eles disseram que tinham perdido, porque eles mandaram ela embora com dois meses de trabalho, sem mais nem menos e disseram que o contrato dela tinha vencido. A última dele aqui, foi não pagar a conta de energia daqui e veio dar um migué[158] dizendo que tinha pago. Ficou tudo apagado aqui e as quatro funcionárias continuaram trabalhar. Tudo no escuro. A menina caiu da escada, ele mandou colocar um gelinho. A gente teve que ficar até 20h com tudo escuro. Só autorizou que nós fechássemos a loja, porque eu disse: "quem vai entrar numa loja depois de oito horas da noite, toda no escuro?"

A fala de Guabiraba expõe as inúmeras formas de assédio moral que os (as) empregadores (as) praticam nos espaços de trabalho, desde os desvios de função, a negação de direitos e as reiteradas ameaças. Acrescente-se a isso a exposição a risco de saúde; retenção de documentação, dentre outras formas de se negar a cumprir as leis trabalhistas.

Em momento posterior a entrevista as funcionárias relataram que quase semanalmente o proprietário era acionado pelo Ministério Público do Trabalho, mas, segundo expuseram, sempre conseguia recorrer a estratégias para "se safar" dos processos, e isso, o tornava mais prepotente e o fortalecia para seguir com os desmandos que cometia contra as funcionárias da rede de loja na qual era proprietário na cidade de Natal.

Especificamente aqui, há um aspecto extremamente relevante para o comportamento assediador dos empregadores: a hierarquia de gênero, visto que as funcionárias são todas jovens mulheres, a maioria no seu primeiro emprego.

Outra interlocutora apresenta a realidade vivenciada no seu local de trabalho que a mesma identificou como expressões de assédio moral, segundo ela, o patrão utilizava de estratégias pérfidas para obrigar alguns (as) funcionários (as) a pedir demissão e, com isso, ele deixar de pagar direitos trabalhistas.

[158] Expressão tipicamente nordestina que significa enganar, ludibriar.

> Ele [o patrão] mandava você fazer coisas que não eram do seu trabalho. Ele fazia isso demais. Humilhava os funcionários para eles pedirem demissão. Comigo não, mas eu sei de muitas histórias: uma menina engravidou ele colocou ela pra limpar chão e servir café, (ela trabalhava como gerente), pra ela pedir pra sair, pra ela se sentir menos mesmo e pedir pra sair. Na verdade, eu acho que muita gente tinha medo dele por ele ser muito autoritário, por ele ser muito bruto. Todo mundo sabia que ele era muito grosso, mas ele fazia isso justamente com as mulheres, porque os homens que saíram de lá, ele não fez isso com nenhum. Com os homens não teve nada disso de humilhar. Mas com as mulheres, ele fazia sempre que podia (MANDACARU).

Hirigoyen (2010) acrescenta que é fundamental fazer uma distinção entre o assédio moral que vem de um (a) empregador (a), e o que vem da hierarquia (de gênero, por exemplo), visto que, apesar dos (as) empregadores (as) serem responsáveis pelo comportamento dos (as) funcionários (as), nas grandes organizações, não são os únicos causadores do comportamento assediador.

Como já nos referimos anteriormente o assédio moral ou *mobbing* em países como Itália, Alemanha e Escandinávia, *harcélement* moral na França; *acoso* moral na Espanha, terror psicológico ou assédio moral no Brasil, além de outras denominações. Estes conceitos são a rigor termos novos para designar antigas formas que acompanham as relações de trabalho desde os primórdios da humanidade. Ou seja, são situações que podem ser classificadas como “assédio moral”, ou no caso do assédio sexual, “várias gerações de mulheres têm sido, e ainda são, submetidas a solicitação de ordem sexual não desejada” (ALEMANY, 2009,p.26).

Se nos voltarmos para o tratamento dispensado ao trabalho escravo, encontraremos certamente expressões que perpassaram a utilização de “assédio moral” ou “assédio sexual” ou como processo disciplinador ou como “direito” dos senhores sobre os corpos e sexualidade das mulheres escravas.

Portanto, a existência da ofensiva à dignidade e aos direitos dos (as) trabalhadores (as) no local de trabalho, pode ser considerado desde o começo das relações de trabalho, quando o mesmo começou a organizar-se em hierarquias.

Logo, variando enormemente a intensidade, a época, os países, as formas de organização do trabalho, e os tipos de profissão, essas práticas há muito acompanham os (as) trabalhadores (as). Entretanto, tais manifestações tiveram nos últimos séculos, duas dimensões: por um lado, uma considerável intensidade, o que,

por intermédio de pesquisas foi possível identificar a complexidade do problema; por outro, que os homens são menos afetados em sua dignidade, e, por fim, que a maioria dos assediadores eram homens.

Até antes dos anos 1990, os estudos se centravam na área de saúde do trabalho e em estudos sociológicos que avaliavam as transformações da estrutura das relações de trabalho. Somente na década de 1990 é que se inicia a discussão e o próprio conceito de assédio moral no trabalho.

É importante destacar algumas ações pontuais que no âmbito Legislativo, vem avançando na discussão sobre o assédio moral. Em 2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através da Lei nº11.948, assinada pelo Ministro da Economia Guido Mantega, expõe no seu artigo 4º:

> Fica vedada cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente. A concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES a empresas da iniciativa privada
>
> .

Em 2010, o Projeto de Lei de autoria dos deputados federais Ricardo Berzoini (PT-SP), Pepe Vargas (PT-RS), Jô Moraes (PC do B-MG), Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e Roberto Santiago (PV-SP) buscam alterar a alínea “b” do inciso II do art. 21 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, equipara ao acidente de trabalho, para efeitos de percepção de benefícios, a ofensa física intencional, inclusive de terceiros, por motivos de disputa relacionada ao trabalho. O objetivo da proposta é alterar a redação para incluir também a ofensa moral, além da física, que passaria, portanto, a ser equiparada ao acidente de trabalho, além de não restringir a hipótese à disputa relacionada ao trabalho.

De fato o Estado não pode mais ignorar aspectos para além da violência física. “Deste modo, ampliar direitos significa não só reconhecer a dimensão da violência física que existe em lei, mas incorporar a questão da ofensa moral” (BARRETO, 2013, p.24).

Como observado, o Estado brasileiro começa a dar tímidos passos no sentido de reconhecimento de tipos de violência cujas marcas não são visíveis, mas que tem sistematicamente se refletido no adoecimento psicológico dos(as) trabalhadores(as). Além do que, é preciso que se evidenciem tanto os aspectos relacionados ao

assédio moral quanto o assédio sexual, visto que ambos são danosos ao trabalho e práticas cada vez mais recorrentes no setor.

A fala de Palma figura como uma síntese de todas as desigualdades até aqui elencadas. Em inúmeros âmbitos da sociabilidade feminina, a “agressão do mundo” a que a mesma se refere é a forma mais contundente de uma cultura permeada pelo sexismo, cujos métodos de “enquadramento” do sujeito feminino, muitas vezes são pela violência tanto nas suas expressões mais sutis quanto nas que deixam marcas visíveis:

> Eu acho que nos somos muitos agredidas pelo mundo. Se eu falar que é só pelos homens, eu estou mentindo. Somos agredidas por um todo. Não somos valorizadas. Somos destratadas. Apesar de todas as conquistas e vitórias, ainda temos muito a conquistar. Dependemos muito da nossa classe, de nós mesmos. Temos que nos unir e tentar mudar isso. A violência existe: é a física, a mental, no trabalho na nossa casa, até quando você está guiando no trânsito, eles olham e dizem “é mulher” (PALMA).

Tendo como referência os conceitos formulados por Barreto (2006) e Barros (1995), elaboramos uma conceituação mais oportuna que leva em consideração as relações sociais de sexo. O assédio moral se expressa por intermédio de atos e/ou comportamentos cuja forma de expressar a autoridade se determina pelo uso de ações verbais e não verbais com o intuito reiterado de desqualificar, desmoralizar, emocional, ética e moralmente os (as) assediados (as), abusando sistematicamente do poder que o cargo/função ou sexo/gênero confere. Sobre essa questão o depoimento de Erva Cidreira é bastante ilustrativo: “Eu acho que o assédio moral ele existe pelo poder. Eu entendo mais assim: o uso do poder. Quanto mais poder, eles [os homens], mais eles se acham no direito de usar as mulheres e isso pode ser no trabalho ou em casa”.

5.2 **O assédio sexual: “[...] Até porque a gente sente vergonha de se expor, quem vai querer falar: eu fui violentada sexualmente no meu trabalho? Ninguém vai falar isso”. (Algaroba)**

> Hoje em dia tá mais aberto o assédio sexual. Não precisa nem ter o ato sexual pra ser considerado o assédio sexual. Muita gente acha que só é

> assédio sexual, se encostar o pênis na vagina. Só que não é de você passar a mão, tentar forçar um beijo, passar, se esfregar na pessoa, você pegar em lugar que ela não queira. É assédio sexual (AROEIRA).

Escolhi a fala de Aroeira sobre o assédio sexual para a introdução desse item, pois compreendo que, mesmo de modo não elaborado, introduz elementos importantes no debate do assédio sexual, que passaremos a explorar de modo mais detalhado no decorrer deste item.

Inicialmente, é importante ressaltar que desde o surgimento dos primeiros estudos sobre assédio sexual na década de 1970, muito pouco foi pesquisado sobre o assunto, em especial, no campo das Ciências Sociais.

O conceito de *sexual harassment* ou “assédio sexual” foi designado pela primeira vez nos anos 1970 pelas feministas americanas da Universidade de Cornell. Isto se deu a partir de observações de algumas práticas de conotações sexuais dos homens contra as mulheres no contexto das relações de trabalho. A partir de 1975, esse conceito se generalizou nos países anglo-saxônicos. Contudo, mesmo diante das críticas feministas, o assédio sexual só passou a ser considerado um fenômeno expressivo na vida das mulheres a partir dos anos 1980.

No campo jurídico, foi a advogada feminista Catharine MacKinnon em 1979, que cunhou o conceito de assédio sexual na doutrina legal nos Estados Unidos apresentando-o como uma forma de discriminação sexual.

Nos países europeus, o conceito de assédio sexual foi adotado em meados dos anos 1980, passando a ser reconhecido como um problema de ampla relevância. Mediante isso, o Parlamento Europeu desenvolveu uma série de resoluções nas quais apontou que “o assédio sexual constitui ataque à dignidade e aos direitos das mulheres no local de trabalho” (ALEMANY, 2009, p.26-27).

Desde então, alguns estudos vêm sendo desenvolvidos procurando conhecer mais profundamente o assédio sexual, pesquisando suas características, causas e consequências, bem como a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento do fenômeno.

A discussão sobre assédio sexual não raramente é subvalorizada, evidência da predominância de uma cultura patriarcal e machista que dificulta o reconhecimento do assédio como grave discriminação e violência majoritariamente

exercida contra as mulheres, considerando que em 90% dos casos, os homens são os assediadores e as mulheres as assediadas (MENDONÇA, 2001, p.07).

A relevância do fenômeno pode ser constatada a partir de dados de determinadas pesquisas, a exemplo do trabalho realizado pelo Instituto *Louis Harris* citado por Barros (1998), que constatou que na, França, 12% das mulheres afirmaram já terem sido submetidas a assédio sexual por chantagem e 48% enfrentaram um clima desprezível. A União Geral dos Trabalhadores na Espanha, ainda em 1987, constatou que 84% das mulheres de distintos setores declararam haver sofrido assédio sexual verbal e 35% sofreram assédio sexual consistente em olhares lascivos, gestos insinuantes. No Brasil, em 1995, constatou-se que 52% das mulheres que realizam trabalho produtivo sofreram com o assédio sexual.

Segundo Alemany (2009), em 1987, a Comissão Europeia publicou o primeiro relatório sobre a questão:

> Elaborado por Michael Rubenstein, ele definiu o assédio sexual como “uma conduta verbal ou física de natureza sexual cujo autor sabe, ou deveria saber, que é ofensiva a vítima”. Esse documento permitiu divulgar a situação nos diferentes países-membros da União Europeia, assinala em especial que “o assédio sexual entra em conflito com o objetivo de igualdade de tratamento entre mulheres e homens”, e mostra que a legislação existente nos Estados-membros não está adaptada para responder a essa situação. Assim, ele recomenda a elaboração de uma diretriz comunitária a fim de prevenir o assédio sexual no mundo do trabalho, proteger os trabalhadores desse risco e encorajar os empregadores a instituir a manter um ambiente de trabalho isento de todo assédio sexual (p.27).

Contudo, algumas outras limitações e polêmicas perpassam essas abordagens. As feministas americanas, por exemplo, recusam a perspectiva de limitar o fenômeno do assédio sexual exclusivamente às relações de trabalho, alegando que esta forma de relação de poder entre homens e mulheres também se exerce em outras dimensões.

Outras feministas contudo, defendem a centralidade do âmbito profissional, ressaltando que o assédio sexual é um elemento determinante da desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho e, portanto, deve ser combatido exclusivamente nessa instância.

Na Europa, os debates introduzidos pelas feministas americanas repercutiram, sobretudo, nos países nórdicos e na Grã-Bretanha. Nos demais países da União Europeia, a definição do assédio sexual, conforme sugerido nos textos

europeus, foi decisiva para a inserção do debate no interior do movimento feminista (ALEMANY, 2009).

Nos países latinos, culturalmente os homens “podem” e “devem” expressar seus interesses por uma mulher, como prova de afirmação da sua masculinidade. O problema existe em termos de caracterização de assédio sexual, quando o tênue limite da “cantada” ultrapassa a conduta ética e o assediador, exercendo a sua condição de poder, tenta subjugar a pessoa assediada ao seu interesse sexual. Para Giddens (1993, p.11),

> O controle sexual dos homens sobre as mulheres é muito mais do que uma característica incidental da vida social moderna. À medida que esse controle começa a falhar, observamos mais claramente revelado o caráter compulsivo da sexualidade masculina – e este controle em declínio, gera também um fluxo crescente da violência masculina sobre as mulheres.

Embora as definições sobre assédio sexual estabeleçam formas indistintas de tratamento entre os sexos, o presente trabalho tratará sobre o assédio sexual dos homens às mulheres. Justifico esta opção, não apenas pela questão de identidade de gênero que nos impõe a vivência de relações de poder e hierarquia dos homens sobre nós mulheres, mas também pela maior incidência de ocorrências desta violência, já que alguns dados não oficiais apontam que em mais de 90% dos casos são os homens que assediam as mulheres (CALIL, 1999).

Outro aspecto que ressalto refere-se à condição de poder, pois entendo que a condição de subalternidade não está circunscrita apenas ao organograma das instituições mas, fundamentalmente, o assédio sexual se constitui como uma violência sexual e sexista na qual as mulheres são vitimizadas pelo fato de serem mulheres e, por tal violência atingir sua intimidade mediante a violação do direito a livre expressão da sua sexualidade e não por imposição.

Assim, ao compreendermos o assédio sexual como uma forma de violência sexual e sexista expressa mediante o exercício do poder dos homens sobre as mulheres, as identifico também imersas nas várias relações sociais de poder de sexo (incluindo a sexualidade), classe e “raça”, que são imbricadas e consubstanciais, o que não implica em adição, superposição ou intersecção (FALQUET, 2008).

Não há dúvida de que o assédio sexual dirigido às mulheres é uma violência sexista manifestada sob a forma de discriminação deste segmento na esfera do trabalho, expressando antes de tudo, o “poder do macho”. Pode-se afirmar que a ausência de respeito à liberdade de dispor do próprio corpo, pode ser considerado assédio sexual, já que quando alguém manifesta o desejo sexual no outro de forma abusiva (sem que esta se mostre com a mesma vontade) estaria presente a invasão da individualidade da assediada e a extrapolação do limite que cada ser deve respeitar diante do outro.

A meu ver, o assédio sexual está ancorado no campo da sexualidade e do poder patriarcal. Isto é, assenta-se sobre um modelo que valida e legitima relações desiguais entre homens e mulheres em matéria da sexualidade, constituindo-se numa expressão exacerbada do sexismo e como uma das formas mais nefastas e sutis de violação das mulheres.

Para MacKinnon (1979), o assédio sexual refere-se a uma imposição de exigências sexuais indesejadas, que se desenvolvem no contexto de uma relação desigual de poder. Nesta definição, a noção de poder torna se central, permite obter benefícios ou impor privações de ordem diversa na esfera laboral. Desta forma, o assédio sexual é mais do que uma forma de coerção sexual e que só pode ser devidamente compreendido na confluência das relações de autoridade e do interesse sexual existentes numa sociedade desigual em função do gênero.

Felker (2007, p.227) aponta que: “o assédio sexual ou chantagem sexual vem a ser, então a perseguição, a importunação, visando a um fim de natureza sexual”.

Esta definição carece, a meu ver, de uma análise que tenha como mote o exercício do poder, pois compreendo que nem sempre a intenção se circunscreva somente a obter satisfação de natureza sexual. Acredito que os sujeitos que se utilizam dessa violência tentam legitimar suas posições de poder utilizando como demarcador o sexo/gênero para produzir mais subordinação.

Um aspecto que reforça meu argumento refere-se ao aumento de mulheres no trabalho que, por sua vez, também ocasionou oposição à sua presença que pode ser, manifestada sob a forma de assédio sexual, visando constrangê-las a deixar ou não ocupar funções tradicionalmente masculinas, e, de outro lado, suscitar uma subordinação adicional ao ocupar o cargo de chefia, em certas empresas, ocorrem a exigência de que cedam a solicitações sexuais para obter o emprego ou mantê-lo. Na atualidade, a demanda por empregos industriais ou “empresariais” estimula o

rigor ou o uso da força por parte de muitos trabalhadores, o que reforça uma cultura cada vez mais machista entre os mesmos.

Buscarei a análise de poder a partir da contribuição foucaultiana, na qual se nega uma via privilegiada para o exercício do mesmo. Ao contrário, o poder é pensado pelo referido autor como uma complexa rede capilar estabelecida no convívio social, mediante as relações que constituem as hierarquias entre os gêneros. Essa perspectiva me parece interessante para apreender as demarcações de poder no contexto das relações de trabalho que permeiam a assimetria entre homens e mulheres, sem prejuízo das determinações econômicas da intensificação do trabalho tratadas anteriormente e na perspectiva da totalidade.

Foucault (1990) formula reflexões sobre o exercício microfísico do poder que se revelam fecundas, uma vez que apresenta as relações de poder com variados graus de intencionalidades e objetividades, se produzindo a cada momento em rede, em todos os lugares, ou seja, em toda a relação social, inclusive nas relações de gênero, e acrescenta o autor esse “poder não se dá, não se troca, mas se exerce em ação” (1990, p. 175).

Em relação à localização do exercício desse poder, Foucault acrescenta que o mesmo se produz “em todo espaço social; presente em toda parte como cena, espetáculo, sinal, discurso, legível como um livro aberto” (1987, p.107).

A partir dessa análise, podemos ponderar que os (as) trabalhadores (as) se colocam numa relação de poder na definição e demarcação dos postos trabalho e funções, cujas estratégias envolvem negociações com o exercício do poder, além de competências e habilidades. Ademais, essas relações de poder, atreladas ao domínio de saber se espraiam e adentram nas instituições, nos corpos, utilizando técnicas e instrumentos específicos para seu exercício. Vale dizer que nos espaços “micros”, o poder se irradia, se difunde não selecionando proprietários(as), ou donos(as), o que existe são relações de poder e situações estratégicas para seu exercício em lugares e relações sociais (BRASIL e LOPES, 2010).

A seguir, uma das minhas interlocutoras sintetiza aspectos por ela vivenciados no local de trabalho que afirmam o poder de dominação hierárquica capaz de lhe assegurar inúmeros elementos de superioridade, como de negação de direitos, exploração, abuso e o assédio sexual, por intermédio da importunação, humilhação, insulto, impondo, no local de trabalho, constrangimentos vexatórios

relacionados a expressões de “baixo calão”. Essa prática está intimamente vinculada à discriminação e preconceito sexista:

> Meu chefe me dava muita cantada. Isso me constrangia. Como era um ambiente que só andava homens eu era a única mulher lá, era muito difícil andar mulher lá. Falavam coisas que só homem fala sabe? Pornografia. Aí, como eu tava lá, eu tinha que ouvir. Não tinha como sair. Ele não tinha respeito por mim. Ele me cantava. Se eu viesse com a blusa mais decotada, ele dizia “homem, não venha com essa roupa não, você quer me matar?”. Aí eu fingia que não ouvia. Eu já cheguei a sentar com ele e conversar. Ele era até noivo nessa época. Ele tinha um irmão, só que esse irmão não convivia muito lá com ele mas, quando aparecia, ele queria me gritar, mandar em mim, mandar fazer serviço que não era pra eu fazer. Aí como eu era submissa eu baixava a cabeça e ia lá fazer. Eu sei que de uns seis meses, porque eu trabalhei lá oito meses, eu comecei a brigar muito lá com eles, comecei a reivindicar os meus direitos, que ele não podia me mandar fazer certas coisas, porque no sábado a gente não tinha horário pra sair, a gente saía à tarde, 15 horas, porque eles sempre viajavam pra outra cidade. Carregava um caminhão e viajava. Às vezes, um irmão ia e o outro ficava, aí, às vezes eu tentava ir embora, porque tinha extrapolado meu horário e ele ficava me segurando, sabe? Me segurando. Só maltratando pra eu não ir embora. O dia de pagamento, meu Deus. Era uma humilhação, ele sabia que o dia de pagar era aquele, mas ele ficava enrolando, sabe? Pra você ficar lá de castigo, até fechar esperando. Ele pagava muito mal. Ele gritava os funcionários, se não fizessem certo, ficava gritando (ANIL).

Vale destacar que, no mundo do trabalho, o poder dos homens foi também culturalmente construído pela possibilidade que os mesmos têm de infligir às mulheres uma relação que ultrapasse os limites do profissional e se estenda para o sexual, já que estas se encontram historicamente em situação de subordinação em relação à liberdade de vivência da sexualidade.

Uma das interlocutoras indagada sobre o assédio moral e assédio sexual por ela vivenciado, e expôs sobre como ela enfrentou ambos, e como o assédio sexual pode tomar expressões mais intensas por incidir em algo íntimo da sexualidade feminina:

> Eu acho que o que mais me tocou foi o assédio sexual. É como eu digo a você, porque eu não sei, quando se trata da sexualidade, deixa a gente mais frágil, né? Principalmente nós, mulheres. E assim, o verbal [assédio moral] deixa a gente mais desmoralizada. Você se sente humilhada, mas imagine você sendo chamada atenção sexualmente. Você se sente ainda mais agredida. No meu caso eu me senti assim. Na clínica em que trabalho tem muitas meninas. A filha do meu patrão é uma das mulheres mais bonitas que existe lá. Então ele [médico] não tá fazendo isso por que eu sou bonita. Ele não tá fazendo isso porque quer um relacionamento sério comigo, até porque ele já é casado. Então você se vê assim, inútil naquela hora. Então eu me sentia constantemente assediada, ele usava do poder sobre todas nós: atendentes, enfermeiras e técnicas de enfermagem. Lá vivi todos os assédios, tanto o moral, como o sexual. É como eu digo a você:

> mulheres bonitas lá, têm várias. E por que ele vinha direto pra mim? Porque não fez isso com a filha do patrão? (ERVA CIDREIRA).

Indiscutivelmente, a violência sexista que permeia as expressões de assédio sexual, e considera as mulheres como objeto à disposição é um dos elementos mais complexos do ponto de vista da visibilidade e consequentemente de seu enfrentamento. Trata-se, pois de violências silenciosas que não deixam marcas visíveis e como atingem os aspectos íntimos da sexualidade feminina, os sujeitos que as vivenciam, normalmente tentam negá-las. Acrescente-se a isso a dimensão de classe social, exposta na fala da interlocutora como um aspecto central na teia que se constrói em torno dessa violência.

Neste sentido, o assédio sexual é uma forma de violência, sustentada sobre determinados aspectos: pela própria cultura, uma vez que ainda hoje convivemos com um padrão sexual, no qual as mulheres devem conter/reprimir a sua sexualidade e, em contrapartida, os homens são considerados como possuidores de uma necessidade de variedade sexual para que se mantenha sua "saúde física".

De maneira geral, o assédio sexual ocorre pela iniciativa de um indivíduo que, por ter poder sobre o outro, constrange-o adotando um comportamento sexual que não adotaria fora dessas circunstâncias. E acrescento que tais comportamentos se dão muitas vezes por **necessidades não sexuais**, ou seja, há muito mais imperativos relacionados ao desejo de se sentir importante, poderoso, dominador, admirado, desejado, dentre outras compensações.

Este tipo de violência sobre as mulheres integra comportamentos como conversas indesejadas sobre sexo, uso de anedotas ou expressões com conotações sexuais, contato físico não desejado, solicitação de favores sexuais, pressão para "encontros" e saídas, exibicionismo, voyeurismo, criação de um ambiente pornográfico, abuso sexual e violação, entre outras manifestações.

Por vezes, é muito difícil que na sociedade capitalista-patriarcal-racista e no seio da própria Justiça se reconheçam alguns destes comportamentos como sendo aspectos da tipificação de assédio sexual. Tal fato se dá devido à influência da ideologia patriarcal, que sustenta a autoridade dos homens sobre as mulheres também nestes espaços, legitimando todo o tipo de abuso de que elas possam ser alvo, quer no espaço privado, quer no profissional.

Ocorre também devido à posição social e econômica de dependência das mulheres em relação aos empregadores, a prevalência de uma cultura de violência

que legitima os maus-tratos na esfera doméstica e profissional, pela necessidade que os homens têm de manter ou impor a sua posição de dominação face às mulheres. E, por último, devido aos estereótipos dos empregadores acerca das particularidades do gênero feminino em contexto laboral. Tais estereótipos estão mais presentes em empregos em que é dada preferência a um único sexo, paralelamente à crença na “verdadeira” natureza sexual dos homens e das mulheres que conduzem às motivações dos indivíduos que praticam assédio sexual sobre as mulheres.

Os homens, ao praticarem assédio sexual, fazem-no, muitas vezes, imbuídos no pressuposto de que tais comportamentos correspondem ao que socialmente é esperado do gênero masculino. Em outras palavras, acreditam que normativamente lhes é exigido que se comportem “como verdadeiros “machos”, demonstrando assim, poder e dominação sobre as mulheres.

É importante ressaltar que as definições de assédio sexual são muito variáveis, países como a Alemanha e a Áustria, por exemplo, trazem uma definição bastante genérica para essa problemática compreendendo todas as menções que tenham uma conotação sexual.

Já na França, o assédio sexual desde 2002 é crime, contudo, ele se detinha a uma definição legal mais restrita considerando-se assédio apenas os casos de chantagem e abuso de autoridade, não reconhecendo as insinuações ou outros tipos de constrangimentos.

Entretanto, em maio de 2012, o Conselho Constitucional francês revogou a lei sobre o assédio sexual. Os “Sábios” consideraram o texto legislativo demasiado “difuso” e exigiram a sua substituição imediata (CALIXTO, 2012).

O início da revogação se deu quando os denominados “Sábios” do Conselho Constitucional Francês foram indagados acerca da constitucionalidade da lei por ação movida pelo ex-deputado, Gérard Ducray, condenado em 2011 a três meses de prisão, por assédio sexual. O acusado alegou diante do Conselho que o Código Penal não definia claramente o delito, dando margem a todos os tipos de interpretação. O Conselho Constitucional analisou a questão e decidiu anular a lei de 2002, baseando-se no princípio de que todos os crimes e delitos devem ser

definidos em termos claros e precisos (RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL, 2012)[159].

Ressalte-se ainda, dois casos de grande repercussão na mídia francesa e mundial que aceleraram a aprovação da atual lei no país. Um deles ocorreu em 17/07/2012 quando a Ministra da Habitação, *Cécile Duflot* foi à Assembleia Nacional apresentar resultados do trabalho do Ministério e alguns parlamentares começaram a assobiar por causa de seu vestido, conforme narra o Jornal *Le Nouvel Observateur*[160].

O outro fato referiu-se a *Strauss-Kahn* ex-diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em maio de 2011, foi preso sob a acusação de estuprar uma camareira do Hotel Sofitel, em Nova York.

A partir de então, o Conselho Constitucional analisou a questão e decidiu anular a Lei de 2002, baseando-se no princípio de que todos os crimes e delitos devem ser definidos em termos claros e precisos. Entretanto, após a revogação da Lei do Assédio Sexual, todos os processos por essa denúncia na França foram anulados até a adoção da nova lei o que ocorreu somente em agosto de 2012, causando indignação em alguns segmentos contrários à adoção dessa medida.

Segundo afirmou *Marilyn Baldeck,* delegada geral da Associação Europeia contra a Violência às Mulheres no Local de Trabalho (AVFT)[161] [Traduação nossa], citada pela Agência France em 04 de maio de 2012, tal medida - "É absolutamente catastrófica para todas as vítimas de assédio sexual que têm processos em curso".

Tal decisão foi aplicada a todos os processos não julgados definitivamente. Ou seja, enquanto não fosse adotada uma nova lei, as pessoas acusadas de assédio sexual não poderiam ser condenadas pelo delito, o que é inaceitável.

Dois meses e meio depois o legislativo francês aprovou uma nova lei sobre o assédio sexual no país propondo uma definição mais ampla de assédio, abrangendo maior número de situações. Segundo o texto, "impor palavras ou ações com conotação sexual a alguém, afetando a dignidade de uma pessoa de forma degradante ou humilhante", e considera crime ações como chantagens, piadas

[159] Nesse período todos os processos por assédio sexual na França foram anulados até a adoção da nova lei que ocorreu em Agosto de 2012.

[160] Edição publicada em 18/07/2012, sob o título: *Duflot, la robe et les machos***.** Ver site: http://tempsreel.nouvelobs.com/politique/20120718.OBS7495/duflot-la-robe-et-les-machos.html

[161] Association Européenne contre les Violences faites aux Femmes au Travail.

sexuais e atos com conotação sexual dentro do ambiente de trabalho (como abraçar ou massagear um (a) funcionário (a) contra a sua vontade).

A legislação também define como assédio sexual “o ato, mesmo não repetido, de usar forte pressão, com o objetivo real ou aparente de obter um ato de natureza sexual, seja este para favorecer o autor dos atos ou terceiros”.

Segundo a nova lei, a pena para o delito pode levar a dois anos de prisão e até 30 mil euros de multa. Em circunstâncias agravantes, tendo como vítimas menores de 15 anos, pessoas vulneráveis, ou realizado por várias pessoas, a pena pode passar para três anos e a multa a 45 mil euros (CALIXTO, 2012).

Em 2013, uma matéria jornalística fez a seguinte indagação: *Harcèlement sexuel: où en est-on?*[162]. A partir dessa questão, um balanço da nova lei foi desenvolvido e constatou-se que os 2.000 procedimentos em curso no momento da revogação têm experimentado diferentes destinos. Enquanto certos fatos foram reclassificados como assédio moral ou violência sexual, outras vítimas tiveram apenas uma reparação por danos morais na esfera do Tribunal do Trabalho, descaracterizando, portanto, o crime de assédio sexual. Acrescenta-se a isto que algumas vítimas não tiveram escolha a não ser desistir do processo judicial.

O caso narrado a seguir demonstra a sensação de impunidade que uma jovem mulher vítima de assédio sexual sentiu ao não ver seu assediador ser punido depois da revogação da Lei de 2002. “Eu vejo você no chuveiro comigo”. Um ano depois, *Delphine* ainda está se recuperando do trauma que foi para ela a revogação da Lei sobre Assédio Sexual. Vítima por dois anos de indiretas, de olhares, de repetidas solicitações por parte de seu chefe, 20 anos mais velho, como ela narrou:

> Ele veio ao meu escritório foi até a parte de vidro que tinha as cortinas de persianas, abaixou-as, dizendo que era confidencial e ele aproveitou a oportunidade para sentar-se ao meu lado e mexer no meu computador”. Depois, ele me disse: “eu tenho fantasias, eu vejo você no chuveiro comigo”. O que eu gostaria era que você me fizesse um boquete. “Ele queria até deitar-se no escritório me pedindo para abrir as pernas, porque ele estava excitado”, disse ainda comovida a jovem mulher[163].

---

[162] “Assédio sexual, onde estamos” [tradução nossa].

[163] “*Il venait, mon bureau était vitré donc on avait des stores, il baissait les stores en disant que c'était confidentiel et il en profitait pour s'installer près de moi et fouiller dans mon ordinateur. Après, il me disait: 'j'ai des fantasmes, je vous vois sous la douche avec moi. Ce qui me plairait c'est que vous me fassiez une fellation'. Il pouvait même s'allonger par terre dans le bureau en me demandant d'écarter les jambes, parce que ça l'excitait", raconte encore émue la jeune femme*.

O desfecho dessa história foi que o chefe assediador foi beneficiado com a revogação da lei, não sendo acusado de assédio. *Delphine* também enfatizou a solidão enfrentada pelas vítimas de assédio: “Estamos sozinhas. Você não pode compartilhar essas coisas com as crianças, com a sua família”. Ela teve que desistir de todos os processos criminais e optar por uma solução que não era conveniente para ela: “Eu tive que ir à Justiça do Trabalho por a demissão que foi supostamente abusiva. A investigação parou por aí. Isso é tudo. Isso é um absurdo: quando se é uma mulher na França, não somos nada, mais nada”, desabafou. [tradução nossa][164].

No mundo do trabalho o poder dos homens foi também culturalmente construído pela possibilidade que o mesmo tem de infligir às mulheres uma relação que ultrapasse os limites do profissional e se estenda para a cama, já que estas se encontram historicamente em situação subordinação em relação a liberdade de vivência da sexualidade.

Ademais, o assédio sexual compreende uma forma específica das relações de gênero no espaço de trabalho, em que a maioria significativa das vítimas são mulheres[165] devido ao fato deste segmento ocupar posições subalternizadas no mercado de trabalho, sendo, portanto mais suscetíveis a investidas desta natureza por parte de seus superiores, se constituindo numa forma de discriminação e de abuso de poder e, sobretudo, uma violência.

Nesse sentido justifica a necessidade do envolvimento político do movimento feminista na luta pelo reconhecimento público do assédio sexual e na reivindicação de medidas do Estado para seu enfrentamento.

Todavia, vale ressaltar que a problemática do assédio sexual do Brasil, não está na pauta da agenda política das lutas feministas pelo fim da violência contra a mulher, pois tais lutas se restringem às violências domésticas e familiares. Ou seja,

---

[164] ***Le patron pas poursuivi pour harcèlement****. Delphine souligne également la solitude à laquelle doivent faire face les victimes de harcèlement. "On est toute seule, on ne peut pas partager ces choses avec les enfants, avec sa famille", se souvient Delphine la jeune femme a dû renoncer à toute poursuite pénale et opter pour une solution qui ne lui convient pas. "J'ai dû juste aller aux Prud'hommes, pour un licenciement qui a soit disant été abusif. L'enquête, elle s'arrête-là, c'est tout. C'est aberrant, quand on est une femme en France, on est rien, mais rien du tout", déplore la jeune femme.*

[165] Na segunda metade da década de 1980, em pesquisa realiza entre funcionários públicos federais dos Estados Unidos, 42% das mulheres afirmaram ter sido vítimas de assédio sexual nos últimos dois anos. Entre os servidores da ONU, em Nova York, 50% alegam ter passado por tentativas de assédio sexual. De acordo com dados disponíveis, 90% dos casos as mulheres são assediadas por homens. Em 9% o assédio sexual ocorre entre pessoas do mesmo sexo. Em 1%, o homem é assediado pela mulher (KONRAD E GUTEK, 1986, AFL-CIO, 1996, *apud* PASTORE E ROBOTELLA, 1998).

à violência conjugal contemplada atualmente pela Lei Maria da Penha. O assédio sexual é pouco tematizado nas produções teóricas feministas. Tal discussão toma assento no debate sobre a desigualdade entre homens e mulheres na esfera do trabalho, vinculando-se a uma pauta jurídico-legal acerca da isonomia no trabalho.

Segundo Felker (2007) a maioria dos documentos internacionais que abordaram a problemática do assédio sexual nas relações de trabalho partiu de uma perspectiva de combate à discriminação. Contudo, tal perspectiva se mostrou ineficiente, visto que, não conseguiu vislumbrar, de início, a compreensão do problema, bem como, suas características efetivas.

A Convenção nº 111 sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada na 42ª Conferência Geral realizada em junho de 1958, ratificada pelo Brasil, buscou abordar o tema, igualmente de forma indireta, já que o tema central do documento diz respeito à discriminação no Emprego.

Vale ressaltar que o governo brasileiro já foi denunciado, em 1994, perante a OIT, por discriminações no emprego, em nosso país, decorrentes da disparidade salarial entre homens e mulheres e entre brancos e negros[166].

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o assédio sexual como atos de insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, desde que apresentem uma das seguintes características:

“a) ser uma condição clara para dar ou manter o emprego;

b) influir nas promoções na carreira do assediado;

c) prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima”.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) referentes ao ano de 2006, estimam que, no Brasil, 52% das mulheres economicamente ativas já foram assediadas sexualmente. Pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo que envolveu 2.502 entrevistas estratificadas em cotas de idade e em áreas urbana e rural, distribuídas geograficamente em 187 municípios de 24 estados das

[166]É importante destacar que em março de 2012, o Senado brasileiro aprovou, por unanimidade, e em votação terminativa, o Projeto de Lei (130/2011) que estabelece a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho proibindo que um mesmo empregador pague salário menor para mulheres que exercem a mesma função de homens. Salientamos que essa regulação já consta na Constituição e na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas faltava uma regulamentação sob uma perspectiva de gênero e punição para que fosse efetivamente cumprida. A votação ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e foi enviada para ser sancionada pela presidente Dilma Roussef, que até o presente momento não sancionou.

cinco regiões do país, abordou as situações de violência vivenciadas pelas mulheres. Cerca de 11% afirmaram que já haviam sofrido assédio sexual, 10% dos quais envolvendo abuso de poder tipificado como assédio sexual em ambientes de trabalho[167].

O assédio sexual sob a ótica das relações de gênero foi abordado por meio da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher no Brasil – denominada de “Convenção de Belém do Pará” – ratificada pelo Brasil em 1996, definindo-o como:

> Qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico á mulher na esfera pública como privada cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, o abuso sexual, a tortura, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada, o sequestro e o assédio sexual no local de trabalho (FELKER, 2007, p.228).

Portanto, como visto o assédio sexual no trabalho já faz parte do direito constitucional, desde a referida Convenção. Todavia, o Estado brasileiro ainda é bastante omisso em relação a essa problemática, negando, portanto, o direito fundamental das mulheres uma vida livre de violência.

5.3 **Assédio moral e assédio sexual na realidade brasileira: uma experiência solitária**

Na realidade brasileira a qual as mulheres ainda lutam para conquistar um espaço maior no campo dos direitos individuais, existe uma violência social disfarçada que se reflete fortemente no dia-a-dia dentro e fora de suas casas, que faz com que sejam discriminadas na vida pública: a exemplo dos salários inferiores aos dos homens[168], na maior dificuldade de ingresso no mercado formal de trabalho, bem como nas diversas formas de violência as quais são submetidas

[167] Segundo estipulou o Diretor Geral da OIT, Guy Ryder, por ocasião do Dia Internacional da Mulher de 2013, entre 40 a 50 por cento das mulheres nos países da União Europeia sofrem insinuações sexuais e contatos físicos não desejados ou outras formas de assédio sexual no local de trabalho. Na Ásia e Pacífico, os estudos indicam que entre 30 e 40 por cento das mulheres trabalhadoras denunciaram alguma forma de assédio verbal, físico ou sexual.

[168] De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos ficou em R$ 1.344,70, alta de 5,5% de 2000 para 2010. Contudo, o incremento para as mulheres (13,5%) foi maior do que o dos homens (4,1%), reduzindo o abismo que ainda persiste entre as remunerações. Em 2000, a remuneração delas representava 67,7% da deles. Em 2010, sobe para 73,8% (IBGE, 2011).

cotidianamente nesse espaço, sendo as mais incidentes o assédio sexual e o assédio moral.

No Brasil esta problemática é muito comum, embora, a maioria das vítimas não denuncie o fato às autoridades. As causas da não-objetivação das denúncias são as mais diversas. Contudo, na maioria das vezes, as vítimas não denunciam por temor de perder o emprego já que dependem dele para sobreviver; medo de sofrerem retaliação por parte do empregador acusado; medo de serem rebaixadas; de serem transferidas; não querem se expor ao ridículo frente aos (as) colegas, familiares e amigos (as); medo de perderem a carta de referência; por simples dificuldade de falar; e por acreditar que não há recursos para tratar de maneira eficaz o problema. Entretanto, acredito que a causa mais forte são as relações desiguais entre os sexos, fundamentada no sistema capitalista - patriarcal que naturaliza e acentua a opressão e a subordinação das mulheres aos homens.

No Brasil, a prática de assédio sexual no ambiente de trabalho somente foi integrada ao Código Penal Brasileiro em 2001 (Lei 10.224) que a define como: Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente a exercício de emprego, cargo ou função (Art. 216-A).

É salutar destacar que o referido texto foi bastante criticado, sob o argumento de que tal matéria apresentada pela lei já estava contida em outras tipologias devidamente definidas tanto no Código Penal Brasileiro, datado de 1940 como na Lei das Contravenções Penais. Segundo Felker (2007), tal crítica não se sustenta, considerando que:

> [...] a definição exposta no novo artigo tem o “mérito de focar, mais objetivamente e com melhor precisão, uma conduta extremamente reprovável, especialmente para enfrentar o assédio sexual por chantagem, ocorrente no âmbito do trabalho, privado e público, cada vez mais frequente” (p.253).

Há, ainda, uma vertente que traz objeções à Lei em relação à redação, ou mais especificamente ao verbo “constranger” que é veementemente contestada pela doutrina, dada a necessidade de um complemento verbal (objeto direto e/ou indireto), que não existe no tipo penal. A complementariedade viria no sentido de “constranger alguém a fazer o quê”?

Não obstante, segundo Felker, ainda que não tenha sido redigida da forma gramaticalmente correta, não chega a obstaculizar “o mérito do texto incorporado ao Código Penal, pois, atinge, antes de tudo, o seu efeito intimidativo” (2007, p.253).

É salutar destacar que no projeto original, havia, além do *caput*, que constituiu o art. 216-A do Código Penal, mais um parágrafo único, que abrangia a tipificação criminal para além do âmbito laboral nos seguintes termos:

I-prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

II- como abuso de violação de dever inerente a ofício ou magistério[169] (*Ibidem*, 2007, p.253).

Nesse sentido, o assédio sexual praticado nos espaços supracitados fica fora do delito previsto no art. 216-A.

Segundo Felker, tais delitos,

> Poderão configurar outro tipo de capitulação delituosa e ensejar indenização por dano moral, mas não estarão sob a incidência do art. 216-A do CP. A nova hipótese penal diz respeito, então, exclusivamente ao assédio sexual laboral, vertical, descendente (2007:253).

A meu ver, a tipificação criminal circunscrita ao espaço laboral, é fundamental do ponto de vista de nomear situações que eram anteriormente qualificadas de maneira diferente nas práticas de conotação sexual. Há ainda nessa perspectiva o fato de não banalizar o conceito de assédio sexual usando-o de forma ostensiva.

Contudo, a condição de superioridade hierárquica ou ascendência inerente como único parâmetro para a caracterização do delito, apresenta limites no que se refere à assimetria entre os gêneros presentes na sociedade e no espaço produtivo, de modo que o assédio sexual entre colegas no mesmo nível hierárquico, ou de inferior a superior possa ser legitimado pelas condições históricas e sociais de opressão e desigualdade vivenciada pelas mulheres em todos os espaços de sociabilidade, necessitando, portanto, ser punido, nas mesmas condições.

A especificidade do conceito de assédio sexual na doutrina brasileira se materializou por intermédio de debates no âmbito do direito do trabalho. Ademais, como não havia definições legais o preceito e a justiça do trabalho passaram a exercer papel significativo na delimitação do conceito.

---

[169] Saliento que este parágrafo foi vetado pelo Presidente da República, circunscrevendo o assédio sexual apenas ao âmbito das relações de trabalho, sejam elas públicas ou privadas.

Vale ressaltar que a doutrina brasileira tem apontado duas espécies distintas de assédio sexual:

O **assédio sexual por chantagem**, também definido como *quid pro quod*, ou seja, “isto por aquilo”. Uma espécie de retribuição de um favor sexual por uma vantagem, que pode ser a permanência no emprego, aumento de salário, licença especial, promoção, dentre outras concessões. Se materializa geralmente entre superior e subordinado, numa linha vertical descendente. Advinda pelo abuso de poder caracterizado pela pressão, intimidação, não havendo, essencialmente, expressões de violência física (*Ibidem*, 2007).

O **ambiental ou por intimidação**, pode se desenvolver tanto no sentido vertical como horizontal. Caracteriza-se por um processo intimidatório, hostilizando o subordinado no intuito de desestabilizá-lo, visando sua demissão, ou o colega, para limitar sua produtividade e assim conseguir o cargo aspirado. Segundo Barros o assédio sexual por intimidação se caracteriza por:

> [...] incitações sexuais importunas, de uma solicitação sexual ou de outras manifestações da mesma índole, verbais ou físicas, com o efeito de prejudicar a atuação laboral de uma pessoa ou de criar uma situação ofensiva, hostil, de intimidação ou abuso no trabalho (1995, p.31).

Esse tipo de assédio compromete, além da vítima, o espaço de trabalho, causando no (a) assediado (a) a negação a um ambiente pautado em relações de reciprocidade, de exercer sua liberdade sexual e a disposição sobre o próprio corpo livre de opressão, hostilidade e intimidação que afetam diretamente a produção criando sequelas de ordem psicológica na pessoa assediada.

Entretanto, a lei brasileira apresenta como limite o não reconhecimento do assédio sexual por intimidação. Nesse sentido, Felker (2007) acrescenta que:

> O assédio sexual tem apresentado novos problemas para o direito do trabalho, principalmente em face das atitudes culturais que se devem sopesar na elaboração desses conceitos. O Código Penal brasileiro, recentemente, no Art. 216-A, tipificou como crime o assédio sexual por chantagem, assim, considerado o comportamento que visa ‘constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício do emprego, cargo ou função’. Ocorre que além do assédio sexual por chantagem enquadrado como crime, não se pode esquecer que existe também o assédio sexual por intimidação, conhecido, ainda, como assédio ambiental. Esse último caracteriza-se, segundo a doutrina, ‘por incitações sexuais importunas, por uma solicitação sexual ou por outras manifestações da mesma índole, verbais ou físicas,

> com o efeito de prejudicar a atuação laboral e uma pessoa ou criar uma situação ofensiva, hostil, de intimidação ou abuso no trabalho' (p.229).

Eluf (1995) propôs três elementos que, a meu ver são fundamentais para a elaboração do tipo penal do assédio sexual:

> Que abranja palavras ou escritos, gestos ou atos de conteúdo sexual. Os dois últimos (gestos e atos) não devem consistir em carícias ou toques em partes íntimas, caso em que deverão configurar crime mais grave; Que a conduta se restrinja ao âmbito do trabalho, pedagógico, doméstico, de confiança ou profissional de qualquer natureza, desde que o autor se prevaleça de posição de autoridade ou de hierarquia superior à vítima; Que qualquer pessoa, de qualquer sexo, possa ser autor ou vítima do delito (p.132).

Como se pode constatar, diferentemente do conceito adotado pelos doutrinadores da esfera trabalhista, as definições apresentadas pelos penalistas utilizavam costumeiramente o elemento da superioridade hierárquica, afastando, portanto, o assédio sexual ambiental ou horizontal.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 1º, incisos III e IV, enuncia como um de seus fundamentos, a dignidade do ser humano e os valores sociais do trabalho. Os instrumentos normativos que incidem sobre as relações de trabalho devem visar, sempre que pertinente, a prevalência dos valores sociais do trabalho, enquanto a dignidade do trabalhador deve estar presente de forma muito consistente na aplicação das normas legais e das condições que regem o contrato de trabalho (SÜSSEKIND *apud* GIORDANI, 2000, p.46).

Para além dos avanços legais, é importante compreendermos que, sob a égide do capitalismo, há um enorme distanciamento entre os avanços legais e sua efetivação prática em nível da realidade dos sujeitos, acrescido do fato de que as instituições jurídicas são permeadas pela cultura sexista-patriarcal.

Desta forma, instaura-se a noção de direitos regulamentados juridicamente, sobreposta aos reais limites de uma igualdade fundamentada na emancipação dos sujeitos e, contraditoriamente, na igualdade legal que se constitui também como parte do processo de conquistas no terreno dessas contradições.

Nessa perspectiva, levando-se em conta a dimensão da luta de classes própria do capitalismo, bem como a necessária intervenção de sujeitos políticos coletivamente organizados, em particular dos movimentos feministas com vistas à transformação da realidade de opressão das mulheres, consideramos as

reivindicações feministas ao longo da história como o motor impulsionador das conquistas instauradas no campo dos direitos das mulheres.

As penalidades diretas impostas aos agentes variam de 1 a 2 anos de detenção. As empresas também podem ser acionadas, estando sujeitas ao pagamento de danos morais aos empregados (as) assediados (as). Tal lei demonstra amadurecimento dos legisladores, que acabaram por render-se aos reclamos da sociedade, em especial aos dos movimentos feministas.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) prevê que o (a) empregado (a) poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização caso o (a) empregador (a) não zele pela segurança e decência no local de trabalho, preservando o respeito à vida privada do (a) empregado (a) e ocorra ato lesivo à honra e à boa fama do (a) mesmo (a).

O Brasil está entre os poucos países que incluíram o assédio sexual no Direito Penal, ao lado da Espanha, Portugal, França e Itália. A maioria das nações inseriu a conduta na legislação civil ou trabalhista. A Lei 10.224/01 introduziu o delito de assédio sexual no Capítulo dos Crimes contra a Liberdade Sexual. Contudo, como apontado anteriormente, esta Lei tem sido alvo de críticas principalmente por ter deixado de regular situações comuns, como o assédio praticado por padres, pastores, professores ou parentes. O texto só se refere à superioridade hierárquica ou ascendência em razão de exercício de emprego, cargo ou função, o que torna o assédio sexual no Brasil típico das relações de trabalho (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

O assédio sexual é uma forma de violência que pode gerar as vítimas vários tipos de sofrimentos físicos e/ou psíquicos, tais como: depressão, crises de choro, problemas de memória, abatimento, irritabilidade, isolamento, perda de confiança e autoestima, náuseas, dificuldades de dormir, crises de suor, tremores, dificuldades de respiração, pânico, etc. Esta extensa lista, por sua vez, pode desencadear uma série de doenças e até mesmo o suicídio.

Todavia, é importante ressaltar que dada à proximidade dos sujeitos no espaço de trabalho é bastante comum os mesmos desenvolverem relações afetivas, namoros, paqueras e até casamentos, com consentimento mútuo, trata-se de uma circunstância da vida privada dos sujeitos, portanto, nesse tipo de relacionamento, desde que haja consentimento, não existe nenhuma implicação jurídica ou algo que venha caracterizar o assédio sexual.

Igualmente, outro aspecto que merece atenção na caracterização do assédio sexual é sua dimensão cultural, ou seja, o que para algumas culturas pode ser definido como um assédio, noutras pode ser visto como um galanteio. Ademais, tal conceituação sofreu inúmeras transformações ao longo da história, passando de uma prática aceitável no período da escravidão a uma conduta abominável na contemporaneidade (PASTORE e ROBORTELLA, 1998).

Todavia, são necessárias ações que deem visibilidade a essas práticas perversas e discriminatórias, bem com, medidas mais concretas dos poderes públicos e das empresas que tenham como perspectiva proteger a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Principalmente no Brasil, e mais especificamente em regiões como o Nordeste ainda atravessado fortemente por preceitos machistas de opressão e dominação de gênero tanto no espaço público como no privado.

5.3.1 Descortinando as violências sexistas no âmbito do trabalho

Como compreendo que o termo assédio ainda demanda uma maior difusão na sociedade em geral e entre os (as) trabalhadores (as) em particular, e por entender que ambas são expressões latentes da violência sexista, indaguei às interlocutoras o que elas identificavam como violência no âmbito do trabalho.

Esse me pareceu um elemento necessário para entender os limites da compreensão das mesmas em termos terminológicos e de acepção da violência mais generalizada e o assédio moral e o assédio sexual mais especificamente.

Indagada sobre o que ela caracterizaria como violência no trabalho, uma das interlocutoras apontou:

> O abuso do patrão, essa semana, ficamos bem chateadas. Teve um garçom que tem mais experiência na pizzaria. Ele pegou, entrou uma novata lá que não tinha experiência com o trabalho. Aí ficou puxando a novata e gritando ela na frente dos clientes. Não era melhor ele chamar ela num canto e conversar? Eu acho que é tanto abuso da parte dos patrões como da parte dos funcionários homens também. Gritar os funcionários na frente dos clientes é um abuso e isso lá tem direto, errou alguma coisa, os gritos são na frente de quem tiver (CATINGUEIRA).

Para a mesma interlocutora foi indagada a questão de sua compreensão sobre assédio moral e assédio sexual.

> Assédio moral é tipo dar em cima, não? Usar o poder que a pessoa tem, pra ficar com outras pessoas, no caso do meu patrão é o que ele usa.
>
> E o assédio sexual? É dar em cima, conseguir e depois ficar se pabulando[170], na maioria das vezes acontece isso.

Há pelo menos dois aspectos importantes nessa fala. O primeiro vem reiterar o que defendemos como limites a serem transpostos: a definição de violência feita pela mesma nada mais é do que expressões de assédio moral. Entretanto, a violência toma uma conotação de "um mal necessário", mesmo que detestável. Enquanto os assédios, mesmo sem uma compreensão que os distinga, aparecem como algo mais alheio ao trabalho.

> A gente sempre escuta, principalmente em televisão, mas, a partir do momento que eu trabalhava eu percebia que tinha ali muita violência. É uma violação. Me corrija se eu estiver errada, mas é uma violação aos direitos do ser humano, é uma violação que vem desde o preconceito. Eu entendo mais como essa questão que traz a humilhação, o constrangimento, que traz essa violência que nem é entendida por muitos, mesmo que a pessoa perceba que está sendo humilhada, ela naturaliza e vai levando, e isso reforça muito a eles, aos donos, por que uma das frases que era comum lá era, "ah, se você não quiser, tem várias na fila" (FAVELA).

Observamos na atualidade um vertiginoso aumento de situações de violência no âmbito do trabalho, que se constitui em um importante problema de saúde pública, com impactos diretos na dignidade e na qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as). Contudo, a violência é um fenômeno sociohistorico, e, portanto, acompanha toda a experiência humana (MINAYO, 2006).

No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a luta pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do (a) outro (a) ou dos seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ílicitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade (MINAYO, 2006, p.13).

Quando se reporta ao âmbito do trabalho essa análise parece esclarecedora, uma vez que é nesse espaço em que estão presentes fenômenos como o autoritarismo das relações de trabalho ainda bastante recorrente no Brasil. Todavia,

[170] Pabular é o mesmo que contar vantagem, se vangloriar de um determinado feito.

é salutar tecer a diferenciação presente entre autoridade e autoritarismo. Conforme Bobbio e colaboradores (2000), autoridade pode ser definida como poder constante, exercido por alguma pessoa, a quem seus (as) subordinados (as) prestam uma obediência irrestrita, baseada na confiança da legitimidade do poder. Vale ressaltar que esse conceito se explicita na própria definição do contrato individual de trabalho, presente na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Quando há uma alusão ao (a) empregador (a) como aquele (a) que dirige a prestação pessoal de serviços do (a) trabalhador (a). Autoritarismo, por sua vez, é segundo os mesmos autores, uma manifestação degenerativa da autoridade, ou seja, quando a legitimidade do chefe é contestada e sua pretensão em mandar torna-se, aos olhos dos (as) subordinados (as), uma pretensão arbitrária de autoridade (OLIVEIRA e NUNES, 2008).

Sobre esse método autoritário e arbitrário de administrar uma das interlocutoras relata:

> A forma de falar com você, a forma chegar até você, de compreender se de repente você precisar chegar mais tarde, de ir ao médico, por que todo mundo precisa né?! Por que às vezes o patrão esquece que você tem família, tem mãe. Nesse não, mas no outro emprego que eu trabalhei, o dono era altamente mal educado, ele chamava as funcionárias pra ir ao laboratório e ficava quebrando tudo, a gente ficava olhando pra ele, e ele gritando: “vocês são um bando de burro”. Assim todo mundo tinha medo dele, aí eu ía ser a única novata sem carteira assinada que ía denunciar um homem desses?! Infelizmente hoje ainda prevalece quem tem dinheiro. Eu ía ser a única, sendo que tinha funcionário que tá lá há 10 anos?! Quem que ía ficar contra ele a meu favor?! Ninguém. Eu já sofri, aguentei tanta coisa por que eu queria assinar a minha carteira, aí eu aguentava, mas a vontade de você ter uma carteira assinada sabe?!Por que indicação ainda conta muito, às vezes você se cala um pouco, principalmente se você não tem papai e mamãe pra lhe dá (JUREMA PRETA).

Minayo e Souza (1999) expondo as dificuldades e possibilidades de prevenir as distintas formas de violência assinalaram que esse fenômeno é um dos problemas que mais aflingem o Brasil no contexto atual. Ademais, a relação entre trabalho e violência concretiza-se, mormente, pela violação de princípios fundamentais e direitos no trabalho, potencializando cada vez mais a perda do significado do trabalho, já que não há uma efetiva contribuição no sentido do desenvolvimento enquanto sujeito, nem tampouco, para o aprimoramento humano.

A problemática da violência no âmbito do trabalho é algo tão próximo ao cotidiano laboral no Brasil que a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNST) traz a seguinte referência:

> Entre os problemas de saúde relacionados ao trabalho deve ser ressaltado o aumento das agressões e episódios de violência contra o trabalhador no seu local de trabalho, traduzida pelos acidentes e doenças do trabalho; violência decorrente de relações de trabalho deterioradas, como no trabalho escravo e envolvendo crianças; a violência ligada às relações de gênero e ao assédio moral, caracterizada pelas agressões entre pares, chefias e subordinados (BRASIL, 2004, p. 06).

Assim, irromper a invisibilidade dessas violências, principalmente as violências sexistas expressas em inúmeras relações de trabalho, é talvez o caminho mais eficaz para, a princípio o reconhecimento do dano causado aos (as) sujeitos vitimizados (as) pelas mesmas, posteriormente, compreendê-lo dentro de uma dinâmica mais ampla do que Zizek (2004) denomina de violência sistêmica[171] e confrontá-la como algo penoso que se traduz em experiências dolorosas e humilhantes para milhares de mulheres.

> Na outra empresa que eu trabalhei o dono quando foi me demitir foi muito agressivo comigo com palavras, muito mesmo, não foi uma violência de ele bater em mim, dele encostar em mim, nada disso, mas do que ele me chamou quando estava me demitindo foi muito feio e aquilo é uma coisa que abala você emocionalmente, você fica pensando, se você realmente é aquilo, é mais fácil você ser agredida por palavras, mas dói tanto como um tapa na cara, no meu caso foi com palavras, foi verbalmente, mas me senti como se tivesse sido uma agressão física (JUREMA PRETA).

Aqui, aparentemente, não estamos abordando especificamente expressões de assédio moral, ao que parece é um caso de agressão pontual que ocorrem no espaço de trabalho, isso não significa, do ponto de vista da violência, nem melhor, nem pior que o assédio moral, são situações constrangedoras pelos quais os (as) trabalhadores (as) estão expostos (as) sem que muitas vezes tenham condições de reagir sem que sofram algum tipo de punição.

5.3.2 As mordaças invisíveis que silenciam e aprisionam as vítimas de assédio moral e assédio sexual

Indagadas acerca dos conhecimentos sobre os espaços que procurariam caso fossem vitimizadas por algum tipo de assédio, a maioria das entrevistadas

[171] Para maior aprofundamento ver Slavoj Zizek na obra Violência - seis reflexões laterais, Boitempo, 2014.

disseram desconhecer qualquer serviço na sua cidade, apontaram quase sempre a delegacia da mulher como o lugar destinado a esse tipo de denúncia.

> Não. Acho que eu iria em alguma delegacia das mulheres, pegar alguma informação, consultaria algum advogado pra ter uma ideia de como funcionaria. Eu sei que hoje rola muito processo com relação a isso. Hoje eu teria segurança de processar, hoje eu teria (JUREMA PRETA).

> Não sei, mas procuraria talvez na UERN, até mesmo com a minha própria filha, buscar um advogado, quais os meios que eu poderia alcançar a justiça. No assédio sexual talvez a delegacia (PALMA).

> Não sei onde eu procuraria. Acho que o certo é na Delegacia da Mulher, mas como aqui não tem nenhuma, acho que só resta ir à delegacia civil onde resolve praticamente tudo aqui (CATINGUEIRA).

Outra questão demandada às interlocutoras foi se elas mediante o assédio moral e assédio sexual, teriam alguma sugestão de políticas públicas que pudessem ser desenvolvidas para esse tipo de violência.

A seguir, algumas das falas decorrentes dessa provocação:

> Mulher, eu não tenho sugestão não, porque o que eu faço é isso que eu disse a você, eu aguento (MALVA).

> Eu acho que poderia haver por parte dos sindicatos uma política. Eu acho muito necessário fazer uma conscientização nas empresas. Então eu acho que deveria haver mais informações nas empresas, tipo: se eu estou sofrendo onde devo denunciar palestras, por que tipo assim eu posso tá sofrendo e não saber a quem eu vou buscar tipo eu não tinha a quem buscar, eu não tinha coragem. Se tivesse assim um órgão, alguma coisa que as pessoas pudessem recorrer nesse sentido seria mais fácil. Isso e mais as informações nas empresas (OITIÇICA).

> Eu acho que como lá chegou o sindicato, eu acho que juntamente com o sindicato deveria vir essa questão judicial, a Promot. Ter algumas palestras, de mostrar à população, à sociedade e aos trabalhadores em si, quais os direitos dela, os direitos tanto do consumidor como do trabalhador. Eu acho que isso seria de suma importância, a informação em si, por mais que tenha a informação lá não tem esse campo de apoio tão forte. A gente precisa muito desse âmbito judicial, porque a gente reconhece que temos os nossos direitos, mas a quem recorrer? (FAVELA).

> Não, existe só a delegacia de mulheres né? O sindicato também, porque o sindicato, embora tenha tido muitas mudanças, mas eu vejo uma capa no sindicato. É como eu digo sempre tem os avanços e os retrocessos, quando você pensa que hoje em dia, tudo tá mais fácil, aí vem os retrocessos, e hoje em dia pra você ter ir até uma delegacia você tem que ter a prova, você tem que ter uma testemunha. No meu caso, eu teria uma prova, eu

> teria um bilhete escrito, mas não tava assinado por ele, mas era a letra dele. Aí eu teria que ter a testemunha, embora eu tivesse a testemunha, a testemunha não ia comigo (ERVA CIDREIRA).

As falas retratam uma realidade cada vez mais presente nos espaços de trabalho. O desrespeito às leis trabalhistas ainda caracteriza inúmeros municípios brasileiros, assim como a falta de órgãos de punição, gerando uma sensação de impotência para os (as) trabalhadores (as) para enfrentarem inúmeras situações dentre elas o assédio moral e o assédio sexual.

Até porque como expõe Velame:

> Uma coisa que chama bastante atenção aqui, e sei que em muitas outras cidades pequenas: é que, a partir do momento que você vai deixar de trabalhar em um determinado comércio, os donos ou o próprio funcionário, não dizem o motivo por que está saindo, se foi algo mais complexo. Porque quando você for procurar emprego em outro lugar, pode ter certeza que o dono vai se comunicar com o anterior, para saber os motivos. Então, você fica a mercê do seu ex- patrão, que tanto ele pode dar boas informações, como também ele pode fazer o contrário. E aí, minha querida, dependendo do que aconteceu, você nunca mais vai arrumar emprego na cidade, principalmente se for com história de Justiça pelo meio.

No que concerne às estratégias de resistências desenvolvidas pelas interlocutoras em relação às formas abusivas vivenciadas ou presenciadas no local de trabalho, a maioria silencia, sofrendo e ficando reservadas, ignora ou pede demissão. As principais alegações para esse tipo de comportamento estão sistematicamente associadas ao medo de perder o emprego, à vergonha de expor aspectos da sexualidade e, principalmente, à naturalização das relações desenvolvidas no interior do trabalho.

A difícil análise das relações de trabalho expostas na realidade com a qual me deparei, carece, a meu ver, de ponderações particulares, pois enquanto se busca garantir direitos trabalhistas ou mais conquistas para os (as) trabalhadores (as), ainda se somam histórias de inserção profissional permeadas por negação de direitos trabalhistas, abusos, violências e ausência dos órgãos fiscalizadores, extremamente primárias.

Todos estes elementos figuram, por sua vez, na cultura da subserviência e do medo, na necessidade de se manter empregada, que faz com o que muitas

mulheres se submetam as precárias, desregulamentadas e informais condições de trabalho, permeados por insatisfação, desrespeito, instabilidade e violência.

5.4 **O assédio moral e o assédio sexual como expressões da questão social**

A expressão *questão social* em termos histórico-conceituais, foi empregada para denominar *o processo de politização da desigualdade social fundada na consolidação da sociedade burguesa manifestada por intermédio da emergência do capitalismo concomitante à pauperização dos (as) trabalhadores (as)*. Em relação à dimensão política, esta se concretizou a partir do século XIX, "como resultado das lutas operárias, protagonizadas pela classe trabalhadora que torna público as suas precárias condições de vida e trabalho, expondo as contradições fundamentadas na relação entre o capital e o trabalho" (MOTA, 2010, p.35).

Para garantir o acúmulo do capital, a classe dominante explora a força de trabalho das (os) trabalhadores (as). Desse modo, a classe burguesa detém os meios de produção e, por isto, apropriar-se da riqueza produzida pela classe trabalhadora, que possui exclusivamente a força de trabalho para sobreviver em troca do salário. Nesse sentido, reside nessa contradição (produção da riqueza por uma classe e apropriação da mesma por outra classe), um antagonismo inconciliável entre as classes.

No capitalismo, em sua fase imperialista, há uma polarização agudizada entre as classes sociais, ao passo que o objetivo central do capitalismo monopolista é a busca incessante por superlucros em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, o que faz acirrar os conflitos de classe (NETTO, 1992). De tal modo, o advento do capitalismo monopolista "[...] recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana" (*Ibidem*, 1992, p.15).

A manutenção desta ordem demanda uma intervenção estatal[172], tanto para assegurar a reprodução social, como ações para controle dos conflitos resultantes deste sistema, garantindo, portanto, os interesses capitalistas. Assim, percebe-se

[172]O início da intervenção estatal na administração da questão social também é um dos elementos que denotam a passagem da fase do capitalismo concorrencial para a monopólica. É característico de fase monopolista a intervenção do Estado na questão social (NETTO, 1992).

uma articulação entre as funções políticas e econômicas do Estado. Tal intervenção se intensificará à medida que cresce a população trabalhadora e se desenvolve o sistema capitalista, trazendo novas determinações para uma conjuntura em pleno desenvolvimento.

De acordo com Netto (2001), a expressão "*questão social"* surgiu para dar conta do fenômeno do pauperismo, advindo dos impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII. Nesse sentido, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu-se no aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio concorrencial (NETTO, 2001). A pauperização tratava-se, portanto, de algo novo, sem antecedente na história, pois, apesar de não ser incomum a desigualdade entre as várias camadas sociais, a polarização entre ricos e pobres passava a se generalizar.

A riqueza produzida e todas as condições de desenvolvimento das forças materiais e sociais alcançadas, pela primeira vez, possibilitariam a supressão da escassez histórica (a que a pobreza estava ligada). Contudo, o que se assistia naquele contexto era ao crescimento da desigualdade social.

Tal quadro propiciou uma "*nova pobreza*" que se acentua à medida que se desenvolve o sistema capitalista. Com o avanço do capitalismo e consequentemente da desigualdade social, os pauperizados passam a confrontar a ordem burguesa e a não aceitá-la com conformismo. Dessa forma, o pauperismo passa a designar-se "*questão social",* como aponta Netto:

> [...] da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como 'questão social' (2001, p.43).

Com o advento da Segunda Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, no século XIX, ocorreram grandes e significativas transformações, as quais modificaram de modo intenso o processo produtivo, principalmente com o advento da máquina a vapor e o tear mecânico, bem como das grandes unidades fabris. Essa mudança no sistema de produção trouxe consigo uma necessidade de mão de obra constante para dar continuidade à produção, ou seja, para a consolidação e expansão do capitalismo industrial em um processo contínuo de industrialização.

Essa conjuntura histórica potencializou o crescimento da classe trabalhadora, no entanto, diminuiu a oferta de trabalho, e as consequências dessa discrepância logo tomaram proporções desastrosas, como o aumento do exército industrial de reserva[173]. O reflexo dessa situação produziu efeitos imediatos como: desemprego, subemprego, salários cada vez mais baixos, que não eram suficientes para a sobrevivência do trabalhador, bem como de sua família, acarretando um crescimento da desigualdade social expressa na crescente pauperização da classe trabalhadora.

Vale ressaltar que esse aumento da população sobrante em muito beneficiava a burguesia industrial, haja vista, que essa condição era utilizada para rebaixar os salários, explorar uma mão de obra, que não contava com direitos trabalhistas que lhes assegurassem condições dignas de trabalho.

Essa breve incursão histórica pela origem da questão social fundada na contradição capital-trabalho é importante para situar o lugar do qual falamos, a sociedade de classes como uma totalidade concreta que reflete relações sociais determinados no seu interior e tem no trabalho seu eixo central.

Pelo exposto, pode-se relacionar o assédio moral e assédio sexual à “agenda” contemporânea das expressões da questão social que, no contexto atual, se insere no amplo processo de reestruturação capitalista surgida a partir da estratégia neoliberal de reforma do Estado, ou como denominou Behring (2003), “contrarreforma” que se caracteriza por um processo de reordenamento do Estado a partir dos interesses do capital, sem alterar a essência da sociedade burguesa e na contramão das conquistas sociais da classe trabalhadora.

5.4.1 Repercussões do assédio moral e sexual no adoecimento das mulheres no espaço de trabalho

Ademais, o profundo desgaste produzido pelo caráter totalizante do capitalismo tem sistematicamente levado ao adoecimento e à morte em tempos de desemprego, subemprego, precarização, terceirização, trabalho desvalorizado e ampliação dos vínculos informais no trabalho, dentre outras expressões da desumanização:

[173] Expressão utilizada por Marx para designar àqueles que estariam “fora” do sistema produtivo, ainda que funcionais a ele.

> Não é de se estranhar que vêm se juntar às agressões ditas “tradicionais” (variados tipos de acidentes de trabalho que deixam sequelas e/ou matam, dermatoses, intoxicação e envenenamentos, asbestoses, silicone surdez ocupacional etc.) as “novas” doenças do trabalho. Estas últimas, por sua vez, englobam as doenças cardiovasculares, cânceres, variadas doenças mentais, as lesões por esforço repetitivos, além de inúmeras outras, incluindo-se as resultantes da degradação dos recursos da natureza. O consumo predatório referido expressa, sobretudo, a violência nas relações de trabalho (LUCENA, 2010,p.168).

Há, portanto, uma íntima relação entre o adoecimento no trabalho e o modo capitalista de produção, fundamentalmente por aquilo que Walter Benjamim citado por Lowy (2013) diagnosticou: “*O capitalismo nos leva a casa do desespero*”. No assédio moral, os sujeitos vitimizados/as são alvos frequentes de situações de isolamento, torturas constantes e permanentes no espaço de trabalho, sem que muitas vezes saibam o porquê e como surgiram, adoecem.

A seguir, apresento algumas falas das interlocutoras que revelam como aspectos relacionados às violências no mundo do trabalho repercutem tanto na dimensão produtiva quanto na vida pessoal dos sujeitos que a vivenciam:

> Repercute demais até, porque quem faz isso com um funcionário, não sabe o quanto ele vai ficar mexido. Porque quando você fala isso, mexe em tudo, quem recebe a agressão vai pra casa e fica pensando naquilo. Fica pensando: será que eu realmente sou isso? Porque ele fez isso? Será que eu realmente não sirvo para aquele serviço? Então ele abala a pessoa, pronto comigo. Quando ele fez isso comigo [a agressividade na demissão], eu acho que passei uns três meses em casa sem trabalhar [...] (AROIERA).

> Eu voltada pra casa chorando. Aí eu disse: “não. Agora eu vou estudar”. E você se sente assim: por que você tá passando por isso. Realmente mexe muito com o psicológico e se você não tiver um psicológico muito legal, é arriscado até você pegar uma depressão. Teve uma vez que eu voltei chorando muito, aí um casal me parou e perguntou por que eu tava chorando. Era só aquele pensamento de quando alguém fala um monte de coisa pra você e você tem que engolir de volta. Porque quando você fala, tudo bem. Mas, quando você engole aquilo ali, aí vai acumulando, aquilo é uma bolha. Ainda bem que eu tive o psicológico bom de sair por cima. Ainda fui inteligente de ter saído amiga dele, por que eu não tivesse saído amiga dele com certeza ele ia ter me acusado de ter roubado alguma coisa até porque ele já é conhecido de quando alguém sai de lá, ele gosta de dizer que a pessoa roubou alguma coisa (JUREMA PRETA).

O “tornar-se sempre igual a si mesmo”, é a regra comum ao capitalismo, e o assédio moral faz com que o sujeito discriminado(a), humilhado(a), seja alvo de

situações que o(a) colocam na condição de um “ser diferente”, portanto, “que não se encontra na regra do jogo”. Segundo aponta Hirigoyen,

> Na hora da globalização, procura-se fabricar o idêntico, clones, robôs interculturais e intercambiáveis. Para que o grupo seja homogêneo, esmaga-se aquele que não está no ponto, aniquila-se qualquer especificidade, seja de caráter, comportamento, sexo, raça... Formatar os indivíduos é uma maneira de controlá-los. Eles devem se submeter para melhorar os desempenhos e a rentabilidade (2005, p.39).

Nesse sentido, estar na condição do(a) “diferente”, pressupõe que o(a) mesmo(a) encontra-se rejeitado(a) e as implicações dessa condição se voltam para o que a referida autora denomina como “patologia da solidão”.

> O assédio moral é indiscutivelmente uma patologia da solidão. Atacam-se, de preferência, os trabalhadores isolados e, quanto aos que têm aliados, dá-se um jeito de privá-los da solidariedade. Quando há alianças, é necessário também que sejam as convenientes. Pessoas são, às vezes, ‘sacrificadas’ em nome de uma rivalidade de grupo (HIRIGOYEN, 2005, p.223).

Assim, o “terror” é criado e alimentado como uma forma de controle social. O medo do desemprego, em particular, torna-se o ingrediente perfeito para que o assédio moral se multiplique nos espaços de trabalho permeados por práticas abjetas, muitas vezes consideradas “normais”. Sobram gritos, humilhações e constrangimentos. Subordinados(as) são desmoralizados(as) diante dos(as) colegas, a despeito das várias formas de discriminação e preconceitos que mulheres, negros/as, imigrantes, idosos (as), pessoas com deficiências, homossexuais vivenciam. Tais especificidades são muitas vezes ressaltadas para este fim, reforçando estas expressões de violência que têm suas raízes na e pela ordem social estabelecida.

A sequela desses “terrorismos” se reflete no(a) trabalhador(a) com impacto na própria saúde. Tal prática “funciona pedagogicamente para modelar o coletivo ao silêncio, à sujeição e à submissão” (BARRETO, 2013, p.18). Ainda segundo a autora,

> Não como testemunhas passivas e cruéis, mas como uma organização que tenta controlar corpo e mente de todos os seus colaboradores. Não sendo uma doença, o assédio moral pode ocasionar e desencadear enfermidades, agravar males preexistentes ou desencadear novas patologias, causando dano físico, dor moral e transtornos à saúde mental de trabalhadores e trabalhadoras. Igualmente, pode levar à morte por suicídio, quando os

> ataques e constrangimentos são constantes e culminam com a demissão (BARRETO, 2013, p.18).

Esse tipo de prática foi apontada por uma das interlocutoras da pesquisa, ao relatar a forma de tratamento permeada pela “gestão do grito” utilizada pelo seu empregador. No seu relato podemos identificar expressões de intimidação, hostilidade, negação de direitos, ameaças veladas, dentre outras violências que acompanham muitas trabalhadoras:

> Ele [o dono] nos trata gritando. Ele entra, sai e vai embora. No escritório é que ele se sente ainda mais poderoso, o dono mesmo e grita mais. Aqui, você não pode se dar as luxo de colocar um atestado médico. E só quem pode entregar é você. Se você estiver morrendo e precisar deixar o atestado. quem tem que vir é você e ele só aceita com 24 horas. E você fica na sala com ele passando tudo na sua cara, as suas vendas passadas. Ele dizia que outra funcionária era velha, que ela não ia arranjar outro emprego, que o currículo dela não era lá essas coisas [...] “Ai, não pode sentar?” Não. Essa cadeira que ele colocou no caixa é só pra iludir. A gente não pode sentar. Não pode comer dentro da loja. Não pode tirar a hora dentro da loja, ele liga... Tá aonde? Fazendo o quê? Aqui é assim: a ditadura (GUABIRABA).

Como denomina Linhart (2011) são formas de racionalização aplicadas, orientadas para a “polivalência, mobilidades sistemáticas, ajustes cada vez mais estritos das atividades e do tempo passado no trabalho com avaliações e objetivos atribuídos pela hierarquia cada vez mais limitantes, a padronização das atividades” (p.01), redução dos meios, individualização que se apresenta em distintos campos que visariam manter os/as trabalhadores/as em estado constante de insegurança e de dependência.

Não é demais reforçar que, na verdade, esse tipo de prática é tão antiga quanto o próprio trabalho. A “inovação” reside na intensificação, gravidade, amplitude e, principalmente, na banalização dessa violência que, nas últimas décadas, passou a ser discutida no âmbito acadêmico sob a denominação de assédio moral. Acredito que a maior dificuldade de desvendamento desse fenômeno é pelo seu caráter íntimo, o que produz vergonha em suas vítimas.

Comumente, esses(as) trabalhadores(as) se isolam da família, evitam contar o ocorrido aos(as) amigos(as), passam a vivenciar sentimentos como irritabilidade, abandono, revolta e fracasso. Como observado na fala de uma interlocutora:

> Eu me sentia muito abatida. Acho que foi um período assim, que eu passava muito mal também. Foi mesmo no período que eu descobri que eu tinha um cisto, e eu estava muito mal, sentindo muitas dores. Aí eu fui ao médico e ele tipo disse que essas dores eram psicológicas, do estresse que eu estava sofrendo. Então, toda vida que eu estava muito angustiada ou estressada eu sentia. Eu não tinha âmino pra trabalhar (OITIÇICA).

Esse tipo de realidade é cada vez mais comum nas relações sociais do trabalho na contemporaneidade e "tende a ser associado à ideia de mal-estar e de uma possibilidade tão presente de dano psicológico que pode até conduzir ao suicídio, ou pelo menos à depressão" (LINHART, 2001, p.01).

Portanto, cabe aqui a reflexão sobre o assédio moral a partir da análise de inúmeras situações diretamente relacionadas à organização do trabalho e a política de gestão empregada por algumas empresas.

Em 2012, na cidade de Mossoró/RN[174], um gerente de um hipermercado na exigência da pontualidade de todos (as) os (as) funcionários (as) nas reuniões, deliberou que, ao menor atraso, seria estipulada uma "prenda" a qual o(a) retardatário(a) teria que se submeter. Em uma das reuniões, uma funcionária, grávida, chegou fora de seu horário de trabalho devido à consulta médica e ao chegar à sala de reuniões, sob gritos e palmas que a ridicularizaram, foi ordenado que ela dançasse o "créu"[175] em todas as velocidades. Diante da sua recusa, a mesma passou a ser perseguida pelo gerente, culminando na dispensa e, posteriormente, em um processo por assédio moral. Uma das penalidades impostas à empresa foi a recontratação da farmacêutica, entretanto, o espaço de trabalho, tornou-se cada vez mais constrangedor ocasionando sistematicamente sequências de violações à sua saúde, dignidade, honra, imagem e personalidade.

Não resistindo à pressão, a mesma finalmente pediu demissão e até 2013, ano em que tivemos acesso ao processo no Ministério Público do Trabalho de Mossoró, a mesma não havia ainda se inserido em outro posto de trabalho, pois ao procurar outro emprego, a mesma encontrava dificuldades, na medida em que era reconhecida como a funcionária que havia perpetrado uma ação contra o

[174]Tivemos acesso a este caso a partir da nossa inserção enquanto pesquisadora no Ministério Público do Trabalho - Procuradoria de Mossoró, a partir de pesquisa documental realizada nos autos de processo em que a vítima ajuizou uma ação pleiteando dano moral contra o referido supermercado, bem como contra o agressor.

[175] Música do funk carioca "Dança do créu", de composição de Mc Créu.

hipermercado. E, portanto, alguém problemático (a) que poderia vir a causar problemas ou mesmo incentivar outros (as) funcionários (as).

Como o objetivo do assédio moral é desqualificar profissionalmente o sujeito, o ato de puni-lo, dependendo do local do trabalho e da visibilidade que o ato em si pode apresentar, a extensão do assédio moral pode extrapolar as dimensões da individualidade e ser utilizado “pedagogicamente” pelas empresas para perpetuar o silenciamento e, consequentemente, intimidar os(as) demais trabalhadores/as para a não publicização e cada vez mais lançá-los(as) no limbo da patologia da solidão:

> Nenhum trabalhador deseja voluntariamente ter um afeto depressivo. Se alguém apresenta ansiedade, está angustiado, entra em depressão, em *burnout*, em síndrome do pânico ou tem ideações suicidas, não é porque pretende viver essa patologia. Ninguém em sã consciência deseja sentir uma emoção triste e seria um grande erro de nossa parte pensar que a pessoa está inventando coisas, está simulando ou dissimulando. Ninguém deseja viver uma vida contraída, não ser reconhecido naquilo que faz (BARRETO, 2013, p. 22-23,).

Exemplos emblemáticos da relação trabalho/adoecimento e sua expressão máxima, os suicídios, podem ser observados a partir da reorganização do trabalho advinda do modelo toyotista japonês. Ele se sobrepôs ao fordismo, na medida em que organiza e administra a produção, desorganizando a vida dos(as) trabalhadores(as) imprimindo, dentre outros procedimentos a “Gestão por estresse”. O recurso à subcontratação, o uso intensivo de novas tecnologias da informação, a redução de perdas, dos gastos supérfluos e do tempo de inatividade da produção, a definição de metas inalcançáveis e o controle de tempo cada vez mais rígido do trabalho. No Japão, esta forma de organização do trabalho gera consequências destrutivas, como a *Karoshi* (morte por excesso de trabalho) e o *Karojisatsu* (suicídios causados por estresse no trabalho). A pressão por um desempenho sem falhas a qualquer custo torna-se insuportável (SOARES, 2010) [tradução nossa].

Ocorre que as mudanças tecnológicas e mercadológicas atuais impõem outras formas de organização de processos de produção, de relações de trabalho e, especialmente, outro perfil de trabalhador (a). No Brasil, vários (as) autores (as) se debruçaram nas análises sobre a configuração que esse processo adquiriu no cenário nacional na conjuntura dos retrocessos, dos direitos sociais e, em múltiplos aspectos, da própria política social (MOTA, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2006; OLIVEIRA, 1998; TELLES, 1999).

Soares (2010) acrescenta ainda que as consequências do suicídio são devastadoras em todos os níveis. As empresas ainda subestimam o impacto do problema. É raro uma organização que tenha um plano de ação para lidar com o suicídio. A resposta de fuga e negação sempre se refere a uma individualização do problema, onde a direção (e às vezes até mesmo o sindicato) identifica as causas do suicídio como uma "fraqueza pessoal", recusando-se a atribuírem a responsabilidade de tal prática à organização do trabalho.

Essa falta de reação das organizações sindicais em relação ao suicídio pode conduzir a uma maior deterioração do ambiente de trabalho e das relações sociais engendradas por ele (tradução nossa).

Na França, em 2013 foi criado o Observatório Nacional de Risco de Suicídio pela Ministra da Saúde e Assuntos Sociais *Marisol Touraine*. A partir disso, o Estado francês esperava criar uma ferramenta que ajudasse a obter uma imagem mais clara das causas de suicídio no país, incluindo suicídio em conexão com o trabalho ou que ocorre no local de trabalho. A França tem a taxa de suicídio de 15 por 100 mil, a mais elevada em relação a países como: Itália (5,4), Espanha (5,8), Grã-Bretanha (6,6), Alemanha (9,9) ou Suíça (11,1).

Em enquete realizada no país em 2013, mais de dois terços dos(as) trabalhadores(as) ativos(as) franceses(as), (69%) acham que a crise é diretamente responsável pela atual taxa de suicídio[176]. Na Grécia, desde 2008, a taxa de suicídio aumentou cerca de 40%. Na Grã-Bretanha, entre 2008 e 2010, mais de 1.000 suicídios foram relacionados diretamente à crise. De acordo com a Associação de Pesquisas Econômicas e Sociais Transalpino, na Itália depois da crise de 2008, foram registrados um suicídio por dia. Na França, "deixamos de medir o impacto da crise sobre as taxas de suicídio, pois não temos as ferramentas", explica *Jean-Claude Delgenes*, que lançou o "chamar 44"[177] em maio 2011, com o Professor Michel Debout criador do observatório de suicídios e crises suicidas.

[176] O país tem atualmente três milhões de desempregados/as (TADDEO, 2013).

[177] Um apelo solene ao governo francês chamado de *("chamar 44")* para a criação de um observatório de suicídios e crises suicidas feito por *Michel Debout, professeur de médecine légale et Jean-Claude* Delgenes Directeur général du cabinet Technologia spécialisé dans l'évaluation et la prévention des risques professionnels.

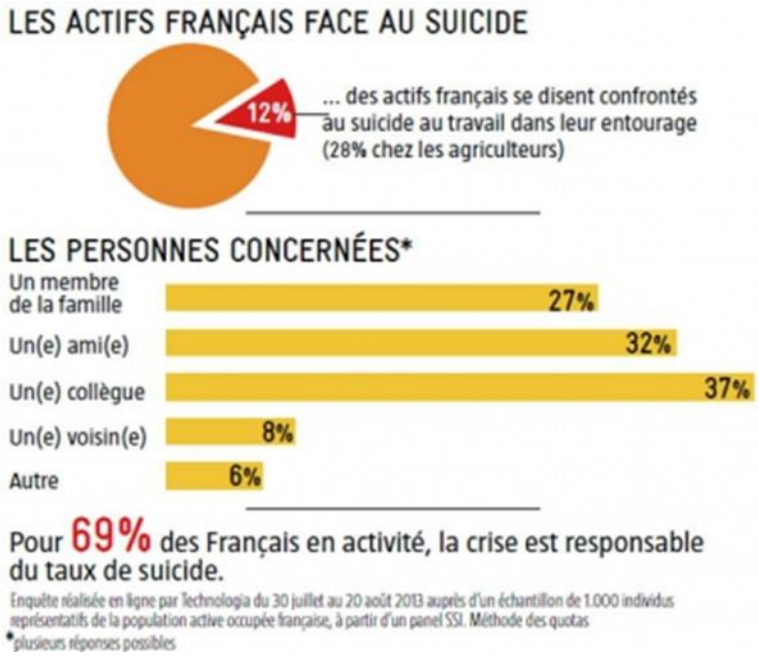
Na França, o suicídio mata três vezes mais do que acidentes de trânsito: o número de mortes por suicídio em 2010 foi estimado em 10.334, o que representa cerca de 2% da mortalidade geral, segundo o INSERM[178].

O gráfico abaixo retrata esta realidade. “Entre 10 e 15% dos suicídios são disfarçados - seja por razões pessoais, religiosas ou de seguro - e escapar das estatísticas", diz Jean-Claude Delgenes. Além disso, o número de tentativas de suicídio é de cerca de 240.000 por ano. Mais de um terço das pessoas são reincidentes (TADDEO, 2013).

Quase um em cada três franceses (30%) admitiu ter pensado em suicídio, revela enquete da Technologia desenvolvida em 2013. O risco de suicídio é duas vezes maior entre as pessoas em situação de precarização ou desempregadas (TADDEO, 2013).

O gráfico que se segue refere-se a uma enquete realizada pela Technologia[179], demonstrando que 69% dos franceses em atividade acreditam que a crise financeira é responsável pelas taxas de suicídio. Explicita ainda que 12% dos franceses que estão na ativa, dizem vivenciar o suicídio no seu ambiente de trabalho. Visualiza-se também que a realidade do suicídio está muito próxima dos (as) entrevistados (as) quanto apontam que conhecem um membro da família, um (a) amigo (a), um (a) colega ou um (a) vizinha, envolvidos em tal situação:

[178] Institut National de a Santé et de la Recherche Mèdicale.
[179] É um gabinete composto por *experts* em competências diversas e complementares, dentre eles, psicólogos do trabalho, médicos do trabalho, psiquiatras e especialistas em recursos humanos, o qual realiza pesquisa acerca da qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as) franceses.



Fonte: *Technologia*, 2013.

Linhart (2011) observou que inúmeros registros sociológicos se debruçaram na análise da modernização das empresas. Eles verificaram que as mesmas se esforçaram para dissipar a dimensão coletiva do trabalho, em troca da polivalência, mobilidade, concorrências sistemáticas e formas de gestão personalizada: estabelecendo horários variados, bônus diferenciados e salários também individualizados, difusão da lógica de prestação de serviços com seus próprios recursos e, finalmente, “entrevistas individuais com o chefe durante as quais cada trabalhador(a) deve “negociar” com seu(a) superior hierárquico imediato seus objetivos, suas tarefas e passar por uma avaliação de desempenho no final do ano” (p.150).

Uma importante contribuição que a referida autora traz diz respeito à dimensão subjetiva que ora se apresenta como condição *sine qua non* para revelar elementos prementes nas relações penosas que tomam força e entram em consonância com o tema onipresente do sofrimento no trabalho na contemporaneidade. Nesse sentido, descreve Linhart (2011).

> A sociologia não se predispõe a se interessar pela subjetividade, que é o campo privilegiado da psicologia. A partir do momento em que se aborda a questão da subjetividade no trabalho, a sociologia, ciência da sociedade vinculada à inteligibilidade das relações entre indivíduos, e do que compõe a sociedade, enfrenta um desafio. A subjetividade é, na verdade, o que se liga ao indivíduo, a sociologia se dedica à relação entre o indivíduo e a

> sociedade, e à compreensão da sociedade mais do que à do indivíduo (p.152).

A subjetividade repentinamente ressurgiu no âmago do mundo do trabalho e se estabeleceu como objeto incontornável de pesquisa para os(as) sociólogos(as) do trabalho. Uma vez que os(as) empregadores(as) passam hoje a se reportar diretamente à subjetividade dos(as) trabalhadores/as no intuito de mobilizá-la para assegurar a produtividade das empresas. Desse modo, o campo da subjetividade se tornou explicitamente para os(as) patrões uma fonte indispensável para inovações dos métodos de organização do trabalho e sua mobilização é ostentada como característica positiva de rompimento com as formas anteriores, principalmente com o taylorismo que, ele próprio, não teria exigido a mobilização subjetiva dos(as) trabalhadores/as (*Ibidem*, 2011,p. 152). Acrescenta a referida autora:

> A subjetividade é, então, apreendida por meio do que caracteriza a pessoa diante, diferentemente de ferramentas, de máquinas e outros recursos produtivos, isto é, por meio de suas dimensões cognitivas, seu registro emocional, afetivo e moral, em relação também com a biografia, uma trajetória particular, o que torna a pessoa diferente das outras e, portanto, não substituível (p.152).

Reside aí, uma espécie de nova exigência da subjetividade, que agora parece repousar no lugar apropriado, apesar de continuamente estar presente na essência de todas as formas anteriores de organização, por mais taylorizadas que fossem: “ela sempre foi indispensável para dar sentido e operacionalidade a formas prescritivas que teriam ficado praticamente inertes, sem implicação subjetiva e, com frequência, até mesmo transgressora para os assalariados mais subalternos” (LINHART, 2011, p. 152).

Essa análise é importante, pois é a partir dela que reunimos elementos que reforçam a compreensão do processo do trabalho desvalorizado não somente na dimensão do trabalho enquanto força de trabalho como mercadoria, mas o trabalho desvalorizado na dimensão do homem e da mulher que trabalha enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital.

Desse modo, Alves (2010, p. 01), adianta que: “redefiniremos o conceito de precarização do trabalho enquanto experiência humana de individualidades pessoais

de classe num determinado contexto histórico-concreto: o contexto histórico do capitalismo manipulatório".

Mais do que uma redefinição, acredito que as reflexões de Alves (2010) são mais uma ampliação que contemplaria dimensões subjetivas capazes de dar pistas interpretativas da totalidade do humano genérico no contexto atual do trabalho. Como revela o referido autor:

> Deste modo, a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas "precarização do trabalho" no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, "precarização do homem que trabalha", no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital (ALVES, 2010, p.02).

Contudo, para analisarmos tal precarização é importante que seja incorporada uma categoria que, a meu ver, é estruturante da sociedade capitalista, que são as relações patriarcais de gênero que nos incitam a pensar que tal precarização tem rebatimentos diferenciados para homens e mulheres, haja vista que o sentido dado ao trabalho para ambos os gêneros também é distinto. Isto pode ser expresso no adoecimento e, mais gravemente, nas tentativas de suicídio de homens e mulheres em decorrência do trabalho e do sentido que cada um pode dar ao trabalho exercido.

5.5 **O debate feminista sobre o assédio moral e o assédio sexual na realidade francesa**

Ilustration. *Selon une enquête IFOP, une femme active sur cinq (20%) a dû faire face en France, au cours de sa vie professionnelle, à une situation de harcèlement sexuel, 5% seulement des cas ayant été portés devant la justice*[180]*.* ***LP/Matthieu de Martignac.*** ***Fonte:*** *IFOP*

Em geral a literatura brasileira que versa sobre as violências praticadas contra as mulheres dirigem suas produções para as violências doméstico-familiares ou ainda as denominadas conjugais, acrescidas de discussões mais recentes acerca das violências nas homoafetividades, não trazendo à tona a discussão acerca do assédio sexual e moral como violências que atingem as mulheres nos espaços públicos.

Tal lacuna no debate pode ainda ser visualizada na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Governo Federal, a qual restringe sua atuação às mulheres em situação de violência doméstica/familiar e conjugal.

A relevância do fenômeno pode ser constatada a partir de dados de pesquisas realizadas na França e no Brasil, embora em ambos os países as pesquisas sobre assédio sexual sejam em número reduzidos.

Ao me debruçar sobre a literatura francesa (FOUGEYROLLAS, MATHIEU), bem como nos materiais *online* produzidos pelas organizações feministas que militam no combate às várias formas de violência praticadas contra as mulheres[181],

[180] De acordo com a enquete do IFOP, uma em cada cinco mulheres ativas (20%) enfrentou na França durante sua vida profissional, uma situação de assédio sexual, apenas 5% dos casos foram levados à justiça [tradução nossa].

[181] A exemplo do Collectif de Lute Anti-sexiste contre L´Harcèlement Sexuel dans l´Enseignement Supérieur CLASCHES - (Coletivo de Luta Anti-sexista contra o assédio sexual no Ensino Superior

constatei que o *harcèlement moral et sexuel* (assédio moral e sexual) que vitimam as mulheres nos espaços públicos, se constituem como parte integrante dos construtos epistemológicos acadêmico-feministas que versam sobre as violências exercidas pelos homens contra as mulheres, sendo portanto, compreendidas como violências sexistas, principalmente no caso do assédio sexual.

No intuito de fundamentar a incorporação pelo debate francês do *harcélement sexuel* e *moral* (assédio moral e sexual) como forma de violência praticadas às mulheres, destaco a Ênquete Nacional sobre Violência dirigida às Mulheres na França (ENVEFF)[182] [Tradução nossa], realizada em 2000, como pode ser visualizado nas tabelas 01 e 02 que se seguem:

TABLEAU 04(TABELA 04)

PROPORTION DE FEMMES AYANT DÉCLARÉ AVOIR SUBI DES VIOLENCES AU COURS DES 12 DERNIERS MOIS SELON L'ÂGE (EN %)
Proporção de mulheres que declararam ter sofrido violência nos últimos 12 meses por idade [Tradução nossa]

TYPE DE VIOLENCE (TIPO DE VIOLÊNCIA)	20-24 ans	25-34 ans	35-44 ans	45-59 ans	**Ensemble**
DANS L'ESPACE PUBLIC* (NOS ESPAÇOS	(n=717)	(n=1 934)	(n=2 122)	(n=2 197)	(n=6 970)

[Tradução nossa] que tem com um dos seus objetivos contribuir para abolir as violências contra as mulheres. (Disponível em: http://clasches.fr/. Acesso em: 12 dez. 2013) e AVFT.

[182] *L´enquête Enveff, commanditée par le Service des Droits des femmes et le Secrétariat d'État aux Droits des femmes. Coordonnée par l'Institut de démographie de l'université Paris I (IDUP), elle a été réalisée par une équipe pluridisciplinaire de chercheurs appartenant au CNRS, à l'INED, à l'INSERM et aux universités. L'enquête a été réalisée par téléphone de mars à juillet 2000, auprès d'un échantillon représentatif de 6 970 femmes âgées de 20 à 59 ans, résidant en métropole et vivant hors institutions. Afin d'établir une relation de confiance, les questions sur les actes de violence ne venaient qu'à l'issue d'un module recueillant des données contextuelles (caractéristiques familiales, économiques, sociales, résidentielles, etc.), des éléments biographiques et des informations sur l'état de santé. Le questionnaire a été conçu pour faire émerger progressivement les situations de violence et favoriser la remémoration d'événements parfois très anciens. La violence n'était jamais nommée, chaque module recueillant, pour les douze derniers mois, l'occurrence de faits non qualifiés de violents. L'enquête a aussi porté sur les violences les plus graves subies au cours de la vie. Dans les déclarations des enquêtées, des différences de sensibilité entre les générations et entre les groupes sociaux se manifestent notamment au sujet des violences psychologiques. Ainsi, d'après une étude qualitative réalisée auprès des enquêtrices, les répondantes avaient dans l'ensemble tendance à minimiser les situations vécues; les résultats montrent cependant que les femmes jeunes et les plus diplômées déclarent plus facilement ces faits. Parmi les femmes qui ont échappé à l'enquête, un groupe est certainement très touché par les phénomènes de violence quels qu'ils soient: les femmes hébergées en foyer et dans les centres d'accueil d'urgence ou sans domicile; l'évaluation maximale de leur nombre est de l'ordre de 14 000 à 15 000 pour la France métropolitaine. Les résultats présentés sont redressés par calage sur les données de l'enquête Emploi de l'Insee (1999) à partir des structures par âge, catégorie socioprofessionnelle, statut d'activité, état matrimonial et type de ménage des femmes résidant en France métropolitaine.*

PÚBLICOS)					
INSULTES ET MENACES VERBALES (INSULTOS E AMEAÇAS VERBAIS)	24,9	15,2	11,7	8,6	**13,2**
AGRESSIONS PHYSIQUES (AGRESSÕES FÍSICAS)	2,8	1,6	1,2	1,7	**1,7**
ÊTRE SUIVIE (SER SEGUIDA)	12,4	5,8	4	2,8	**5,2**
EXHIBITIONNISME (EXIBICIONISMO)	8,9	3,3	1,7	1,2	**2,9**
AVANCES ET AGRESSIONS SEXUELLES (AVANÇOS E AGRESSÕES SEXUAIS)	6,5	2,6	0,9	0,5	**1,9**
ÍNDICE GLOBAL DE HARCÈLEMENT SEXUEL (1) (INDICE GLOBAL DE ASSÉDIO SEXUAL)	21,9	9,9	5,9	3,9	**8,3**
AU TRAVAIL (NO TRABALHO)**	(N=335)	(N=1 409)	(N=1 596)	(N=1 408)	(N=4 748)
INSULTES ET MENACES VERBALES (INSULTOS E AMEAÇAS VERBAIS)	11,7	10,1	8,8	6,2	**8,5**
PRESSIONS PSYCHOLOGIQUES (PRESSÕES PSICOLÓGICAS)	20,2	18,6	15,2	15,7	**16,7**
– DONT HARCÈLEMENT MORAL (2) (COM ASSÉDIO MORAL)	*5,2*	*4,7*	*3,6*	*3,1*	***3,9***
DESTRUCTION DU TRAVAIL, DE L'OUTIL DE TRAVAIL (DESTRUIÇÃO DO TRABALHO, DA FERRAMENTA DE TRABALHO)	3,6	2,8	2,3	1,3	**2,2**
AGRESSIONS PHYSIQUES (AGRESSÕES FÍSICAS)	0,6	0,6	0,6	0,5	**0,6**
HARCÈLEMENT SEXUEL (ASSÉDIO SEXUAL)	4,3	2,8	1,9	0,7	**1,9**
VIOLENCES CONJUGALES* (VIOLÊNCIAS CONJUGAIS)	(N=464)	(N=1 707)	(N=1 872)	(N=1 865)	(N=5 908)
INSULTES ET MENACES VERBALES (INSULTOS E AMEAÇAS VERBAIS)	6,1	4,1	4,3	3,9	**4,3**
CHANTAGE AFFECTIF	2,7	1,4	2,3	1,6	**1,8**

(CHANTAGEM AFETIVA)					
PRESSIONS PSYCHOLOGIQUES (PRESSÕES PSICOLÓGICAS)	51,2	40,1	35,4	32,6	**37**
– DONT HARCÈLEMENT MORAL (3) (COM ASSÉDIO MORAL)	*12,1*	*8,3*	*7,5*	*6,5*	***7,7***
AGRESSIONS PHYSIQUES (AGRESSÕES FÍSICAS)	3,9	2,5	2,5	2,2	**2,5**
VIOLS ET AUTRES PRATIQUES SEXUELLES IMPOSÉES (ESTUPROS E OUTRAS PRÁTICAS SEXUAIS IMPOSTAS)	1,2	0,9	1	0,6	**0,9**
INDICE GLOBAL DE VIOLENCE CONJUGALE (4) (INDICE GLOBAL DE VIOLÊNCIA CONJUGAL)	15,3	11	10	8	**10**
(1) AVOIR, AU MOINS UNE FOIS, ÉTÉ SUIVIE OU EN PRÉSENCE D'UN EXHIBITIONNISTE, OU AVOIR SUBI DES AVANCES OU UNE AGRESSION SEXUELLE. [183] (2) PARMI LES TROIS COMPOSANTES DE CET INDICE (BRIMADES, CRITIQUES OU DÉNIGREMENT, MISE À L'ÉCART), L'UNE AU MOINS A UNE[184]					
CHAMP: * ENSEMBLE DES FEMMES DE 20 À 59 ANS; [185] ** FEMMES DE 20 À 59 ANS AYANT EXERCÉ UNE ACTIVITÉ PROFESSIONNELLE AU COURS DES 12 MOIS PRÉCÉDANT L'ENQUÊTE.[186] *** FEMMES DE 20 À 59 ANS AYANT EU UNE RELATION DE COUPLE AU COURS DES 12 MOIS PRÉCÉDANT L'ENQUÊTE[187]					
SOURCE: ENQUÊTE ENVEFF, 2000[188].					

Fonte: ENFEFF, 2000.

Tal enquete contou com uma amostra de aproximadamente 7.000 mulheres entrevistadas por telefone. A mesma indagava sobre a violência vivenciada nos últimos 12 meses e 8,5 % das mulheres entrevistadas relataram a violência no

[183] Ter, pelo menos uma vez, seguido ou estado na presença de um exibicionista, ou que tenha sido submetida a avanços ou agressão sexual.

[184] Dos três componentes deste índice (assédio moral, crítica ou difamação, arquivado), um ao menos existe?

[185] Campo: todas as mulheres de 20 a 59 anos.

[186] Mulheres com idade entre 20 e 59 que tinham uma atividade profissional durante os 12 meses anteriores à pesquisa.

[187] Mulheres com idade entre 20 e 59 que tinham um relacionamento durante os 12 meses anteriores a pesquisa.

[188] Fonte: Pesquisa ENVEFF, 2000.

trabalho, principalmente as agressões verbais, físicas e assédio de ordem sexual (são descritos por cerca de 2% das mulheres).

A Enquete Condições de Trabalho realizada em 2005 pela DARES[189] na França mostrou que, assim como em quase todos os países, que as trabalhadoras são mais expostas que os trabalhadores as agressões físicas e/ou verbais durante o seu trabalho, e elas estão em desvantagens e sujeitas a riscos psicossociais.

A pesquisa sobre levantamento da qualidade de vida e segurança de 2008 do *Institut National des Hautes Études de la Sécurité et de la Justice* (INHES) e do *Observatoire National de la Délinquance et des Réponses Pénales* (ONDRP), apontou que 2,2% das mulheres entrevistadas se disseram vítimas de estupro e que, em 47% dos casos esse fato ocorreu no local de trabalho. Cerca de 40% das mulheres apontaram que foram submetidas a carícias, beijos e outros gestos deslocados. Destes, 25%, foi cometido no local de trabalho.

Estatísticas publicadas pela *Association Européenne Contre les Violences Faites aux Femmes au Travail (*AVFT) (2000) mostraram que 14% das trabalhadoras são vítimas de estupro, 56% de agressão sexual e de assédio sexual, juntos 20% de assédio sexual e 10% de discriminação sexual no seu local de trabalho.

A referida associação observou que para 7,9% das mulheres, que responderam o questionário, as manifestações do assédio sexual, são divididas em eventos caracterizados como **não verbais** que se expressam sobre a forma de (aparência, exibicionismo, pornografia), **eventos físicos** 30,1% (esfregar, tocar, beijar, manifestações físicas) *e* agressões **verbais** 62% (convites, comentários, perguntas ou segredos sobre a vida sexual da vítima ou do agressor, as proposições sexuais, incitação à prostituição) [tradução nossa].

Todas essas expressões de assédio têm repercutido de forma muito mais danosa para as trabalhadoras do que possamos imaginar: no estresse, na dor ou no prazer no trabalho, Distúrbios Musculoesqueléticos Ocupacionais (DMO)[190]. Esse glossário de palavras está regularmente presente nos comentários de revistas, em debates na televisão, em seminários, confirmando a sua entrada no mundo íntimo de trabalho. Todos esses termos são por vezes subsumidos sob o genérico: a saúde

[189] *Direction de L'animation de la Recherche, des Études et des Statistiques*.

[190]Segundo o Dr. Sérgio Licoletti do Centro Brasileiro de Ortopedia Ocupacional (CBOO), os distúrbios musculoesqueléticos ocupacionais são compostos por uma série de desarranjos de natureza funcional e, mais raramente, por lesões verdadeiras dos tecidos que compõem as estruturas do sistema musculoesquelético.

no trabalho. Como expressou Dejours, (1987) passamos do registo de alienação, a exploração, “usuras mentais”[191]. Entretanto, aos poucos esse tema tem vindo à tona, principalmente a partir de uma onda de suicídio em multinacionais no ano de 2007, como nas montadoras Peugeot, Renault e FED (SALAH-EDDINE, 2008).

Destacamos ainda a definição acerca do assédio sexual como forma de violência contra a mulher do *Collectif de Lute Anti-sexiste contre L´Harcèlement Sexuel dans l´Enseignement Supérieur (CLASCHES)*, quando afirma, O assédio sexual é uma das facetas da dominação das mulheres pelos homens. Ela se constitui uma das formas de violência submetida pelas mulheres [Tradução nossa].[192]

Recentemente, na França foi realizada pelo *L´Institut Français d'Opinion Publique* (IFOP) a pedido do Défenseur des droits a pesquisa intitulada: Enquête sur le harcèlement sexuel au travail no período de 15 a 24 janeiro de 2014, abrangendo uma amostra de 1005 pessoas, representativa da população francesa com mais de 18 anos de idade e uma sub-amostra de 306 mulheres ativas em idade de 18 a 64 anos. A referida enquete constatou que em 3 casos sobre 10, as mulheres vítimas de assédio sexual declararam estar em situação de emprego precário no momento dos fatos. Acrescenta-se a isso, que a pesquisa constatou ainda, que a maioria das vítimas exercia seu emprego em um ambiente predominantemente masculino (35%). Inversamente, 86% das mulheres que trabalhavam em um ambiente majoritariamente composto por mulheres nunca foram assediadas, o que demonstra claramente que o assédio se constitui em violência sexista.

Na França, em 23 anos, a proporção de mulheres ativas vítimas de assédio sexual não diminuiu se compararmos aos dados coletados em 1991. À época, 19 % se declararam vítimas de assédio sexual. Hoje, são 20%, ou seja, uma em cada cinco. 75% das mulheres ativas que foram vítimas de assédio sexual no trabalho relataram que foram submetidas a gestos ou propostas de conotação sexual sem o seu consentimento.

A referida enquete constatou ainda, que 20% das mulheres afirmaram ter sido confrontadas com situação de assédio sexual no decorrer de sua vida profissional e

---

[191] Cristophe Dejours em sua obra A loucura do trabalho. Ed: Oboré, 1987. São Paulo.

[192] *“Le harcèlement sexuel est l'une des facettes de la domination de femmes par les hommes. Il constitue une des formes de violence subie par les femmes [...]*

igualmente (20%) dos franceses declararam conhecer ao menos uma pessoa que já tenha sofrido assédio sexual no ambiente laboral. Além dos gestos e propostas de conotação sexual, o ambiente de trabalho que tolera as “piadas” ou “brincadeiras ofensivas” de caráter sexual, a chantagem sexual, além das mensagens de caráter pornográfico, foram as manifestações mais reportadas na pesquisa. Com relação aos agressores, os mais identificados pelas mulheres foram os colegas, seguido do empregador ou superior hierárquico.

No Brasil, ao contrário da França, não existe nenhuma pesquisa realizada pelo governo que verse sobre o assédio sexual. Vale ressaltar que as duas pesquisas existentes foram realizadas pela Fundação Perseu Abramo (FPA). Contudo, tais pesquisas não foram específicas sobre a temática do assédio sexual, ao contrário das pesquisas realizadas na França. Apesar de apresentarem dados, mesmo que incipientes sobre assédio sexual contra mulheres no ambiente de trabalho. Este fato demonstra uma total desresponsabilização do governo brasileiro para com esta problemática.

Uma das pesquisas foi realizada em 2001 e, a mais recente, em agosto de 2010 em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC) intitulada – “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”. A referida pesquisa ouviu a opinião de 2.365 mulheres e 1.181 homens, com mais de 15 anos de idade, de 25 unidades da federação, cobrindo as áreas urbanas e rurais de todas as macrorregiões. Comparativamente à pesquisa realizada em 2001 na qual o percentual de vítimas era de 11%, na pesquisa de 2010 cerca de 7% das mulheres afirmaram que já tinham sofrido assédio sexual, o que demonstra uma pequena redução.

A definição de assédio moral pela Lei Francesa 2000-73 aprovada em 17 de janeiro de 2001, legisla sobre a modernização do trabalho, pautando-se nos seguintes termos:

> Nenhum trabalhador deve sofrer atos repetidos de assédio moral que tenha por objeto ou por efeito a degradação das condições de trabalho, suscetíveis de lesar os direitos e a dignidade do trabalhador, de alterar sua saúde física ou mental e comprometa o seu desempenho profissional. Nenhum trabalhador pode ser sancionado, licenciado ou ser objeto de medidas discriminatórias, diretas ou indiretas, em particular no modo da remuneração, da formação, da reclassificação, da qualificação e classificação de promoção profissional, de modificação ou renovação do contrato, por ter sofrido ou rejeitado de sofrer os comportamentos definidos

> no parágrafo precedente ou por haver testemunhado sobre referidos comportamentos (FELKER, 2007, p.190).

Note que os termos da lei francesa abrangem as várias dimensões que particularizam os direitos do (a) trabalhador (a) que, em decorrência do assédio moral, são frequentemente ameaçadas na sua condição material e, também, subjetiva.

Vale ressaltar que recorremos a essa lei especificamente por tratar-se do país que é o berço do feminismo e, consequentemente, onde as lutas por emancipação das mulheres, reivindicação e igualdade encontram-se mais consolidadas do ponto de vista dos direitos individuais.

Na França os dados do assédio moral não se diferem das demais realidades até aqui apontadas, os homens são majoritariamente mencionados como autores dos casos de assédio moral, tanto por vítimas do sexo masculino como por vítimas femininas. Esse caso encontrado em mais de três quartos das situações descritas: 77,6% se você incluir as pessoas que relataram ter sido vítimas de vários indivíduos do sexo diferente. A relação entre identidade de gênero da vítima e do agressor do assédio moral é estatisticamente confirmado.

A Lei francesa n° 2012-954, em seu art. 2, modificada em 6 agosto de 2012, sobre o assédio moral, o apresenta como: o fato de assediar outros por atos repetidos tendo como objetivo ou efeito uma deterioração das condições de trabalho, susceptível de prejudicar os seus direitos e sua dignidade, afetam a sua saúde física ou mental ou de comprometer seu futuro profissional é punido dois anos de prisão e uma multa de € 30.000 (artigo 222-33-2 do Código Penal).

Ainda segundo a lei francesa, se o crime foi cometido por um (a) empregado (a), também é passível de ação disciplinar (que pode incluir demissão por falta grave).

Segundo o *Comité D'hygiène, de Sécurité et des Conditions de Travail*[193] (CHSCT), os fatos de discriminação cometidos depois de um assédio moral são punidos com um ano de prisão e uma multa de 3.750 euros. A jurisdição pode legalmente ordenar, a título de pena complementar, a exibição de julgamento, em detrimento da pessoa condenada nos termos previstos do artigo 131-35 do Código

[193] Comité de Higiene, de Segurança e de Condições de Trabalho [Tradução nossa].

Penal e inserindo, integral ou em partes, nos jornais que isso significa. Estes custos não podem exceder o montante máximo do instituído[194].

Hirigoyen (2014) em seu livro "*Le Harcèlement Moral Au Travail?"* ou "O Assédio Moral no Trabalho, aponta que o mesmo se constitui, na nossa época, numa problemática a que estão confrontados todos os países industrializados,

> [...] sendo um processo complexo não originário e nem tampouco ligado a uma única causa, mas a diferentes fatores, psicológicos, sociológicos e gerencial que interagem e se reforçam uns nos outros. Ele encontra suas fontes nos moldes de organização do trabalho, esses desvios são reforçadas pela evolução das mentalidades da sociedade moderna e a mudança que ela implica nas pessoas" [Tradução nossa][195]

Ainda segundo a referida autora, o *Bureau International du Travail* (BIT) define a violência no trabalho como: "Todo incidente ou todo comportamento que se desvia de uma atitude razoável quando uma pessoa é agredida, ameaçada, machucada durante o tempo do trabalho".

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisa e de Seguridade (INRS), todos os países europeus serão confrontados a um aumento das violências no trabalho. Na França, a pesquisa *Surveillance Médicale des Expositions aux Risques Professionnels* (SUMER)[196] foi realizada em 1994, 2003 e 2010 respectivamente. A pesquisa de 2009 e 2010 mobilizou 2400 médicos do trabalho que intrevistaram 48.000 trabalhadores do setor privado, de hospitais públicos, uma parte de funções públicas do Estado e dos coletivos territoriais, representando 22 milhões de funcionários.

No que se refere ao assédio moral por gênero, em nível internacional a maioria das pesquisas apontam que frequentemente as mulheres são as principais

---

[194] *Les faits de harcèlement moral sont punis de deux ans d'emprisonnement et de 30 000 € d'amende (article 222-33-2 du code pénal). Si les faits ont été commis par un salarié, celui-ci est, en outre, passible d'une sanction disciplinaire (qui peut aller jusqu'au licenciement pour faute grave). Les faits de discriminations commis à la suite d'un harcèlement moral sont punis d'un an d'emprisonnement et d'une amende de 3 750 €. La juridiction peut également ordonner, à titre de peine complémentaire, l'affichage du jugement aux frais de la personne condamnée dans les conditions prévues à l'article 131-35 du Code Pénal et son insertion, intégrale ou par extraits, dans les journaux qu'elle désigne. Ces frais ne peuvent excéder le montant maximum de l'amende encourue*.

[195] [...] *Est un process complexe dont l'origine n'est pas liée à une unique cause mais à différents facteurs, psychologiques, sociologiques et managériaux qui interagissent et se renforcent les uns les outres. S'il trouve sa source dans les modes d'organisation du travaill, ces derives sont reforcées par l'évolution des mentalities dans la société modern et le changement que cela implique au niveau des personnes* (HIRIGOYEN, p.05, 2014).

[196] Vigilância médica aos riscos de exposições profissionais [Tradução nossa].

vítimas. Alguns homens, especialmente nos países latinos, ainda expressam comportamentos e atitudes extremamente machistas em relação às mulheres também no contexto do trabalho.

Os primeiros estudos desenvolvidos nos países escandinavos mostraram uma ampla proporção de assédio moral entre as mulheres, na Suécia, em 1996, Leymann apontou que 55% de mulheres contra 45% dos homens eram vitimizadas pelo assédio moral. Na Noruega, igualmente em 1996, os dados mostraram a incidência de 55,6% das mulheres contra 43,9% dos homens.

Nos Estados Unidos, segundo o *Workplace Bullying Institute* as mulheres são majoritariamente as vítimas do assédio moral, mas o mesmo estudo aponta que em 40% dos assédios são praticados pelas mulheres e em 70% dos casos são contra outras mulheres (HIRIGOYEN, 2014).

Assim como nos países anteriormente apontados uma pesquisa aplicada no Quebec denominada EQCOTESST, apontou que as mulheres estão entre os (as) trabalhadores (as) mais susceptíveis de ser alvo de assédio psicológico: 19% das mulheres e 14% dos homens, realidade esta confirmada pelo quinto inquérito europeu sobre as condições de trabalho realizadas em 2010, para as trabalhadoras (9%) e os trabalhadores (7%).

Na França, em levantamento da SAMOTRACE[197], mostrou que 16% das mulheres relatam ter experiências de ameaças e/ou humilhação, contra 11,6% dos homens. No entanto, as mulheres que sofrem violência no trabalho sentem duas vezes mais mal estar do que outros e o sofrimento mental afeta mais as mulheres do que os homens (37% das mulheres contra 24% dos homens)[198]. (HIRIGOYEN, 2014).

Outro aspecto ressaltado pela referida autora é em relação aos estudos internacionais que, raramente, discutem a relação do assédio moral com o assédio sexual. Este último tanto causa vergonha nas vítimas como ainda é muito dificil de ser provado. Além disso, quando uma mulher resiste a assédio sexual, muitas vezes, acontece que o assediador revida passando a praticar o assédio moral. Outra

[197] *Santé Mentale ObservatoireTravail Rhône Alpes Centre*.
[198] En france, dans l'enquete samotrace, 16% des femmes interrogées déclarent avoir subi des menaces ou des humiliations, contre 11,6% des hommes. Or, les femmes subissant de la violence au travail sont deux fois plus en mal-être que les autres et la souffrance mentale affecte plus les femmes que les hommes (37% des femmes contre 24% des hommes interrogés).

característica bastante comum entre as vítimas em todos os lugares analisados é a invisibilização do assédio sexual e a denúncia somente do assédio moral[199].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui a viagem da palavra percorreu lugares pretéritos e caminhou por trilhas labirínticas, subiu e desceu pontes, atravessou rios e oceanos, fugiu de perigos escondidos por entre densas horas de silêncio e apatia. Saltou montanhas mais altas que suas asas podiam alcançar, teve medo do finito e do infinito, do prazer e da dor. Lançou-se em busca da finitude e do recomeço a cada nova e desafiadora descoberta.

[199] *Ce qui n'est jamais analysé dans les études internationales, c'est la proportion de plaines pour harcélement moral en raison de faits qui relévent clairement du harcélement sexuel, trop honteux ou trop difficile à prouver. De plus, quand une femme résiste à du harcélement sexuel, il arrive fréquemment que le harceleur se venge et pratique du harcélement moral. la victime dénonce alors bien souvent le harcélement moral seulement. En france, un arrêt du 28 mai 2013 est venu souligner cette réalité: la Cour de cassation a rappelé que, dans le cas d'agressions sexuelles "déguissés" en harcélement moral, les juridictions ont le devoir de restituer aux faits leur exacte qualification* (HIRIGOYEN, 2014).

Se alcançou seu objetivo? Não sei, penso que ela se deparou com descobertas capazes de mostrar que tudo é contínuamente começo e recomeço; idas e vindas, partidas e chegadas a lugares que estão, sempre ou quase sempre, dispostos a serem desvendados.

Esse trabalho teve o privilégio de ser elaborado nas três cidades que representaram ou representam muito na minha vida. Do ponto de vista do tempo, não houve uma linearidade, tentarei fazer isso aqui muito mais no intuito de situar a mim e aos(as) leitores(as). Lembro-me dos seus traços iniciais, que hoje me parece tão longe, tanto temporalmente, quanto teoricamente. Sob o acolhedor Edifício Master de Copacabana de tantas histórias, rabisquei os primeiros contornos desse desenho. Tempos de descobertas, na sua maioria positivas: descobertas para mim, pois elas já estavam lá: a boemia, a correria dos corpos suados e malhados que enfeitam a paisagem e encantam estrangeiros (as), que como eu, desejaram nascer e morrer em Copacabana. Das suas contradições expostas pelas ruas e calçadas cruzadas pelos (as) “gringos (as)”, cariocas, nordestinos (as), identificados (as) e com “postos” bem definidos na sua composição. Jovens senhoras e seus melhores companheiros acordam a “Copa” que não dorme, da janela o vai e vem frenético se intensifica assim como o calor que emana do sol que bronzeia os corpos entregues pela noite. Passado alguns meses...

Os traços se firmam, modifica a janela, transforma a paisagem, do colorido frenesi, estampa-se a alguns metros a enseada de Botafogo, deparo-me com uma calma quebrada apenas por pequenos saguis que nos visitavam quase que diariamente, o canto dos resistentes pássaros, e do galo carioca, que não tinha hora definida para cantar.

As formas se fixam intercalada às idas e vindas da cidade que escolhi para viver/estudar, que ainda guarda um pouco dos encantos das cidades do interior, a flamejante Mossoró que atualmente já sentimos com saudosismo, a falta das cadeiras nas calçadas, o bom dia do (a) vizinho, a xícara de café compartilhada, o caminhar despreocupado pelas ruas de outrora. A terra que se orgulha de ter expulsado o bando de Lampião, está perdendo a batalha para a violência urbana. Instaura-se o medo onde ainda havia reciprocidade e assim como as características dos grandes centros urbanos, por aqui vivencia-se as práticas mais rudimentares de convivência - a Lei de Talião.

Atualmente, conhecida como a “Capital do Oeste Potiguar”, destaca-se como um reduto cultural; pelo teatro de rua; pelas festas juninas, pela resistência histórica marcada pelo Motim das Mulheres, pelo primeiro voto feminino no país. Referência das águas termais, do sal e do petróleo em terra e do poeta de cordel Antônio Francisco, cortada pelo rio Mossoró que morre uma morte silenciosa.

O RIO DE MOSSORÓ E AS LÁGRIMAS QUE EU DERRAMEI

Se é bom fazer visitas
Melhor é ser visitado
Domingo eu fui ver o rio
Que dei o primeiro nado
E vi coberto de lixo
Quem me banhou no passado.

Voltei a fita do tempo
E me vi banhando nele
E vendo como ele estava
Chorei olhando pra ele
Tentando com minhas lágrimas
Enxugar os prantos dele.

Voltei para casa tristonho
No outro dia eu voltei
E por trás do véu de oléo
No lugar onde chorei
Tinha uma tilápia lambendo
As lágrimas que eu derramei.

ANTÔNIO FRANCISCO

Pelo velho mundo, sob o céu de Paris sentei para desenhar a tela sobre a qual deposito as impressões e apreensões com que me deparei na “Cidade do amor”, dos amores, dos amantes, que deixam registrados e por vezes fechados em cadeados[200] a promessa do “amor eterno”.

Num desfile cotidiano, vestidos brancos cortam as ruas e avenidas num balé mágico do vento contra o véu, ao lado um noivo com caras e bocas posa para fotos

[200] Na cidade existe uma ponte chamada ponte do Amor, sobre o rio Sena. Mas, ela não é só apenas uma ponte onde casais apaixonados namoram, existe algo a mais. Toda a extensão da grade da ponte é coberta por cadeados. Segundo a tradição os casais que colocarem o cadeado ali, fechado, na grade da ponte e jogarem a chave no rio permanecem unidos para sempre. Mas ao que parece o amor tem sido tão “intenso” ou a vontade de prender o amor é tão grande que recentemente uma das grades caiu com o peso dos cadeados.

devidamente registradas por inúmeros fotógrafos (as) que os acompanham num vai-e-vem pela magia que emana em cada canto, desvendados por olhares treinados e câmeras cada vez mais avançadas. Bocas e línguas se buscam num desejo ardente de promessas expressas em inúmeros idiomas.

Ah! O céu de Paris iluminado pelo encantamento, pela beleza, pelo romantismo, pela magia devidamente vendida e comprada como a expressão máxima da realização do amor romântico. Ao que parece amar em Paris é sempre mais amor.

Olhares estão sempre para o alto, registrando os mínimos detalhes que encanta e apaixona gente do mundo inteiro. Do alto da torre Eiffel, da Torre da Notre Dame, do Arco do Triunfo e de Montparnasse milhares de pessoas se acotovelam em busca de um melhor ângulo para registrar a bela arquitetura da cidade. Filas se estendem por todos os lugares, ônibus com turistas cruzam as ruas num frenético bailar de cores.

Cá em baixo, sem o “melhor ângulo ou a luz perfeita”, ou o melhor enquadramento, mulheres e homens se curvam, elas deitadas sobre o corpo geralmente com um pequeno copo de papel a sua frente ecoando um lamento triste, ao lado um pequeno pedaço de papelão com a frase: “*J'ai faim*" (Eu tenho fome). Eles com copos semelhantes, geralmente afagando o pêlo do cão, esperam que alguns (as) menos apressados (as) lancem algumas moedas. Contudo, como todos (as) olham para cima, poucos se voltam para vê-los (as), correm cada vez mais rápidos pelos túneis do metrô, sem incomodar os sem-teto que dormem em pequenos espacos que encontram dentro das engrenagens de ferro frio.

Por entre as veias subterrâneas turistas e trabalhadores(as) seguem apressados (as) num frenesi interminável rumo a distintos destinos, muitas palavras línguas, idiomas, cores, cheiros, som, música, instrumentos, passos, são a trilha sonora que compõe esse cenário que tem pressa, mas que por inúmeras vezes parou diante da finitude da morte que marca historicamente os trilhos obscuros do suicídio nos metrôs.

Como o amor também tem suas agruras, num rápido caminhar com olhos um pouco abaixo da linha do horizonte somos capazes de ver o desamor brotando nas suas mais desprezíveis formas: a exploração, o preconceito, a intolerância, o abandono e a fome. Obviamente, isso não é uma prerrogativa apenas de Paris, pois

estamos todos presos sem cadeados ao sistema capitalista e esse como apontou Jonh Hollaway é a síntese do “antiamor”.

Vivendo sob o céu de Paris se vê *La vie en rose*, mas também em preto, amarelo, branco, de desigualdades latentes, de gente pobre, de imigrantes, dos (as) *sans papiers* (“ilegais”), dos (as) “perigosos” dos banlieus, dos (as) negros (as) e marroquinos (as) que carregam os souvenirs que tanto encantam os (as) turistas do mundo todo.

Sob o céu de Paris nos deparamos rapidamente com a xenofobia com políticas cada vez mais duras, reacionárias e discriminatórias contra os (as) imigrantes, seja contra os (as) originários (as) de países europeus, das ex-colônias franceses (povos do Magreb e de ultramar) ou de fora da Europa. Como o caso da jovem estudante cigana de 15 anos Leonarda Dibranni, que as autoridades francesas, apoiadas pelo Governo dito “socialista” de François Hollande, mandaram prender. A mesma estava vivendo na França com a mãe e cinco irmãos, depois de terem fugido do Kosovo para escapar à perseguição aos ciganos que existe naquele país.

Esse não é um caso isolado, e as marcas da xenofobia têm atualmente mostrado suas mais contundentes expressões contra os imigrantes e seus (as) filhos (as) que veem cotidianamente seus direitos civis sendo ameaçados com a ascensão de grupos políticos conservadores de ultradireita. A fúria contra os que não são considerados franceses tem sido o centro do debate político encabeçado por *Jean Marie Le Pen*, o presidente de honra do partido ultraconservador da Frente Nacional, que inclusive recentemente fez um discurso contra a seleção francesa de futebol convocada para a Copa do Mundo do Brasil, já que muitos de seus jogadores não nasceram na França, mas foram naturalizados neste país.

Assim, a cidade das luzes, do amor, dos sonhos dos enamorados, expõe os paradoxos do nosso tempo: a negação da multiculturalidade, numa cidade cosmopolita. Apesar de essa ser a realidade de inúmeras cidades mundo afora, a falta de dinheiro para muitos e o esbanjamento para tantos que consomem as marcas do mundo do *glamour* e da moda, a venda de futilidades lá a mim soa mais contundente.

Esse emaranhado que compõe a bela e encantadora Paris, de luzes que ilumina a muitos, também me iluminou por dias frios, noites longas, madrugadas solitárias, cujo horizonte me fazia deparar com outras inúmeras janelas dos (as)

solitários (as), das insônias, dos choros, dos viajantes, dos (as) trabalhadores (as) que sob o céu de Paris agora fecha as cortinas, para mais um dia que começa.

E sob esse céu da “Cidade luz” de telhados cinzas com seus dias longos na sua maioria nublados, rabisquei palavras em meio ao medo do novo, as inquietações pelas descobertas, do aprendizado diário, das inúmeras janelas e portas que se abriram e fecharam, dos desafios constantes, prazerosos e outros nem tanto, mas que me fizeram desvendar um universo muito maior e mais complexo do que minhas rasas aproximações. Buscar inspiração aqui é tão fácil quanto perdê-la em meio a sensações difusas como: fantasia e realidade, descobertas e perdas, tristezas e alegrias, saudade e aconchego, revolta e resignação todas essas impressões formaram parte do solo que sob o céu de Paris pude desenhar algumas composições deste trabalho que apresentei como tese de doutoramento.

A opção metodológica de iniciar essa tese a partir das discussões que perpassam a categoria trabalho, dentre outros aspectos, foi no intuito de desvelar a condição *sine qua non* dessa atividade bem como sua atualidade do ponto de vista da práxis consciente e transformadora que o cerca, bem como de suas contradições em meio a alienação e ao fetichismo.

Entretanto, quando falamos em trabalho feminino o caminho para alcançar tais elementos são geralmente mais tortuosos e permeados por exploração, opressão e dupla e às vezes triplas jornadas de trabalho. Ou como aponta Costa (2014, p.08) “uma jornada que nunca termina, regulada por obrigações inescapáveis, mulheres divididas entre a aspereza do cotidiano onde os serviços da casa e o serviço fora disputam sua dedicação e o anseio por tempo livre”.

Assim, milhares de mulheres padecem com trabalhos precarizados, instáveis, temporários, terceirizados, subcontratados, informais, sem acesso aos direitos. Presenciam o desmoronamento dos trabalhos regulados e estáveis presentes no século XX tendo que adaptarem-se a essa nova configuração, articulada também pelas formas de empreendedorismo, cooperativismo e o tão proclamado trabalho voluntário cuja consequência direta é a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

Essas foram características com que nos deparamos ao adentrar no universo das nossas interlocutoras, apesar da maioria ter ganhos de um salário mínimo, encontramos jovens trabalhadoras com histórias de exploração do trabalho,

expressas na forma da remuneração dos serviços, em alguns casos, com ganhos inferiores a meio salário mínino por jornada de trabalho de 44 horas semanais, sem nenhum tipo de direito trabalhista.

Todavia, há uma aparente resignação em torno dessa realidade advinda, sobretudo, da falta de oportunidade de trabalho, especialmente, nas pequenas cidades do interior. Esse parece ser o preço a ser pago para quem não está dedicada integralmente ao trabalho doméstico, ou seja, exercer uma atividade, mesmo que mal remunerada, é a única forma que muitas mulheres encontram de ter acesso a algum dinheiro. E o comércio é sem dúvida um dos grandes setores que absorvem essa mão de obra, “contratam” a princípio para ser vendedoras, mas as atividades geralmente se extendem para babás, faxineiras, caixas, secretárias, etc.

As interlocutoras admitem e ressaltam essas diferenças de gênero presentes no âmbito do trabalho, acreditam que homens e mulheres estão aptos a desenvolverem atividades semelhantes, e as mulheres, podendo ser até melhores em alguns aspectos. Contudo, elas mesmas buscam forjar as explicações construídas social e culturalmente para justificar que os homens não “sabem” fazer determinadas atividades tidas como femininas, ou não o fazem para não “fugir” do papel tradicional de gênero que lhe é atribuído.

Essa explicação, por mais que nos pareça a-política, é o que permeia a realidade concreta de parte da sociedade. Uma pesquisa desenvolvida por professores (as) pela *Rotman School of Management*, da Universidade de *Toronto* no Canadá em 2013, por exemplo, apontou que, os homens que passam mais tempo em casa cuidando dos (as) filhos (as), lavando louça, ou cozinhando são potenciais vítimas de assédio moral no trabalho. A explicação para esse fato (se é que ela existe) é que ele sai do papel tradicional de gênero no ambiente familiar e isso significa menos prestígio no espaço de trabalho. Vale destacar que isso vale tanto para os homens quanto para as mulheres.

O que impressiona na pesquisa é a intervenção do público no espaço privado da vida dos (as) trabalhadores (as) e como esse espaço passa a ter mais influência no tratamento dispensado no trabalho do que a forma de execução das atividades profissionais (PATI, 2014).

Infelizmente, a ruptura com essa perspectiva pragmática de pensar os papeis de gênero no trabalho produtivo e/ou reprodutivo ainda demanda intervenções dos poderes públicos, dos movimentos feministas e dos sujeitos individuais que lutam

por uma sociedade livre de dominação e opressão. Enquanto isso, a maioria dos interessados em que essa realidade permaneça inalterada seguem plantando nos “corações e mentes”, a ideia arcaica de que os homens são os provedores financeiros da família e que as mulheres são as mantenedoras do bem-estar do lar.

Um dado curioso que apareceu na fala das interlocutoras é que não adianta argumentar acerca da extensiva jornada de trabalho, pois isso, segundo elas, é constantemente minimizado tanto pelos patrões, quanto pelos companheiros de trabalho e da vida. Sob a prerrogativa que o fato de ter “optado” por trabalhar fora as descredenciasse de qualquer tipo de questionamento, uma vez que poderia está “somente em casa”, cuidando dos afazeres domésticos.

Como observado nessa tese a divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como o eixo fundante das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Tais aspectos são materializados a partir do apartamento entre espaço/tempo do trabalho **produtivo e reprodutivo** se perpetrado no processo de construção da vida social nos interstícios do capitalismo a partir do qual se materializa a divisão sexual do trabalho, elemento fundamental na constituição das relações sociais de gênero.

Kergoat e Hirata (2007) esclarecem que:

> [...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (p.596).

Desse modo, a importância dessa categoria neste estudo se dá fundamentalmente como norteador das discussões que analisam as desigualdades no mundo produtivo e reprodutivo que a categoria divisão sexual do trabalho difundidas mundialmente há mais de trinta anos pelas feministas materialistas francesas marca profundamente as análises.

Neste sentido, ressalta, Kergoat e Hirata (2007) que:

> a apropriação das mulheres, é fato de que é sua materialidade em bloco que é de propriedade, está tão profundamente admitida que ela não nota. De um ponto de vista ideológico, a saber, desde o ponto de vista das consequências mentais (ou da face mental) de um fato material, a sujeição dos servos com a terra e a sujeição das mulheres aos homens são parte comparável. A dependência dos servos parecia naquela altura como

> "inevitável", como "natural", tão pouco devia ser questionada, como a atual dependência das mulheres aos homens (p.45)[201].

Comprendo que a dificuldade de acesso à informação, *a priori*, se configura como um dos limites para que as trabalhadoras se incorporem das questões que perpassam a problemática do assédio moral e do assedio sexual. Isto a meu ver tem a ver sido um empecilho para com a terminologia relativamente nova, ainda difícil de ser compreendida. Além do que, falta uma política de conscientização, para que esses atos, aparentemente inofensivos, possam ser identificados e, consequentemente, punidos.

É imprescindível e urgente que os (as) trabalhadores (as) se utilizem dessa importante ferramenta que é a informação, para todos os aspectos que perpassam o trabalho. No caso específico do assédio moral e do assédio sexual, identificá-lo significa a primeira forma de resistência, pois é a partir daí que o (a) trabalhador (a) poderá recolher provas capazes de se contrapor ao (a) assediador (a) ou acionar a justiça do trabalho a fim de ajuizar uma ação em busca de reparação do dano material e/ou moral.

Falquet (2011) lembra que: Mathieu indicava que as mulheres comumente "não têm acesso às mesmas informações sobre a "sua" cultura que os homens, seja no acesso à alfabetização, à educação científica ou sexual, ou aos conhecimentos religiosos, Filosóficos ou esotéricos" (p.12) [Tradução Maíra Kubik Mano].

Entretanto, o comum nesses casos e também para as minhas interlocutoras é minimizá-los, colocá-los no caldo das relações ditas "normais" do trabalho, e quando é extrapolado o limite do "tolerável", a maioria se cala, sofre por muito tempo, até não aguentar e pedir demissão. Isso não significa que elas irão denunciar como apontaram no decorrer do trabalho, pois se o fizerem serão perseguidas e, provavelmente não encontrarão mais oportunidades de trabalho na cidade. Ou seja, serão duplamente vitimizadas.

Em relação às formas mais comuns de assédio vivenciadas/presenciadas pelas interlocutoras no caso do assédio moral, estão: as violências verbais; as

[201] La apropiación de las mujeres, el hecho de que sea su materialidade en bloque la que es poseída, está tan profundamente admitido que no se nota. Desde un punto de vista ideológico, es decir desde el punto de vista de las consecuencias mentales (o de la cara mental) de un hecho material, la sujeción de los siervos a la tierra y la sujeción de las mujeres a los hombres, son en parte comparables. La dependencia de los siervos a la tierra parecía en aquel entonces tan "inevitable", tan "natural", debía ser tan poco cuestionada, como la actual dependencia de las mujeres a los hombres.

críticas em público; ser ignorada na frente dos outros e as trocas de turno de trabalho sem aviso prévio.

No que diz respeito ao assédio sexual as cantadas e insinuações, que algumas vivenciaram de forma mais sutil, outras, no entanto, ouviram de forma mais explicita com gestos e por intermédio de envio de bilhetes com conotações sexuais.

Hirata (2010) apresenta a análise dos resultados da pesquisa SUMER[202], realizada na França em 2002 por Jennifer Bué quando a mesma apontou que as trabalhadoras declaram mais que os trabalhadores estar sujeitas às violências verbais e físicas, assim como é mais intensa a frequência desse tipo de agressão quando se trata de mulheres. São prioritariamente objeto de “insultos”, também as mais “ignoradas” bem como, impedidas de se expressar e as principais vitimizadas pela ridicularização em público.

Mesmo com todas as dificuldades em caracterizar as violências sexistas vivenciadas no âmbito do trabalho como assédio moral ou assédio sexual, as interlocutoras foram unânimes em apontar que um espaço de trabalho permeado por esse tipo de violência interfere de modo negativo em suas vidas. As que vivenciaram o assédio narram, do ponto de vista psicológico, transtornos diversos tais como: ansiedade, taquicardia, insônia, estresse e no âmbito físico, dores de cabeça, dores de estômago, insônia, etc.

A legislação brasileira caracteriza o assédio sexual, como tendo natureza vertical descendente, que sempre ocorrerá de um superior em relação a um subordinado. A meu ver isso é um equívoco, pois invisibiliza a dimensão das desigualdades patriarcais de gênero presentes nas relações de trabalho entre colegas de mesmo nível hierárquico, pois essa é uma relação de poder bastante acionada nesses espaços. Portanto, ele também está presente nas relações horizontais, sendo que a hierarquia presente que respalda ao assediador é sua condição de “macho”.

Entendo que o assédio sexual contra mulheres na esfera do trabalho se constitui em mais uma expressão da precarização do trabalho considerado feminino ou como nomeia (FALQUET, 2012) do “trabalho desvalorizado”, fenômeno que resulta da conjunção do aumento do trabalho em tempo parcial, com o aumento de

[202] *Surveillance Médicate des Expositions aux Risques Professionnels.*

postos de trabalho desvalorizados, principalmente para as mulheres, pobres, negras e imigrantes.

A forma com que me deparei com os trabalhos desenvolvidos pelas interlocutoras mostra que tanto o assédio moral, quanto o assédio sexual é uma realidade bastante presente e intensifica a precarização do trabalho das mesmas principalmente na sua dimensão subjetiva, afetado pela violência expressa, na maioria das vezes, de forma verbal, mas que deixam marcas profundas, principalmente quando praticada na frente dos clientes, ou dos (as) demais funcionários (as).

Como essa realidade acompanha inúmeras mulheres ao redor do mundo, não é preciso que o assédio moral e o assédio sexual se efetivem concretamente para gerar o sentimento de terror, ou como nomeia HIRIGOYEN [...] “psicoterror”, expresso no medo de perder o emprego, de sofrer violência sexual, de sofrerem constrangimentos no trabalho, bem como de todos os elementos que essa violência sexista produz entre as trabalhadoras.

Conforme apontei no decorrer desta tese, optei teoricamente pela utilização da terminologia relações patriarcais de gênero, pois, não vejo grandes prejuízos, nessa escolha uma vez que faço uso da categoria gênero articulada ao patriarcado que demarca e nomeia as relações de exploração e dominação dos homens sobre as mulheres. O que por si só já deixa evidenciado o antagonismo social correspondente a tais relações.

No que se refere a pensar o sujeito político coletivo, reconhecidamente os movimentos feministas no mundo e no Brasil, passaram por inúmeras transformações nas últimas décadas. Acrescenta-se a isso os rumores que pregaram o fim do feminismo e/ou dos anúncios de uma era pós-feminista. Felizmente, o feminismo segue como um movimento social essencial na luta pela efetivação dos direitos das mulheres, com afirmação da identidade feminina, das diferenças que lhes são inerentes, visando o reconhecimento da diversidade humana e o respeito à liberdade das mulheres. Com antigos e novos desafios em diferentes conjunturas se retroalimentando da realidade cada vez mais permeada pelas multiplicidades de posições que se estabeleceram em torno do mesmo.

Nesse momento, o feminismo é confrontado a desenvolver ações táticas e estratégias, no sentido amplo do termo, em prol de melhores condições de vida das

mulheres, contra a violência doméstica, familiar e sexista, anti-imperialismo, antirracismos e anti-heterossexismo cada vez mais presentes nas sociedades.

O feminismo, como sujeito político, é constantemente confrontado a pensar as expressões que o cercam, buscando mobilizar-se na crítica radical dos elementos que estruturam o sistema capitalista-patriarcal. Para tanto, revisa e revisita suas perspectivas, suas formas de aliança, suas estratégias de luta frente às instituições como Estado, família e a igreja principais elaboradores e reprodutores de valores, preconceitos e comportamentos baseados nas diferenças biológicas entre os sexos. Assim como as novas configurações de luta, as bandeiras sobre as quais os mesmos direcionam suas forças, os desafios a serem superados, dentre outras.

Aqui analisei particularmente a forma como os movimentos feministas no Brasil e na França, tem se posicionado e se organizado [ou não] frente à questão do assédio moral e assédio sexual contra as mulheres no espaço de trabalho. No caso brasileiro, esse posicionamente ainda se dá de modo incipiente, voltado de fora para dentro, ou seja, com debates centrados no assédio sexual e moral no espaço público como uma violação dos direitos da mulher, norteados por uma discussão jurídico-legal acerca da isonomia no trabalho, diferente do que ocorre na França, por exemplo, onde se dá uma articulação mais consolidada do ponto de vista das ações, mobilizações, pesquisas acadêmicas, denúncias, além de acompanhamento social, psicológico e jurídico às vítimas por parte de ONGs feministas e entidades autônomas destinadas à prevenção e combate a este fenômeno.

Nossa formação histórica e cultural demonstra as razões que ainda motivam homens a acreditarem ter poder sexual sobre as trabalhadoras. Os avanços legais são consideráveis, mas para que as propostas se efetivem, é necessário repensar a cultura machista e patriarcal para que as mulheres possam ter autonomia, pois somente dessa forma superaremos a “servidão sexual” a qual somos submetidas e conquistaremos o respeito que deve ser intrínseco a nossa dignidade.

Acredito que tais mudanças só serão possíveis mediante a organização e luta autônoma das mulheres para fazer frente à mundialização neoliberal que impõe ao conjuntos dos trabalhadores, e de modo mais acentuado, às trabalhadoras, situações de precariedade social crescentes, a exemplo do assédio sexual e moral.

As consequências do assédio sexual e moral na vida das trabalhadoras são imensuráveis, tanto pelo constrangimento direto entre assediante e assediada,

quanto pelo medo da perda da atividade empregatícia, dentre outros aspectos já abordados ao longo deste trabalho.

As mulheres que vivenciam situações de violência na esfera laboral muitas vezes não conseguem ajuda necessária, pois os poderes públicos não dispõem de serviços de prevenção e combate a tal problemática, agravando o quadro de isolamento e submissão das trabalhadoras aos (as) empregadores (as).

O enfrentamento a essas violações pressupõe, no meu entender, um movimento ampliado de contestação das condições de degradação humana impostas pelo capitalismo e ao mesmo tempo enfrentar as nefastas consequências do patriarcado, do racismo e da opressão sofridas pelas mulheres, construídos e legitimados historicamente, mas que são passíveis de serem desconstruídos e transformados, exigindo organização coletiva para tal.

Todavia, são necessárias ações que deem visibilidade a essas práticas perversas e discriminatórias, bem como medidas mais concretas do Estado e das empresas que tenham como perspectiva proteger a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Principalmente no Brasil, e mais especificamente em regiões como o Nordeste ainda atravessado fortemente por preceitos machistas de opressão e dominação de gênero tanto nos espaços públicos como nos privados.

Neste sentido, qualquer esforço de prevenção/intervenção não pode deixar de levar em conta a natureza genrada do assédio sexual e moral, o qual se constituem numa das formas mais perniciosas de violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Carneiro de. RIBEIRO, Nelson Rosas. Rotação do capital: uma contra-tendência à queda da taxa de lucro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONÔMIA POLÍTICA, 15, UFMA, 2010.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório -** O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. São Paulo, 2010.

_____. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. São Paulo, Educ. Soc. Campinas, 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 25 de agosto de 2013.

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In: **dicionário crítico do feminismo**. (Org.) HIRATA, Helena. [*et al*]. São Paulo, UNESP, 2009.

AMAZARRAY, Mayte Raya. **Violência psicológica e assédio moral no trabalho enquanto expressões de estratégias de gestão**. Tese de doutorado, Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

_____.(Org). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O caracol e a concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org) **a riqueza e a miséria do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 9ª edição, 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordeste: que nordeste? In: **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro**- Heranças e Urgências, Recife, 2000.

_____. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. É possível pensar em um projeto de desenvolvimento para a região, considerando os novos padrões mundiais e nacionais. In: **Seminário "O Novo Nordeste e o Brasil**" promovido pela Fundação Perseu Abramo, Teresina, 2008.

_____**.** Desenvolvimento Regional Brasileiro Recente**. 40 Anos da Federação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 2013.**

ARISTOTELINA, Pereira Rocha. LACERDA, José Lacerda. RÊGO, Giovanni Sérgio. **História da Industrialização do Rio Grande do Norte** – Uma indústria de resistência. CNI/FIERN, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. **Cadernos de crítica feminista**. Recife, SOS CORPO, Ano V, nº4, 2011.

BARRETO, Margarida. **Violência, saúde e trabalho:** uma jornada de humilhações. EDUC, Editora da PUC, São Paulo, 2003.

_____. Margarida. **Assédio moral**: trabalho, doenças e morte. Seminário Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho. São Paulo, Fundacentro, 2013.

BARTELD, David Danilo. **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político** (org). Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll, 2013.

BARROS, Alice Monteiro. Assédio Sexual no Direito do Trabalho Comparado. **Revista LTr**, v. 62, n. 11, 1998.

_____. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

BASTOS, F. I. **A feminização da epidemia de aids no Brasil**: determinantes estruturais e alternativas de enfrentamento. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; (Coleção ABIA: Saúde Sexual e Reprodutiva). 2001

BRÍCIO. Vilma Nonato de. Conversações sobre gênero, sexualidade, teoria queer e educação: entrevista com Guacira Lopes louro**.** In: **Artifícios, Revista do Difere**, UFPA, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em Contra-Reforma***:* desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Capitalismo em crise:** Política Social e Direitos. (Orgs.), BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R; SANTOS, Silvana Mara de Morais; [*et al*]. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete. GRANEMANN, Sara. SALVADOR, Evilásio. (Orgs) **Financeirização, Fundo Público e Política Social.** Cortez, São Paulo, 2012.

BOZON, Michel. **Socologie de la sexualité**. Paris, Éditeur Armand Colin, 2013.

BRASIL. **Censo Demográfico de 2010-IBGE**. Brasília, 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 10 de nov. 2013.

_____. IBGE **Estudo das Características Étnicos-Raciais da População**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 26 de nov. 2013.

_____. IBGE, 2012. **Mulheres gastam 2,5 vezes mais tempo com afazeres doméstico do que homens**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 26 de nov. 2013.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Economica Aplicada**-IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br Acesso em 10 de out.2013.

_____.Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Disponível www.observatoriodegenero.gov.br Acesso: 24 nov. de 2012.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: LAIXEIRO. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed: Zaar, 1977/1981.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes**. Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. especial, 2º semestre de 1994.
_____, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n.1, jul./dez. São Paulo, 2006.

BUTLER, Carla Rodrigues**.** A desconstrução do gênero. **Rev. Estudos Feministas.** vol.13 nº.1 Florianópolis, Jan./Apr. 2005.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002.

CALIL, Lea E. S. **Um Novo Desafio no Combate ao Assédio Sexual no Trabalho***: a manutenção do emprego.* <http:www.mundosfilosoficos.co.Br/lea2.htm>.Acesso em 22 de outubro de 2012.

CALIXTO, Bruno. França aprova lei do assédio sexual após ministra ser assediada na Assembleia. Rio de Janeiro**. Revista Época *on line***. 2012.

CAMURÇA, Sílvia. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano I, nº.0-dez. 2007.
CARDOSO, Claúdia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese de doutoramento do programa de Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012.

CARINHATO. Pedro Henrique, **neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**, UNESP, Marília, São Paulo, 2008.

CARRARA, Sergio. ; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. São Paulo. **Cadernos Pagu**, UNICAMP, v.28, 2007.

CARVALHO, Edilson Alves de. FELIPE, José Lacerda Alves. ROCHA, Aristotelina P. B. **Economia, Rio Grande do Norte**: Estudo Geo-Histórico e Econômico. João Pessoa, Grafset, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista mais que um gênero em tempos neoliberais. In: **Crítica Marxista**, UNICAMP. São Paulo, 2000.

_____. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo.**: Cadernos de crítica feminista**. Recife, SOS CORPO, Ano V, nº4, 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHETCUTI, Natacha. **"**De on ne naît pas femme" à "On n'est pas femme". De Simone de Beauvoir à Monique Wittig. In: **Genre, Sexualité e Societé.** Paris, 2009.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Gênero, saúde e enfermagem. Brasília**. Rev Brasileira de Enfermagem**, 2005.

COLLINS. Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment : Unwin Hyman, pp. 221–238, Boston,Estados Unidos, 1990.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. "Teorias feministas: GT questão da mulher' ao enfoque de gênero**". Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, 8 (24): 738-757. 2009.

CORNWALL, Andrea. e JOLLY, Susie. Introdução: a sexualidade é importante. **In: Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. CORNWALL, Andrea. e JOLLY, Susie (ORG.) Tradução: Jones de Freitas, Rio de Janeiro, APIA, 2008.

COSTA, Ana Alice A. **Avances y definiciones del movimento feminista em Brasil**. (Tese de Mestrado em Sociologia). México: FCP y S/ UNAM, 1981.

COSTA, Sandra Bueno Cardoso da. ; GAMEIRO, Augusto Hauber. **Entendendo o Custo Brasil**. São Paulo, IFMA-ABAR, 2005.

COROSSACZ,Valeria Ribeiro. **O corpo da nação**: classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, (Coleção Etnologia, v.6), 2009.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, M. H. S. Questões sobre cidadania, trabalho e gênero. **Cadernos UFS-Serviço Social**, v.10. Aracajú: Ed. UFS, 2008.

DEDECCA, Claudio Salvatori. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, Ana; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria Ednalva B. de. SOARES, Vera(Org). **Reconfiguração de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT, 2004.

DEJOURS, Cristopher. Prefácio. In: a. M. Mendes. **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas (pp. 19-22). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

DEBORD. **A Sociedade do Espetáculo.** Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DELPHY, Christine. Penser le genre: quels problèmes? In: HURTING, Marie Claude; KAIL, Michèle; ROUCH, Hélène (orgs.). **Sexe et genre**: de la hiérarchie entre les sexes**.** Paris: Éditions du Centre National de la Recherce Scientifique, 1991.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociologia e estado**. vol.20 nº.3, Brasília, Set./Dec. 2004.

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva:** rebatimentos na saúde pública. São Luís, EDUFMA, 2010.

DIEESE. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso: 14 de dez 2012.

DUTRA Katia. **O Nordeste açucareiro**: Invasões holandesas e francesas. São Paulo, Moderna, 2011.

ELUF, Luiz Nagib. **Crimes Contra os Costumes e Assédio Sexual**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1995.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro, 11ªed: Civilização brasileira, 1987.

Enriquez, E. Da solidão imposta a uma solidão solidária (N. M. Takeuti, Trad.). **Revista Cronos**. Natal/RN (2004/2005).

FEDERICI, Silvia. **A cadeia de montagem começa na cozinha, no lavabo, em nossos corpos**. Entrevista ao jornalista Manuel Ros http://enlucha.wordpress.com/2012/10/10/silvia-federici-la-cadena-de-montaje-empieza-en-la-cocina-en-el-lavabo-en-nuestros-cuerpos/ Acesso em 14/03/2014.

FERRAND, Michèle. "Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand**".** In: RIAL, Carmen. LAGO, Mara Coelho de Souza, e GROSSI, Miriam Pillar. **Rev. Estudos Feministas**: Florianópolis, 2005.

FALQUET, Jules. "Três questões aos movimentos sociais "progressistas": contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais". **Lutas & Resistências***,* Londrina, v.1, p.212-225, set. 2006.

_____. Repensar as relações sociais de sexo, classe e '"raça"' na globalização neoliberal. **Mediações***.* Londrina, v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

_____. **De gré ou de force***:* les femmes dans la mondialisation. Paris: La Dispute, 2008a.

_____. "Lesbianismo". In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo***.* São Paulo: UNESP, 2009.

_____. HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle [et al.] **Le sexe de la mondialisation.** Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

_____. **Cent ans de solicitude en France**: Domesticité, reproduction sociale, migration e histoire coloniale. Paris, 2010.

_____. **Les mouvements sociaux dans la modialisation néolibérale***:* imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique latine-Caraïbes-France). Habilitation à diriger des recherches (mimeo). Paris: Université de Paris 8, 2012.

_____. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas**. Revista Crítica Marxista**, UNICAMP, São Paulo 2013.

____. Os atuais desafios para o feminismo materialista. Entrevista por CISNE, Mirla e GURGEL, Telma. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 245-261, jan./jun. 2014.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF. (Coleção Cadernos Sempre Viva), 1997.

_____. **Desafios do livro mercado para o feminismo**. (Org.) Richard Poulin, São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempre Viva), 2005.

FELKER, Reginald. **O Dano moral, o assédio moral e o assédio sexual nas relações de trabalho:** doutrina, jurisprudência e legislação. 2. ed. São Paulo: LTR, 2007.

FIGUEIREDO, Patrícia Maria. **Assédio moral contra as mulheres nas organizações.** São Paulo, Cortez, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes**.Tendência as globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO. Buenos Aires. 2006 Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua. Acesso: 20 abr.2012

FONSECA, Tania Mara Galli. As marcas do feminino nas relações de trabalho:colocando algumas questões para a discussão. **Revista Ciência Saúde**. Florianópolis, v.17, n.1, jan./jun.1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 27 ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres no mercado de trabalho: grandes números**.** In: **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres** - trabalho feminino: séries históricas, 1998. Disponível em<http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html> Acesso em 14 set. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1 – Introdução ao estudo da filosofia - A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social**: direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPS S, 2009.

GONÇALVES, Renata. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti**. Lutas Sociais**, São Paulo, n.27, p.119-131, 2ºsem. 2011.

GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade**. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP,1993.

GIORDANI, F. A. M. P. **Fundamentos do direito do trabalho:** estudos em homenagem ao ministro Milton de Moura França. São Paulo: LTr, 2000.

HELOANI, Roberto. **Assedio Moral**: a dignidade violada. São Paulo, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br. Acesso em: 26 de jul de 2012.

HAUSER, Arnold. História Social da Arte e da Cultura. Vol.I. **Jornal do Fôro**. Lisboa,1954. Disponível em: http://www.eba.ufmg.br/alunos/kurtnavigator/arteartesanato/lodges.html>. Acesso em: 06 de out. de 2012.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. David. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, 2006.

HELD, David. McGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HIRATA, Helena *et al*. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000.

_____, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Por quem os sinos dobram?Globalização e divisão sexual do trabalho**.** In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres Desafios para as Políticas Públicas.** Caderno nº 3 da Coordenadoria Especial da Mulher. Prefeitura de São Paulo. 2003.

_____. Apresentação à edição brasileira. In: **MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena**. As novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

_____.Hirata. Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada**. In: GUIMARÃES, Nadya A. SUGITA, Kurumi. (Orgs**) Trabalho flexível, empregos precários? EDUSP, São Paulo, 2009.

_____. ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). In**: Dicionário Crítico do Feminismo**. (Org.) HIRATA, Helena. [*et al*]. São Paulo, UNESP, 2009.

_____. A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. In: COSTA, Albertina et al(Org.) **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral:** a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Mal-estar no trabalho:** redefinindo o assédio moral. 2. ed. Trad. Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Le Harcèlement Moral au Travail**. PUF. Paris, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IVO, Anete Brito Leal. POLÍTICAS SOCIAIS, POBREZA e TRABALHO: dilemas do bem-estar em países de capitalismo periférico. "**Estado Brasileiro e políticas sociais**: contribuições para o debate brasileiro", v. 17, n.4, UFBA, 2008.

JASPARD, Mryse. **Les Violences contre les Femmes**. Paris, La Découverte, 2005.

JURUBEBA, Diego Franco de Araújo. Extinção e "recriação" dos organismos de desenvolvimento regional: uma análise da competência administrativa da União para gerir o FINOR e o FINAM. **Jus Navigandi**, Teresina, Píaui ano 17, n. 3122, 18 jan. 2012. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/20881. Acesso em: 07 jan. 2014.

KEARNS, D., MCCARTHY, P. ; SHEEHAN, M.: "Organizational restructuring: Considerations for workplace rehabilitation", **Australian Journal of Rehabilitation Counselling,** Vol. 3, No. 1, pp. 21-29, 1997.

KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Revista de Estudos Feministas**, UFSC, Florianópolis, 1994.

_____. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**.** In: LOPES, M.J.J.M; MEYER, D. E; WALDOW,V.R (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Le rapport social de sexe. De la reproduction dês repports sociaux à leur subversion. **les rapports sociaux de sexe**, Actuel Marx. n. 30. Paris: Press Universitaires de France, 2001.

_____. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**”.** In*:* HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo***.* São Paulo: UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Trad (Antônia Malta Campos. **Revista novos estudos- CEBRAP**, São Paulo, 2010.

_____. **Se battre, disent-elles**... Paris: La dispute, 2012.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000/2007.

LAGO, Mara C. de Souza. A psicanálise nas ondas dos feminismos. In: RIAL, Carmem; Joana Maria Pedro; AREND. Silvia Maria Fávero. (Org). **Diversidade**: dimensões de gênero e sexualidade. 1 ed. Florianopólis: Editora Mulheres, 2010.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica/UFF**, Rio de Janeiro, v.4, n. 01, p.25-59, junho, 2002.

LEWIS, D. “Workplace bullying-interim findings of a study in further and higher education in Wales**”. International Journal of Manpower**, Vol. 20, No. 1/2, pp. 106-118,1999.

LOBO, Elizabete de Souza. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo, Brasiliense, 2011.

LOMBARDI, Maria Rosa. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**.(Orgs.) COSTA. Albertina; ÁVILA, Maria Betania de Melo; SILVA, Rosane. *Et al.* Ed: SOS CORPO, RECIFE, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro. Vozes, 1997.

____.Guacira Lopes. Sexualidades contemporâneas: políticas de identidade e de pós-identidade**.** In: **PARKER, Richard Guy; RIOS, Luís Felipe; UZIEL,Anna Paula.** Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de aids. IMS/UERJ e ABIA, Rio de Janeiro, 2004.

_____. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: **HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et al**. (Org.) Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNIESP, 2009.

LUCENA, Maria de Fátima G. de. **Saúde, Gênero e Violência**: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra. Recife, Editora Universitária, UFPE, 2010.

MADSEN, Nina. Entre a dupla jornada e a discriminação contínua: um olhaar feminista sobre o discurso na nova classe média. In: **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político** (org). Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll, 2013.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **In: Revista Estudos Feministas**, UFSC, Florianópolis, 2005.

MARILDA, Maria da Silva Moreira. Assédio sexual feminino no mundo do trabalho: algumas considerações para reflexão**. Serviço Social em Revista,** V. 04, Londrina, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed: Civilização Brasileira, v. 1. Rio de Janeiro,1971.

_____. Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os Economistas).

_____. Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v.1. 1988.

_____. Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena. et al. (Org.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo, UNESP, 2009.

MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. (org) PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO. Joana Maria. Ed: Contexto, São Paulo, 2012.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva, [1935] 2000.

MENDES. A. M. **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENEZES, C. A. C. de. **Assédio moral e seus efeitos jurídicos**. Síntese Trabalhista. Porto Alegre, Editora Síntese, 2003.

MENDONÇA, Luciana. "**Assédio Sexual**: constrangimento pode ser punido com prisão". Disponível em http://www.jfservice.com.br/mulher /arquivo/eles/2001/04/18-Assedio. Acesso em 10 de mai 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 1994.

_____. (org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Violência e Saúde**: Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10ªed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORAIS, Wallace dos Santos. Debate marxista sobre as últimas transformações do capitalismo. **In: 5º Colóquio Internacional Marx e Engels**, São Paulo, UNICAMP, 2007.

NASSER, Roberto**. Entenda os motivos da guerra civil americana.** São Paulo, 2005.

NAVARRO, Vera Lucia. Valquíria, PADILHA. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Psicologia e Sociedade** vol.19, Porto Alegre, 2007.

NETTO, José. Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social". **RevistaTemporalis,** Brasília, Ano 2, n. 3, jan./jul.2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Polular, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual do trabalho na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

OJIMA, Ricardo. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. **Caderno. Metrop**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 35-54, jan/jun 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribacã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. São Paulo. **Revista Novos Estudos**, SEBRAP, 1990.

OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Os efeitos da colonização na construção da identidade do povo nordestino. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2. **Anais do**.... Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais. Acesso em 06 de fev de 2014

OLIVEIRA, Roberval Passos de. NUNES Mônica de Oliveira. Violência relacionada ao trabalho: uma proposta conceitual**. Saúde e Sociedade** vol.17 no.4 São Paulo Out./Dec. 2008

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Homens e mulheres na esfera do trabalho**. 2006. Disponível em: www.oit.org. Disponível em: 20 abr. 2012.

PAIVA, Antônio Cristian. A conjugalidade homossexual no sistema de gênero e para além: micropolíticas homoeróticas. UFC. Fortaleza. **Revista de Ciências Sociais**, v. 37, n1, 2006.

PASTORE, José. ROBORTELLA, Luiz Carlos. **Assédio sexual no trabalho o que fazer?** São Paulo. Makron Books, 1998.

PAIXÃO, Marcelo, IRENE Rossetto; FABIANA Montovanele [*et al*] (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009-2010.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PATI, Camila. Homem que faz tarefa domésticca é mal visto no trabalho. **Revista Exame**, São Paulo, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher?” In: ALGRANTI (Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero.** Textos Didáticos. São Paulo, IFCH/Unicamp, 2002.

POCHMANN, Márcio. A crise do trabalho e do emprego. São Paulo. **In: Jornal da UNICAMP**, edição 354, 19 a 15 de abril, 2007.

_____. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político** (org). Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll, 2013.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró: Edições UERN, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Graça Andrade. **Lei sobre o assédio sexual revogada em França.** Disponível em: www.rtp.br. Acesso: 07 de jan. de 2013.

RODRIGUES, Carla. Resenha - Butler e a desconstrução do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, nº 1. Florianópolis, 2005.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara Coelho de Souza e GROSSI, Miriam Pillar. Relações sociais de sexo e relações de gênero. Entrevista com Michèle Ferrand. **Rev. Estudos Feministas.** [on line]. 2005.

RIOS, Luís Felipe, PARKER, Richard Parker, Terto Junior, Veriano. Sobre as inclinações carnais: inflexões do pensamento cristão sobre os desejos eas sensações prazerosas do baixo corporal. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro,195-217, 2010.

RIZZOTTO, Patrycia Monteiro. **Márcio Pochmann critica conceito de "nova classe média**". Do Brasil Econômico 31/10/2013 acesso em 20 de abr 2014.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women** – Notes of the 'Political Economy' of Sex" Nova Iorque,1975.

_____. and BUTLER, Judith. Tráfico sexual: entrevista. ***Cad. Pagu*** [online], n.21, pp. 157-209, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1979.

_____.**O poder do Macho**. 4.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: **COSTA A.O. ; BRUSCHINI, C**. (Org.) Uma Questão de Gênero. Rosa dos Tempos, FCC. São Paulo e Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. A ontogênese do gênero. **In: A construção dos corpos**: Perspectivas Feministas. Ed. Mulheres, Florianópolis, 2008.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres: In: **FLACSON, Série estudos e ensaios**, Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

SALAH-EDDINE. Laila. **le harcèlement moral au travail** : analyse sociologique. Thèse de doctorat da Université Paris-Descartes. Faculté des Sciences Humaines et Sociales. Paris, 2008

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte** (do século XVI ao século XX). Natal: Clima, 1994.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **In: Revista Estado e Sociedade**, Brasília, 1998.

SILVA, Jorge Luiz de Oliveira da. **Ética e assédio moral**: uma visão filosófica. (2006). Disponível em: www.sociologia.org.br. Acesso em: 15 mar. de 2012.

SOARES, Angelo. Les suicide au travail. **Trabalho, Educação e Saúde** version vol.9 nº.1 Rio de Janeiro Mar/June 2011**.**

SOBOLL, L. A. P. Assédio moral no Brasil: a ampliação conceitual e suas repercussões**. In: Violência Psicológica e Assédio Moral no Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
SORJ, Bila. FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina O; SORJ, Bila; BRUSCHINI, C; HIRATA**,** Helena (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**. Comparações internacionais. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008.

SCOTT. Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife (PE): SOS Corpo; 1990/1991.

_____. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos dos homens. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

TALAHITE, Fatiha. Mundialização**.** In: HIRATA, Helena. [et al]. **Dicionário crítico do feminismo**. (Org.) São Paulo, UNESP, 2009.

TARTUCE, Flávio. Novos princípios do Direito de Família brasileiro. **Revista *on* line Jus navegandis**, 2006. Disponível: www.jus.com.br. Acesso em: 03 de jan. de 2013.

TELES, Maria Amélia de MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos nº 314), 2002.

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder**: a família no mundo 1900-2000. Tradução: Elisabete Dória: São Paulo. Contexto, 2006.

TOITIO, Rafael Dias. Apontamentos sobre a sexualidade e a consubstancialidade das relações de poder**.** In: **Fazendo gênero 10**, Desafios Atuais dos Femismos. UFSC, 2013.

TOLEDO, Cecíliat. **O marxismo e o problema da emancipação da mulher**. LTI-QI, Liga Internacional de los trabajadores, Barcelona, Cuarta internacional. 2006.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Ed: UFRN, Natal, 2010.

UCHÔA. Christiane. KERSTENETZKY. Celia Lessa. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média**.** In: **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político** (org). Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro, 2013.

WITTIG, Monique**. La pensée straight**. Éditions Amsterdãm, Paris, 2001.
_____. **El pensamento heterossexual y otros ensayos**. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. 2ª Ed. Barcelona, 2010.

APÊNDICE A

Quadro 1- Dissertações pesquisadas no Banco de Teses da Capes

Título do trabalho	**Autor (a)**	**Ano**	**Sexo do (a) autor (a)**	**Disciplina**
Aspectos históricos e sociais do direito do trabalho frente às inovações trazidas pela	Inajara Machado dos Santos Falci	2010	Feminino	Direito

emenda constitucional 45/2004				
Assédio moral no trabalho e percepções de trabalhadores assediados sobre os sentimentos de culpa e vergonha	Ivonete Steinbach Garcia	2010	Feminino	Psicologia
O princípio da dignidade da pessoa humana e o assédio moral nas relações de trabalho e sua influência no meio ambiente do trabalho	Vera Monica Farias de Almeida	2007	Feminino	Direito
Sexo e poder nas relações de emprego - um estudo sobre o assédio sexual	Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli	2003	Feminino	Ciências Sociais
Assédio sexual	Albylane Nery do Nascimento	2001	Feminino	Direito
A tutela jurídica do assédio moral no trabalho	Ana Paula Costa Guerzoni	2008	Feminino	Direito
Análise crítica da tipificação criminal do assédio sexual no Brasil, sob a perspectiva do bem jurídico tutelado e do princípio da intervenção mínima do Direito Penal.	André Boiani e Azevedo	2003	Masculino	Direito
O assédio sexual como fenômeno cultural contemporâneo: análise comparativa das representações de homem e mulher em filmes, cartilhas e códigos de conduta empresariais.	Carmen Nigro	2008	Feminino	Comunicação e Semiótica
Trabalho masculino, trabalho feminino: representações sociais e assédio moral	Denise Cristina Martins dos Santos Nery	2005	Feminino	Psicologia
Assédio Sexual na Vigência do Contrato de Trabalho	Erika Paula de Campos	2000	Feminino	Direito
Aspectos Sócio-Jurídicos do Assédio Sexual no Local de Trabalho: suas Relações com o Princípio da Dignidade	Francélia de Jesus Uchôa Paiva	2005	Feminino	Direito

Humana.				
Assédio moral: ética e aspectos jurídicos	Jorge Luiz de Oliveira da Silva	2004	Masculino	Direito
O assédio sexual e seu tratamento no direito penal	Laerte Idalino Marzagão Júnior	2005	Masculino	Direito
Assédio moral nas relações trabalhistas sob a ótica civil-trabalhista-constitucional	Marco Aurélio Lopes Ferreira da Silva	2007	Masculino	Direito
Assédio moral e a dignidade da pessoa humana do trabalhador	Nordson Gonçalves de Carvalho	2008	Masculino	Direito
Assédio Sexual: Uma Questão Pública ou Privada? Estudo da Aplicabilidade e Efetividade da Lei No. 10.224/2001 na Região Metropolitana do Recife	Núbia Carla de Azevedo Mesquita	2005	Feminino	Ciência Política
Assédio moral organizacional contra mulheres no trabalho: um estudo de caso na indústria do plástico	Patrícia Maria Figueiredo	2010	Feminino	Administração
Crime de assédio sexual: estudo da Lei nº10224 de 15 de maio de 2001	Rubia Mara Oliveira Castro Girão	2003	Feminino	Direito
Assedio sexual nos locais de trabalho: problema e possíveis soluções a partir de estudo de casos	Silvia Generali da Costa	2004	Feminino	Administração
Características do assédio moral a alunos-trabalhadores nos seus locais de trabalho.	Taisa Trombetta	2005	Feminino	Psicologia
Discriminação da mulher no emprego: relações de gênero no direito do trabalho	Thereza Cristina Gosdal	2002	Feminino	Direito
ıcípio da dignidade da pessoa na e o assédio moral nas ões de trabalho e sua influência eio ambiente do trabalho	Vera Monica Farias de Almeida	2007	Feminino	Direito

FONTE: Capes, período 2003-2010, elaboração própria.

Quadro 2- Teses pesquisadas no Banco de Teses da Capes

Título do trabalho	**Autor (a)**	**Ano**	**Sexo do (a) autor (a)**	**Disciplina**
Assédio moral e outros danos na aposentadoria: conhecer, corrigir e superar	Ana Perwin Fraiman	2010	Feminino	Antropologia
Emprego em Serviços Domésticos e Efeitos Sobre a Saúde	Andrea Monteiro de Amorim	2008	Feminino	(Medicina)Saúde coletiva
Estrutura da opinião publica na ideologia de poder	Tupam Gomes Correa	2007	Masculino	Ciência da computação
Estudo epidemiológico sobre Assedio Moral no Trabalho e transtornos Mentais Comuns em Trabalhadores do Setor de Serviços.	Eliane Cardoso Sales	2009	Feminino	(Medicina)Saúde coletiva
Os Sentidos do Trabalho e a Importância da Resiliência nas Organizações	Fernando Pretel Pereira Job	2003	Masculino	Administração
Violência psicológica e assédio moral no trabalho bancário	Lis Andréa Pereira Soboll	2007	Feminino	Psicologia
Assédio moral: a violência sutil. Análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil.	Margarida Maria Silveira Barreto	2005	Feminino	Psicologia Social
Violência psicológica e assédio moral no trabalho enquanto expressões de estratégias de gestão	Mayte Raya Amazarray	2010	Feminino	Psicologia
Assédio moral - raízes, conceito e caminhos para a proteção eficaz do trabalhador	Regiane Terezinha de Mello João	2005	Feminino	Direito
Assédio Sexual na Relação de Emprego	Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho	2000	Masculino	Direito
Assédio Moral como Causa de Rescisão do Contrato de	Suely Ester Gitelman	2006	Feminino	Direito

Trabalho.				
Assédio sexual na relação de emprego: da insuficiência do tipo penal para a proteção dos empregados	Tânia Mara Guimarães Pena	2003	Feminino	Direito
A qualificação do conceito assédio moral no Brasil	Vera Lúcia de Souza	2008	Feminino	Engenharia de Produção

FONTE: Capes, período 2003-2010, elaboração da autora.

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
ROTEIRO DE PESQUISA

O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL CONTRA AS COMERCIÁRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMO MAIS UMA DAS EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO?

Aluna: Maria Ilidiana Diniz

I- CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTADA

01.Nome (opcional)
02. Idade
03. Raça/cor/etnia ( ) negra ( ) parda ( ) branca ( ) indígena ( ) outra. Especifique
04.Naturalidade
05. Estado civil: ( ) solteira ( ) casada ( ) divorciada (viúva) ( ) NS/NR
06.Tem filhos(as)? ( ) sim ( ) não. ( ) SN/NR Em caso afirmativo, quantos?.....
07. Bairro onde reside.....
08. Reside em casa: ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida ( ) financiada ( )NS/NR
outros.Especifique.....
09.Escolaridade.....
10. Local de trabalho.....
11. Há quanto tempo trabalha na empresa.....
12. Horário de trabalho.....
13. Função/cargo que ocupa.....
14.Renda salarial.....
15- Sua renda é a única da família?
( ) sim
( ) não.
( )NS/NR

16-Quantas pessoas dependem de sua renda?

( ) nenhuma
( ) 1 pessoa
( ) 2 pessoas
( ) 3 pessoas
( ) 4 pessoas ou mais
( )NS/NR

17-Qual destes direitos você tem acesso no seu atual emprego?

( ) Registro em carteira de trabalho.
( ) Registro na previdência social.
( ) Salário mínimo do comerciário
( ) 13º (décimo terceiro) salário.
( ) Repouso semanal aos domingos.
( ) Folga nos feriados (receber em dobro ou ter folga em outro dia da semana, caso trabalhe no feriado).
( ) Férias proporcionais, no término do contrato de trabalho.
( ) Estabilidade no emprego em razão da gravidez.
( ) Licença a gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
( ) Auxílio-doença pago pelo INSS.
( ) Aviso Prévio de, no mínimo, 30 dias.
( ) Aposentadoria

( ) Integração a previdência social.
( ) Vale- transporte.
( ) FGTS (fundo de garantia do tempo de serviço). Opcional ao patrão
( ) Seguro- desemprego concedido ao empregado incluído no FGTS.
( ) NS/NR

I- O TRABALHO NA VIDA DAS ENTREVISTADAS

01. Qual foi seu primeiro emprego?

02. Com quantos anos você começou a trabalhar?

04. No seu primeiro emprego você teve os direitos trabalhistas assegurados?

03. Qual a importância do trabalho na sua vida?

04- Como você identifica as relações entre homens e mulheres no espaço de trabalho?

05- Por que você escolheu essa profissão

06- Há quanto tempo você participa do sindicato?

07-Quais os benefícios que o sindicato (SECOM) traz para as comerciárias?
.....
.....
.....

08- Qual o papel que o Sindicato (SECOM) tem desempenhado em relação aos esclarecimentos/fiscalização do assédio moral e sexual no seu local de trabalho?

09-Você está satisfeita com seu atual emprego?
( ) sim
( ) não. Por que?
( ) NS/NR

10-Você mudaria de profissão?
( ) sim
( ) não
( ) NS/NR

Qual.....

II – EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA NA ESFERA DO TRABALHO

01. Para você o que é violência contra a mulher na esfera do trabalho?

.....
.....
.....
.....

02- Você já ouviu falar em assédio moral?

( ) Sim ( ) Não ( )NS/NR

Em caso afirmativo, o que você compreende por assédio moral?.....
.....
.....
.....

03-Você já ouviu falar em assédio sexual?

( ) Sim ( ) Não ( )NS/NR

Em caso afirmativo, o que você compreende por assédio moral?

04-Como você acha que esse tipo de violência interfere na esfera do trabalho?

05-Você já vivenciou/vivencia alguma situação de assédio moral no seu ambiente de trabalho?

06- você já vivenciou/presenciou alguma situação de assédio sexual no seu ambiente de trabalho como condição para dar ou manter o emprego?

III - REAÇÕES DIANTE DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS

01. Você denunciou/publicizou as violências sofridas no âmbito do trabalho?
( ) sim ( ) não ( ) NS/NR

02. Em caso negativo, porque você não denunciou/publicizou?

03.Em caso afirmativo, quais atitudes você tomou diante do ocorrido?

IV- POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA ESFERA DO TRABALHO

01-Quais os serviços/políticas públicas de enfrentamento ao assédio sexual e moral que na esfera do trabalho que você conhece na sua cidade?

Data da aplicação do questionário:____/_____/____
Horário: .....

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO[203]

[203] Elaborado em 03/06/2013

Esclarecimentos:

Este é um convite para você participar da pesquisa **O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL CONTRA AS COMERCIÁRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMO MAIS UMA DAS EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO?** Coordenada pela pesquisadora responsável **Maria Ilidiana Diniz**, e segue as recomendações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Este trabalho faz parte da tese de doutorado do curso de Serviço Social da UERJ, e tem como objetivo geral, analisar de que forma as possíveis manifestações de assédio moral e sexual dirigidas às mulheres na esfera do comércio varejista se relacionam com a precarização do trabalho feminino, bem como, busca identificar a compreensão destas mulheres acerca do que venha a ser assédio e dos possíveis enfrentamentos/reações individuais e coletivas diante de tal fenômeno no âmbito do comércio do Estado do Rio Grande do Norte.

Utilizaremos um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, e mediante a autorização do (a) entrevistado (a) gravaremos as falas para posterior análise do conteúdo.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Os riscos envolvidos com sua participação são: possíveis constrangimentos ou desconforto durante a entrevista, que serão minimizados mediante as seguintes providências:

- Garantir que a privacidade do (a) participante e o anonimato das informações sejam mantidos;
- Confidencialidade dos dados;
- Cautela na elaboração do roteiro de entrevistas e
- Na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os sujeitos da pesquisa.

Você ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente a pesquisadora responsável

Maria Ilidiana Diniz, no e-mail: ilidianadiniz@gmail.com ou pelos telefones (84) 99584208 /3312-3385.

Caso você tenha dificuldades em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato a Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ. Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3020, bloco E 3º andar-Maracanã, Rio de Janeiro.
Email: etica@uerj.br
Tel. (21) 2334-2180

_____
Nome (por extenso)

Local, ____/____/____